

ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

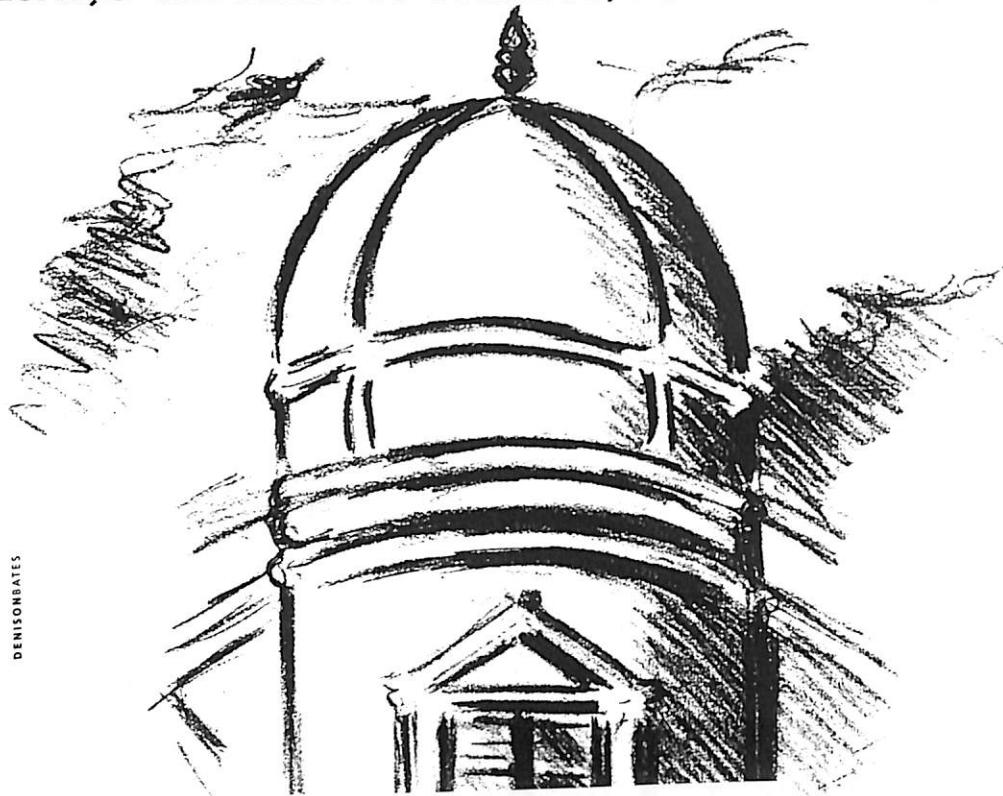


50
anos

ANO LXXXII – Nº 771
1º TRIM. DE 1996

ESPAÇO CULTURAL DOS CORREIOS, POR MARCOS DUPRAT.

DENISON BATES



355

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



329380

290637

v.82, n.771, jan./mar. 1996 BFD

K7



Marcos Duprat '96

Você está vendo como o artista plástico Marcos Duprat vê o prédio do Espaço Cultural dos Correios. Agora, se você quer ver como pintores naïfs, escultores, grupos teatrais, produtores de vídeo, criadores de cinema de animação, artistas performáticos e muitos outros vêm a realidade, é só visitar um dos prédios mais bonitos do Rio de Janeiro. Faça um passeio pelo Espaço Cultural dos Correios. Você vai conhecer o que há de melhor em arte.



→ CORREIOS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



329370 ex.3



I A L

ONU 50 ANOS

Ao comemorar, a ONU, 50 anos de existência, eclodem críticas severas sobre seu desempenho e a palavra que mais se ouve é reforma. São muitas e variadas suas atribulações.

As operações de paz, 14 entre sua criação e 1985, somaram 25 só na última década. A dívida dos Estados-membros em relação a ela é, hoje, de 2,3 bilhões de dólares, os Estados Unidos encabeçando a lista dos devedores, com 880 milhões, quase 40% do total.

Administrativamente, a Organização padece de afecções endêmicas nas entidades estatais e em muitos Estados-membros: excesso de pessoal, clientelismo, marajalato, mordomia, superposição de organismos para executar a mesma tarefa; em suma, despesa cada vez maior que a receita.

Acusada de ter falhado no atingir os objetivos estabelecidos na Carta de 1945, tem mostrado ineeficiência no cumprimento de suas missões. Exemplo disso é o Programa de Controle Ambiental. Aprovado, em 1992, pela Reunião de Cúpula do Rio de Janeiro, suas resoluções estão sendo implementadas por organizações não pertencentes à ONU.

Hoje, as Organizações Não Governamentais, as controvértidas ONG, marcam presença crescente e cada vez mais forte na ordem internacional. Ocupando-se de questões que transcendem fronteiras nacionais, reforçam e, às vezes, competem com organismos da ONU. Agindo com extraordinária desenvoltura, arriscam levar longe demais a idéia de sociedade transnacional. Tornaram-se uma realidade com a qual as Nações Unidas e cada Estado têm que aprender a conviver.

Uma das críticas irrefutáveis à ONU é que ela e, em particular, seu Conselho de Segurança, estruturados para o mundo de 1945, não mais refletem o

panorama internacional, sobretudo do pós-Guerra Fria. Há certo consenso de que o número de membros permanentes do Conselho deva ser ampliado. Nesse caso, a admissão dos gigantes econômicos Alemanha e Japão é tida como carta marcada, enquanto outros países invocam justos títulos para integrarem o Conselho, entre eles o Brasil.

A admissão da Alemanha e do Japão repetirá igual ato da Liga das Nações com respeito aos vencidos da Primeira Guerra Mundial, enquanto o Brasil renova aspiração frustrada em relação ao organismo que antecedeu a ONU. A pergunta que surge é o que será feito do poder de veto: permanecerá restrito aos cinco atuais membros permanentes, será estendido aos novos Estados admitidos ou será, pura e simplesmente, extinto? Ocorrendo a primeira hipótese, reconhece-se, nada de prático resultará da ampliação pretendida; cristalizando-se a segunda, mais difícil poderá tornar-se a obtenção do consenso decisório; quanto ao terceiro, configura uma incógnita.

Com cinco membros permanentes, o Conselho vem tomado decisões mais ou menos rápidas e funcionando com razoável eficiência. Receia-se que, desencadeada a expansão, ele se transforme em uma pequena Assembléia Geral, voltada antes para os torneios de retórica do que para a ação objetiva.

Há que reconhecer-se entretanto que, no seu meio século de existência, a ONU foi um fórum onde antagonistas, grandes e pequenos, se encontraram e discutiram suas queixas. Ela proporcionou um quadro para a elaboração de normas de Direito Internacional sobre questões maiores, como a não proliferação nuclear, a utilização do espaço exterior, a convenção sobre armas químicas e biológicas. E outras questões de âmbito mundial, que não podem ser resolvidas por um único país, devem ali ser discutidas e equacionadas. Tal é o caso do tráfico de drogas, do terrorismo, do controle ambiental, do combate a epidemias.

A verdade é que, malgrado todas as críticas que lhe são feitas, não há quem consiga imaginar o mundo sem a ONU. Para tal cenário, altamente improvável, o Secretário Geral da Organização comentou: "...teríamos que inventar algo novo, que substituiria as Nações Unidas sob outro nome".

Justa é, assim, a homenagem que A Defesa Nacional lhe tributa nesta edição, mesmo que, a rigor, ligeiramente defasada no tempo.

**Revista A DEFESA NACIONAL****Dirigente**

Gen Bda Luiz Edmundo Montedânia Rêgo

Editor

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

REDAÇÃO**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR
DO EXÉRCITO**

Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ

BRASIL - 22290-270

Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205

FAX (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ

BRASIL - 20221-260

Tel.: (021) 253-4628

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar

Ala Marello Dias

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260

TEL.: (021) 253-7535

Conselho Editorial

Cel Art QEMA Arthur P. Tapajóz de Souza

Cel Inf QEMA Hélcio Ribeiro Alves

Ten Cel Inf QEMA João Henrique C. de Freitas

Ten Cel Eng QEMA Joaquim Maia Brandão Junior

Ten Cel Cav QEMA Celso Krause Schramm

Ten Cel Com QEMA Wladimir Pauline V. da Silva

Ten Cel Art QEMA Juarez Aparecido de Paula Cunha,

Ten Cel Art QEMA Carlos A. Vicente da Silva

Ten Cel QMB QEMA Fábio José Almeida

Ten Cel Cav QEMA Celso Leite Rodrigues

EDITORAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA

PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.

Tel.: (021) 533-0625 — Fax (021) 220-1782

REVISÃO

Renaldo di Stasio

José Lívio Dantas

PUBLICIDADE

ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade

Tels.: (021) 201-9009 - 581-0101 - 581-7869

Fax: 581-6757

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Acita-se Intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em laudas com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos..

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS**

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome da "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:

Brasil — R\$ 15,00

Exterior — US\$ 30,00

A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	1
A Profissão Militar	5
Organização das Nações Unidas (1945-1995)	17
<i>Therezinha de Castro</i>	
O Brasil e as Operações de Paz	33
<i>L. P. Macedo Carvalho</i>	
A Rússia e a Comunidade de Estados Independentes	45
<i>Francisco de Assis Grieco</i>	
A História Militar Ainda tem Utilidade	57
<i>Jay Luva</i>	
Democracia Direta	75
<i>Mario Rotberg</i>	
Rommel versus Patton, o Duelo que não Aconteceu	95
<i>Almir dos Santos</i>	
A Lei de Requisições, a Mobilização e a Segurança Nacionais	105
<i>Roberto Pereira da Silva</i>	
Marechal Floriano Peixoto	111
<i>Claúdio Moreira Bento</i>	
O Jardim Sem Muros, um Tesouro Rico e Malseguro	121
<i>Sérgio Paulo Muniz Costa</i>	
Comentários	127
Informações	137
Livros	145
Destaques da Imprensa	147

BIBLIOTeca DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Ala Marello Dias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar

20221-260 Rio de Janeiro (RJ)

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Titulares: BERTULDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS.

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor Berthuldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Pará Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A Defesa Nacional"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Div Carlos Patrício Freitas Pereira

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Art EM Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Inf EM Raul Roberto Musso dos Santos

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Ten Cel Inf Antônio Gonçalves Meira

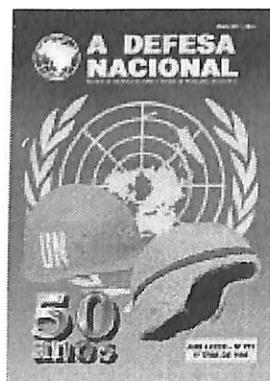
Suplentes

Cel Cav EM Davis Ribeiro de Sena

Cap QAO Justo Hélio Monteiro

1º Ten QAO Anísio Coelho de Souza

NOSSA CAPA



Alegoria ao transcurso do 50º aniversário da criação da Organização das Nações Unidas, de Murillo Machado. Em primeiro plano vêem-se os "capacetes azuis" de cinqüenta anos atrás e de hoje, símbolos das Forças da ONU em operações de paz, sobrepostos ao emblema desse organismo internacional, em branco, tendo como fundo o azul de seu pavilhão.



A DEFESA NACIONAL

A Profissão Militar

Matéria extraída de folheto informativo, com o mesmo título, elaborado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, com os propósitos expressos no tópico “Apresentação”, o qual, no documento de origem, é assinado pelo Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

“Uma Nação que confia em seus direitos em vez de confiar nos seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda.”

Rui Barbosa

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 1995, estão em andamento no Congresso Nacional diversas propostas de emendas à Constituição.

O esforço do Governo federal, juntamente com os Poderes Legislativo e Judiciário, tem como objetivo único aperfeiçoar os mecanismos institucionais que possam viabilizar o desenvolvimento político, econômico, social e militar do País.

Algumas das propostas apresentadas têm repercussão direta sobre as Forças Armadas. Esse fato foi preponderante para que o Estado-Maior das Forças Armadas realizasse estudos, juntamente com as Forças Singulares, para retratar, de maneira simples e objetiva, o significado da carreira militar.

O resultado desses estudos está consolidado no presente trabalho, que tem como finalidade apresentar, aos diversos segmentos da sociedade brasileira, uma visão das peculiaridades da carreira militar, colocada com transparência, racionalidade e clareza de propósitos.

A PROFISSÃO MILITAR

A profissão militar tem revelado, na grande aventura humana, aspectos de marcante singularidade, na razão em que os países sempre perceberam em suas Forças Armadas o elemento final — *a ultima ratio* — para a preservação de seus interesses vitais.

A existência e o futuro das nações dependem, fundamentalmente, da capacidade de suas Forças Armadas sustentarem as decisões estratégicas do Estado, bem como de atuarem contra ameaças à sua integridade política.

Recursos humanos altamente qualificados, treinados, motivados e bem-equipados são o fundamento da capacitação de qualquer Força Armada, refletindo o desejo da própria sociedade.

CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO MILITAR

- **Risco de Vida** — Durante toda a sua carreira, o militar convive com risco. Seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão.

O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida.

- **Sujeição a Preceitos Rígidos de Disciplina e Hierarquia** — Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem de obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional.

- **Dedicação Exclusiva** — O militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional, o que o torna dependente de seus vencimentos, historicamente reduzidos, e dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, quando na inatividade.

- **Disponibilidade Permanente** — O militar se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra,

compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial.

- **Mobilidade Geográfica** — O militar pode ser movimentado em qualquer época do ano, para qualquer região do País, indo residir, em alguns casos, em locais inóspitos e destituídos de infra-estrutura de apoio à família.

- **Vigor Físico** — As atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental.

O militar é submetido, durante toda a sua carreira, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física, que condicionam a sua permanência no serviço ativo.

- **Formação Específica e Aperfeiçoamento Constante** — O exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação.

Ao longo de sua vida profissional, o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercícios da profissão militar e realiza reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho.

- **Proibição de Participar de Atividades Políticas** — O militar da ativa é proibido de filiar-se a partidos e de participar de atividades políticas, especialmente as de cunho político-partidário.

- **Proibição de Sindicalizar-se e de Participação em Greves ou em Qualquer Movimento Reivindicatório** — O impedimento de sindicalização advém da rígida hierarquia e disciplina, por ser inaceitável que o militar possa contrapor-se à instituição a que pertence, devendo-lhe fidelidade irrestrita.

A proibição de greve decorre do papel do militar na defesa do País, interna e externa, tarefa prioritária e essencial do Estado.

- **Restrições a Direitos Sociais** — O militar não usufrui alguns direitos sociais, de caráter universal, que são assegurados aos trabalhadores, dentre os quais incluem-se: a remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno; a jornada de trabalho diário limitada a oito horas; a obrigatoriedade de repouso semanal remunerado e a remuneração de serviço extraordinário, devido a trabalho diário superior a oito horas diárias.

- **Vínculo com a Profissão** — Mesmo quando na inatividade, o militar permanece vinculado à sua profissão.

Os militares na inatividade, quando não reformados, constituem a “reserva” de 1ª linha das Forças Armadas, devendo se manter prontos para eventuais convocações e retorno ao serviço ativo, conforme prevê a lei, independente de estarem exercendo outra atividade, não podendo por tal motivo se eximir dessa convocação.

- **Conseqüências para a Família** — As exigências da profissão não ficam restritas à pessoa do militar, mas afetam, também, a vida familiar, a tal ponto que a condição do militar e a condição da sua família se tornam estreitamente ligadas; a formação do patrimônio familiar é extremamente dificultada; a educação dos filhos é prejudicada; o exercício de atividades remuneradas por cônjuge do militar fica, praticamente, impedido; o núcleo familiar não estabelece relações duradouras e permanentes na cidade em que reside.

A FORMAÇÃO MILITAR

O ingresso na carreira militar ocorre mediante concurso público, do qual participam milhares de jovens.

As escolas de formação militar organizam suas atividades de modo muito exigente: formaturas, aulas, reuniões, manobras, exercícios físicos e inspeções. Uma programação que começa, diariamente, às 06:00h da manhã com a “alvorada” e termina às 22:00h com o “toque de silêncio”.

Não se trata de uma situação acadêmica, em que, terminada a aula, ou mesmo antes, o aluno se retira para sua casa ou onde lhe aprouver. Durante todo dia, estão presentes os encargos e deveres, as condições de disciplina e a exposição aos riscos do treinamento militar, em qualquer nível.

Os alunos de uma escola militar são submetidos a rigorosos testes de avaliação, que abrangem os campos intelectual, psicológico, físico, moral, disciplinar e de aptidão específica para a carreira militar.

Os valores e as atitudes próprios do militar e a necessária capacitação profissional serão desenvolvidos por meio do serviço diário, da orientação constante, de um cuidadoso e realístico programa de ensino e de instrução, que abrange aulas, conferências, exercícios práticos e manobras, *em que o risco estará sempre presente, como em qualquer atividade militar.*

Os objetivos dos sistemas educacionais das Forças Armadas se referem: à formação e ao aperfeiçoamento do combatente; à formação do chefe militar, para os diferentes níveis hierárquicos da carreira; e à especialização de técnicos em áreas como Planejamento, Engenharia Nuclear, Informática, Medicina, Hidrografia e inúmeras outras.

A CARREIRA MILITAR

O processo de ascensão funcional na carreira militar difere das práticas existentes nas demais instituições.

Os postos e as graduações dos militares são indispensáveis, não só na guerra, mas também em tempo de paz, pois traduzem, dentro de uma faixa etária específica, responsabilidades e a habilitação necessária para o exercício dos cargos e das atribuições que lhes são correspondentes.

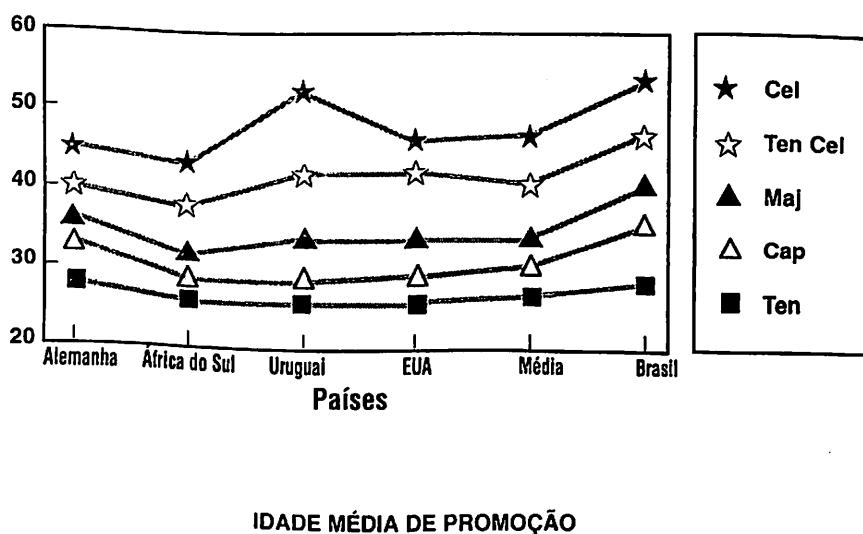
A exemplo do que ocorre em todo o mundo, não é só uma temeridade, como também uma irresponsabilidade, com relação à operacionalidade da Força, exigir exercício pleno das atividades militares de oficiais e praças em idade avançada.

O militar exerce, ao longo de sua carreira, cargos e funções em graus de complexi-

dade crescente, o que faz da liderança fator imprescindível à instituição. Esses aspectos determinam a existência de um fluxo de carreira planejado, obediente a critérios definidos, que incluem a *higidez, a capacitação profissional e os limites de idade*, tudo isto influindo nas promoções aos postos e graduações subsequentes. Sem esse fluxo, a renovação permanente, possibilitada pela rotatividade nos cargos, ficaria extremamente prejudicada e a *operacionalidade atingida*.

Essas promoções são realizadas segundo um planejamento a longo prazo, necessário para definir, com exatidão, as vagas existentes em cada posto ou graduação e administrar o fluxo de carreira nos diferentes quadros de oficiais e de graduados.

O quadro abaixo mostra a idade de promoção do militar no Brasil, sempre superior à média de outros países.



A INATIVIDADE

Os militares ingressam na inatividade quando passam para a Reserva ou são reformados. Ao passarem para a Reserva, continuam mantendo vínculos com a respectiva Força Armada, constituindo *a reserva pronta para ser convocada*, obrigação que desaparece do reformado, por idade-limite ou incapacidade física.

O termo “*aposentadoria*”, largamente usado para definir a situação de inatividade, *na realidade não traduz fielmente o que ocorre com os militares*. Para os trabalhadores em geral, este termo é aplicável e correto porque, ao serem aposentados, permanecem nesta situação de acordo com a sua vontade e conveniência.

Na realidade, os militares em inatividade, observados sua condição física e o limite de idade para a Reforma, encontram-se “*em disponibilidade remunerada*”, situação determinada pelas condições relativas à carreira, mais especificamente, o fluxo de carreira, à rotatividade nos cargos e os limites de idade para cada posto ou graduação, tudo isto visando à consequente e necessária renovação dos efetivos da Força.

Critérios de Passagem para a Inatividade

Basicamente, o militar das Forças Armadas pode passar à inatividade de forma voluntária ou involuntária (*ex-officio*). Voluntariamente, só depois de completar 30 (trinta) anos de serviço, e, *ex-officio*, ao atingir a idade-limite de permanência no servi-

ço ativo, variável com o posto ou graduação, ou quando apresentar problema de saúde de que o incapacite para o serviço ativo.

Na verdade, o trabalho extra e freqüente, exercido pelos militares, sem qualquer compensação financeira, acumulado ao longo da carreira, faz com que *os trinta anos de efetivo serviço correspondam a muito mais do que o previsto para a aposentadoria* de um outro servidor federal ou trabalhador assalariado, como indicam os dados abaixo:

- Número de horas previstas de trabalho remunerado

Diárias: 8 horas

Semanais: 40 horas

Mensais: 172 horas

Anuais: 1.892 horas

Total para Aposentadoria Anual x 30:
56.760 horas

- Horas extras de trabalho (sem remuneração)

Em acampamentos e exercícios no terreno (campanhas):

- quantidade mínima anual: 6 (seis) campanhas
- duração mínima de cada campanha: 4 (quatro) jornadas diuturnas e 1 (uma) diurna (16h x 4 = 64h)
- somatório anual: 64h x 6 = 384h.

Em serviços de escala:

- freqüência média de serviço em dias úteis: 1/semana (16h)²: 4/mês

- freqüência média de serviço em dias não úteis: 1/mês (24h)

- somatório anual: (16h x 4 Sv/mês) x 11 meses) + (24h x 11 meses) = 968h.

Total de horas extras:

- total anual: 384h + 968h = 1.352h/ano.

1. Considerados 22 dias úteis e deduzidas 4 horas de folga mensal, correspondente ao dia de pagamento.

2. Foram computadas apenas as horas extras (24 – 8 = 16).

= total em 20 anos de serviço (nos quais ocorrem todas atividades acima indicadas):³
 $1.352 \times 20 = 27.040\text{h}$, as quais, transformadas em anos de trabalho, correspondem a 14a 03m 4d.

Somatório total de horas trabalhadas:

- Atividades previstas: 56.760h
- Horas extras: 27.040h
- Total: 83.800h

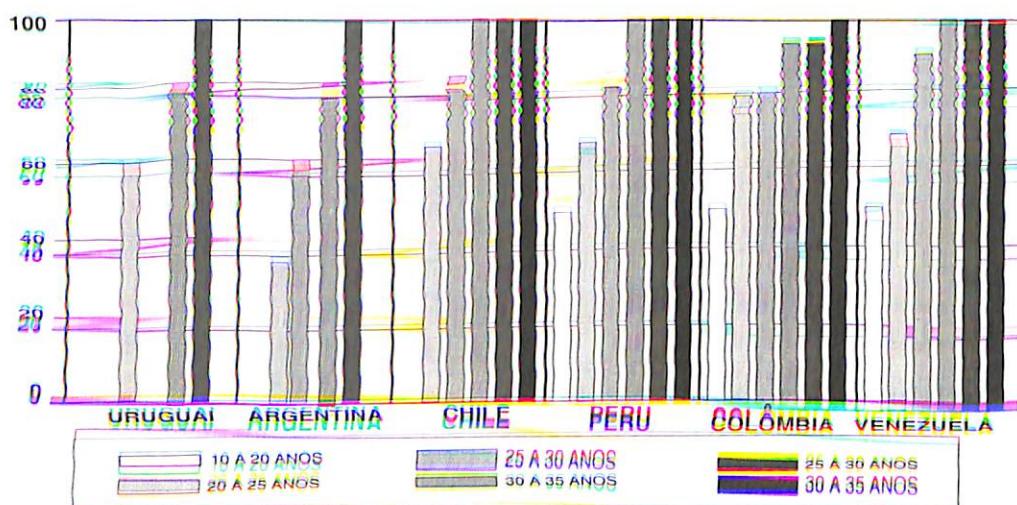
Observa-se que o somatório de horas extras representa 47,63% do somatório de atividades previstas, ou seja, o militar das Forças Armadas trabalha, em média, 47,63% além do previsto na Lei.

Em termos de anos, esse trabalho representa 14 (quatorze) anos, 3 (três) meses, 4 (quatro) dias, que somados aos 30 anos pre-

vistos, proporcionarão um total de, aproximadamente, 44 anos de trabalhos para 30 anos previstos.

Inexistência de Promoção

O militar quando vai para a inatividade não é promovido, permanecendo no mesmo posto ou graduação que possuía na ativa. Na inatividade, modifica-se a sistemática de remuneração, substituindo-se as indenizações percebidas na ativa por adicional de inatividade, que é fixado conforme o tempo de serviço do militar e calculado sobre o soldo a que fizer jus, sendo o percentual mínimo a considerar relativo a 30 anos e o máximo a 40 anos.



3. 20 anos corresponde a um dado médio.
 4. 30 anos corresponde a um dado menor.

A PENSÃO

Pensão é a importância paga, mensalmente, aos beneficiários do militar falecido ou assim considerado, nos termos da Lei.

A pensão militar, deixada pelo contribuinte, tem como referência o soldo, que é parte da remuneração recebida. Em consequência, o benefício pensional resultante é igual para cada posto ou graduação e é sempre inferior à totalidade da respectiva remuneração.

Desconto Mensal para a Previdência

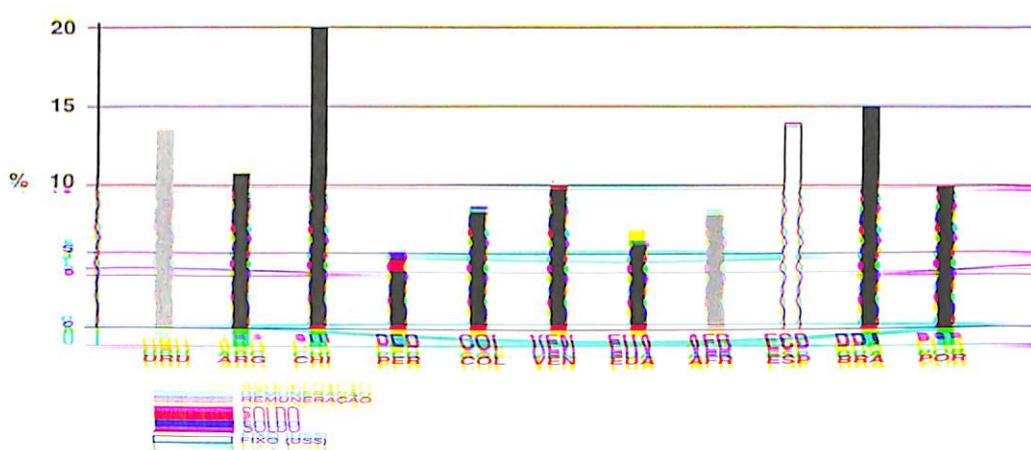
- Em % da remuneração ou do soldo

• Erro a corrigir

É muito comum considerar como gastos das Forças Armadas, junto com a aposentadoria por tempo de serviço, os valores concernentes às Forças Auxiliares (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares), o que constitui uma falsa presunção. A Carta Magna, no seu Art. 142, define a diferença entre as FFAA e essas forças. As Forças Auxiliares possuem um sistema previdenciário vinculado aos estados da Federação.

- Proporção entre militares ativos e inativos

Ao contrário do que tem sido divulgado em órgãos de comunicação, nas Forças Armadas a proporção entre militares na ativa e



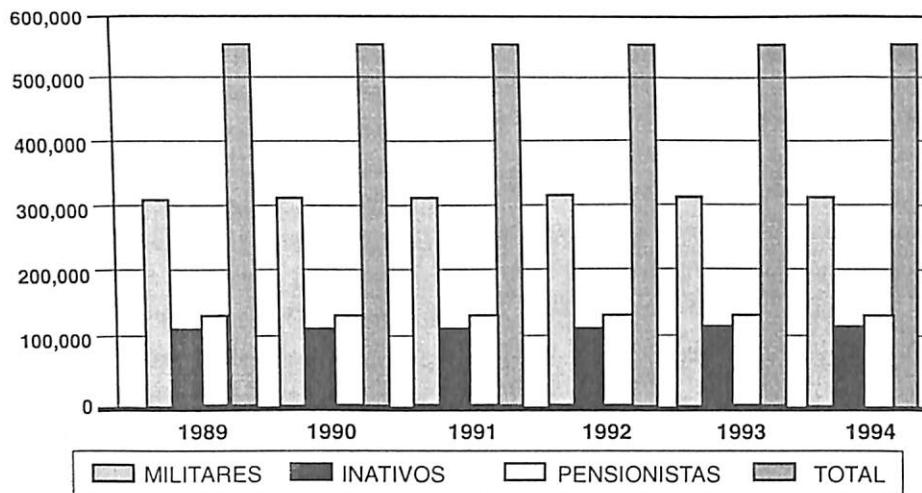
• Contribuição para a pensão

O militar, na ativa ou na inatividade, contribui com 2 (dois) dias de soldo do posto em graduação = Lei nº 8.237/91, Art. 96

inativos é de 3 para 1. O gráfico na página seguinte mostra a relação entre o número de militares ativos, inativos e pensionistas.

Pensões Especiais

que é de grande importância para a economia e para a vida das pessoas. A reforma da Previdência é um dos principais temas da agenda política no Brasil, e é fundamental que todos os cidadãos se envolvam nesse debate para garantir um futuro melhor para todos.



Ao longo dos anos, *outras leis* estabeleceram situações específicas, concedendo pensões especiais a pensionistas militares e a civis, que, na verdade, não atendiam aos requisitos impostos pelas necessidades das Forças Armadas. Nesse universo, uns não contribuíram para a pensão militar (a maioria) ou não contribuíram de forma proporcional ao benefício concedido. Como exemplo, podem ser citados os seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, que estabelece pensão para os herdeiros de ex-combatente da FEB, na Segunda Guerra Mundial;

- Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, que estabelece pensão para viúva de militar ou funcionário civil atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave;

- Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, que estabelece pensão de 2º sargento para os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, incapacitados, que participaram ativamente das operações de guerra.

• O peso das pensões especiais na despesa global

Para que se tenha uma idéia, no Exército, o pagamento dessas pensões especiais chega a atingir cerca de 35% da despesa total de pagamento de pensionistas.

O SISTEMA DE SAÚDE: NECESSIDADE OPERACIONAL E ASSISTENCIAL

A manutenção de um sistema de saúde próprio é indispensável adestramento dos integrantes das Forças Armadas, ao preparo da reserva mobilizável e, especialmente, ao apoio às operações militares. Além disso, é essencial atender às exigências das Forças em diversas localidades do País, onde há necessidade de apoio de saúde permanente, que está além das possibilidades dos sistemas de saúde civis.

A Assistência Médico-Hospitalar é prevista no Estatuto dos Militares como direito do militar (ativo ou inativo) e de seus dependentes, bem como dos pensionistas nas condições e limitações impostas na legislação e regulamentação específicas.

O Decreto nº 95.512, de 2 de abril de 1986, regulamenta e estabelece condições para a prestação da referida assistência, que é definida como “o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção de doenças, com a conservação ou recuperação da saúde e com a reabilitação dos pacientes, abrangendo os serviços profissionais médicos, odontológicos e farmacêuticos, o fornecimento e aplicação de meios, os cuidados e os demais atos médicos e paramédicos necessários”.

O referido decreto dispõe que a Assistência Médico-Hospitalar é prestada pelas organizações de saúde dos Ministérios Militares, pelo Hospital das Forças Armadas e por organizações de saúde do meio civil, mediante convênio ou contrato.

O militar na ativa, na inatividade e seus pensionistas contribuem dentro do limite máximo de 10% do valor do soldo por mês, conforme o artigo 1º do Decreto 906, de 30 de agosto de 1993. Arcam ainda com 20% das indenizações devidas pela Assistência Médico-Hospitalar que, eventualmente, a eles e a seus dependentes seja prestada.

seja a esposa ou filhos, para o sistema de saúde próprio.

OUTROS PAÍSES

Recentemente, foi realizada uma pesquisa sob o título “Sistema Previdenciário das Forças Armadas de Países Amigos”, envolvendo Paraguai, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Venezuela, Estados Unidos da América, África do Sul, França, Espanha, Alemanha, Grã-Bretanha e Portugal. Nesse trabalho, ficou evidenciado que todos esses países possuem um sistema previdenciário próprio para os seus soldados, sendo identificadas as seguintes características preponderantes: passagem para a reserva por tempo de serviço; existência de uma idade máxima de permanência na ativa, variável com o posto; remuneração na reserva relacionada com o tempo de serviço na ativa, podendo chegar até a 100%; contribuição mensal para a previdência social variável de 8 a 13% da remuneração básica.

Portugal e França são apresentados como exemplos do reconhecimento das peculiaridades dos militares.

AS DESPESAS

A remuneração da reserva é custeada pelo Tesouro Nacional.

Os benefícios da Pensão Militar são garantidos, em parte, pelos recolhimentos feitos, mensalmente, em folhas de vencimentos dos militares na ativa e dos inativos.

O sistema de saúde é auto-sustentado através da participação complementar dos próprios usuários.

Atualmente, o militar contribui com 14,6% do soldo do mês-base para Pensão Militar e com 8% a 10% do soldo do mês, acrescido de 1% por dependente, que não

Portugal

Antecedendo à elaboração do Estatuto dos Militares, os legisladores portugueses aprovaram a “Lei de Bases da Condição Militar”. Ela, textualmente, destaca:

“A Condição tem natureza própria que a distingue da condição dos restantes dos servidores do Estado, salientando-se:

- *a sujeição aos riscos das missões militares, incluindo o sacrifício da própria vida e os decorrentes da formação, instrução e treinamento;*

- *a permanente disponibilidade, quer em termos temporais, quer em termos de mobi-*

lidade territorial, com o sacrifício de interesses pessoais e familiares;

• *a restrição, constitucionalmente prevista, de alguns direitos e liberdades; e*

• *a fixação de princípios deontológicos e éticos e dos relativos à hierarquia, à subordinação e obediência ao exercício do poder da autoridade e ao desenvolvimento de carreiras.*"

"Acrecentam-se, ainda, a sujeição a um regime disciplinar específico e o respeito e cumprimento dos diversos regulamentos e regras, que se incluem no conjunto de conceitos marcantes da vida castrense."

munerada, enquanto que, para o conjunto da sociedade francesa, esta taxa é de 67%;

• *o volume das transferências, com mudanças de residências, é de 40.000 por ano, para um efetivo global de 300.000; e*

• *o tempo de exercício profissional dos militares, sob condições mais rigorosas, é claramente superior às durações médias de trabalho de outras categorias profissionais.*

A compensação desses condicionamentos aponta para a manutenção de medidas específicas para esses profissionais, particularmente aquelas relativas à política social, que deve permanecer como componente essencial da condição dos militares. Este elemento é determinante para a coesão da comunidade castrense."

França

No *Livro Branco das Forças Armadas Francesas*, há um capítulo, sob o título "A Condição Militar", que segue os mesmos princípios da "Lei de Bases" referida anteriormente. Dele são extraídas as seguintes citações:

"O militar deve estar preparado para exercer, sob condições dificilmente previstas, uma atividade por natureza extremada, marcada pela morte de seu oponente, de um companheiro ou até dele mesmo.

A Instituição militar exige, na maioria das vezes, engajamento completo e exclusivo de seus membros; os imperativos da atividade militar transbordam para a vida familiar a tal ponto que a condição do militar e a condição das famílias se tornam estreitamente ligadas.

Esses imperativos e as consequências decorrentes, em matéria de disponibilidade e de mobilidade geográfica, fazem com que:

• *cerca de 30 a 40% apenas dos cônjuges de militares exercem uma atividade re-*

"Ao contrário do que tem sido divulgado, nas Forças Armadas, a proporção de militares na ativa e inativos é de 3 para 1. Da mesma forma, não é verdade que os militares na reserva recebem proventos maiores que na ativa."

CONCLUSÃO

A "Condição Militar", internacionalmente reconhecida, em países desenvolvidos ou não, submete o profissional a exigências muito peculiares, que não são impostas, na sua totalidade, a nenhum outro servidor. Dentre essas exigências vale lembrar: o risco de vida permanente; a sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia; a dedicação exclusiva; a disponibilidade permanente; a mobilidade geográfica; o vigor físico; a formação específica e aperfeiçoamento constante; a proibição de participar de atividades políticas; a proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou em qualquer movimento reivindicatório; as restrições a direitos sociais; e o vínculo com a profissão mesmo na inatividade.

Essas imposições, próprias da natureza da atividade militar, não ficam restritas à pessoa do profissional, mas afetam fortemen-

te a vida familiar, produzindo consequências tais como: dificuldade em construir o patrimônio da família; prejuízos graves na educação dos filhos; restrições para que o cônjuge exerça atividades remuneradas.

É incontestável que a intenção do legislador, nos incisos VI e VII do artigo 37 da Constituição de 1988, ao se referir ao servidor público como detentor dos direitos de associação sindical e de greve, excluiu taxativamente o militar. O preceito constitucional, pois, reconhece a diferença entre as duas classes, distinguindo suas funções e atividades profissionais. O texto constitucional, de forma explícita, previne as práticas discriminatórias contra os trabalhadores, mas em nenhum momento equipara os servidores civis aos militares.

A carreira militar é estruturada de forma singular em relação às outras atividades, também inerentes ao Estado, pois tem características diferenciadas em vários aspectos que vão desde o tipo de promoção de seus profissionais, ou o modo peculiar de que se reveste o exercício de suas funções, até a condição especial de seus inativos. Alterar os princípios dessa estrutura, que são internacionalmente reconhecidos, significa correr o risco de inviabilizar tal carreira para o fim maior a que se destina.

A profissão militar inicia-se, para a maioria de seus profissionais (oficiais e graduados) em escolas cujo ingresso é feito mediante concurso público de âmbito nacional. Ao exame de escolaridade — apenas uma das etapas da seleção — associam-se exames médicos, de aptidão física e psicológicos. Nessas escolas, o estudante militar executará, gradualmente, todas as atividades exigidas dos profissionais militares já formados, com o esforço necessário e os riscos decorrentes. Ele não é, portanto, um estudante comum participando de um ambiente acadêmico. Daí justificar-se a contagem do

tempo de serviço passado nas escolas de formação, pelo menos em parte.

A seguridade social dos militares proporciona aos seus contribuintes os proventos da reserva remunerada e reforma, a pensão militar e o atendimento médico-hospitalar, conforme a legislação em vigor.

A passagem do militar para a inatividade pode ser feita segundo dois critérios principais: por contar, no mínimo, 30 (trinta) anos de serviço; e/ou atingir a idade-limite prevista para o posto ou graduação.

A preservação de tais princípios é fundamental para assegurar-se o indispensável rejuvenescimento dos quadros e a manutenção de níveis adequados de competência profissional.

Ao contrário do que tem sido divulgado, nas Forças Armadas, a proporção de militares na ativa e inativos é de 3 para 1. Da mesma forma, não é verdade que os militares na reserva recebem proventos maiores que na ativa.

Na forma da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, todos os militares da ativa, da reserva remunerada e reformados são contribuintes obrigatórios da pensão militar. A contribuição é mensal e corresponde a 1 (um) dia dos vencimentos do militar (aproximadamente, 14,6% do salário). Os beneficiários são, essencialmente, a viúva e os filhos, exclusive os maiores do sexo masculino, desde que não sejam interditos ou inválidos. Em condições excepcionais, outros beneficiários poderão ser cogitados. A inclusão dos filhos é consequência da dificuldade, já exposta, de o militar formar um patrimônio, peculiaridade que se associa ao risco inerente à profissão, resultando numa preocupação maior com o amparo à família. O valor da pensão, correspondente a 20 (vinte) vezes a contribuição, é dividido entre os beneficiários.

No tocante à assistência médica-hospitalar, as Forças Armadas possuem um siste-

ma de saúde que cumpre dois papéis: manter em atividade uma estrutura de paz que possa evoluir, com facilidade, para tempo de guerra, e proporcionar assistência médica à família militar e às comunidades civis de regiões carentes. Para utilizar esse apoio, o militar, ativo ou inativo, faz uma contribuição específica correspondente a 3% de sua remuneração básica; os pensionistas contribuem com 1,5% do soldo do militar falecido. Além disso, todos — militares e pensionistas — arcam com 20% das indenizações devidas por ocasião do atendimento.

A falta de um regime previdenciário próprio, que contemple as peculiaridades da profissão militar, poderá acarretar, às Forças, modificações substanciais em sua estrutura, no seu moral e, consequentemente, na sua eficiência, a saber:

- a submissão dos militares aos critérios de limites de idade idênticos a outras profissões inviabilizaria o perfil e o fluxo de carreira anteriormente abordados, com repercussões danosas na operacionalidade das Forças;

- a evasão dos militares mais antigos, que já se faz sentir, e a diminuição dos candidatos à carreira das Armas, situação agravada pela baixa remuneração atual; e

- o comprometimento do sistema de saúde militar para fins operacionais, que é mantido em permanente estado de prontidão em face da necessidade de atender a família militar e a um expressivo segmento civil nas regiões mais carentes.

Assim, pode ser dito que a longa evolução da arte militar, da organização e do funcionamento das corporações castrenses, produto de séculos, moldou uma situação em que a sociedade, atribuindo a um determinado grupo as responsabilidades maiores por sua soberania e, mesmo, sua integridade, assume o compromisso de prover algum tipo

de amparo à pessoa e à família de quem conscientemente aceitou colocar sua vida em risco, em defesa da segurança coletiva.

Como fecho, transcreve-se abaixo um trecho da carta de Moniz Barreto a El-Rei de Portugal, no ano de 1893, a qual, na publicação do EMFA, ocupa outra posição, com o título de “O Militar”:

“Senhor, umas casas existem, no vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares...”

“Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessesem pagar a liberdade e a vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e os defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E, desde hoje, é como se o fizessem. Porque, por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai coragem, e à sua direita a disciplina.” □



A DEFESA NACIONAL

Ministério da Defesa

Organização das Nações Unidas¹ (1945-1995)

Therezinha de Castro*

O artigo apresenta uma radiografia da cinqüentenária Organização das Nações Unidas, dos seus propósitos, realidades e desafios.

Entende-se por organização internacional a reunião de pessoas, representando em geral Estados, exercendo, de modo regular e estável, funções de interesse mundial, podendo assim ser definida a ONU, sigla da Organização das Nações Unidas, a instituição base no sistema estrutural do século XX no âmbito das Relações Internacionais.

Fazendo as vezes da Liga das Nações, a ONU se propôs a substituir, nos encontros internacionais, os pactos, congressos, conferências etc., sem, no entanto, anulá-los.

Com a intensificação das Relações Internacionais imposta pelo crescimento do

número de Estados e, consequente, da heterogeneidade no jogo de xadrez mundial, fez-se necessária a criação de um condomínio político, imprescindível ante a derrocada do colonialismo e surgimento de países sem serem nações, caracterizados obviamente como Estados fracos afeitos a um neocolonialismo, gerando problemas não só políticos como econômicos e sociais. Justifica, tudo isso, a multiplicidade de competências atribuídas a ONU.

Embora visando aos mesmos objetivos, porém num cenário geopolítico diferente, a Liga das Nações diverge da ONU em gênero e número. Nascida na Conferência de Paz de 28 de abril de 1919, integravam, originalmente, a Liga das Nações, os Estados aliados vencedores da Primeira Guerra Mundial, sendo, porém, como na ONU, permitida a ad-

* Conferencista de Geopolítica na ECEME e na ECEMAR.

1. Selecionado pelo PADECEME.

missão de outros países, desde que devidamente aprovada pelo voto de 2/3 da Assembleia Geral. Por isso, às potências da época — Inglaterra, França e Itália e, no Oriente, o Japão, vieram se juntar à Alemanha (1926) e, quase no final, à União Soviética (1934).

A Liga das Nações nasceu com base em projeto dos Estados Unidos e, apesar de fruto do idealismo teórico do Presidente Woodrow Wilson, jamais contou com a participação do país que ele governou. Conclui-se, então, que essa organização foi, na prática, uma aliança bem mais continentalista, num projeto de organização européia em bases inteiramente regionais. Era, em conjunto, uma “Liga de Governos”, aceitando certa limitação de seus direitos soberanos em troca de paz assegurada, sem acatar a instituição de um governo internacional.

Assim, a Liga das Nações seria dominada pela Europa, ainda centro das decisões geopolíticas mundiais. Essa mesma Europa que iria se desentender ante o confronto de Estados capitalistas liberais (França e Inglaterra) de um lado, ficando do outro tanto os totalitaristas de direita (Itália e Alemanha) quanto o de esquerda (União Soviética).

Mais teórica do que prática estava a Liga das Nações fadada à falência, incompetente para resolver conflitos, sem neles poder ao menos intervir, por não contar com uma força armada internacional. Sucumbiria a Liga das Nações ante o prenúncio da Segunda Guerra Mundial, muito embora sua dissolução jurídica só tenha ocorrido na Reunião de Genebra (8 a 18 de abril de 1946), a fim de que seus bens fossem transferidos para a ONU.

Patenteava-se, porém, o fator positivo da Liga das Nações, implantando a idéia de que o convívio entre Estados seria, doravante,

internacional. E essa vocação universalista seria a preocupação máxima dos Aliados, ainda no transcurso da Segunda Guerra Mundial.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Com base na Declaração das Nações Unidas, de 1º de janeiro de 1942, quando 26 representantes se comprometiam a combater o Eixo, lançavam-se as bases de uma organização internacional que o Presidente Franklin Delano Roosevelt batizava como Nações Unidas.

Mas seria somente a 30 de outubro de 1945, na Declaração de Moscou, que surgia o projeto de criação da ONU, expressamente formulado pelos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. Eram os então membros de uma multipolaridade que, em fase de transição para nova bipolaridade, concordavam sobre *“a necessidade de se estabelecer, assim que possível, uma organização internacional fundamentada no princípio de igualdade soberana de todos os Estados pacíficos, da qual poderiam fazer parte grandes e pequenas nações, a fim de assegurar a manutenção da paz e da segurança internacionais”*.

Em prosseguimento, de agosto a outubro de 1944, em Dumbarton Oaks, através de propostas de representantes dos Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e China, eram fixadas as bases para a elaboração da Carta das Nações Unidas.

Já com várias adesões, entre as quais a do Brasil, representantes de 50 nações² na Conferência sobre a Organização Internacional, reunida em San Francisco (25 de abril a 26 de junho de 1945) ratificam a Carta.

2. Embora não representada na Conferência de S. Francisco, a Polônia foi dos primeiros países a ratificar a

Carta, sendo, por isso, considerada como membro fundador.

Como a maioria só retificaria o documento a 24 de outubro, comemorava-se nessa data, universalmente, o Dia das Nações Unidas.

Expressava, na época, o preâmbulo da Carta, abaixo reproduzido, os ideais e propósitos comuns dos povos, cujos governos se uniam para criar as Nações Unidas.

“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos:

- “*a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço de nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a afirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos;*

- “*a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla, e, para tais fins, praticar a tolerância de viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não seja usada a não ser no interesse comum;*

- “*a empregar um mecanismo internacional para formar o progresso econômico e social de todos os povos.*

Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desse objetivo.”

A ONU, através desse preâmbulo se propunha a ser um centro destinado a harmoni-

zar a ação dos povos na consecução de objetivos comuns; a saber: manutenção da paz e segurança; desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, dentro dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Passaram a se chamar de membros-fundadores os países que haviam tomado parte na Conferência de San Francisco, ficando porém implícito o direito de tornar-se membro das Nações Unidas todos os Estados amantes da paz que aceitassem os compromissos da Carta e que, a critério da Organização, se mostrassem aptas e dispostas ao cumprimento das obrigações. Podem os membros, indistintamente, serem expulsos ou terem seus direitos suspensos, por decisão da Assembléia Geral à recomendação do Conselho de Segurança. Sem nenhuma exclusão, foi sempre num crescer o número de adesões, chegando, no ano em que completava seu meio século de existência (1995), a 185 nações.³

Tornaram-se idiomas oficiais o inglês, português, russo, chinês e espanhol, enquanto as línguas de trabalho passaram a ser o inglês e o francês.

Com sede universal em Nova York, a ONU é formada por seis órgãos principais: Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça, e Secretariado, devidamente enumerados pelo Artigo 7º da Carta, tendo nos subsequentes regulamentados suas funções (Anexo 1).

Órgão mais central e centralizador de toda a Organização, a Assembléia Geral é constituída por todos os Estados membros não podendo ter cada um mais do que cinco re-

3. Devendo-se ressaltar que, avessa a organizações internacionais, a Suíça não integra a ONU.

presentantes e direito a apenas um voto (Anexo 2).

Reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária, que começa numa terça-feira do mês de setembro. O discurso inicial, desde a fundação da ONU, vem sendo feito pelo representante do Brasil, o que já se tornou tradição.

A Assembléia Geral se encontra, via de regra, a cargo de técnicos e diplomatas, pois, com o alargamento dos debates, são efetivamente impedidos de participar os chefes de Estado. Funciona em sessões ordinárias ou extraordinárias no plenário ou em Comissões e Tribunal Administrativo (Anexo 1)

Já o Conselho de Segurança está organizado para exercer permanentemente as suas funções, exigindo assim, que um representante de cada um dos seus membros esteja sempre presente. A presidência é entregue, de maneira rotativa, durante um mês a cada um dos 15 integrantes (5 membros permanentes e 10 não permanentes) segundo escala que segue a ordem alfabética dos países a que pertencem, em inglês.

Os 10 membros não permanentes, dentre os quais está o Brasil, são escolhidos entre os países integrantes da ONU por sistema de rotatividade, com mandato de dois anos. São indicados segundo o seguinte critério: cinco da África e da Ásia, dois da América Latina, um da Europa Oriental e dois da Ocidental.

Aí se encontra o poder de veto atribuído a um dos cinco membros permanentes, subtraindo da ONU o ideal de universalidade a que se propunha, para transformá-la num instrumento de ação dos Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China.⁴

4. Trata-se da China Continental que retirou, em 1971, o assento até então pertencente a Taiwan ou Formosa. Essa ilha secessionista, hoje próspera como um dos "Tigres Asiáticos", não pretende se manter encravada,

Como entre suas funções e atribuições estão a de empreender ações militares contra um agressor, tem a ele afetos: a Força de Operações, o Comitê de Estado-Maior, a Agência Internacional de Energia Atômica e, ainda, a Comissão de Desarmamento, que deve formular planos para um sistema que regulamente atividades bélicas.

O Conselho Econômico e Social vem reelegendo sempre para compô-lo além de outros Estados membros, os "Cinco Grandes" do Conselho de Segurança, também. Funciona através de Comissões e Comitês, de acordo com o Artigo 55 da Carta, a fim de promover: níveis mais altos de vida; pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; a solução para os problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e correlatos; a cooperação internacional, cultural e educacional; o respeito e a observância universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua e religião.

No contexto da ajuda especial, destaca-se a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), com semi-autonomia e a finalidade de concorrer para melhorar as condições de vida da infância e juventude. Distinguida, em 1965, com o Prêmio Nobel da Paz, sua principal fonte de recursos provém de contribuições governamentares voluntárias, donativos e a receita oriunda da venda de cartões de natal.

Tem igualmente destaque o Alto Comissariado para Refugiados, para: proteger os que tiveram que deixar seu país ou residência habitual por motivos políticos;

buscando o seu reconhecimento como nação na ONU — com o que não concorda a China Continental que trata a ilha como uma de suas Províncias; enquanto Taiwan cita para sua admissão os antecedentes das duas Coréias e duas Alemanhas, esta última hoje unificada.

prestar auxílio aos Governos, quando solicitarem solução para refugiados aos quais concederam ajuda. Em 1955, obteve o Prêmio Nobel da Paz, pela ação junto a mais de um milhão de árabes da Palestina, que tiveram que sair da região em decorrência do conflito com Israel, em 1949.⁵

No setor das Comissões Funcionais destaca-se a dos Direitos Humanos, nascida, a 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal aprovada pela ONU, que consta de 30 artigos, compreendendo direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais. Deriva, daí, a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher (julho de 1954), bem como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (dezembro de 1965).

O advento de uma série de nações independentes que ocorria após a Segunda Guerra Mundial daria destaque ao Conselho de Tutela. Coube a este fixar metas e estabelecer padrões capazes de acelerar a consecução de independências. Tudo decorrendo dos amplos princípios enunciados na Carta, proclamando direitos iguais para todos os povos, inclusive a autodeterminação, e apoiando-se em três capítulos específicos (XI, XII e XIII), que tratam de interesses dos povos independentes.

A Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais foi

aprovada pela Assembléia Geral em 14 de dezembro de 1960. Afirma, essa Declaração, textualmente, que “*a sujeição de povos ao jugo, domínio e exploração estrangeiros representa uma negação aos direitos humanos fundamentais, é contrária aos preceitos da Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais*”, consequentemente, continua “*nos territórios sob tutela e nos territórios não autônomos, bem como em todos os demais territórios que ainda não alcançaram a independência serão adotadas medidas destinadas a transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condição ou ressalvas, de acordo com a vontade e desejo livremente expressos e sem distinção de raça, credo ou cor, de maneira a podem usufruir a independência e liberdade completas*”. O Artigo 1º da Carta da ONU destaca como um dos propósitos, o ajuste e a solução das controvérsias internacionais por meios pacíficos e em consonância com os princípios da justiça e do direito. Assim, por força do Artigo 13, cabe à Assembléia Geral incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação. Entre os métodos de solução pacífica destaca a arbitragem e solução judiciária, donde a importância da *Corte Internacional de Justiça*, com suas atividades iniciadas em Haia no ano de 1946. (Anexo 1).

5. O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) que se supunha teria duração efêmera de uns três anos apenas, vem sendo renovado. Isso porque os conflitos surgidos após o término da “Guerra Fria” vêm se multiplicando dentro das fronteiras nacionais. O financiamento para as missões desse Órgão é bastante complicado — angariado, via de regra através de doações para causas específicas, feitas pelos governos dos Estados Unidos, Japão e União Européia. Esses países, ou “Estados Diretores”, localizados no Hemisfério Norte, agem bem mais em seus próprios benefícios, para evitar serem invadidos por refugiados do Hemisfério Sul,

os já classificados por Rufin, como os “novos bárbaros”. Assim o sistema de financiamento obriga o ACNUR a ser refém da mídia. Só quando os meios de comunicação fazem grande cobertura de determinada catástrofe os citados governos se sentem pressionados a contribuir. Ou então quando o problema lhes afeta mais diretamente. Um dos motivos para a lentidão da resposta ao apelo do Secretário Geral da ONU, Boutros Ghali para uma ajuda de emergência de US\$ 400 milhões no caso de Ruanda, foi que os meios de comunicação nos Estados Unidos estavam mais absorvidos com a situação do Haiti, com refugiados desembarcando no país para fugir da ditadura implantada na ilha.

O Secretariado é exercido por um Secretário Geral nomeado pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Segurança, com funções precípuas de: servir como principal funcionário administrativo da ONU; chamar a atenção do Conselho de Segurança para assunto que, a seu critério, possa comprometer a paz e a segurança internacionais; apresentar um relatório anual, ou quaisquer complementares que se façam necessários sobre trabalhos da ONU, à Assembléia Geral. (Anexos 1 e 2).

Do exposto, em linhas bem gerais, observamos que a ONU tem complicada infraestrutura, com entidades especializadas surgidas em virtude de acordos intergovernamentais, com responsabilidades nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e outros correlatos. Os acordos que regulamentam sua filiação às Nações Unidas são negociados, com as respectivas entidades, por um Comitê Permanente do Conselho Econômico e Social. Entre as várias entidades especializadas destacamos:

- a Organização Internacional do Trabalho ou OIT, que data de 11 de abril de 1919, quando seus estatutos foram aprovados pelo Tratado de Versalhes (Parte XIII), sendo, em 1946, a primeira entidade especializada a filiar-se à ONU. Com sede em Genebra, a OIT representando Governos, empregadores e empregados recomenda padrões internacionais mínimos sobre salários, hora de trabalho, idade mínima para emprego, condições de trabalho, férias, previdência social, prevenção de acidentes, liberdade de associação etc.;

6. A taxa de crescimento da população mundial atingiu um ritmo tal que ignora fatores como guerras, fome, doenças e até os avanços da ciência no campo dos métodos de controle da natalidade. As estatísticas da ONU mostram que a Terra precisou de 2 a 5 milhões de anos para chegar ao seu primeiro bilhão, o que ocorreu em

- a Organização de Agricultura e Alimentação ou FAO (*Food and Agriculture Organization*) foi a primeira entidade intergovernamental criada após a Segunda Guerra Mundial, a 16 de outubro de 1945 quando os estatutos que a regem foram assinados em Quebec;

- com sede em Roma, nasceu da esperança expressa na Carta do Atlântico de ver estabelecida uma paz capaz de proporcionar aos habitantes da Terra a certeza de viverem livres da penúria.⁶ São assim propósitos da FAO: melhorar os padrões de alimentação e condições de vida, assegurar melhor eficiência na produção e distribuição de alimentos, dos produtos agropecuários, florestais e de pesca; melhorar as condições de vida das populações rurais, contribuindo para a expansão da economia mundial. Sua missão se limita, praticamente, a coligir informações básicas, pois não tem verbas. Quando presidente da FAO, o brasileiro Josué de Castro escreveu dois livros: *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*;

- mais conhecida pela sigla inglesa UNESCO (*United Nation Educational Scientific and Cultural Organization*), foi a entidade criada em 4 de novembro de 1946 com sede em Paris. Tão quase utópica quanto a FAO, tem por finalidade facilitar o acesso de todos à educação e cultura, minimizando o analfabetismo no mundo.

Siglas bastante conhecidas como: BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), com sede em Washington; FMI (Fundo Monetário Inter-

1880. Para o segundo bilhão em 1930, foram necessários apenas 130 anos; passados 30 anos já eram 3 bilhões... em menos de 15 anos atingímos o 4º bilhão... no ano 2000 teremos ultrapassado a barreira dos 6 bilhões. O "crescimento zero", ou seja, o equilíbrio da população entre nascimentos e mortes será no ano 2040 quando seremos 8 bilhões de pessoas.

nacional),⁷ sediado em Washington e GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*),⁸ instalado em Genebra, se unem a outras tantas mostrando uma ONU eivada de boas intenções, mas obstada por numerosos órgãos burocratizados, instalados no hemisfério norte. No entanto, é considerada um mal necessário que, para ser definida, levou o russo Jacob Malik a caracterizá-la contando a seguinte anedota:
Adão tentava beijar Eva e esta procurava livrar-se do assédio. De corrido algum tempo, Adão ponderou: "Por que me evitas, será que podes arranjar mais alguém por aqui?"

Completando, em 1955, seu cinqüênário em grandes dificuldades financeiras, além das 17 agências especializadas, conta com 14 mil funcionários, dentre os quais 200 intérpretes no quadro permanente para as traduções simultâneas de 6 línguas — inglês, francês, espanhol, árabe, russo e chinês.

CARACTERIZAÇÃO

Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul. Com as sedes de todos seus organismos em países do hemisfé-

rio norte, em países ligados ao Primeiro Mundo, ou Ocidental, para dar-lhes o cunho internacionalista suas direções eram, por vezes, entregues a representantes terceiro-mundistas, manobrados quase sempre pelo Kremlin, liderando o Segundo Mundo, ou Oriental.

A ONU era criada quando se impunha a nova bipolaridade exercida pelos Estados Unidos e União Soviética. No entanto, os Estados Unidos passaram a ser o principal financiador do órgão, pagando a quarta parte de seu custo total, em taxas ou contribuições voluntárias — e pode-

ria ter sido, nesses primórdios, bem maior a dotação, não houvesse o Regulamento impedindo que um só país contribuísse com mais de 25% do orçamento geral. Por sua vez, a URSS que contava com duas de suas Repúblicas, a Bielorrússia (atual Bielarus) e a Ucrânia, na ONU, como Estados/membros, além de controlar, por isso, 3 votos na Assembléia Geral, contribuíam, juntos, com pouco mais da metade estadunidense.⁹

No seu período áureo, em face da fórmula de o pagamento ser baseada na situação financeira do país, mais de 3/4 partes dos gastos eram financiados por 9 países do Primeiro Mundo, ou Bloco Ocidental, notando-se que, dentre eles, o Japão, a Alemanha (Ocidental), a Itália e o Canadá não tinham, nem

7. O FMI e o Banco Mundial começaram a operar em 1947, respectivamente, com 45 e 39 membros, nenhum representando os interesses do Terceiro Mundo. A atual participação formal dos países emergentes não conseguiu mudar-lhes o caráter de instituições monetárias de cúpula de uma oligarquia internacional. Assim, nem no espírito nem na estrutura são os dois órgãos capazes de refletir os interesses da maioria.

"Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul."

8. Seu nome atual é Organização Mundial do Comércio (OMC).

9. Situação hoje bem diferente, pois tanto Estados Unidos quanto a Rússia estão em débito com a ONU que, burocratizada em excesso, entrando no seu meio século, consta não contar com tanto dinheiro, nem disposição para enfrentar os desafios, precisando pois ser reinventada.

têm sequer, o direito de voto no Conselho de Segurança, concluindo-se que, durante o existir da ONU, o Primeiro Mundo ou Bloco Capitalista pagava para ser atacado — atacado por uma Organização que se tornou, aos poucos, a plêiade de Estados novos, muitos dos quais inviáveis.

Tanto terceirmundista quanto países atrelados ao Kremlin, por pertencerem ao Segundo Mundo ou Bloco Comunista, eram manobrados com base no vade-mécum pубlítario em que se transformara a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” assinada em 10 de dezembro de 1948. Transformou-se, esse vade-mécum, no ponto de honra em nome do qual se falava para denunciar, denegrir e desacreditar o poder estabelecido, sobretudo quando de direita, para dar lugar a esquerda.

Pelo dinamismo de ação da ONU, com a cumplicidade do Conselho de Tutela, o mundo povoou-se de grande número de microestados, ou países que não eram nações, em face do tribalismo, que passaram a deter grande número de votos.

Em consequência, a tribuna da ONU passava a ser utilizada através das antíteses da lista de direitos e valores universais, tais como a miséria, o medo, o sofrimento, o aniquilamento e o massacre, pela escravidão, na opressão e arbitrariedade, pela injustiça, em face do desprezo aos direitos sagrados, da exploração do homem pelo homem, do abuso do poder e da confiança, dos interesses pessoais e das desigualdades e, finalmente, pela desumanidade representada pelas torturas e pela indiferença pelos valores humanos, valores esses na qualidade do contrapoder, agindo em nome do “poder negro”, “poder indígena” etc, antítese da lista dos direitos e valores universais que se ressaltava na ONU, sempre que desrespeitado, sobretu-

do pelo mundo ocidental, pois quase nada de tudo isso que ocorria no lado ocidental che-gava até aquele Órgão internacional.

Esse mundo tanto inviável quanto heterogêneo de “Estados-clientela” da ONU foi assumindo indiretamente o seu controle. Daí a ONU haver sido transformada numa espécie de tablado do qual se destilavam frustrações, aspirações, simpatias e ódios, conseguindo, por vezes, mobilizar a opinião mun-dial.

Mas, mesmo assim a ONU vinha sendo um mal necessário, da qual os Estados Unidos passou a se retirar de modo sutil, e pelas bordas, contra o núcleo central propriamente dito, servindo de exemplo a sua retirada da OIT, em 1971, seguida da UNESCO.

Em 1985, a ONU, já bastante combalida, comemorava seu 40º aniversário com o su-gestivo lema: “Por um Mundo Melhor”. Nes-se “mundo melhor” desejado, o quadro sócio-econômico global é sombrio. O Eixo Leste/Oeste se desfez. Terminou a bipolaridade Estados Unidos/URSS. Entra-se na fase transitória da multipolaridade, com a forma-ção de Eixos Norte/Sul manobrados por três “Estados Diretores”: Estados Unidos, Ale-mânia e Japão. E, nessa configuração de espaços vitais, o “Norte” industrializado, de-tentor da tecnologia, procura se valer do “Sul” subdesenvolvido ou em desenvolvimento, intercep-tando-lhe os passos dentro do novo sis-tema — o neocolonialismo. Assim sendo, a ONU constitui-se, na prática, num simples reflexo do mundo de hoje, mas não de um mundo melhor.

As inúmeras crises que se sucedem mos-tram as graves deficiências em que se encontra a ONU para resolvê-las. O Conselho de Segurança só age quando o conflito já come-çou, transformando os *capacetes azuis* em meros observadores, que, mesmo assim se

mantêm em 16 operações (Anexo 4). Por outro lado, a intervenção só se faz, ou se fez, quando em jogo os interesses particulares das potências que manobram com o seu voto o Conselho de Segurança. Por isso, manteve-se à margem, quando a antiga URSS invadiu a Hungria e a Tchecoslováquia, quando os Estados Unidos guerrearam o Vietnam, quando a Inglaterra defendeu seus interesses nas Malvinas, e quando a França atuou na guerra de independência da Argélia, fatos esses exemplificando o que se qualificou de “falso internacionalismo”. Deve-se ressaltar que, a partir de 1991, com o término da “Guerra Fria”, aumentou a ação dos *capacetes azuis*, ante o constante crescer de conflitos internacionais.

Dispende a ONU, por ano, cerca de 3 bilhões de dólares na manutenção das “Forças de Paz”; realizou, desde 1948, 38 operações, com a participação de 750 mil pessoas, tendo, em 1988 obtido o Prêmio Nobel. No entanto, a não resolução dos problemas recentes oriundos na Iugoslávia, Somália e Ruanda, vem mostrando que essas Forças, além de não conseguirem manter a paz, são também vulneráveis quanto a sua própria proteção.

ATUAÇÃO BRASILEIRA

Membro fundador da ONU, admitido em 24 de outubro de 1945, teve o Brasil papel efetivo, desde seus primórdios, com destaque para Oswaldo Aranha, nosso Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944.

Além de participarmos na elaboração dos 111 artigos da *Carta* e dos 70 artigos do *Estatuto da Corte Internacional de Justiça*, trabalhamos para a codificação progres-

siva das normas e princípios do Direito Internacional.

Como contributo à paz internacional, foi o Brasil autor e negociador das resoluções sobre a questão cipriota, incluída na Agenda da ONU em 1955.

O tribalismo travestido de nacionalismo exarcebado, tumultuaria a vida do Congo Belga, que passava a se chamar Zaire, independente em 1960. Com as guerras civis causadas pelo separatismo de Kassai e Katanga, interveio a ONU enviando a Força de Emergência dos *capacetes azuis*, criada em 1956. Dessa Força faria parte um contingente brasileiro.

A crise de Suez (1956), que originou a Força de Emergência, também contaria com tropas brasileiras. Nossa “Batalhão Suez” ajudou, ao lado de outras tropas, a manter, entre árabes e israelenses, uma trégua de 9 anos.

Vários oficiais brasileiros comandaram Forças de Emergência no Oriente Médio, e, quando eclodiu, em 1967, a Guerra Israel/RAU, a República Árabe Unida surgida da união Egito/Síria, foi intensa nossa atuação, tanto na V Assembléia de Emergência quanto no Conselho de Segurança, para pôr fim a luta no Sinai.

Essa atuação, em 1995, ano do cinquentenário da ONU, nos levou, como Observadores, até a Bósnia e a mandar um contingente para pacificar Angola em guerras civis desde sua independência, em 1974.

Em setembro de 1995, no discurso com que o Brasil há 50 anos abre, tradicionalmente, os debates na Assembléia Geral, o Chanceler Luiz Felipe Lampreia, sem mencionar diretamente a China e a França, criticou “*alguns países que insistem em testar seu arsenal nuclear em vez de ajudar a comunidade internacional a reforçar os mecanismos coletivos de segurança*”.

O término da “Guerra Fria” e o fim da bipolaridade Estados Unidos/URSS mudaram a face do mundo. Afirmou, então, Lampreia que o surgimento de novas potências econômicas e de certo número de países em desenvolvimento com projeção global mudou de maneira significativa a dinâmica da política mundial. O argumento do nosso representante para que outros países sejam incluídos no clube fechado dos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança é que outros atores também dominam agora o cenário internacional e que, portanto, devem se fazer presentes nesse núcleo radical dos membros permanentes para que a composição seja equilibrada e reflita melhor a diversidade das posições mundiais. Segundo Lampreia, o aumento qualitativo dos membros permanentes, bem como a ampliação dos não-permanentes (atualmente dez) dará, ao Conselho de Segurança, mais autoridade e eficácia, para cumprir suas responsabilidades crescentes. A atual estrutura do Conselho de Segurança já não reflete mais a realidade internacional.

“A atual estrutura do Conselho de Segurança já não reflete mais a realidade internacional.”

responsabilidades e mais eficaz no uso de seus recursos financeiros. Ante a crescente hostilidade dos Republicanos do Congresso à ONU, advertiu que seria irresponsabilidade dar as costas a uma Organização que ajuda ainda a mobilizar o apoio de outros países para objetivos afinados com os interesses internacionais.

Sendo o 15º orador inscrito para discursar na cerimônia comemorativa dos 50 anos da ONU, o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso foi breve e conclamou os países em débito a atualizarem suas respectivas contribuições. Entre os inadimplentes, os Estados Unidos

(US\$ 1,4 bilhão) e a Rússia (US\$ 591 milhões) ocupam os dois primeiros lugares; incluindo-se ainda no grupo a França (US\$ 101 milhões) e Inglaterra (US\$ 85 milhões), todos com poder de voto no Conselho de Segurança, como também o Japão (US\$ 197 milhões) e a Itália (US\$ 92 milhões) do G-7, o grupo dos países mais ricos do mundo.

O melhor argumento contra a retração é uma grande reforma¹⁰ e, nesse caso, disse Christopher que a ONU deve se dedicar menos à solução de conflitos armados e mais à luta contra a proliferação nuclear, o terrorismo, o crime organizado, o narcotráfico e as agressões ao meio ambiente. Assim, os Estados Unidos decidiram cortar a sua contribuição financeira às operações de paz que mobilizam atualmente 70.000 pessoas.

Ancorada nas margens do East River, em Nova York, a gigantesca burocracia vigente

CONCLUSÃO

Os Estados Unidos, representado pelo Secretário de Estado Warren Christopher, defendeu reformas para tornar a ONU mais ágil burocraticamente, mais clara em suas

10. Começando por eliminar organismos que já tenham cumprido sua função e de uma moratória de conferências internacionais. A crise financeira assim o exige pois

é o maior problema em seu cinqüentenário. Os Estados Unidos são responsáveis por 1/3 dos US\$ 3,4 bilhões que países-membros devem.

nessa “Fortaleza de Vidro”, faz com que a ONU enfrente agitadas discussões, sobretudo para a ampliação de seu Conselho de Segurança. As 185 nações que compõem a Organização não chegaram ainda a acordos definitivos para efetuar as mudanças necessárias. Há cinco grupos trabalhando para decidir se o Conselho de Segurança deve ser expandido, como a burocracia deve ser limitada, como as finanças devem ser reestruturadas e como serão organizadas as agendas para a paz e o desenvolvimento.

O fato é que o Brasil, membro fundador, que lutou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, quer um assento permanente no Conselho de Segurança; enquanto jogam pesado duas nações do “Norte” — a Alemanha e o Japão, vencidas no conflito, mas hoje na categoria de “Estados Diretores”, na multipolaridade dos Eixos Norte/Sul. Por sua vez, a Itália, que também se posicionou contra os vencedores da Segunda Guerra Mundial, tem proposta para manter o número dos permanentes e dobrar de dez para vinte os membros rotativos.

Repete-se na ONU um fato que ocorreu na Liga das Nações. O Conselho da Liga era constituído por 5 membros permanentes (Inglaterra, França, Itália, Japão e Estados Unidos) e 4 temporários classificados como potências de interesses limitados (Brasil, Grécia,¹¹ Bélgica e Espanha). Em 1923, pensava-se na Liga em se substituir alguns membros temporários, sendo o Brasil um dos países especialmente visados. Assim, em 1924, a Alemanha se dirigia às chancelarias dos países-membros da Liga, consultando-os sobre sua possível admissão no Órgão; condicionava, porém, sua entrada à certeza

antecipada de um posto permanente no Conselho.

O Brasil defendia sua admissão como membro permanente, na qualidade de representante do continente americano, mesmo sabendo que não contaria com a solidariedade da América Latina, cuja maioria era favorável à rotatividade no Conselho.

A França, não vendo com bons olhos a admissão da Alemanha como membro permanente, passaria a apoiar a Polônia, hostil ao Reich, por possuir em seu território minorias alemãs. A Inglaterra, dividindo forças era favorável à Alemanha, para contrabalançar a influência francesa.

Nessa situação, as instruções do Governo brasileiro eram de vetar a admissão da Alemanha e impossibilitar sua entrada como membro permanente, caso não fôssemos, também, contemplados com um posto idêntico. Perderíamos a questão. E, assim, na sessão do Conselho de 10 de junho de 1926, Afrânio de Mello Franco, nosso representante, comunicava oficialmente, em Genebra, que o Brasil se retirava da Liga das Nações. Era o primeiro país a fazê-lo.

Em 1934, a Alemanha nazista abandonava o Órgão, no momento em que a Rússia entrava. Sairiam, em seguida, a Itália e o Japão. A 14 de dezembro de 1939, quando já havia estourado a Segunda Guerra Mundial, a Rússia era expulsa da Liga, por haver invadido a Finlândia. E... por estranha coincidência seria esta a última sessão da Liga das Nações.

Tudo indica, pois, que a ONU deve se preparar para um mundo bem diferente do que viveu quando da bipolaridade da “Guerra Fria”. Quando nasceu, congregava ape-

11. Substituída em 1921 pela China. Em 1926 esse número foi elevado para seis, entrando a Suécia e o

Uruguai. Envolvendo-se em guerra civil, a China seria em 1923 substituída pela Tchecoslováquia.

nas 1/3 dos países que hoje congrega. E, países, que até então não representavam papel destacado em sua agenda, hoje, como o Brasil, entraram na fase do desenvolvimento e, egressos de um Terceiro Mundo heterogêneo, são nações ditas “perturbadoras” que buscam, de um “segundo nível”, alcançar o primeiro. E, nessas condições, se são consideradas como indispensáveis as presenças do Japão e Alemanha como membros permanentes do Conselho de Segurança, é igualmente justa a inclusão entre eles do Brasil que, além da sua, defende também a entrada da Índia e da África do Sul.

Dentro do contexto de uma “Nova Ordem Mundial”, quando na multipolaridade se impõe blocos em Eixos Norte/Sul, a ONU necessita de reformas estruturais e rever o seu conceito de desenvolvimento dessa nova estruturação de nações, que não figurava em sua agenda. E, assim, entrar com passos bem mais firmes no mundo do Terceiro Milênio, no qual os países emergentes, deixando de fazer parte do problema, são agora parte da solução.

O fato é, que, preocupada com a reconstrução dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial, e em preparar as ainda colônias para alcançar a autonomia, não previa a ONU ter que enfrentar conflitos internos, conflitos que surgiriam em Estados nascidos em processos de falência como meros “expedientes da História”, entre os quais, para citar alguns exemplos, a Iugoslávia, a Somália e Ruanda-Burundi.

Por outro lado, sem prever a explosão demográfica e o maior desenvolvimento no Hemisfério Norte chocando-se com o subdesenvolvimento do Hemisfério Sul, não se preparou para inesperado movimento migratório, que Jean Cristophe Rufin classifica como

a “invasão de novos bárbaros”, a Carta da ONU é omissa como saber lidar com essas ameaças à segurança.

Os atentados transformaram a França num campo-de-batalha, onde o islamismo já é a segunda religião e os mulás, pregadores radicais, dão todo o apoio aos *boeurs*, filhos de imigrantes, via de regra argelinos, transformando-os em autênticos “Soldados de Alá”. Estes, doutrinados por agentes iranianos ou do GIA (Grupo Islâmico Armado), passam a odiar a França e os franceses e, sem futuro, pouco lhes vale a vida. Habitam em subúrbios de Paris, Lyon ou Marselha, quase todos com a mesma paisagem — à beira de estradas movimentadas, em prédios de 15 andares padronizados, de cor cinza, construídos com material barato apelidados de *zone*.

“Apesar de todos os entraves, é fato que será muito difícil a um mundo tão interdependente, com 3,3 bilhões de pessoas, se entender sem essa organização global.”

Nos Estados Unidos a presença desses “novos bárbaros” é notada sobretudo em Miami e Los Angeles, que, perdem gradualmente, sua identidade nacional, passando a falar o espanhol, face a presença maciça de latino-americanos. Estão também presentes em Nova York, transformado-a numa “babel”, por atrair deserdados do “Sul”, sobretudo onde os Estados Unidos se fizeram presentes em guerras, Coréia e Vietnam e, até mesmo, antagonistas chineses do regime estabelecido no país.

Segundo o Serviço de Imigração, vivem nos Estados Unidos cerca de 26 milhões de latinos e, embora haja entre eles brasileiros, são todos considerados hispânicos. Por isso, os Estados Unidos são hoje o 5º país de língua espanhola e, no ano de 2025 se continuado esse embate dos “novos bárbaros”, terão superado a própria Argentina e Colômbia, como o 2º país de língua espanhola depois do

México. Além dos cubanos e portorriquenhos, são conhecidos por apelidos no lugar de suas nacionalidades: argentinos (portenhos), bolivianos (fosforitos), costarriquenhos (ticos), quatemaltecos (chapines), nicaraguenses (nicas) e mexicanos (chicanos).

Conclui-se que, bastante paralizada por grupos de confronto na "Guerra Fria", a ONU não está no seu cinqüentenário preparada para assumir novos problemas e, nem mesmo cogitou da crise econômica mundial, fruto do desenvolvimento acelerado da tecnologia, através do qual fábricas protótipo suprimem sistema de fábricas e robôs, substituindo seres humanos, geram desempregos.

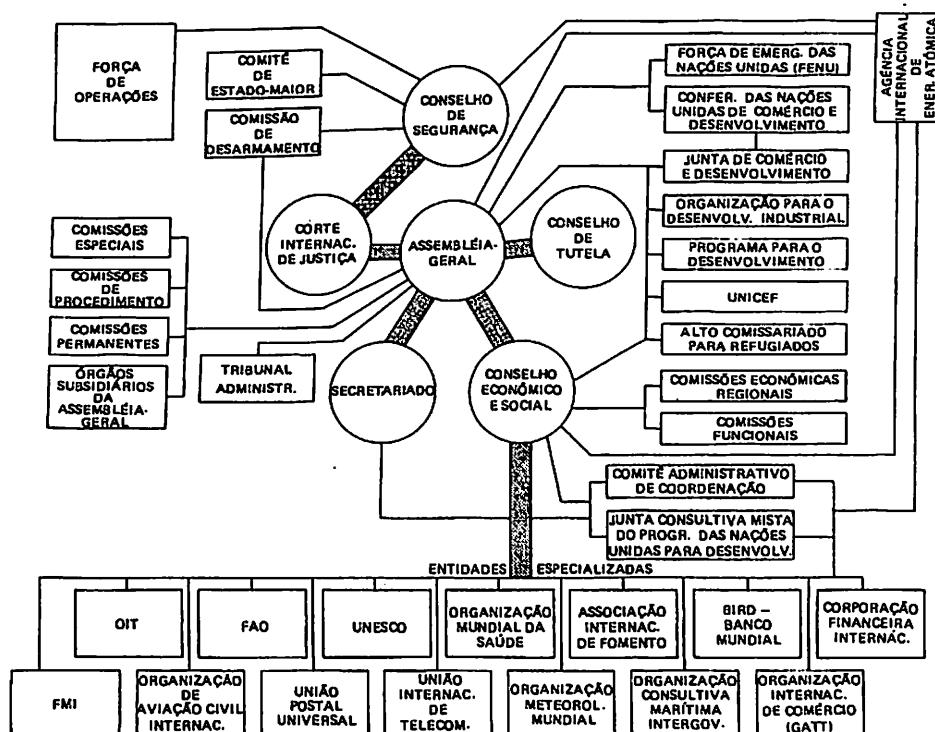
Embora seja o único Órgão onde os países podem discutir seus respectivos antagonismos, não conseguiu a ONU prevenir guerras, nem auxiliar o desenvolvimento de paí-

ses pobres. Inspriou uma dúvida a criação de leis internacionais, entre as quais os tratados de não proliferação nuclear, acordos sobre o uso dos oceanos, ignorados até mesmo por países signatários.

Foi até mesmo solapado o seu objetivo internacionalista, quando as potências, não sentindo o êxito em algum ponto de sua política externa, davam preferência à negociações bilaterais, ignorando a própria Carta da ONU. Mas, apesar de todos os entraves, é fato que será muito difícil a um mundo tão interdependente, com 3,3 bilhões de pessoas, se entender sem essa organização global.

Urge, pois, renovar e melhorar as capacidades de estrutura da ONU que, refletindo os idos de 1945, não vem demonstrando dinamismo, nem vem funcionando com justiça e equidade. □

ANEXO 1



ANEXO 2

SECRETÁRIOS GERAIS DA ONU

Não são membros do Conselho de Segurança, mas encarregados de aplicar as resoluções deliberadas por ele. Estão sempre presentes às reuniões ou representados nelas.

NOME	NACIONALIDADE	TEMPO DE EXERCÍCIO
Trigve Halvdam Lie	Norueguês	1946-1952
Dag Hjalmar Agne Hammarskjold*	Sueco	1953-1961
Sithu U Thant	Birmanês	1961-1971
Kurt Waldheim	Austriaco	1971-1981
Javier Perez de Kuelar	Peruano	1981-1991
Boutros Ghali	Egípcio	1991-

* Reeleito em 1957, morreu em desastre de avião em 1961, quando recebeu o Prêmio Nobel.

ANEXO 3

CONTINENTE	POPULAÇÃO (MILHÕES)		PORCENTAGEM (%)	
	1994	2005	1994	2005
América do Norte (sem o México)	291,2	332	5,1	3,9
América Latina	552,5	757	9,5	8,9
Europa	526	541	9,3	6,1
África	681,7	1,5 Bilhões	12,1	18,1
Ásia	3.268 Bilhões	4,9 Bilhões	58,1	57,8
Oceania (includindo Austrália)	27,5	41,3	0,4	0,4
Antiga URSS	308,5	35,2	5,5	4,1

PAÍSES (mais populosos)	HABITANTES (1994)	PORCENTUAL DO TOTAL MUNDIAL (%)	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
China	1,2 bilhões	21,4	1,4
Índia	896 milhões	16,0	1,9
Estados Unidos	257,8 milhões	4,6	1,0
Indonésia	194,6 milhões	3,4	1,8
Brasil	156,6 milhões	2,8	1,6

CIDADES (mais populosas)	1990 (Milhões de Habitantes)	2000 (Milhões de Habitantes)
México	20,2	25,6
Tóquio	18,1	22,1
S. Paulo	17,4	19,0
Nova York	16,2	17,0
Shangai	13,4	16,8

Fonte: Informe sobre População do Fundo das Nações Unidas

ANEXO 4

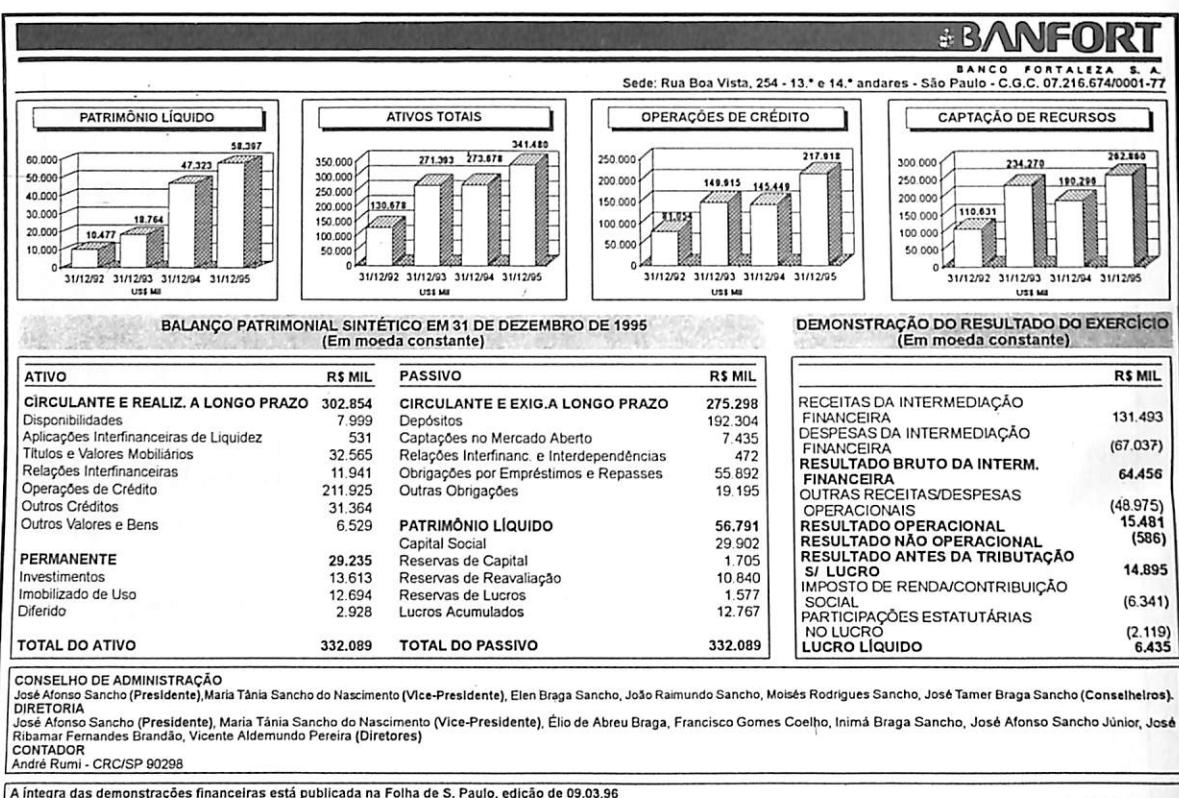
OPERAÇÕES DA ONU

INÍCIO DA OPERAÇÃO	PAÍS	INÍCIO DA OPERAÇÃO
1948	Israel e Países Árabes	Supervisionar a partilha territorial e guerras na região. 220 militares.
1949	Índia e Paquistão	Impedir o reinício de hostilidades no Cachemir. 39 militares.
1964	Chipre	Manter zona tampão entre cipriotas turcos e gregos. 1.198 soldados, 12 observadores militares e 35 policiais.
1974	Colinas de Golan	Controlar a zona tampão entre Síria e Israel. 1.035 militares.
1978	Líbano	Garantir a retirada israelense do sul do Líbano e restaurador paz. 5.370 militares e 40 civis.
1991	Sahara Ocidental	Verificar o cessar-fogo entre o Marrocos e a Frente Polisário. 1.700 militares e 300 policiais.
1991	El Salvador	Supervisionar acordos de paz entre o Governo e a Frente Farabundo; monitorar a manutenção da ordem. 1.000 militares.
1991	Iraque/Kuwait	Supervisionar o cessar-fogo e controlar a zona desmilitarizada. 1.150 militares e 200 civis.
1991	Angola	Controlar a aplicação dos acordos de paz entre Governo e UNITA. 61 militares, 114 civis e 18 policiais.
1992	Bósnia	Tentar fazer valer a trégua. 34.000 militares e 2.500 civis.
1992	Somália	Tentar acalmar a luta de clãs. 20.000 militares.
1992	Moçambique	Vencida a etapa da guerra civil, acompanhar a reconstrução. 5.500 militares e 270 policiais.
1993	Ruanda/Burundi	Apartar briga e compensar carência entre clãs. 81 militares e 16 civis.
1993	Geórgia	Fazer respeitar o cessar-fogo entre o Governo e separatistas da Abkhásia. 55 militares.
1993	Libéria	Conciliar três grupos em guerra civil desde 1990.
1993	Haiti	Antecipar a ação militar dos Estados Unidos para reinstalação de Aristide. 700 militares e 567 policiais.

BIBLIOGRAFIA

Annuaire Géopolitique Mondial de la Revue. Dirigée par Patrick Wajsman — Hachette. Paris, 1990.
CHAUMONT, Charles. *L'ONU* — Presses Universitaires de France. Paris, 1959.

DEFARGE, Philippe Moreau. *La Politic Internationale*. Hachette Supérieure. Paris, 1990.
ONU: Bodas de Ouro sem Brilho. *O Globo*, 22 de outubro de 1995.





A DEFESA NACIONAL

O Brasil e as Operações de Paz¹

L. P. Macedo Carvalho*

O artigo mostra os novos conceitos de operações de paz, informa sobre a participação de brasileiros nesse tipo de operações e apresenta reflexões sobre elas, tal como se apresentam no mundo que vivemos.

Extraído de palestra proferida, pelo autor, no XXI Congresso Internacional de História Militar, realizado no Canadá, no corrente ano, e que tinha, como tema: "Manutenção da Paz de 1815 a 1995."

*"Manutenção da paz não é missão de soldado,
mas somente o soldado pode realizá-la."*

Moskos – Sociólogo Militar

NOVOS CONCEITOS

Amudança da natureza dos conflitos após o término da Guerra Fria fez ressurgir antigos desafios para a manutenção da paz entre os Estados e os povos do globo terrestre, colocando em risco a segurança coletiva mundial.

Por muitos anos, as operações de paz significaram ações militares para conter conflitos e evitar sua ampliação. Hoje, as mis-

sões de paz tornaram-se muito mais ambiciosas e complexas, ultrapassando os padrões originais.

As operações de paz tradicionais resumiam-se em desdobramento de forças de coalizão ou multinacionais no terreno, com a finalidade de monitorar e facilitar a implementação de um acordo de cessar fogo existente em apoio de esforços diplomáticos para solucionar politicamente a disputa.

* Coronel-de-Artilharia e Estado-Maior do Exército.
Atual Presidente do Instituto de Geografia e Histó-

ria Militar do Brasil (IGHMB).
1. Selecionado pelo PADEC EME.

No passado, as operações de paz deviam satisfazer a três princípios:

- obter o consentimento de ambos os contendores, inclusive um convite explícito do(s) país(es) onde as forças de paz seriam desdobradas — o Art. 2º da Carta das Nações Unidas estabelece que não autorizará “*a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução...*”;
- ser imparcial; e
- fazer uso da força somente em defesa própria.

O propósito óbvio de tais princípios era garantir a soberania dos Estados membros envolvidos no conflito.

Hoje, distinguir entre negócios internos e internacionais torna-se, cada vez mais, difícil.

No presente, novos conceitos vêm sendo aceitos para impor a paz no mundo.

Em 1991, na Declaração de Santiago, a Organização dos Estados Americanos (OEA) proclamou que a “*eliminação da democracia em um país membro não é apenas uma questão interna, mas ameaça à segurança coletiva*”.

Boutros-Ghali, Secretário Geral da ONU, recentemente, fez alusão à “*dimensão universal da soberania, que reside em toda a humanidade e concede a todos os povos legitimidade para envolver-se em questões que afetam o mundo como um todo*”.

Como se verifica, as operações de paz transformam-se gradualmente em ações de combate para evitar guerras e resolver conflitos.

2. Se queres a paz, prepara-te para a guerra.

A doutrina emergente resultante dos novos desafios da crescente violência sugere outras formas de operações de paz, quais sejam: de **manutenção da paz (peace-keeping)** — monitoramento de cessar fogo estabelecido; de **imposição da paz (peace-enforcement)** — intervenção militar convencional com separação dos beligerantes pela força; de **pacificação (peacemaking)** — mediação diplomática com assessoria militar para colocar fim a disputas; e de **construção da paz (peacebuilding)** — esforço nacional típico de assuntos civis que possa implicar em desdobramento preventivo de tropa.

A alteração das missões de forças multinacionais desde o fim da Guerra Fria tem sido profunda, à luz das estatísticas: o crescimento de menos de 10.000 homens envolvidos em operações de manutenção da paz para cerca de 90.000 nos dias atuais e o aumento do custo de tais operações de US\$ 700 milhões, dois anos antes, para mais de US\$ 3 bilhões no final de 1993. Durante seus primeiros quarenta anos de existência, a ONU conduziu treze missões de manutenção da paz.

O princípio básico que norteou o convívio entre as nações por vinte séculos, raramente questionado, alicerçou-se no velho aforismo romano — “*si vis pacem, para bellum*”.² A máxima preparação para a guerra ocorreu no século XX, apesar de 75% de todas as mortes causadas por confrontos bélicos terem se verificado a partir da ascensão de Roma.

No começo dos tempos pós-Guerra Fria, o mundo foi tomado por uma euforia na qual os riscos de conflito global haviam desaparecido e as únicas ameaças remanescentes seriam os conflitos limitados.

Na verdade, o mundo está sendo dilacerado por tendências contraditórias: fragmentação e globalização. Vive-se em um mundo de incertezas e instabilidade, onde não se diferencia combatentes de não combatentes. Alegam que a alternativa é intensificar as operações de paz internacionais, mesmo com imposição da força.

O homem enfrenta o dilema: confiar no poder das Forças Armadas ou legitimar o uso da violência com fins políticos-econômicos.

“Não guardamos a visão do mundo sem guerra e isso, inevitavelmente, exige um sistema alternativo para enfrentar os conflitos”, declarou Adlai Stevenson há mais trinta anos.

Desde o período colonial até a atualidade, os brasileiros se orgulham de terem realizado várias operações de paz, não só no subcontinente sul-americano como em além-mar.

BRASILEIROS EM OPERAÇÕES DE PAZ

Restauração de Angola (1645 e 1648)

A primeira missão de paz brasileira, se assim se pode considerar, teve lugar em África, para a chamada restauração de Angola, ocupada por forças holandesas, em 1645. Decorridos sessenta anos sob dominação espanhola, Portugal não tinha poder para empreendê-la, valendo-se então de brasileiros. Não foi bem-sucedida, por ter o comandante-em-chefe das forças luso-brasileiras, antigo governador do Rio de Janeiro, morrido.

3. Inclusive índios Tapuias.

A segunda deu-se três anos mais tarde, sob o comando do General Salvador Correia de Sá e Benevides, neto do fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nascido nesta. Organizou ele uma frota de 15 navios, 4 comprados às suas expensas, com 600 marinheiros e 900 soldados,³ desembarcando próximo a Luanda, Angola, em 12 de julho de 1648.

Após derrotar 1.100 mercenários alemães, franceses e holandeses, reforçados por nativos africanos, e mais de um mês de cerco da Fortaleza de São Miguel, os invasores renderam-se à mais antiga Força Expedicionária Brasileira. Escapando através de São Tomé, os remanescentes holandeses abandonaram também suas últimas posições.

Operações de Paz no Rio La Plata

O velho antagonismo reinante na Península Ibérica entre Espanha e Portugal transferiu-se para a bacia do Rio de La Plata, no início do século XIX, na disputa para controlar o acesso e o comércio na área — entrada para o coração do território sul-americano. Em consequência desse conflito, surgiu o Estado tampão do Uruguai, em 1828.

No princípio de 1850, o ditador argentino Rosas, aliado ao caudilho uruguaio Oribe, sonhando reconstruir o antigo Vice-Reinado de La Plata, dominou o Uruguai e impôs um cerco ao governo legal de Montevidéu. Assim, em 1851, foi constituída uma força de paz argentina-brasileira, denominada “O Exército Libertador da América do Sul”, que rompeu o sítio de Montevidéu e libertou Buenos Aires da tirania de Rosas, em 1852. A missão foi cumprida a fim de preservar a independência da nova República do Uruguai.

Tão logo as forças brasileiras cruzaram a fronteira de volta para casa, entretanto, novas ameaças verificaram-se no Uruguai. Por solicitação do chefe de Estado uruguaio, o Brasil organizou uma “Divisão de Observação” para garantir a paz naquele país, lá permanecendo até dezembro de 1856.

A Paz do Chaco

A mediação do Brasil, junto com a Argentina, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai, foi muito importante para pôr fim ao conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai, irrompido nos idos de 1932. Colocou em execução, no campo-de-batalha, as cláusulas de segurança do Protocolo de Paz, firmado aos 12 de junho de 1935. A destacada atuação dos representantes do Brasil na Comissão Militar Neutra⁴ colaborou decisivamente para um acordo sobre a velha questão de limites e levar os beligerantes à cessação das hostilidades e desmobilização militar no Chaco Boreal.

Manutenção da Paz no Oriente Médio e em Chipre

A primeira experiência brasileira em operações de manutenção da paz com tropa, durante o século XX, aconteceu na faixa de Gaza, Egito, onde o Brasil manteve um batalhão de infantaria como integrante da Força de Emergência das Nações Unidas, para separar os beligerantes nas guerras árabes-israelenses.

4. Embaixador José Carlos de Macedo Soares e o então Coronel Estevão Leitão de Carvalho.

O Brasil contribuiu com vinte contingentes, empregando um efetivo total de 6.300 homens, ao longo de 10 anos, de 1956 a 1967, além de um general brasileiro ter comandado a força da ONU, como um todo, por determinado período.

Os soldados brasileiros estiveram presentes também em Chipre, sob a bandeira da ONU, em 1964.

Força Interamericana de Paz na República Dominicana

Durante 16 meses, o Brasil participou da Força Interamericana de Paz (FIP), organizada pela OEA, para restaurar a ordem pública e a paz na República Dominicana, de 1965 a 1966.

O contingente brasileiro foi composto de comando e estado-maior, uma companhia de fuzileiros navais e um batalhão de infantaria. Mais de 3.000 soldados brasileiros, afora marinheiros e aviadores, tomaram parte naquela operação de paz na América Central. Dois oficiais-generais brasileiros comandaram a FIP.

Missões de Manutenção da Paz de Menor Porte

Na década dos anos sessenta, o Brasil deu contribuições menores como membro das forças de manutenção da paz das Nações Unidas no Congo (1960-1964), na Nova Guiné (1962-1963) e na Índia-Paquistão (1965-1966).

“Capacetes Azuis” Brasileiros Hoje

A partir de 1989, a presença militar brasileira tem aumentado e se diversificado em

operações de paz nas seguintes partes do mundo:

Angola — Desde 1989, os brasileiros se fazem presentes nesse país. Primeiramente, para supervisionar a retirada de 50.000 cubanos e, agora, a fim de prestar ajuda humanitária por meio de observadores militares, de uma equipe médica, de uma companhia de engenheiros reforçada e de um batalhão de infantaria, enviado recentemente, com a missão de monitorar a trégua entre os beligerantes locais.

El Salvador — Trinta e sete observadores militares brasileiros lá se encontram desde 1991, para controlar a desmobilização dos "contras", assim como a trégua com as *guerrillas*, efetivar destruição de munição e limpeza de campos minados.

Equador — É a última operação de manutenção da paz em que o Brasil se engajou, onde um general e nove oficiais brasileiros acham-se em missão de observação, desde de março de 1995. A *Questão Cônndor* de hoje resulta de litígios fronteiriços antigos que o Brasil, auxiliado pela Argentina, Chile e Estados Unidos, tentara solucionar, por intermédio do *Protocolo do Rio de Janeiro*, assinado em 1942.

Guatemala — Há dois oficiais de ligação brasileiros nesse país, com a missão de monitorar o acordo de paz, firmado entre os grupos oponentes.

Honduras – Costa-Rica — O Brasil mantém lá seis especialistas, sob a bandeira da OEA, em operações de desminagem.⁵

Moçambique — Em 1992, o Exército Brasileiro enviou um grupo de observadores, comandado por um general-de-divisão, para essa ex-colônia portuguesa, a fim de monitorar o cessar fogo. No ano de 1984,

uma companhia de pára-quedistas, reforçada por carros blindados e helicópteros, desembarcou na base de Mocuba, Zambézia, para patrulhar e manter a paz naquela região, efetuar busca e apreensão de armas, desarmar *guerrillas*, realizar desminagem e proporcionar assistência médica à população local.

Nicarágua — Desminagem está sendo executada por três especialistas brasileiros nesse país.

Ruanda — Durante 1993, havia sete mantenedores da paz brasileiros na Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda.

Ex-Iugoslávia — Um oficial-general e trinta e três observadores militares integram a Força de Proteção das Nações Unidas na Bósnia, Croácia, Sérvia e Macedônia, sob permanentes riscos, a partir de 1994, onde recentemente dois capitães do Exército Brasileiro foram usados como escudos humanos pelas forças sérvias.

REFLEXÕES FINAIS

As operações de paz foram intensificadas nos anos pós-Guerra Fria, iniciando uma nova era e doutrina no curso da história dos conflitos. Porém, manutenção da paz pressupõe que anteriormente se estabeleça a paz. Parece que o almejado fim dos conflitos, de fato, não se concretizou, a violência cresceu e novos tipos de ameaças surgiram em várias partes do mundo, tais como terrorismo internacional, purificação étnica, fundamentalismo religioso, amplo espectro de forte nacionalismo, drogas, narcotráfico, fome, miséria etc. Os conflitos tornaram-se bem mais complexos.

5. Limpeza de campos e áreas minadas.

Os EUA saíram da Guerra do Golfo como a potência militar hegemônica, mas não se decidiram ainda a assumir o papel de polícia do mundo, devido ao elevado custo desse encargo. Os EUA afiguram-se desfrutar do prestígio de *gendarme* internacional sem querer despender grandes somas monetárias do seu orçamento de defesa e sangue de seus soldados — solução impossível para o problema.

No discurso perante a Assembléia Geral da ONU, em 1990, o Presidente Bush ressaltou o papel desse organismo internacional e selou a aliança do gigante norte-americano com as Nações Unidas, afirmando que “agora realizava sua promessa como parlamento mundial da paz” e a apoiaria. Imediatamente o Pentágono deu início a um programa de estudos e treinamento para “outras operações não de guerra”,⁶ a fim de ficar em condições de cumprir novas possíveis missões da ONU.

Todavia, essa onda de euforia lançada pela “Nova Ordem Internacional”, em que as questões de segurança ficariam a cargo da ONU, em contrapartida provocou nos EUA crescente ênfase nos problemas domésticos e no imenso *déficit* orçamentário enfrentado pelo Governo norte-americano. A idéia de haver sido colocado um ponto final nas guerras levantou a esperança de que disporia de grandes dividendos da paz que poderiam ser aplicados nos aparentemente insolúveis problemas sociais domésticos.

No seu Relatório Anual de 1992, Perez

de Cuellar, Secretário da ONU, enfatizou a “erosão da autoridade das Nações Unidas e a inação do Conselho de Segurança em face dos conflitos” e mostrou claramente as opções que se defrontavam no conturbado mundo de hoje — “anarquia ou ordem”.

Contrapondo-se ao pessimismo de Peres de Cuellar, o novo Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, atendendo à orientação do Conselho de Segurança, no mês de julho de 1992, em *Uma Agenda para Paz*,

“Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul.”

apresentou ambiciosa proposta otimista de expansão das responsabilidades desse organismo internacional, pela colocação em prática de diplomacia preventiva e diversos tipos de operações de paz, que virtualmente o tornaria *gendarme* do mundo. Acen-tuava a necessidade de ação. Definia a diplomacia preventiva como ações para evitar o surgimento de disputas, a escalada dessas em conflitos e limitar sua expansão no caso de ocorrência. Recomendava que as relações diplomáticas fossem suplementadas por missões militares. Sugeria que as operações de paz com emprego de força militar se efetivassem antes da deflagração dos conflitos, desencorajando as hostilidades, como no caso da Macedônia, para impedir que o conflito da Bósnia se estendesse aos vizinhos dos Balcãs. Em *Uma Agenda para Paz* fica va estabelecido que o emprego de forças militares dependeria apenas da aprovação do Conselho de Segurança diante de ameaça à paz, rompimento da paz ou agressão. Uma vez obtida a aprovação do Conselho de Segurança, as forças da ONU poderiam empreender as necessárias operações de combate

6. Operações de paz.

para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. Previa o Art. 41 da Agenda que os Estados membros da ONU mantivessem forças militares prontas a atender a um chamado, além de uma força especial de voluntários, fortemente armada, que ficava às ordens do Secretário-Geral. Tal princípio foi rejeitado pelos EUA.

Esse relatório também dava uma visão geral dos custos das treze operações de paz desencadeadas de 1945 a 1987, chegando a atingir o dispêndio de US\$ 8,3 bilhões, até 1992, e a morte de 800 homens de 43 países. Propunha que o pagamento desses crescentes custos, aproximadamente US\$ 3 bilhões anuais, fossem financiados pelo orçamento de defesa de cada país. Tal recomendação foi extremamente discutida no Congresso dos EUA. Concluía que a ampliação das necessidades de recursos financeiros e de efetivos para operações de paz desafiava a capacidade, a política e as finanças... dos Estados membros. Esse alerta gerou reações nos EUA, onde as reduções no orçamento público e no efetivo das Forças Armadas haviam sido grandes.

Dentro desses novos conceitos, o que contraria o prescrito pela Carta da ONU, as forças de paz seriam desdobradas sem necessidade de consentimento das partes em confronto e estariam autorizadas a fazer uso das armas para fazer cumprir as resoluções do Conselho de Segurança. Tais princípios baseavam-se na idéia de que "a velha doutrina secular de absoluta e exclusiva soberania dos Estados não mais existe", o que provocou compreensível oposição.

Em abril de 1992, durante a campanha presidencial, Clinton defendeu a criação de uma força internacional que poderia "ficar estacionada nas fronteiras de países ameaçados de agressão, para impedir grandes violências contra as populações civis, pro-

porcionar socorro humanitário e combater terrorismo".

Logo após tomar posse, expediu a revolucionária *Diretriz Presidencial nº 13*, que apoiava a expansão imediata das operações de manutenção da paz e comprometia-se a empregar tropas sob o comando da ONU. Era o multilateralismo sobrepondo-se ao tradicional unilateralismo dos EUA na defesa dos seus interesses nacionais.

Com o aumento da oposição, em consequência do desastre sofrido pelas forças norte-americanas na Somália, Clinton deu uma guinada de 180 graus na política de segurança. Em pronunciamento na Assembléia Geral das Nações Unidas, no segundo semestre de 1993, enfatizou a necessidade de cautela no envolvimento das Forças Armadas dos EUA em operações de paz. Acentuou que o fim da Guerra Fria não proporcionara a esperada era de paz, mas fizera recrudescer as controvérsias étnicas, religiosas e territoriais. Lembrou que a ONU agora engajara 80.000 homens em 17 operações de manutenção da paz. Propunha a criação de um Comando Operacional de Paz da ONU, dotado de estado-maior especial, com apoio logístico, adequado a responder prontamente a emergências em qualquer lugar do mundo. Declarou também que "se o povo norte-americano diz sim a operações de paz da ONU, as Nações Unidas deviam saber quando dizer não". Além do mais, recomendava que antes de uma missão ser aprovada, dever-seia responder às seguintes perguntas: Constitui realmente uma ameaça à paz mundial? Há um objetivo definido a ser atingido? Há um ponto de controle final que determine quando retirar a tropa? Quanto custará a missão?

Rejeitava a posição multilateralista previamente assumida, afirmando que "deveremos não hesitar em agir unilateralmente

quando houver ameaça aos nossos interesses principais ou de nossos aliados". Estava detonado o processo para a revisão da Diretriz Presidencial nº 13.

Assim, foi baixada a Diretriz Presidencial nº 25, estabelecendo novos critérios para apoiar operações de paz antes dos EUA se envolverem nelas. Começava alertando que “*as operações de paz não deviam ser compromissos abertos mas, como declarara o Secretário de Defesa Perry, proporcionais aos nossos interesses”.*

Destacava que as operações de paz deviam ter um prazo específico intimamente correlacionado com os objetivos intermediários e finais a serem atingidos, uma estratégia político-militar integrada, efetivo teto a apoiar logisticamente e uma estimativa orçamentária clara. Também listava fatores específicos a considerar antes de irem a votação no Conselho de Segurança. A decisão seria tomada levando-se em conta o peso cumulativo de tais fatores, “*não sendo qualquer deles absolutamente determinante”.*

Outra questão enfocada foi a do comando e controle das forças dos EUA. Declarava claramente que o Presidente retinha e jamais cederia o comando das tropas norte-americanas até o menor escalão em campanha. Ainda que sob controle operacional estrangeiro, firmou doutrina que as tropas dos EUA não podem receber ordens de qualquer comandante estrangeiro. Ademais, determinava que os comandantes norte-americanos deviam ligar-se, separada e diretamente, com as autoridades dos EUA, em caso de controvérsia. Exemplo perfeito da aplicação da Diretriz Presidencial nº 25 é encontrado no emprego da força-tarefa dos EUA sob o comando da ONU na Macedônia.

O mais importante aspecto da Diretriz Presidencial nº 25 é o referente à obtenção

do apoio do Congresso dos EUA e da opinião pública norte-americana ao prescrever que “*o Congresso e o povo norte-americano devem aceitar... e também participar do processo de tomada de decisões relativas a operações de paz novas e em curso”.*

Ficou assentado que o Departamento de Estado seria responsável pelas clássicas operações de manutenção da paz, em que as tropas monitoram um acordo com consentimento de ambos os contendores, enquanto o Departamento de Defesa assumiria responsabilidade pelas operações de pacificação que exigem o emprego de força, desde que autorizado.

Depois de longa e dura negociação com o Congresso, a Diretriz Presidencial nº 25 foi expedida a 5 de maio de 1995, determinando que as Forças Armadas dos EUA só podem ser empregadas em operações de paz multinacionais se destinarem a “*proteger nossos interesses nacionais”.*

Esse documento parte da premissa de que “*os EUA não podem resolver os conflitos do mundo... mas não acreditam que as Nações Unidas sejam capazes de estabelecer e manter a paz, particularmente se as hostilidades entre as partes persistem”.*

O resultado da entrada em vigor dessa diretriz provocou cerrada oposição do Congresso a Clinton, e da opinião pública (70%), no recente caso de intervenção no Haiti.

Em janeiro de 1995, Boutros-Ghali apresentou outro documento que suplementa *Uma Agenda para a Paz*, em decorrência dos insucessos comprovados da ONU na Somália, Ruanda e Bósnia, bem como da reformulação das diretrizes presidenciais de Clinton. Reconheceu a importância do prescrito no Capítulo 1 da Carta das Nações Unidas, ao afirmar que “*o princípio de igualdade e de soberania... nada autorizará as*

Nações Unidas a intervirem em assuntos que estejam essencialmente dentro dos limites de jurisdição interna de qualquer Estado". Admitiu ainda que "realmente, as Nações Unidas não podem impor ações preventivas e de pacificação aos Estados membros que não as aceitem". Evidente modificação dos poderes visualizados para a ONU em *Uma Agenda para a Paz*, no ano de 1992. A doutrina preconizada em *Uma Agenda para a Paz* viu-se, assim, substituída por um realismo mais cauteloso, com a declaração de que "vivemos ainda um período de transição", em autorizando, recentemente, a criação de uma força de reação rápida de 12.500 homens, fortemente armada, para atuar na Bósnia.

Enfim, o impacto dos bilhões de dólares gastos e das perdas de vidas norte-americanas nas últimas operações de paz levaram os EUA a rever sua posição no cenário mundial. O Congresso dos EUA adverte que a resolução do Conselho de Segurança da ONU "não constitui autorização para emprego de força dos EUA no Haiti..." Mas, ficou comprovado também que as operações de paz das Nações Unidas não podem ser bem-sucedidas sem o apoio dos EUA.

A obtenção dos dividendos da paz é uma questão bastante complicada.

De fato, a inexistência de significante ameaça justifica a redução dos gastos com defesa nos orçamentos públicos. Entretanto, tais reduções acarretam desemprego de pessoas que pagam impostos. Por outro lado, os desempregados deixam de pagar impostos e têm de receber assistência social do governo, desaparecendo assim a economia de bi-

lhões de dólares proveniente dos cortes orçamentários com defesa. A desmobilização é muito difícil a curto prazo. Conclui-se, pois, que forças de paz multinacionais, sob o ponto de vista econômico, na atual conjuntura, são mais proveitosa para as grandes potências.

Ainda que o número total de conflitos armados de maior porte haja declinado nos últimos anos, a farta disponibilidade de armas, exportadas pelas grandes potências para o resto do mundo, não oferece alternativa às agressões regionais e internacionais. Desde o princípio dos anos 60, pelo menos, armas no valor de um trilhão de dólares cruzaram as fronteiras do Primeiro Mundo em direção ao Terceiro. Em 1994, a exportação de armamento da França para países subdesenvolvidos alcançou 45% do mercado e a dos EUA, 24%.

"Em 1994, a exportação de armamento da França para países subdesenvolvidos alcançou 45% do mercado e a dos EUA, 24%."

As vendas de material bélico francês atingiram 11,4 bilhões de dólares. A França vendeu aeronaves, navios e submarinos a países do Oriente Médio e ao Paquistão. Os maiores exportadores de material bélico, após a França e os Estados Unidos, foram o Reino Unido e a Rússia. Mais de 70% das armas vendidas no mundo vão para a Ásia e o Oriente Médio. A disseminação de armamento convencional é universal e uma das regiões mais militarizadas do planeta continua sendo a Europa.

Um outro ponto questionável é, também, o dilema de fazer clara diferença entre soberania nacional e necessidade de intervenção estrangeira, a fim de prestar assistência humanitária. O Direito Internacional consagra que mesmo certas violações de direitos humanos não justificam intervenção externa

nos negócios internos de um país. Assim, intervenção por razões humanitárias está longe de ser aceita universalmente.

As despesas com manutenção da paz não pagas à ONU totalizavam 645 milhões de dólares em fins de 1992. Nenhum dos países membros permanentes do Conselho de Segurança saldou os respectivos débitos.⁷ Os participantes das operações de paz das Nações Unidas costumam arcar, no mínimo, com 20% das despesas. Até o envio de tropas para Angola, em setembro próximo passado, o Brasil contribuía com 17,7 milhões de dólares anuais para a ONU. Ficava atrás apenas dos países do G7,⁸ da Rússia e da Espanha. Em artigo publicado no *Washington Post*, em 13 de agosto de 1995, no dizer de Boutros-Ghali, a ONU está falida. No final de maio do corrente ano, os Estados membros deviam à ONU 2.754 bilhões de dólares, sendo que só os Estados Unidos, 1.179 bilhões de dólares.

Em *Uma Agenda para a Paz*, Boutros-Ghali aponta a necessidade de manter de prontidão contingentes militares dos Estados membros da ONU, preparados para proceder intervenções multinacionais. Porém, é impositivo, antes de mais nada, definir uma doutrina para operações de paz. Os EUA, o Reino Unido e a China opuseram-se a tal idéia. Somente a França, a Rússia e outros países europeus aplaudiram a sugestão do Secretário Geral da ONU.

A colocação de forças nacionais sob o comando das Nações Unidas tem se revelado uma questão bastante delicada e gerado sérios atritos. Na realidade, a subordinação de tropas das grandes potências a comandos

da ONU é mais nominal do que real. Há que se considerar ainda o perigo de que as forças armadas de países menores se transformem em milícia internacional sob as ordens dos poderosos, encobertos pela bandeira das Nações Unidas.

A falta de legitimidade política, liderança e estratégia internacionais para enfrentar a violência no mundo de hoje podem levar à desmoralização da ONU.

Para acompanhar o desenvolvimento da doutrina de operações de paz, as forças armadas precisam ser treinadas, as academias militares e as escolas de estado-maior devem incluir em seus currículos o estudo desta nova forma de atuação do soldado em tempos normais.

O problema crucial é se os *capacetes azuis* continuarão a ser empregados desarmados, sob a orientação de civis desprovidos de conhecimentos táticos e estratégicos, para fazer face à violência com não violência. Parafraseando conhecido historiador e político norte-americano, em recente pronunciamento no Congresso dos EUA, “*esperase que os soldados da ONU libertem reféns e não se tornem reféns*”.

Há risco de alguns governos discordarem de investir na manutenção da paz em áreas remotas, onde nenhum de seus interesses nacionais pareçam estar em jogo. A percepção de que interesses nacionais colidam com os de uma ONU potente reclama imediata revisão da Carta das Nações Unidas.

É difícil manter a coesão de uma força nacional, sob a égide da ONU.

Concluindo, a questão principal reside no fato de as nações decidirem ou não trans-

7. A Rússia e os EUA são os maiores devedores.

8. Alemanha, Canadá, EUA, França, Reino Unido, Itália e Japão.

formar realmente a ONU em uma entidade multinacional eficaz e eficiente.

Faz-se mister, antes da tomada de decisão em participar de qualquer operação de paz, criteriosa análise por parte do governo de cada Estado membro da ONU sobre a validade de tais ações, à luz dos respectivos interesses nacionais.

Maquiavel diz que "uma guerra é justa quando se faz necessária".

A História leva a acreditar que a guerra é um conflito de culturas, conforme assevera John Keegan. Como parte da natureza humana, é inevitável. Torna-se inacreditável é que a guerra, criação do homem, não possa também ser banida por ele. □

BIBLIOGRAFIA

- BOUTROS-GHALI, Boutros, Secretário-Geral da ONU. *An Agenda for Peace*. UN Press, Nova York, USA, 1992.
- BARRENTO, Antônio Martins, Brigadeiro. Alguns Comentários sobre Forças Multinacionais. *Nação e Defesa*, nº 68, outubro-dezembro de 1993. Lisboa, Portugal, 1993.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1961.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1972.
- GUEDES, Max Justo, Capitão-de-Mar-e-Guerra. As Guerras Holandesas no Mar. *História Naval Brasileira*. 2 v. tomo 1 B. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Alfred A. Knopf. Nova York, NY, USA, 1993.
- MACEDO CARVALHO, Luiz Paulo, Coronel. As Forças Armadas no Século XXI. *Mastro*, junho de 1995. Lisboa, Portugal, 1995.
- MATAKIS, T. C., General. *Aspirations versus Reality*. Universidade Militar Americana. Southern Pines, North Carolina, USA, 1995.
- MEIRA MATTOS, Carlos de, General-de-Divisão. *A Experiência da FAIBRÁS na República Dominicana*. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1967.
- OLIVEIRA, João Pereira de, General. *Vultos e Fatos de Nossa História*. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1961.
- RENNER, Michael. *The Future of Peacekeeping*. Worldwatch Institute. Washington, D. C., USA, 1993.
- SOUZA, A. Botelho de, Contra-Almirante. *O Período da Restauração nos Mares da Metrópole, no Brasil e em Angola*. Agência Geral das Colônias. Lisboa, Portugal, 1940.
- US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE. *Peace Operations*. Fort Leavenworth, Kansas, USA, 1994.

Quem escolhe Toyota não joga no escuro.



Jipe equipado com opcionais.

Não é por acaso que ninguém duvida do Jipe Toyota. Forte. Versátil. Com o motor OM 364 mais potente, ele enfrenta as piores estradas e aguenta o trabalho pesado. Se você quiser, seu Toyota pode vir equipado com roda livre, relógio quartz, tacômetro, bancos em tecido, direção hidráulica, ar condicionado e muitos outros itens. Além disso, na hora da revenda você também não arrisca. Porque ele tem grande durabilidade e valorização de mercado. Agora que o Jipe Toyota deixou bem claro suas vantagens, é só levar o seu. Com toda a certeza.



Junco

TOYOTA 4x4



A DEFESA NACIONAL

A Rússia e a Comunidade de Estados Independentes¹

Francisco de Assis Grieco*

Extraído de conferência proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), em 12.09.1995, o artigo aprecia as causas do esfacelamento da União Soviética (URSS) e das dificuldades de afirmação da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

O SÉCULO DO COMUNISMO

O século atual pode ser considerado a vertente de transformações radicais no cenário político e econômico mundial, após cinco séculos de predominância histórica europeia. Desde a formação dos seus Estados nacionais, a Europa foi o núcleo da expansão da civilização ocidental, imposta aos demais continentes pelos processos da colonização e transmigração cultural, na América e na Austrália, e pela imposição imperial, na África e na Ásia. Até o fim do século XIX, os princípios do “equilíbrio europeu”, através de guerras religiosas

e dinásticas, comandaram não só a evolução política do mundo e determinaram doutrinas de acúmulo de riqueza, de produção e de distribuição de fatores econômicos, como a própria configuração geopolítica do mapa mundial de nossos dias.

Em seus últimos anos, o século XX oferece, na sua análise retrospectiva, as bases de uma era de conflitos ideológicos, da globalização da economia mundial e da formação dinâmica de pólos de poder estratégico e político. A reversão de sua supremacia política, após a Primeira Guerra Mundial, define o primeiro passo para colocar a Europa, não mais em situação de liderança,

* Economista. Ex-Embaixador na Hungria e nos Países Baixos.

1. Selecionado pelo PADECEME.

mas de integração ao processo radical de reformulação da primeira metade do século. A assunção norte-americana da liderança financeira e da revolução de padrões de produção e de consumo arrastou, o mundo capitalista, na década dos 20, a uma recessão econômica, que só seria sobrepujada pelos gastos públicos das corridas armamentistas, nas ditaduras europeias, no Japão e nas democracias ocidentais.

A Europa e o resto do planeta viveram, a rigor e praticamente, três décadas de confrontação, entremeadas pela “paz armada” e padecendo dos desajustes sociais alimentados pela depressão econômica. A história do marxismo, no século passado, esbarra na prosperidade da Europa Ocidental e nas mutações do processo econômico capitalista nos Estados Unidos, com sua aversão aos figurinos estrangeiros e seu êxito em encontrar “soluções americanas” para suas crises cíclicas e pressões pela distribuição progressiva de sua renda nacional.

Enquanto Marx repousava no seu cemitério londrino, o marxismo que ele havia criado, inspirado na economia clássica inglesa e dramatizando os males sociais oriundos da Revolução Industrial, encontrou novo palco e protagonista gigante na Rússia tsarista, carcomida pela inépcia administrativa, pela corrupção e pelo atraso social em sua vastidão geográfica. A implantação do comunismo, dos dias de Lenin e Trotsky ao regime brutal de Stalin, fez da União Soviética o pivô de nossa História contemporânea. Em torno da consolidação, auge e decadência da União

Soviética definiram-se os choques ideológicos, a segunda hecatombe, e a chamada nova ordem mundial dos dias atuais.

A ideologia comunista, adaptada às contingências internas e externas da URSS no catecismo do leninismo – estalinismo, ganhou, na primeira metade do século, aspectos doutrinários novos no plano internacional. O processo da centralização econômica, os expurgos contínuos e a luta latente na hierarquia russa inverteram as prioridades do comunismo universal em favor da consolidação soviética. A doutrina comunista, sem dúvida, ganhou terreno na formação do pensamento humano universal, através de sua influência na evolução das ciências sociais, da economia e da literatura. Pensadores e homens representativos da cultura moderna chegaram mesmo a exaltar o regime hediondo de Stalin, após suas visitas ao “paraíso socialista”.

“O processo da centralização econômica, os expurgos contínuos e a luta latente na hierarquia russa inverteram as prioridades do comunismo universal em favor da consolidação soviética.”

Por um momento, a intervenção estatal cresceu no processo capitalista-democrático, com a renitência das recessões e pressões para a reformulação de princípios clássicos da livre iniciativa, como aliás ocorreu com o *New Deal* nos Estados Unidos. As comoções políticas na América Latina são fases históricas típicas das transformações vindas das facções comunistas indígenas, e/ou estimuladas por Moscou. A Grande Depressão dos anos trinta trouxe o desemprego crônico (estrutural), alimentou as guerras tarifárias e o neomercantilismo, apontando para os estágios que o marxismo anunciara como conduzentes ao funeral capitalista.

No plano político, o comunismo soviético concorria para a vitória do extremismo, na Alemanha nazista e na Itália fascista, erguendo ambas suas bandeiras da cruzada antimarxista, com o apoio das democracias ocidentais, estigmatizadas pelo horror da primeira guerra e receiosas das ambições expansionistas ilimitadas do Kremlin. Desprovidos de política internacional consistente, amarrados pelo isolacionismo tradicional de seu povo, os Estados Unidos não pareciam interessados em imiscuírem-se na Europa das minorias e nacionalidades conflitantes, criadas por Woodrow Wilson, e longe de constituírem o “cordão sanitário” para URSS ou a barreira ao nazismo crescente.

EXPANSÃO E DECLÍNIO

O término do segundo conflito mundial criou, em uma década de evolução, nova concepção política, econômica e estratégica de caráter global pela primeira vez na história da humanidade. A realidade de um só mundo, reunindo nações, continentes, etnias, ideologias, regimes políticos e, sobretudo, a estruturação da economia internacional, surgiu pela definição clara do choque ideológico entre a Aliança Atlântica e a União Soviética. O alinhamento compulsório de nações e governos, mesmo com seus regimes doutrinários díspares, constituiu, *de facto*, a era da “bipolaridade conflitante”, a despeito da arregimentação aparente e precária dos países que se arvoraram em “não-alinhados” e “terceiromundistas”.

À estruturação dos blocos econômicos (Mercado Comum) e militar (OTAN), a URSS respondeu com sua “Cortina de Ferro”, formalizada pela criação do COMECON e do Pacto de Varsóvia, compartilhando do

duopólio nuclear e passando a adotar política internacional e padrões planetários desconhecidos, até então, pela concepção euroasiática soviética. Com a vitória de Mao e a aliança, de pouca duração efetiva, a ideologia marxista ganhou todo o continente eurasiano, à exceção da “península” da Europa Ocidental, arrazada pela guerra e presa aparente de partidos comunistas rumo ao poder pelo caminho eleitoral. A reação democrática trouxe a liderança dos Estados Unidos, em processo envolvente de três décadas de confronto e que lhe garantiram a supremacia econômica mundial e a restauração das economias européia e japonesa para a constituição das ordens política e econômica de nossos dias.

O cerco militar do cerne marxista sino-soviético, mesmo após a cisão inevitável, criou toda uma estrutura periférica convencional e nuclear que se estendeu da OTAN aos pactos regionais do Oriente Médio (CENTO), à Ásia de Leste (OTASE) e à América Latina (Rio de Janeiro). A política de contenção dessa aliança reuniu nações de culturas, credos e, às vezes, de configuração democrática dúbia. Na verdade, os dois blocos ideológicos em choque costuraram suas alianças estratégicas ao sabor do imediatismo e de suas conveniências, nos caldeirões políticos africano e asiático, à medida que surgia uma centena de países nascidos com o processo de descolonização, patrocinado pelos Estados Unidos e às expensas das potências coloniais européias, arruinadas pela guerra.

O holocausto nuclear e as recordações do conflito recente, com suas dezenas de milhões de vítimas, garantiram a paz, embora precária e a despeito de “aventuras” perigosas na Coréia, Cuba e Vietnam, merecendo a conceituação analítica apropriada do

brinkmanship. Nem tão pouco materializaram-se iam as previsões do *Kapital* sobre a decadência capitalista pelos estágios das convulsões econômicas cíclicas, da eclosão das guerras de libertação colonial e da derroca da final do capitalismo financeiro. Antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, Bretton Woods já havia estabelecido o tripé que disciplinaria a economia mundial em sua reconstrução e assistência econômica (Banco Mundial), finanças internacionais (FMI) e fluxos de comércio (GATT).

Recusando sua participação no novo esquema econômico universal, à União Soviética restou a manutenção de uma área econômica restrita, de potencial limitado de riquezas naturais e de industrialização precária, a par de mercados de consumo pobres. A recuperação da própria URSS, com suas repúblicas subdesenvolvidas e necessitadas de criação mesmo de infra-estruturas econômicas e sociais, padeceu da miopia política de Stalin em não consolidar as *benesses* recebidas em Yalta de um Roosevelt fisicamente arruinado. Confirmando a perspicácia de Churchill e sua antecipação das ambições territoriais e desígnios de supremacia da União Soviética, o ditador caucásiano confirmou seu ânimo expansionista, na segunda crucificação da Polônia e na aplicação “malaparteana” de clássicos golpes-de-estado nos países da Europa Oriental.

Lançando-se na competição nuclear e especial, a Rússia sacrificou recursos astronómicos essenciais à recuperação e modernização de suas indústrias, negando a expansão do consumo aos seus povos sacrificados, desde a implantação comunista às vicissitudes da guerra devastadora de seu território mais afluente. Nada mais contestável do que a noção de ter sido a Europa Oriental sugada economicamente pelo “polvo soviético”.

Seus países, pelo contrário, valeram-se dos déficits crônicos no balanço de pagamentos do COMECON, pelos seus saldos negativos comerciais, e pouco contribuíram para os gastos militares de defesa (e agressão) comuns, beneficiando-se do fornecimento de energia subsidiada. Pagaram, porém, o preço de mercados de consumo incapazes de absorverem inovações e eventuais métodos modernos de comercialização, barrados pelas empresas estatais de suas economias planificadas.

Fechando suas fronteiras, a União Soviética perdeu as batalhas da revolução das tecnologias de ponta, alheia ao intercâmbio mundial científico, técnico e tecnológico, destituída dos recursos bilionários, que revolucionaram os métodos modernos americanos de produção e produtividade compartilhados com a Comunidade Européia e o Japão, guardiões da aliança democrático-capitalista. A ajuda econômica norte-americana aos países em desenvolvimento, sempre que possível democráticos, concorreu para a expansão do comércio e vinculações à economia dos Estados Unidos. O abandono, pelo Tesouro americano, do padrão-ouro, relegou o metal à conversão em moeda americana, ao passo que a rede de multinacionais e os mercados de euro-petro-dólares estimulariam a hegemonia do dólar como *fiat* mundial.

Relativamente estagnada em sua economia, perdedora da corrida tecnológica, a URSS, a partir dos anos 70, começava a dar sinais de um paquiderme bicontinental desprovido de rede adequada de transportes e comunicações, habitada por população compósita, de etnias e credos religiosos vários; defasada em relação aos métodos industriais modernos e à revolução terciária da prestação de serviços, e, sobretudo, imobili-

zada pelo fracasso da centralização econômica e administrativa.

Seria temerário pontificar causas prioritárias no processo de decadência da União Soviética. Ou mesmo atribuí-las, prioritariamente, a fatores exclusivamente econômicos, conquanto seja evidente que a doutrina econômica marxista — em falta de melhor nome — tenha-se constituído nas bases do estopim político que detonou a implosão do regime comunista soviético. Estranhamente, enquanto os líderes comunistas (vide Khrushev) vaticinaram o enterro capitalista, foram raros e ignorados

os analistas que prognosticaram a derrocada da URSS, no curto, médio e longo prazo. Nada mais ingênuo, todavia, supor que o império monolítico de quase sete décadas pudesse desmoronar com o Muro de Berlim ou durante o período curto dos esforços de um homem só e corajoso: Gorbachev e sua “glasnost-perestroika”.

As lutas intrapartidárias pelo poder, a tendência crônica à liderança monolítica e a estratificação dos quadros do PCUS foram todos fenômenos típicos do “envelhecimento doutrinário”. A rede administrativa permaneceu sujeita aos critérios partidários de fidelidade e ortodoxia, com distribuição de cargos e favores, em prejuízo das renovações e com total desconhecimento do grande salto tecnológico em franca expansão no resto do planeta.

A “nomenclatura” tornou-se a casta das *dachas*, das limusines *Zis*, das viagens bem-remuneradas ao exterior, dos supermercados especiais para os tecnocratas etc.

A xenofobia oficial, cultivada e herdada do estalinismo, manteve os padrões de foco da nova geração, negando-lhe a arte moderna, a liberdade intelectual criativa e as novas expressões musicais, que não merecessem a sanção do Politburo. A repressão às influências culturais externas e o puritanismo, impostos desde os dias da implantação do regime, permaneceram no pós-guerra como postulados normativos da sociedade sem classes, explicando, em grande parte, a erupção vulcânica dos costumes e comportamentos sociais dos tempos atuais, de drogas, pornografia e prostituição, máfias e crimes, corrupção e desalento.

Incorporadas, anteriormente pelos exércitos do Tzar, as repúblicas socialistas soviéticas da Ásia procuraram preservar seus padrões culturais, línguas e dialetos e, principalmente, o maior fator de sua unidade: a religião e o código social islâmico. A política estalinista de “russificação” da União Soviética realocou mais de 60 milhões de

“Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul.”

A “DÉBÂCLE” POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Cerca de duas décadas após a morte de Stalin, por volta do início dos anos setenta, o processo político soviético entrava em compasso de estagnação, pela sua impossibilidade de admitir novas lideranças e animer-se a empreender revisão conceitual do marxismo anacrônico, ante a renovação dos cânones democráticos e o crescimento das economias de livre iniciativa em todo o mun-

cidadãos nas regiões bálticas onde logrou implantar minorias, que chegaram a um terço na Estônia mas persistiu, principalmente, em criar elites governamentais, nas repúblicas socialistas asiáticas, que até hoje constituem facções importantes nos novos partidos e na administração dos Estados independentes.

A partir do reinado de Brejnev, a URSS sinalizava sua disposição em aceitar novos esquemas de “détente” na Europa e, amplo modo, de desnuclearização e redução de armamentos convencionais. Na Polônia, a arregimentação sindical encontrou o apoio do nacionalismo cultural e religioso. Na Hungria, o “Novo Modelo Econômico” chegou à privatização do pequeno comércio, autogerência de fábricas e comercialização privada de parte da produção agrícola. A Romênia, no seu “comunismo de família”, i.e. mulher e filho no Politiburo, chegou ao ponto de levar Ceausescu a abandonar, *de facto*, o Pacto de Varsóvia e exigir o sucateamento nuclear em ambas superpotências. De modo geral, o comércio intrazonal no COMECON seria, paulatinamente, desviado para o Ocidente à procura de suas moedas-fortes.

Partido e “nomenclatura” soviéticos começaram a entrar em estágio de decomposição na liderança de Brejenev e, em declive vertical, nos primeiros anos dos Oitenta, quando o Secretário-Geral circulava trôpego pelas capitais comunistas. Dois substitutos-anuais, cujos nomes foram quase esquecidos, abriram caminho para qualquer homem-forte que, no estilo da supremacia da cúpula, se predispusesse a assumir as rédeas do poder real vacante. Hiperbólica seja a afirmação, vale dizer que jamais um estadista, ao jogar com sua habilidade e ousadia, daria o primeiro passo para reformular a dinâmi-

ca da vida política e econômica da humanidade. Nem pensar em julgar ou encerrar a biografia do líder que governou o caos soviético e foi bafejado pela admiração universal até o Prêmio Nobel, alijado do poder, por um piparote de um bando de conspiradores bisonhos, para chegar a programa brasileiro de TV de máxima audiência, e anúncio de cervejas-número um.

EXPERIÊNCIA MALOGRADA: GLASNOST-PERISTROIKA

Apesar de ainda recente, já existem boas margens de análise especulativa do curto interregno *glasnost-perestroika*, como conhecido no regime gorbachoviano. Em primeiro lugar, aquelas reformas políticas e econômicas não foram objetivo de plano integrado, desenvolvendo-se ao sabor de reações imprevisíveis da opinião e apoio populares. Não poderiam, todavia, durar muito, à medida em que a austeridade e o poder aquisitivo decrescentes tornar-lasiam execradas. Em segundo lugar, por persistir Gorbachev no erro de reformar conceitos políticos básicos e tentar a reformulação estrutural com a sanção do Partido, dos apaniguados ortodoxos, e dos beneficiados da burocracia estagnada. Esse erro deve ter sido pelo julgamento de poderem as transformações radicais imediatas trazer o caos político e econômico, na ausência de uma vocação democrática secular — receio comprehensível, quando se pensa nos vários séculos de período entre o Grão-Ducado de Moscovo e a URSS.

Comprova-se, assim, a habilidade política das lideranças que, rapidamente, se renovaram nos demais países da Europa Oriental, dissolvendo os seus partidos e depurando as cúpulas governamentais comunis-

tas para, então, empenharem-se nas reformas radicais. Embora a todos esses países tivessem confrontado quedas agudas de padrões sócio-econômicos, bem ou mal sucederam eles nos primeiros passos da privatização, abriram suas economias, e apresentaram suas candidaturas à União Europeia. Houve, de fato, recuos e vitórias eleitorais de partidos de esquerda, na Hungria e na Polônia, mas as vocações nacionalistas e as experiências democráticas anteriores ao segundo conflito mundial, ainda que algumas débeis, frutificaram na pluralidade partidária, na afirmação democrática, e no retorno às economias de mercado. Na União Soviética, Gorbachev, candidamente, esperou que a "nomenclatura", institucionalizada em seis décadas de inoculação dialética e sujeição partidária férrea, se propusesse a assinar seu próprio atestado de óbito.

Em terceiro lugar, conquanto a aprovação internacional ao líder-demolidor tenha sido estrondosa, coroada até de Prêmio Nobel da Paz, a assistência financeira de bancos internacionais de desenvolvimento, inclusive o recém-criado BERD e o Fundo Monetário, foi insuficiente. Somas condizentes foram anunciadas, mas não desembolsadas. A abertura econômica chocou-se com o nacionalismo milenar e a instrospecção política soviética, avivando os riscos da sujeição aos organismos internacionais. A inflação e a *débâcle* institucional trouxeram a corrupção e a anarquia administrativa. Caiam a produção industrial, o PIB em geral e as diferenças de classes surgiram com o pauperismo, não mais contido pelo rigor policial, de classes de salários fixos, aposentados e desempregados.

A queda do Muro de Berlim abriu comportas da ebulação no mundo comunista da Europa Oriental, acirrando os nacionalismos,

a começar pelos países bálticos, oprimidos pelas repressões brutais de suas culturas e a imposição de minorias governantes eslavas. Seriam os primeiros países a tornarem-se independentes, recusando posteriormente sua adesão à Comunidade de Estados Independentes (CEI). Nos dois anos de, praticamente, anarquia social e de inflação galopante, Gorbachev perde as rédeas do poder ante a indiferença partidária e das forças armadas.

A despeito das crises inflacionária e de autonomia regional, Gorbachev procurou, através de plebiscito, em março de 1991, ganhar o apoio popular, ante as ameaças de retorno ao regime marxista-leninista, odiado pela população das grandes metrópoles. A abstenção em algumas repúblicas deu a ilusão de que a União Soviética sobreviveria às crises separatistas. No plano político, o tiro saiu pela culatra, quando Bóris Yeltsin foi eleito, em junho, presidente da República Russa. A sorte foi lançada, mas caberia ao rival de Gorbachev atravessar o Rubicon.

Em julho de 1991, Yeltsin assumia, com pompa bizantina, a presidência da Federação Russa, com a bênção do patriarca ortodoxo Alexei II, ao som do hino nacional russo e sob a antiga bandeira tzarista. Comprometeram representantes das demais repúblicas soviéticas. Presente na cerimônia, o presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, foi criticado publicamente, por Bóris Yeltsin, por suas "medidas hesitantes". Ganhando sua autonomia, a Rússia passava a influenciar a direção e os destinos da União Soviética, pela sua ascendência econômica e poder militar, inclusive nuclear e, sobretudo, pelo seu novo líder dinâmico e popular. Controlando metade da produção de cereais e de aço, dois terços do carvão da União Soviética, a Federação Russa englobava 11 fusos horários,

com superfície superior a 22 milhões de quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 145 milhões de habitantes. É bem verdade que, nesse território euroasiático, de Moscou a Vlandivostok, coexistem mais de 100 minorias étnicas, das quais 16 têm suas próprias "repúblicas autônomas".

Consciente do crescimento político de Yeltsin, Gorbachev procurou acelerar a abertura econômica, partindo ao encontro do Grupo dos Sete e apelando para a ajuda econômica maciça da Comunidade Européia (CE). Seu prestígio melhorou internacionalmente, com o apoio ostensivo de Bush e a assinatura do *Tratado Start* de redução de armamento nuclear. Essa nova guinada iria, todavia, afrontar a cúpula estalinista do Partido, que deu sinal à conspiração para alijar Gorbachev e restaurar a ordem ideológica e partidária anterior. Comandaram-na o próprio vice-presidente Guenadi Ianaiev; o primeiro-ministro Valentim Pavlov; e o ministro da Defesa Dimitri Iazov, com o apoio do chefe da KGB, Vladimir Kriuchkov e do ministro do Interior, Bóris Pugo.

Em 19 de agosto, Ianaiev declarou que, por motivo de doença, Gorbachev renunciaria em algum lugar da Criméia. Naquele mesmo dia, a Estônia proclamava sua independência, seguindo o exemplo da Lituânia, que já o fizera em março de 1990. A reação corajosa de Yeltsin, mobilizando centenas de milhares de moscovitas na praça do Parlamento, foi apoiada pelo Exército, disposto a manter sua coesão e disciplina. Em 21 de

agosto, o golpe estava dominado, com aplausos do mundo democrático. A Letônia declarou, naquele dia, a sua independência, não mais restando dúvida de que os países bálticos deixariam a União Soviética, após 50 anos de opressão comunista.

O processo de degradação de Gorbachev começou com seu retorno a Moscou. Em 24 de agosto, viu-se forçado a renunciar ao cargo de Secretário-Geral do PCUS, enquanto Yeltsin indicava os novos ministros do Interior e Defesa e o Chefe da KGB. Os Estados Unidos e alguns países europeus prontificaram-se a reconhecer os países bálticos. Em fins de agosto, as diferentes repúblicas socialistas soviéticas haviam proclamado suas independências, entre elas a Ucrânia, Belarus e Moldova. A Rússia e o Cazaquistão mantinham-se na expectativa. Em princípios de setembro, o Soviete Supremo

reconheceu a independência das Repúblicas Bálticas.

Em esforço homérico, Gorbachev procurou salvar a URSS pela criação de novo Parlamento, com 20 representantes de cada república, um Conselho de Estado, no qual o presidente da União e os chefes de governos nacionais coordenariam as políticas interna e externa, e um comitê inter-republicano, para gerir assuntos econômicos. Algum êxito foi obtido, quando o presidente da URSS conseguiu (18 de outubro) o beneplácito de 9 das 12 repúblicas para a assinatura, em Moscou, de um acordo de integração econômica. A Ucrânia, porém, firme no seu objetivo de completa independência, recusou-

"Em começo de novembro de 1991, a Federação Russa estava convencida de que a URSS se esfacelaria, sendo o momento exato de assumir seu papel histórico à frente de outras repúblicas eslavas e mesmo asiáticas."

se a participar. Nessa ocasião, justamente seu primeiro-ministro Vitold Fokim visitava o Brasil em missão de contatos comerciais.

Até então, a Federação Russa parecia seguir jogo dúbio em relação à URSS. A rivalidade entre a Ucrânia e a Rússia começava a delinear-se em questões territoriais e étnicas, bem como ao futuro da rede de mísseis nucleares em território ucraniano. O apoio de Yeltsin ao acordo econômico foi, sem dúvida, concessão política à sobrevivência da União e ao seu desacreditado presidente, com o fito de negociar com a Ucrânia a futura comunidade eslava à sua conveniência. Em começo de novembro de 1991, a Federação Russa estava convencida de que a URSS se esfacelaria, sendo o momento exato de assumir seu papel histórico à frente de outras repúblicas eslavas e mesmo asiáticas. A Rússia constitui sempre o baluarte econômico da União Soviética, produzindo a maior parte dos seus recursos energéticos e naturais, consumidos pelas demais repúblicas soviéticas menores a preços abaixo do mercado mundial. Além do mais, sem a preservação das forças armadas sob comando russo, a Federação estaria reduzida à condição de potência secundária.

Com Gorbachev manietado, o líder russo transigiu estrategicamente às últimas tentativas do presidente para salvar a comunidade soviética, através da criação da União de Estados Soberanos. A Constituição comunista foi substituída pelo Tratado da União, competindo, às cartas dos Estados-membros, as funções reguladoras de seus processos políticos, e assegurando o respeito aos direitos humanos, cuja declaração havia sido aprovada em setembro de 1991. Sete das doze repúblicas, representadas na reunião do Conselho de 15 de novembro de 1991, aprovaram o acordo.

Em princípios de dezembro, a Rússia decidiu dar o golpe de graça e liderar a fundação de comunidade que lhe desse predominância e lhe garantisse posição no cenário mundial. Pouca alternativa, aliás, restava-lhe, após o plebiscito para sanção da independência da Ucrânia, que elegeu um presidente nacionalista, Leonid Kravachuk, que não vacilou em acusar a Rússia de ambições imperialistas. Surgiram questões cruciais sobre a disposição ucraniana de incorporar as forças militares e navais soviéticas em seu território, tornando-se ainda potência nuclear capaz de inquietar o mundo. Nas mesmas condições, embora sem recursos econômicos de porte, estavam a Belarus e o Cazaquistão, com redes de balísticos nucleares em seus solos.

A COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES

Em 9 de dezembro de 1991, a Federação Russa, Belarus e a Ucrânia reuniram-se em Minsk (capital da Belarus), anunciando o fim da União Soviética e a criação da Comunidade de Estados Independentes, com adesão aberta às outras 9 repúblicas. O acordo aboliu o cargo de presidente, dissolveu o Parlamento e extinguiu os demais cargos administrativos da URSS. Bóris Yeltsin, bafejado pelas doçuras do poder, instalou o governo russo e sua própria residência no Kremlin. A nova Comunidade guardou o controle unificado do armamento nuclear, bem como das forças militares convencionais. A Comunidade prontificou-se a respeitar a Carta das Nações Unidas e a Ata de Helsinsque, os direitos humanos e os com-

promissos internacionais da antiga União Soviética, declarando suas fronteiras inalteráveis e abertas.

A Comunidade de Estados Independentes (CEI) recebeu, até o fim do ano de 1991, a adesão da Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Móldova, Quirquízia, Tadjiquistão, Turcomênistão e Uzbequistão. Em janeiro de 1992, depois de receberem garantias de que os mísseis nucleares permaneceriam sob controle único, os Estados Unidos e os países da CEI reconheceram 8 das 12 repúblicas da CEI. O Brasil anunciou também sua disposição nesse sentido. Persistiram, porém, na Ucrânia, reações, que seriam seguidas pelo Azerbaijão e Móldova, de manutenção de seus próprios exércitos, enquanto a Rússia recebia apoio integral das forças armadas para o estabelecimento de comando unificado sob a autoridade da Comunidade.

O começo de 1992 começava a deixar clara a tendência da Rússia em tornar-se a herdeira da União Soviética, sendo nessa condição admitida no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em três anos de existência, o papel de liderança russa na Comunidade de Estados Independentes começa a ganhar consistência, não obstante problemas que se deparam à Rússia, nos planos econômico e político. Em setembro de 1993, Bóris Yeltsin presidiu à assinatura do Tratado de União Econômica pelas repúblicas do Azerbaijão, Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirquízia, Tadjiquistão, Uzbequistão e Móldova. Firmaram ainda a Geórgia, que ainda não fazia parte da CEI, e a Turcomênia como membro-associado. A Ucrânia aderiu posteriormente. Seis das ex-repúblicas soviéticas assinaram, igualmente, acordo para

manutenção da “zona do rublo”: Armênia, Belarus, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

Não se pode pressupor a renúncia da influência da Federação Russa sobre seus parceiros da CEI com suas riquezas de minerais (petróleo), agrícolas (cereais), e de todo seu potencial de mercado de 300 milhões de consumidores no ano 2000. Antes de efetivar esquema de união à Europa Ocidental, com algumas décadas pela frente, a Rússia terá diante de si a tarefa de criar, em bases racionais e igualitárias, a união econômica euro-asiática fundamentada em regime político de convivência étnica pacífica. A CEI necessitará, portanto, de volume crescente de capitais e de tecnologia originários da União Européia e, evidentemente, dos Estados Unidos e do Japão.

À Rússia, porém, confrontam-se problemas geopolíticos de manutenção da própria unidade da Federação Russa, que possui superfície de cerca de 17 milhões de quilômetros quadrados, dos Urais até Vladivostoque. São 21 repúblicas autônomas com constituições, poderes legislativos e governos próprios, e mais dez regiões semi-autônomas. Nas repúblicas, cerca de metade da população é de etnia russa e, nas regiões autônomas, a porcentagem é também significativa. Quatro das repúblicas — Tuva, Tartária, Ossélia Setentrional e Chechen, sequer permitiram seus cidadãos votarem no plebiscito para a eleição direta de Yeltsin (março de 1991), que perdeu pelo menos em quatro das doze regiões autônomas consultadas.

A disposição democrática em apoiar as transformações liberais na Rússia levou a consórcio tácito de ajuda financeira que reu-

niu grupos multilaterais — FMI, Banco Mundial, Grupo dos 7, BERD e Clube de Paris — e mais a Comunidade (União Europeia, Estados Unidos e Japão). No decorrer de 1992, do plano aprovado pelo G-7, de US\$ 24 bilhões de ajuda, apenas US\$ 12,2 bilhões foram alocados e, segundo círculos financeiros mundiais, somente US\$ 8 bilhões foram utilizados, na maior parte para a compra de alimentos. A Rússia só recebeu cerca de US\$ 1,6 bilhão dos US\$ 4,5 bilhões prometidos pelo FMI, Banco Mundial e BERD. Os US\$ 2,5 bilhões para alívio dos pagamentos da dívida externa foram cancelados, após a decretação da moratória russa. As crises políticas e a inflação descontrolada impediram a Rússia de receber US\$ 6 bilhões, para a constituição de um fundo de estabilidade do rublo em relação às moedas ocidentais.

Nos encontros Clinton-Yeltsin (Vancouver) e na reunião do G-7 (Tóquio), ambos em abril de 1993, ficou decidido o montante de US\$ 43,4 bilhões de assistência financeira à Rússia — propósito evidente de apoiar Yeltsin, cada vez mais acuado pelos grupos comunistas, dentro do próprio governo e em grande número no Parlamento. Essa visão política provou estar certa quando o presidente russo, com apoio unânime das forças armadas, não vacilou em bombardear os rebeldes entrincheirados no Duma (setembro de 1993) e ganhou as eleições seguintes, ainda que dando lugar ao aparecimento do cômico-apocalíptico Jirinovskiy e suas histrionices capazes de causarem apreensões sobre o futuro da Rússia.

"A massa de cientistas russos ociosos já causa evasão de 'cérebros', ao menos na fase de crise atual russa."

O "pacote de Tóquio" inclui US\$ 15 bilhões para rolamento da dívida externa, anteriormente aprovado pelo Clube de Paris. Em apoio à estabilização econômica foram reservados US\$ 10,1 bilhões, mais US\$ 14,2 bilhões destinados a reformas estruturais e para concessão de créditos de supridores ocidentais. Posteriormente (julho de 1993), a Rússia obteve, durante a visita de Yeltsin ao Japão, créditos e empréstimos no valor de US\$ 4 bilhões, para criação de um fundo de privatização das grandes empresas estatais ainda existentes. Desse total, em janeiro de 1994, apenas US\$ 5 bilhões foram efetivamente desembolsados. Dos US\$ 15 bilhões do FMI, só US\$ 1,5 bilhão foi desembolsado e, dos US\$ 3 bilhões do Banco Mundial, somente US\$ 600 milhões.

A expansão do comércio entre a UE e a Rússia será resultado coerente da nova disposição (e capacidade) russa de integrar-se à comunidade internacional, sem ânimos de confrontação ideológica e estratégica. Será essa disposição fundamental à primeira etapa de criação do sonho do mercado continental ampliado e que determinará a livre circulação de bens de capital, de serviços financeiros especializados e da expansão do emprego — o "calcanhar de Aquiles" da Europa e do mundo no próximo século. O crescimento do consumo na Rússia (CEI) abrirá as portas às vendas de tecnologia e *know-how* ocidentais de ponta para modernização dos métodos e dos processos de gerência, de produção e comercialização, desconhecidos ou não utilizados na então URSS. Nesse ângulo, o voto pelo poder aquisitivo garantirá

o apoio dos consumidores à introdução de técnicas e à presença do capital estrangeiro em sistema econômico secularmente fechado ao exterior.

No contexto comercial, a Federação Russa encontrará pontos de divergência em relação aos esquemas de protecionismo da UE, como, por exemplo, na execução da Política Agrícola Comum (PAC). A recuperação das técnicas de produção e a descentralização da agricultura tornarão o país mais competitivo no mercado internacional, esbarrando nas regras européias de subsídios, que o GATT tentou eliminar mas não conseguiu de todo.

Entre os aspectos macroeconômicos da integração progressiva da Rússia à União Européia (UE), destacar-se-ão programas conjuntos de pesquisas científicas pura e aplicada, principalmente na cooperação tecnológica. A massa de cientistas russos ociosos já causa evasão de “cérebros”, ao menos na fase de crise atual russa. A coordenação no campo da tecnologia de ponta, quando se conhece a superioridade dos Estados Unidos e do Japão, constituirá uma das primeiras etapas de conjugação setorial na direção dos esforços de integração.

O primeiro encontro de cúpula entre a então CE e a Federação Russa realizou-se (novembro de 1993) em Moscou quando Delors visitou Bóris Yeltsin, e dele ouviu empenho de que “a Rússia fosse finalmente considerada um Estado europeu” pela adesão à integração continental. Em princípio de dezembro foi assinado acordo, em Bruxelas, para estabelecer um sistema de consultas entre a União Européia e a Federação Russa para coordenação de medidas de abertura de mercados e assistência aos esforços

da Rússia para consolidação e transição rumo à economia descentralizada.

PERSPECTIVAS

Tudo leva a crer que a Rússia procure estender, progressivamente, suas hegemonias estratégica e econômica sobre os demais Estados, uma vez que a CEI não tem ainda estrutura constitucional precisa e passível de ser afetada por crises étnicas e anseios de autonomia. Desconhecem-se, a rigor, neste momento, a extensão e o êxito das reformas estruturais que trarão à Rússia e aos seus parceiros regime democrático verdadeiramente representativo, permitindo a criação de mercado integrado pelas economias regionais dispareces. Seria difícil precisar, agora, a disposição russa de, efetivamente, compartilhar, em bases soberanas, seu poder político e manter a canalização de seus recursos em benefício de associados menores como a Ucrânia, Belarus e Cazaquistão e, principalmente, a comunidade asiática subdesenvolvida.

Durante sete décadas foi, na verdade, a Rússia que formou a espinha dorsal da União Soviética e ditou seus interesses às demais repúblicas socialistas. O próprio Yeltsin reconheceu a precariedade dos laços da CEI, procurando, nas forças armadas, o veículo da consolidação de um poder central válido para liderar as políticas de interesses comum. A Ucrânia não é a única a temer o “imperialismo russo”. Um provérbio eslavo, aliás, recomenda que “quem vai jantar com o Diabo, deve levar uma colher bem comprida...” □



A DEFESA NACIONAL

A História Militar Ainda tem Utilidade?¹

Jay Luvaas*

Traduzido de The Evolution of Modern Warfare, publicação da U. S. Army Command and General Staff College (edição de julho de 1990, páginas 8 a 14). Publicado originalmente na revista Parameters (edição de março de 1982), órgão da U. S. Army War College.

Houve uma época, antes do advento da bomba atômica e de sua prole mais destrutiva, antes das bombas inteligentes e do gás dos nervos, antes da tecnologia dos computadores e dos jogos de guerra, em que os militares consideravam a leitura da História um passatempo útil. Muitos dos que atingiram as culminâncias da profissão das armas defenderam a utilidade do estudo da História Militar.

Essas, entretanto, em sua maior parte parecem vozes do passado. MacArthur, criado na tradição da família e conhecedor dos mais de 4.000 volumes da biblioteca herdada do pai, nunca deixou de ter um exemplo

histórico para apoiar seus pontos de vista; Krueger, como jovem oficial, traduzia livros e artigos da literatura militar alemã; Eisenhower passou horas sem conta ouvindo o erudito Fred Conner discorrer sobre o que podia ser aprendido com a História Militar; Marshall e seus colegas na Escola de Estado-Maior do Exército reconstruíram as campanhas da Guerra Civil a partir de relatórios escritos após os combates; Patton encontrou tempo para ler, em 1943, um livro sobre a conquista normanda da Sicília, ocorrida quase nove séculos antes, e para meditar sobre “os muitos pontos em comum com nossas operações”;² e Eichelberger buscou

* Professor de História da Faculdade Allegheny (Meadville — Pensylvania).

1. Selecionado pelo PADECENE.

2. Citado em *The Patton Papers*, de Martin Blumeson, Vol II (Boston: Houghton Mifflin, 1974) p. 283.

na memória um trecho que lerá dez anos antes nas *Memórias* de Grant (leitura obrigatória para todos os oficiais) e assim fortalecer sua determinação de levar a cabo o ataque a Buna. Todos estes chefes do Exército eram admiravelmente bem versados em História.

Assim eram também alguns de seus superiores civis. O presidente Franklin D. Roosevelt era um ávido leitor de história naval e Harry Truman, com freqüência, reconhecia as oportunas lições colhidas da História ao longo de toda uma vida: “*Ler História, para mim, foi muito mais do que uma romântica aventura. Representou instruções seguras e sábios ensinamentos de que, de alguma forma, eu... necessitava... Parecia que se eu pudesse compreender os verdadeiros fatos acerca do... desenvolvimento do governo dos Estados Unidos e se pudesse conhecer os detalhes das vidas de... seus líderes políticos, eu estaria dando a mim mesmo uma valiosa... educação.... Não conheço melhor maneira de conseguir uma sólida base em ciência política e administração pública do que estudar as histórias das administrações passadas do melhor sistema de governo do mundo.*”³

Como a profissão militar é “prática”, voltada grande parte do tempo para a solução de problemas, os militares — como os engenheiros e os cientistas — tendem a ser pragmáticos acerca do significado da palavra “utilidade”. A História tem utilidade quando oferece lições, especialmente lições que sirvam como modelos de tática e estratégia que possam ser aplicados diretamente a alguma situação atual. Ela é “útil” para ilustrar pontos da doutrina e para incutir, no jo-

vem oficial, os valores militares adequados ou a valorização de nossa herança militar. O homem “prático” freqüentemente vasculha o passado em busca de alguma fórmula mágica que possa assegurar o sucesso na guerra, como a teoria de envolvimento do Marechal-de-Campo von Schlieffen ou a estratégia de ação indireta do Capitão Liddell Hart.

Essas idéias inevitavelmente determinam a maneira pela qual a História Militar é ensinada. Como ensinar é uma importante missão do oficial em tempo de paz e como, no Exército, *ensinar* normalmente significa *explicar*, aceita-se, com freqüência, que História, para ser ensinada, precisa ser explicada. A ênfase, portanto, recai em organizar e apresentar informações sob a forma de palestras elucidativas, normalmente profusamente ilustradas, em que a quantidade de respostas corretas é superior ao número das incômodas perguntas presentes nas mentes de todas as pessoas envolvidas. A inferência que a maior parte dos alunos, se não o instrutor, faz, é que a pessoa que se lembrar da palestra terá, de alguma maneira, aprendido História. É um engano que todos nós cometemos.

Também é verdade que nenhum outro campo da História está submetido, como a História Militar, a pressões para produzir respostas “práticas” a algum problema atual. Se a História Militar não pode dar essas respostas, por que estudá-la? O especialista em diplomacia renascentista raramente é solicitado a emitir seu parecer sobre política externa; em vez disso, deixam-no concentrar seu pensamento sobre a guerra fria com os turcos no século XV. Da mesma forma, o estudioso que passou a vida inteira estudando as ramificações da Revolução Francesa também não é considerado apto a ser consultado quando surgem notícias de mais um

3. Harry S. Truman, *Memoirs*, Vol I: Years of Decision (Garden City, N.Y.: Doubleday, 1955) p. 119.

golpe palaciano em alguma republiqueta latino-americana. Mas deixem um historiador, ou mesmo um jornalista, incursionar por algum canto remoto da História Militar e, normalmente, estará criada a expectativa, e até mesmo a tentação, de que ele funcione como analista militar de assuntos da atualidade.

Talvez pensemos dessa maneira porque somos muito ignorantes tanto acerca dos fatos quanto da natureza da História. Na escola secundária, a História da Europa não é mais estudada, tendo sido substituída por algo chamado de "Civilização Ocidental". Conhecemos assustadoramente pouco da História de outras sociedades e, na maior parte, infelizmente, nos importamos ainda menos com isso. Os estudantes, votando com seus pés em faculdades e universidades em toda a nação, fizeram o número de matrículas nos cursos de História cair verticalmente, na medida em que se voltavam para carreiras "mais práticas", como Economia, Psicologia, Biologia, Engenharia e Administração de Empresas. Nas escolas do Exército, a História tornou-se uma vítima da Guerra do Vietnam; não há dúvida de que, agora, a ênfase está na instrução. Mesmo na Academia Militar, o curso obrigatório de Arte Militar foi severamente reduzido há vários anos atrás e só recentemente recuperou sua posição lógica no currículo. A propósito, quantos dos oficiais que investiram suas horas de folga para conseguir um título de mestrado ou doutorado o fizeram na área da História? No atual corpo de oficiais, raramente essa matéria é considerada "utilizável".

Mais objetivamente, será que o Exército de hoje é uma instituição tão voltada para a História como no passado? Pois, sem uma

compreensão, ainda que rudimentar, da História e de seus processos, não há como fazer o passado oferecer lições objetivas para o futuro. O professor Pieter Geyl, um destacado historiador holandês, lembra-nos ser inútil falar das "lições da História", quando o historiador "é, no final das contas, apenas um homem sentado à sua mesa".⁴ As lições que aprenderíamos são as dele — o fruto do trabalho dele, a criação da imaginação dele, talvez a idéia que ele queira vender ao leitor. Pois, como disse um general alemão há cem anos atrás, "sabe-se bem que a História Militar, quando estudada superficialmente, fornecerá argumentos em apoio a qualquer teoria ou opinião".⁵

FALÁCIAS COMUNS

Talvez o erro mais frequente, no que diz respeito ao abuso da História, seja tomar exemplos históricos fora do contexto. Se retirada do seu contexto histórico, que é sempre único, uma batalha ou campanha deixa de oferecer lições significativas. Segundo Napoleão, "o velho Frederico ria disfarçadamente, durante as paradas em Potsdam, quando percebia jovens oficiais franceses, ingleses e austriacos tão entusiasmado com a manobra da ordem oblíqua, que, em si, só servia para que uns poucos ajudantes-gerais ganhassem fama". Napoleão percebeu que o segredo dos sucessos de Frederico não era a ordem oblíqua, mas sim o próprio Frederico. "Os gênios agem por inspiração", concluiu Napoleão. "O que é bom num caso é ruim em outro."⁶

4. Pieter Geyl, *Napoleon For and Against* (New Haven: Yale Univ. Press, 1963) p. 15.

5. Citado em *Letters on Artillery* do Príncipe Kraft zu Hohenloher-Ingelfingen, 2ª ed. (Londres: Edward Stanford, 1890 p. 108.

6. *Memoirs of the History of France during the Reign of Napoleon*, ditado pelo Imperador em Santa Helena... (7 Vol; Londres: Henry Colburn e Companhia, 1828) VI 18-27; Ernest Picard, *Precepts et jugements de Napoleon* (Paris: Berger-Leroul, 1913) pp. 405-06.

Baseando-se no exaustivo exame de 30 campanhas de Frederico e de Napoleão, Jomini deduziu certos princípios e máximas imutáveis, por ele proclamados como eternos e universais. Se tais máximas não produzissem grandes generais, “*pelo menos deixariam os generais suficientemente preparados para ocupar o segundo lugar, na relação dos grandes capitães*” e assim serviriam como “*a verdadeira escola para generais*”.¹²

Com efeito, Jomini disse o seguinte para futuras gerações de jovens oficiais: “*Senhores, eu não encontrei um único exemplo em que meus princípios, corretamente aplicados, não conduzissem ao sucesso. Eles estão fundamentados em meu conhecimento sem igual das campanhas de Napoleão, muito do qual aprendido em primeira mão, e das obras básicas de Thiers, Napier, Lloyd, Tempelhof, Foy e do Arquiduque Carlos. Graças ao meu trabalho, vocês não precisam investir anos de seu próprio tempo para examinar essas volumosas histórias. O próprio Napoleão não confessou: ‘Tenho estudado muito História e com freqüência, por falta de um guia, tenho sido obrigado a perder um tempo considerável em leituras inúteis’? Vocês têm apenas que estudar meus princípios e aplicá-los fielmente, pois existe um princípio fundamental em todas as operações de guerra que vocês, por seu próprio risco, negligenciam.*”¹³

Jomini teve muitos discípulos famosos e seus livros foram quase todos escritos na suposição de que batalhas e campanhas, antigas e modernas, tiveram sucesso ou fracassaram segundo o grau de adesão aos princípios de guerra explicados por aquele teórico

e confirmados pelos “constantes ensinamentos da História”. Entretanto, enquanto Jomini lia História, seus seguidores liam... Jomini e assim se distanciariam um degrau da História e de seus processos.

O aparecimento da doutrina (até a Guerra Civil Americana havia apenas manuais de ordem unida) e a introdução de seções de História na maior parte dos estados-maiores europeus, após as vitórias da Prússia, em 1866 e 1870, significaram que, pelo menos do ponto-de-vista do militar profissional, a História Militar estava cada vez mais ligada à doutrina e, ainda mais especificamente, aos princípios de guerra, à medida em que estes eram redescobertos e aperfeiçoados. Desde a Primeira Guerra Mundial virou moda usar a História para ilustrar os princípios de guerra oficiais, enunciados de diversas maneiras.

Existem três perigos inerentes a esse enfoque. Em primeiro lugar, quando usada dessa maneira, a História pode apenas *ilustrar* alguma coisa já percebida como verdade. Ela não pode provar sua validade ou levar a novas descobertas. É nesse campo que, provavelmente, a maior parte dos militares trava contato com a matéria, e eles deveriam ouvir o alerta de Clausewitz, de que se “*algum evento histórico está sendo apresentado para demonstrar uma verdade genérica, é preciso tomar cuidado para que cada aspecto relativo à verdade em questão seja inteira e minuciosamente exposto e cuidadosamente apresentado... ao leitor*” . Em outras palavras, o teórico deve ser um excelente historiador. Clausewitz chega ao ponto de sugerir que, embora os exemplos históricos tenham vantagem de “ser mais reais e de tra-

12. Barão de Jomini, *Summary of the Art of war...* (New York: Greenwood Press, 1954) p. 329.

13. A citação de Napoleão é encontrada em suas “Observações sobre o plano de estabelecer uma escola

especial de Literatura e História na Faculdade da França”, 19 de abril de 1870, *Correspondences de Napoleon I^{er}* (32Vol: Paris: Imprimerie Imperiale, 1858-70), XV. 107-10.

zer vida à idéia que estão ilustrando,” se a finalidade da História é de explicar a doutrina, “um caso hipotético faria o mesmo”.¹⁴ Além do mais, usar a História basicamente para ilustrar princípios já aceitos significa na verdade pôr o carro adiante dos bois. Se se começa com algo percebido como verdade e se usa a História para buscar confirmação ou ilustrações, pode não haver “lições aprendidas”. Como poderia haver?

Um segundo incoveniente em ligar a História à doutrina reside na tendência natural de deixar essa última assumir o papel de juiz de fatos históricos. Sir William Napier, que tinha muito respeito pelas teorias de Jomini, usava suas máximas como base para fazer julgamentos históricos acerca da competência dos generais franceses e britânicos em sua obra clássica *História da Guerra na Península*. Da mesma forma, o Major-General Sir Patrick MacDougall “descobriu” que essas máximas também podiam servir de critério para julgar a atuação de Aníbal. E o livro *Campanhas Americanas*, de autoria de Matthew F. Steele, publicado em 1909 e que permaneceu como texto adotado na Academia Militar e outras escolas do Exército até depois da Segunda Guerra Mundial, empregava as máximas de Jomini, von der Goltz e outros teóricos do final do século XIX como base de comentários históricos sobre o desempenho de comandantes americanos.

O mais sério de tudo é a facilidade e a freqüência com que a doutrina, na verdade, distorceu a História. No final do século XIX isso aconteceu com freqüência, na medida

em que cada exército europeu desenvolveu e se tornou prisioneiro de sua própria doutrina. Essa é a razão básica pela qual as lições táticas e estratégicas da Guerra Civil, em muitos aspectos a primeira guerra moderna, foram ignoradas.¹⁵ Até mesmo as bem elaboradas histórias do Estado-Maior alemão sobre as guerras de Frederico, o Grande, e de libertação, contra Napoleão, nunca deixaram de comprovar a correção da doutrina germânica de então.¹⁶ E a história oficial alemã sobre as Guerras dos Boeres e Russo-Japonesa igualmente serve para demonstrar, acima de tudo, a contínua validade de sua doutrina. Os boeres tinham aplicado aquela doutrina e portanto venceram, pelo menos nas primeiras batalhas, antes que o peso dos números, por si só, pudesse influir no resultado final. A doutrina britânica era falha, se é que os britânicos possuíam doutrina, e portanto eles sofreram repetidas derrotas. Os alemães tinham instruído o Exército japonês e este tinha sido vitorioso em 1904-1905, “provando” novamente a superioridade da doutrina germânica. Tivesse um historiador experiente, em vez de um oficial servindo na Seção de História Militar, analisado as mesmas campanhas, seguramente teria feito algumas perguntas reveladoras sobre as diferenças em disciplina, moral e liderança dos dois exércitos. Por exemplo: a cavalaria japonesa venceu por causa de uma doutrina superior, baseada na ação de choque, ou porque era mais disciplinada e possuía melhores chefes? Para o corpo de oficiais daqueles dias os resultados demonstraram a fraqueza dos conceitos adotados pela infantaria

14. Clausewitz, *On War*, pp. 171-72

15. Ver Jay Luvaas, *The Military Legacy of The Civil War* (Chicago: Univ. Of Chicago Press, 1959) pp. 119-69.

16. Ver Alfred Vagts, *A History of Militarism*, edição re-

visada (New York: Meridian Books, 1959) p. 26; observações de A.L. Conger em *Proceedings of the Conference on Military History, Annual Report of the American Historical Association for the year 1912* (Washington: GPO, 1914) pp. 162-74.

ria montada russa para enfrentar a ação de choque, ainda que, 10 anos mais tarde, numa guerra que, no início, era acentuadamente semelhante quanto às condições reinantes no campo-de-batalha, essa ação de choque em nenhum lugar conseguiu prevalecer por muito tempo.

Assim, a História Militar produzida por Jomini e seus discípulos viu-se, no final, moldada pelo compromisso com a doutrina, e a tendência natural da maioria dos militares profissionais antes da Primeira Guerra Mundial era de encontrar explicações para as exceções à regra oficial, em vez de usar a História como meio para testá-la e aperfeiçoá-la.

OS FATOS NA HISTÓRIA

Embora nem sempre seja evidente em uma conferência ou livro, nunca podemos estar absolutamente seguros – e portanto de acordo – sobre o que realmente aconteceu na História. Frederico e Napoleão sabiam bem disso. Ambos, céticos das motivações da História e da confiabilidade de seus fatos, demonstravam saudável ceticismo acerca da possibilidade de a mente humana recriar um acontecimento tal como ele realmente aconteceu.

“Os verdadeiros fatos são muito difíceis de apurar,” queixou-se Napoleão. “Existem tantas verdades!”¹⁷

“O fato histórico... é, com freqüência, uma simples palavra. Ele não pode ser averiguado quando os acontecimentos realmente ocorreram, no calor do choque das pa-

xões; e se, mais tarde, houver consenso, é somente porque não sobrou ninguém para contradizer... O que é... a verdade histórica?... Uma verdade baseada na ficção... Existem fatos que permanecem em eterna discussão.”¹⁸

Um oficial do estado-maior da União, cujo Corpo suportou o peso da carga de Picket na Batalha de Gettysburg, expressou-se de outra maneira:

“Um relato completo da batalha, tal como ocorreu, nunca será, nunca poderá, ser feito. Quem poderia retratar as cargas e luta constante daquele sangrento panorama! É impossível. Os relatórios oficiais podem apresentar os resultados quanto às perdas, com listas de ataques feitos e rechaçados; também podem fazer constar os meios pelos quais os resultados foram alcançados... mas a ligação entre os meios e os resultados, a maneira como tudo se passou, a batalha propriamente dita, isso os relatórios tocam ligeiramente. Duas razões principais respondem pela inadequação geral desses relatórios oficiais... a redação deficiente de quem os preparou e o fato de que essas pessoas não viam a si mesmas e a seus comandos como outros os teriam visto. E as facções, os partidos e a política já estão interferindo com suas exigências desmedidas... Um relato justo, abrangente, completo dessa batalha, que foi maior do que a de Waterloo, jamais será escrito. Aos poucos, partindo do caos produzido pelo lixo e falsidades dos jornais; da massa desconexa de relatos e das tradições e lendas que se originam do campo de batalha, alguém que nunca viu a batalha selecionará os fatos e alguma pena escreverá o que será denominado a Histó-

17. Citado em J. Christopher Herold, *The Mind of Napoleon* (New York: Columbia Univ. Press, 1955) p.50.

18. Ibid

ria. É com isso que o mundo e nós, se estivermos vivos, devemos nos contentar.”¹⁹

O autor das palavras acima compreendeu intuitivamente que, tão logo o historiador começa a colocar ordem em algo tão caótico como uma batalha, ele a distorce. Para que sua narrativa tenha algum significado para o leitor, ele precisa simplificar e organizar a “massa desconexa de relatos”. Por falta de espaço, ele precisa omitir incidentes que não contribuíram para o resultado final; precisa resolver controvérsias e não simplesmente relatá-las; e reconhecer que nem todo general é sincero, nem todo relatório, completo e nem toda descrição precisa. As ordens nem sempre são executadas e nem toda ordem é relevante para a situação. Em Gettysburg os relógios dos dois exércitos estavam acertados com uma diferença de 20 minutos e, depois da batalha, Lee determinou a alguns de seus subordinados que reescrevessem seus relatórios, para evitar discordâncias desnecessárias. Pode-se bem afirmar que “no dia da batalha as verdades nuas podem ser colhidas e interrogadas; na manhã seguinte elas já começaram a vestir seus uniformes”.²⁰

Durante a Primeira Guerra Mundial, o general alemão Marx Hoffman confidenciou ao seu diário: “Pela primeira vez em minha vida, vi a ‘História’ de perto e sei que seu verdadeiro processo é muito diferente do que é apresentado para a posteridade.”²¹ Plutarch Lied é o título descriptivo de uma apaixonada acusação à liderança militar francesa, no outro lado da terra-de-ninguém:

“Homens que ontem pareciam destinados ao esquecimento hoje alcançaram a imortalidade. Será que alguma nova virtude foi-lhes instilada, será que algum mágico os tocou com sua vara de condão?... Os historiadores civis têm estudado os acontecimentos históricos segundo um ponto de vista exclusivamente militar. Longe de confiar em seu próprio julgamento, eles não consideraram respeitoso exercer seu poder de crítica sobre fatos afiançados por um corpo de especialistas. Uma idolatria por tudo que se refira ao exército os fez ter olhos que não vêem e memórias que se esquecem das próprias experiências... Uma incrível conspiração existe na França neste momento. Ninguém ousa escrever a verdade.”²²

Mesmo com a melhor das intenções e mente imparcial, é difícil reconstruir o que realmente aconteceu na História. Esta verdade foi expressa de forma eloquente por um piloto francês realizando um vôo de reconhecimento em Arras, em maio de 1940, quando ele refletiu sobre o caos que tomava conta de uma sociedade moribunda, 10.000 metros abaixo.

“Ah, o quadro que os historiadores irão traçar disso tudo! As perspectivas que eles inventarão para dar forma a este caos! Eles reunirão a palavra de um ministro, a decisão de um general, a discussão de um grupo de trabalho e desse desfile de fantasmas irão desenvolver conversações históricas, nas quais encontrarão opiniões inteligentes e graves responsabilidade. Inventarão acordos, resistência, apelos emocionais, covar-

19. Frank L. Byrne e Andrew T. Weaver, eds. *Haskell of Gettysburg* (Madison: State Historical Society of Wisconsin, 1970) pp. 200-01.

20. Ian Hamilton, *A Staff Officer Scrap-Book during the Russo-Japanese War* (2 Vol, Londres: E. Arnold, 1906)

I, v.

21. B.H. Liddell Hart, *Through the Fog of War* (Londres: Faber and Faber, 1938) p. 227.

22. Jean de Peirrefeu, *Plutarch Lied*, (New York: Alfred A. Knopf, 1924) pp. 10,23.

dias... Os historiadores esquecerão a realidade. Inventarão homens de reflexão, ligados por fibras misteriosas a um universo inteligível, possuindo idéias corretas e argutas, tomando graves decisões de acordo com as leis mais puras da lógica cartesiana.”²³

Mesmo onde pode haver acordo sobre os fatos haverá desacordo entre os historiadores. “*Esperar da História aquelas conclusões finais que talvez possam ser obtidas em outras disciplinas é... não compreender sua natureza.*” Algo parecido com o método científico ajuda a definir os fatos, mas a função do historiador também é explicar, interpretar e discriminar e aqui “o elemento pessoal não pode mais ser eliminado... A verdade, embora para Deus seja única, para os homens assume muitas formas.”²⁴

Isso explica a afirmativa, freqüentemente citada, de Henry Adams, o famoso historiador americano: “*Muito escrevi sobre História para acreditar nela. Assim, se alguém quiser discordar de mim, estou preparado para concordar com ele.*”²⁵ Ninguém, sem conhecer um pouco de História, poderia compreender o que Adams quis dizer com essa frase aparentemente cínica. Certamente ele não quis dizer que a História, por carecer de objetividade e precisão infalíveis, não tenha uso prático para nós. Muito ao contrário. Reconhecer a frágil

estrutura da História é o primeiro passo importante para sua compreensão, e isso é muito mais importante para colocá-la a nosso serviço do que a fé cega na validade de fatos isolados. A História tende a provocar mais perguntas do que respostas e as perguntas que lhe são feitas determinam a extensão em que a matéria pode ser considerada utilizável.

TORNANDO A HISTÓRIA INSTRUTIVA

Então, o que o militar profissional pode esperar aprender com a História? Se ela não pode oferecer lições abstratas, aplicáveis de modo indiscriminado ou universal; se não pode provar certos princípios reverenciados ou a doutrina oficial; se está sujeita a discussões e interpretações intermináveis, qual é afinal o sentido de se estudá-la?

Nesse ponto, Napoleão, cujos textos e campanhas constituíram a base para o estudo de todos os principais teóricos militares durante cem anos após sua morte,²⁶ oferece uma útil resposta em sua primeira grande campanha. Quando assumiu o comando do Exército francês, em 1796, na Itália, ele levou consigo a história de uma campanha conduzida no mesmo teatro pelo Marechal Maillebois, meio século antes, e mais de uma autoridade já notou a semelhança entre as

23. Antoine de Saint Exupery, *Flight to Arras* (New York: Reynal & Hitchcock. 1942) pp. 133-35.

24. Geyl, pp 15-16.

25. Citado por B.H. Liddell Hart em, *Why don't we learn from History?* (Londres: George Allen & Unwin, 1946) p. 10.

26. Nossos princípios de guerra básicos apareceram

em sua forma moderna, inicialmente, nas primeiras obras de J.F.C Fuller, que por sua vez os deduziu da leitura da versão impressa das *Correspondences* de Napoleão. J.F.C Fuller, *The Foundations of the Science of War* (Londres: Hutchinson & Son, sem data) pp. 13-14.

duas campanhas. “Em ambos os casos procurou-se separar os aliados e batê-los por partes; em ambos os casos os mesmos passos através dos Alpes Marítimos foram utilizados e, em ambos os casos, os objetivos iniciais foram os mesmos.”²⁷ Em 1806, quando Napoleão enviou o comandante de sua cavalaria, Murat, para reconhecer a fronteira da Boêmia, determinou-lhe que levasse uma história da campanha feita pelos franceses, naquela região, em 1741. E três anos mais tarde, aprovou o local para o lançamento de pontes de pontões em Lins, porque o Marechal Saxe tivera sucesso na construção de duas pontes naquele ponto, em 1740. Em 1813, ele remeteu a um de seus marechais “um relato da batalha travada por Gustavo Adolfo em posições semelhantes àquelas que você ocupa agora”.²⁸

É óbvio que a História foi útil a Napoleão não tanto como um modelo a ser servilmente seguido, mas porque ofereceu meios de tirar proveito das experiências vividas anteriormente por outros. Liddell Hart nos lembra que a História “é a experiência universal infinitamente maior, mais ampla e mais diversificada do que a experiência de qualquer indivíduo. Com que freqüência ouvimos pessoas alegarem conhecimento do mundo e da vida porque têm sessenta ou setenta anos?... Não há desculpa para qualquer pessoa instruída cujos conhecimentos abranjam um período inferior a três mil anos”.²⁹

Por esse raciocínio, Patton tinha pelo menos 900 anos, depois que estudou a conquista normanda da Sicília.

Napoleão também propôs, em 1807, o estabelecimento de uma escola especial de História na Faculdade da França, que teria aplicação prática para oficiais. Historiadores experientes ensinaram o oficial-aluno a realizar julgamentos históricos corretos, pois Napoleão compreendia que “a maneira certa de ler História é, em si, uma ciência”. Ele considerava as Guerras da Revolução Francesa “férteis em ensinamentos úteis”, embora aparentemente não tivesse havido um esforço sistemático para aproveitá-los. Isso também “seria uma importante função dos professores na escola especial de História”. Foi por razões semelhantes que Napoleão ordenou a seu ministro da Guerra, em 1811, que determinasse ao Arquivo de Guerra a preparação de registros abrangentes dos sítios e ataques a cidades fortificadas capturadas pelo Exército francês na Alemanha, não para publicação, mas para uso como referência rápida. E ele não desestimulou a impressão de um volume semelhante sobre os sítios na Espanha.³⁰

Assim, Napoleão imaginava a História como tendo finalidade semelhante à das publicações da Antiga Divisão Histórica e de seu último sucessor, o Centro de História Militar. Ele teria aplaudido o surgimento do *Guia para Estudo e Uso da História Militar*,³¹ pois alguma maneira teria que ser encontrada para guiar o oficial-aluno no “verdadeiro labirinto” de estudos de campanhas, tratados técnicos e memórias. Assim como Frederico, que via a História como “uma revista de idéias militares”,³² Napoleão teria ficado maravilhado com as histórias oficiais

27. J. Holland Rose, *The Personality of Napoleon* (Nova York: G.P. Putnam's Sons, 1912) pp. 95-97.

28. Camon, *Pour Apprendre l'art de la Guerre* (Paris: Berger-Lerault, sem data) p.4.

29. Liddell Hart, *Why don't we learn from History?* p. 7-8.

30. Napoleon, *Correspondence*, XV, 107-10; XXI, 378-

79.

31. John E. Jessup Jr. e Robert W. Coakley, *A Guide to the Study and Use of Military History* (Washington: US Army, Center of Military History, 1979).

32. Frederick, *The History of the Seven Years War* (2 Vol; Londres: G.G.J e J. Robinson, 1789) I, xii.

das campanhas da Segunda Guerra Mundial, da Coréia e do Vietnam e com as extensas monografias sobre assuntos especializados, como mobilização, logística e apoio de saúde.

Em Santa Helena, Napoleão falou da necessidade de publicar os manuscritos existentes na Biblioteca Imperial, como meio de lançar bases sólidas para os estudos históricos. Provavelmente uma das primeiras propostas desse tipo, ela antecipou em meio século a decisão do Departamento de Guerra dos Estados Unidos de publicar, em 128 grossos volumes, O Registro Oficial dos Exércitos da União e da Confederação, uma rara compilação dos relatórios pós-ação e da correspondência dos chefes nortistas e sulistas. Napoleão também deu a primeira impulsão à História Militar oficial, quando criou uma seção de história no Estado-Maior e nomeou o Barão Jomini para chefiá-la.³³

Sua mais duradoura sugestão, contudo, foi o conselho que deu no leito de morte a seu filho: “Deixem-no ler e meditar sobre as guerras dos Grandes Capitães: é a única maneira de aprender a arte da guerra.”³⁴

Como, de vez em quando, ele mencionasse certos “princípios da arte da guerra”, pensa-se freqüentemente que Napoleão tenha querido dizer que o estudo dos Grandes Capitães é valioso porque leva à descoberta de princípios duradouros ou porque ilustra sua aplicação nas mãos de um gênio. Embora reconhecendo que esses Grandes Capitães “tinham alcançado o êxito apenas por terem obedecido aos princípios”, com isso fazendo da guerra “uma verdadeira ciência”,

Napoleão apresentou razões mais fortes para o estudo das campanhas de Alexandre, Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Turenne e Frederico:

“A tática, as evoluções no campo-de-batalha e a ciência do engenheiro e do artilheiro podem ser aprendidas em livros, de forma muito parecida com a geometria, mas só se adquire o conhecimento dos mais altos níveis da guerra pelo estudo das guerras e batalhas dos Grandes Capitães e pela experiência. Isso não tem regras fixas e precisas. Tudo depende do caráter que a natureza deu ao general, de suas qualidades, de seus defeitos, da natureza de suas tropas, do alcance de suas armas, da estação do ano e de milhares de circunstâncias que nunca são as mesmas.”

Os Grandes Capitães, portanto, deveriam servir como nossos “grandes modelos”. Somente imitando-os, compreendendo as causas de suas decisões e estudando as razões de seus sucessos os modernos oficiais poderiam “esperar aproximar-se deles”³⁵.

Napoleão concordava com Frederico, que considerava a História como “a escola de príncipes” – isto é, daqueles que estão destinados a comandar exércitos – e que escreveu suas memórias de maneira sincera, a fim de que seus sucessores pudessem conhecer “a verdadeira situação... as razões que me impeliram à ação; quais eram meus meios, quais as ciladas de nossos inimigos”, a fim de que pudessem beneficiar-se de meus erros “para evitá-los”. E tanto Napoleão quanto Frederico teriam endossado a observação de Liddell Hart de que “a História é

33. Rose, p. 244; S. J. Watson, *By Command of the Emperor: A Life of Marshal Berthier* (Londres: The Bodley Head, 1957) p. 185. Napoleão pode ter sido de fato o primeiro a distorcer a história oficial de uma campanha, ao pressionar o historiador para torcer sua nar-

rativa a fim de atender aos próprios objetivos. Ver General Camon, *Genie et Metier chez Napoleon* (Paris: Berger-Lerault, 1930) pp. 33-44.

34. Herold, pp. 255-56.

35. Napoleon, *Correspondence*, XXXI, 365.

um catálogo de erros. E nosso dever é tirar proveito deles".³⁶

Enquanto Jomini se concentrava em máximas, Frederico e Napoleão focalizaram sua atenção em homens. Eles ressaltaram a necessidade do comandante ver a situação militar com a ótica de seu adversário e do estudante militar ficar a par do método de raciocínio dos chefes vitoriosos. Foi esse o conselho que o Príncipe Eugênio, amigo íntimo de Marlborough e o maior dos comandantes que serviram os Habsburgos, deu ao jovem Frederico, quando este, como herdeiro do trono, acompanhou o contingente prussiano que servia com o Exército Imperial no Reno, em 1734. Depois que se tornou o mais destacado general de sua época, Frederico insistiu com seus próprios oficiais para que, quando estudassem as campanhas do Príncipe Eugênio, não se contentassem em simplesmente memorizar os detalhes de suas proezas, mas que "examinassem por completo suas idéias gerais e, particularmente, aprendessesem a pensar como ele".³⁷

Esta ainda é a melhor maneira de tornar a História utilizável. "A finalidade da História", escreveu Patton pouco antes de sua morte, é *aprender como o ser humano reage, quando exposto a perigos de ferimentos e de morte, e como os ocupantes de altos cargos reagem quando submetidos às pesadas responsabilidades de conduzir a guerra ou os preparativos para ela. A aquisição de conhecimentos referentes às datas e lugares onde certos eventos ocorreram não tem importância...*".³⁸

O futuro Marechal-de-Campo Conde Wavel ofereceu conselho semelhante a uma

turma da Escola de Estado-Maior britânica, pouco antes da Segunda Guerra Mundial:

"A verdadeira maneira de tirar proveito do estudo da História Militar é selecionar determinadas situações e, tanto quanto possível, colocar-se na pele do homem que tomou a decisão e verificar como você poderia tê-la aperfeiçoado."

"Pelo amor de Deus", advertiu Wavell, *não considerem os chamados princípios de guerra escritura sagrada, como os Dez Mandamentos, que devem ser decorados e que, pela repetição possuem algum poder mágico, como as poções de primitivos sacerdotes. Eles são simplesmente um conjunto de máximas de bom senso, como 'faça a roupa de acordo com a fazenda', 'uma pedra que rola não pega musgo', 'a honestidade é a melhor política' e assim por diante."*

Simplesmente decorar a frase "faça a roupa de acordo com a fazenda" não ensina ninguém a ser alfaiate e Wavell lembrou, à sua audiência, que não existem dois teóricos que adotem exatamente o mesmo conjunto de princípios, os quais, afirmava ele, "são todos, simplesmente, bom senso e... instintivos para o militar adequadamente instruído".

"Aprender que Napoleão, em 1796, com 20.000 homens, derrotou forças aliadas que atingiam um efetivo de 30.000, por meio de algo chamado 'economia de força' ou 'operação em linhas interiores' é simples perda de tempo. Se vocês compreenderem como um homem jovem e desconhecido inspirou uma multidão faminta, maltrapilha e meio bolchevizada; como ele encheu seus estômagos; como marchou mais depressa, foi mais

36. Frederick *The History of my Own Times* (G.G.J e J. Robinson, 1789, ix; Liddell Hart, *Thoughts on War* (Londres: Faber and Faber, 1944) p. 138.

37. *Frederick the Great on the Art of War*, p. 50.

38. Blumenson, II, 750.

astucioso, venceu pelo blefe e derrotou homens que haviam estudado a guerra a vida inteira e a tinham conduzido de acordo com os livros-textos da época, então vocês terão aprendido alguma coisa de valor."

Entretanto, o militar não vai aprender isso em textos militares.³⁹

Algumas vezes a História Militar é tratada, tanto em textos como em conferências, como se ela existisse, basicamente, para o futuro comandante em campanha. Frederico, em suas obras, poderia ter adotado parte desse enfoque; porém, escreveu mais sobre assuntos práticos – como alimentar e instruir um exército, como coletar e avaliar inteligência e como tratar populações amigas e hostis – do que sobre estratégia. Napoleão, igualmente, estava preocupado com o ensino militar em todos os níveis e o conselho para que seu filho estudasse as decisões dos Grandes Capitães não deve obscurecer o fato de que ele acreditava muito em História Militar nas escolas de seus oficiais e, também, como assunto prático para pesquisas.

A História pode ser tornada utilizável em todos os níveis. O futuro Marechal-de-Campo Erwin Rommel não estava necessariamente pensando nos comandantes de corpos-de-exército do futuro, quando escreveu *A Infantaria Ataca*, em 1937. Na verdade, suas lições, deduzidas das experiências de seu batalhão na Primeira Guerra Mundial, poderiam ter tido o valor para qualquer oficial subalterno ou superior. Por exemplo, ao descrever os acontecimentos testemunhados em setembro de 1914, Rommel conclui:

"A guerra sobrecarrega extremamente o físico e o sistema nervoso dos soldados. Por isso, nos exercícios em tempo de paz, exija muito de seus homens.

39. Citado por John Conell em, *Wave: Scholar and Soldier* (2 Vol; Londres: Collins, 1964) I, 161.

"É difícil manter o contato sob a neblina... As progressões em meio à neblina, com uso da bússola, devem ser bem praticadas, pois a fumaça será empregada com freqüência. Num combate de encontro em meio à neblina, o lado que conseguir a máxima potência de fogo logo que houver o contato levará vantagem. Portanto, mantenham as metralhadoras prontas para emprego a qualquer momento, durante a progressão.

"Todas as unidades devem prover sua própria segurança. Isto é particularmente verdadeiro em terrenos compartimentados e quando enfrentamos um inimigo dotado de grande mobilidade.

"Trabalho de sapa demais é melhor do que de menos. O suor poupa sangue.

"Os postos de comando devem estar dispersos. Não escolham uma elevação muito visível para sua localização.

"No combate em florestas, o exemplo do comandante só é eficaz para aqueles que se encontram em sua vizinhança imediata.

*"A chuva favoreceu ao atacante."*⁴⁰

Rommel tirou as próprias conclusões de suas experiências, mas um leitor perspicaz provavelmente poderia tê-las extraído para si mesmo.

Essas observações não passaram desapercebidas a Patton, que provavelmente compartilhou de experiências semelhantes e que tinha estado envolvido com a instrução da tropa. Durante a campanha do Sarre, no começo de 1945, ele confidenciou a seu diário:

*"Acordei às 03:00 horas da madrugada e estava chovendo a cãntaros. Na verdade, fiquei nervoso, levantei-me e li o livro de Rommel *A Infantaria Ataca*. Foi de muita utilidade, pois ele descrevia toda a chuva que pegou em setembro de 1914 e também o*

40. Marechal-de-Campo Erwin Rommel, *Attacks* (Vienna, Va: Athena Press, 1979) pp. 16-60.

*fato de que, apesar das fortes chuvas, os alemães prosseguiram.*⁴¹

Como, logo depois, faria o Terceiro Exército.

Outro livro do gênero é *A Infantaria na Batalha*, preparado na Escola de Infantaria em 1934, sob a direção do então Coronel George C. Marshall e revisado quatro anos mais tarde. Escrito com base na hipótese de que “as situações de combate não podem ser resolvidas por meio de regras”, os colaboradores desse livro recorreram a numerosos exemplos da Primeira Guerra Mundial para apresentar, ao leitor, “as realidades da guerra e as condições extremamente difíceis e altamente desconcertantes sob as quais os problemas táticos devem ser resolvidos na presença do inimigo”.⁴²

A História Militar também tem sido usada para testar a capacidade do estudante militar. Em 1891, um coronel inglês publicou um estudo tático da batalha de Spicheren, travada 20 anos antes. Na introdução ele explicou:

*“Para obter, de uma série de acontecimentos, as mesmas e duradouras impressões que ficaram gravadas nas mentes dos que deles participaram – e são essas impressões que criam o instinto – é preciso examinar as situações ocorridas durante as operações tão de perto quanto necessário, para construir um retrato bem claro de toda a cena em nossa mente; é preciso assumir, na imaginação, as responsabilidades dos chefes que foram chamados a enfrentar aquelas situações; é preciso tomar uma decisão e verificar seu acerto à luz do fato efetivamente ocorrido.”*⁴³

APRENDENDO COM A HISTÓRIA

Aquilo que Frederico, Napoleão, Rommel, Patton, Wavell e muitos outros aqui citados tiveram em comum pode ser sintetizado em uma palavra: leitura. Um general inglês do século XVIII instou os jovens oficiais a dedicarem todo minuto de folga à leitura da História Militar, “a mais instrutiva de todas as leituras”.⁴⁴

“*Livros!*” um velho e anônimo soldado durante as guerras napoleônicas fingia resmungar. *“Que são eles se não os sonhos de pedantes? Eles podem ter produzido um Mack, mas terão eles, alguma vez, feito um Xenofonte, um César, um Saxe, um Frederico ou um Bonaparte? Quem deixaria de rir, ao ouvir o sapateiro de Atenas querendo ensinar a Aníbal a arte da guerra?”*

“*De fato,*” é sua própria réplica, “*mas como você não é Aníbal, ouça o sapateiro*”.⁴⁵

Como hoje em dia a grande maioria dos oficiais possui títulos universitários, com uma boa porcentagem tendo feito cursos de pós-graduação, provavelmente há muito tempo eles já passaram da fase em que poderiam tirar real proveito de uma conferência convencional sobre História, com sua ênfase nos fatos e a expectativa de uma clara conclusão. A questão principal, portanto, passa a ser: como nós vamos ensiná-los a aprender com a História? J.F.C. Fuller, co-autor da idéia que mais tarde viria a ser conhecida como *blitzkrieg*, pensava nesse problema, quando se dirigiu a uma turma da Escola de Estado-Maior britânica, poucos anos após a Primeira Guerra Mundial.

41. Blumenson, II, 571.

42. US Army, *Infantry in Battle* (Washington, US Army, 1939), introduction.

43. G.F.R. Henderson, *The Battle of Spicheren...* 2^a ed. (Londres: Gale & Polden, 1909) pp. vi-vii.

44. *A Series of Letters recently written by a General Officer to his Son, on his entering the Army...* 1^a ed. americana (Salem: Cushing and Appleton, sem data) I, v.

45. *Hints to Young Generals*, por um velho soldado (John Armstrong) (Kingston: J. Buel, 1812) pp. 7-8.

“Enquanto não aprenderem a ensinar a vocês mesmos”, disse ele aos seus alunos, *“nunca serão ensinados pelos outros”.*⁴⁶

Fuller não esclareceu como isso seria alcançado, mas provavelmente, insistiria em que ensinar o oficial a ensinar a si próprio deveria ser o objetivo explícito de todo curso de História Militar. Certamente ele concordaria que nenhum desses cursos pode mesmo produzir bons resultados se o oficial, a cada meia dúzia de anos ao longo da carreira, realiza não mais do que um curso com apenas poucos meses de duração; e especialmente se, nesse processo, ele adquiriu pouca compreensão da História como disciplina ou se não percebeu suficientemente como ela pode ser usada e abusada. Um leitor tão comprovadamente ávido como Fuller — que, aos 83 anos, confessou ter vendido recentemente todos os livros de sua biblioteca que ele não poderia ler nos próximos 10 anos — argumentaria que não existe sentido em nenhum curso de História em que o aluno, ao seu final, não seja incentivado a passar algum tempo esmiuçando o assunto por conta própria. “Os livros”, Fuller escreveu certa vez, “sempre foram minhas mais fiéis companhias”.⁴⁷

Todo estudante de História deve aprender a identificar-se com os homens e os acontecimentos sobre os quais lê, procurando acima de tudo compreender seus problemas e aceitar o passado em seus próprios termos. O estudante deve também aprender a fazer perguntas, não necessariamente ao instrutor, mas ao seu material e especialmente a si mesmo. Normalmente, os historiadores se

preocupam mais em fazer as perguntas certas do que em encontrar respostas definitivas, pois sabem pela experiência que nenhum documento ou livro pode responder a uma pergunta que nunca é feita. Por exemplo, tivesse Patton lido o livro de Rommel quando o Sol estivesse brilhando e tudo correndo bem, e ele provavelmente nunca teria prestado atenção à observação de que a chuva parecia favorecer ao atacante. Canas foi importante para Schlieffen, porque o duplo envolvimento conseguido por Aníbal sugeriu um método pelo qual uma batalha de aniquilação poderia ser travada contra a França e a Rússia. Mas para o Coronel Ardant du Picq, o mais destacado teórico militar francês da década de 1860, Aníbal foi um grande general por uma razão bem diferente — “sua admirável compreensão do moral em combate, do moral do soldado”.⁴⁸ Os dois homens estavam buscando soluções para problemas diferentes e, ao lerem sobre Canas, cada um respondeu segundo seus interesses pessoais.

No exército de antigamente, quando havia bastante tempo de folga para leitura, equitação ou um jogo de golfe, provavelmente se compreendia que o peso da aprendizagem com a História Militar deve recair sobre o oficial. A visita histórica que se fazia todos os anos aos campos-de-batalha da Guerra Civil — preservados por ato do Congresso, “para estudos históricos e profissionais militares”⁴⁹ — envolvia diretamente os alunos do War College em infindáveis diálogos entre o passado e o presente. Freqüentemente, os alunos, nos locais dos acontecimentos,

46. J.F.C. Fuller, *Memoirs of an Unconventional Soldier* (Londres: Ivor Nicholson and Watson, 1936) pp. 417-18.

47. J.F.C. Fuller, *The Last of the Gentlemen's Wars...* (Londres: Faber and Faber, 1937) p. 212. Em 1961, Fuller disse ao autor que ele estava se desfazendo dos livros que não podia esperar ler nos próximos dez anos.

48. Ardant du Picq, *Battle Studies: Ancient and Modern Battle* (Harrisburg: Military Service Publishing Co., 1974) p. 68.

49. Ronald F. Lee, *The Origins and Evolution of the National Military Park Idea* (Washington: Office of Park Historic Preservation, 1973) pp. 33-35.

eram perguntados sobre como teriam resolvido algum problema tático ou de comando e controle com que se tinha defrontado algum comandante durante a batalha. "Não é desejável ter as perguntas respondidas", especificavam as instruções. "Alguns saberão a resposta, mas todos que a ignoram farão a pergunta a si mesmo."⁵⁰

Essa é a única maneira de aprender com a História. O livro-texto ou o instrutor pode organizar as informações, mas somente o aluno pode colocá-las em funcionamento. "Simplesmente engolir alimentos ou opiniões," Fuller nos lembra, "não significa digeri-los e sem digestão o ato de engolir não passa de trabalho perdido e alimento jogado fora".⁵¹

Hoje existe tanto falta de "trabalho" quanto de "alimento", pois outras prioridades orçamentárias e a escassez de pessoal forçaram severos cortes nos cursos de História do Exército.

Todavia, isso de certa forma não nos deixa ver o verdadeiro problema, pois não se deve concluir, necessariamente, que a solução deve ser mais dinheiro e instrutores. Um curso formal de História Militar, quanto desejável, não é a única maneira e pode, de fato, não ser a melhor maneira de ensinar os alunos a ensinarem História a si mesmos, que é o objetivo. George C. Marshall, como futuro chefe do Estado-Maior do Exército, considerava seus dois anos na Escola de Estado-Maior do Exército, em 1906-1908, como tendo sido "imensamente instrutivos", mas não por causa da qualidade dos cursos. "A associação com os oficiais, as leituras que fazíamos e os debates...

tiveram tremendo efeito... aprendi pouco que pudesse usar", Marshall escreveu, mas "aprendi a aprender... Meus hábitos de pensar estavam sendo treinados".⁵²

As palavras de Marshall tocam a essência da utilidade da História. A História Militar pode ser de valor duvidoso para o futuro imediato (se tivéssemos que travar a Terceira Guerra Mundial na semana que vem, por exemplo), mas entre os capitães atualmente matriculados nos cursos regulares do Exército encontram-se os mais altos administradores e chefes de amanhã e nem todos os diplomados na próxima turma dos War Colleges passarão para Reserva nos próximos seis ou oito anos. Aqueles que permanecerem irão se beneficiar de tudo que possa aumentar sua compreensão da sociedade, de outros exércitos, do processo político, da liderança, da natureza da guerra, da evolução da doutrina e de dezenas de áreas semelhantes da atividade humana, nas quais a História, estudada por um leitor inteligente e inquisitivo, ainda pode ser de marcante utilidade para o militar moderno.

A qualquer conjunto de máximas, não importa sua origem, talvez as seguintes frases literárias devessem ser acrescidas:

- *A História que permanece intocada em livros que não são lidos não tem valor.* (Clark Becker)

- *Se você quer uma idéia nova, leia um velho livro.* (Lord Lytton)

- *É o bom leitor que faz o bom livro.* (Ralph Waldo Emerson)

- *Um livro é como um espelho. Se um asno olhar, nenhum profeta vai ser refletido.* (George Lichtenberg). □

50. US Army War College, "Memorandum: Instructions for students designated to present on Historical Ride", Fort Humphreys, D.C., 4 de maio de 1937.

51. Fuller, *Memoirs of an Unconventional Soldier*, p.417.

52. Citado em Forrest C. Pogue, *George C. Marshall: Ordeal and Hope 1939-1942* (Nova York: Viking Press, 1966) p. 101.



Agropecuária

Arames farpados.
Arames ovalados.
Cordoalhas para curral.
Distanciadores para cerca.
Grampos galvanizados
para cerca.
Arames para
enfardamento de algodão.
Arames para vinhedos.

Eletrificação e Telecomunicação

Arames galvanizados de
uso em telefonia e
telegrafia.
Arames galvanizados
para almas de cabos de
alumínio.
Cordoalhas de aço
galvanizadas para
pára-raios.
Cordoalhas de aço
galvanizadas para
estais, mensageiros,
tirantes em linha de
transmissão e aplicações
similares.

Construção Civil

Tela soldada.
Arames recozidos para
amarração.
Arames de relaxação
normal e de relaxação
baixa para concreto
protendido.
Cordoalhas de relaxação
normal e de relaxação
baixa, de 2, 3 e 7
fios para concreto
protendido.

Além desta, os produtos Belgo-Mineira têm utilidades que você nem imagina.

Todos eles com a
qualidade Belgo-Mineira,
uma empresa de produção
diversificada e sólida
como o aço. É por isso
que ela está entre as
oito maiores empresas
privadas nacionais.



**Companhia Siderúrgica
Belgo-Mineira**

Indústria e Uso Geral

Arames para fabricação
de parafusos auto-
rosquantes, parafusos
para madeira, porcas,
arruelas, esferas, etc.
Arames galvanizados
qualidade industrial.
Arames para telas de
alambrado.
Arames recozidos.
Arames para pregos.
Arames galvanizados e
cobreados para
grampeação.
Arames cobreados para
solda sob atmosfera
gasosa (CO_2), ao arco
submerso e
oxacetilênica.
Arames para eletrodos
revestidos.
Arames galvanizados
para gabiões.
Arames para molas
mecânicas.
Arames para molas de
estofados.
Arames para raios de
bicicletas e motocicletas.
Arames para
enfardamento de celulose.
Arames para lã de aço.
Arames para cabo de
escova, grampo de
cabelo, anzóis.
Arames para cabos.
Arames para a pesca da
lagosta.
Arames para fabricação
de cordonéis para pneus
radiais de aço.



A DEFESA NACIONAL

Democracia Direta¹

Mario Rotberg*

O autor visualiza, neste artigo, a tendência do exercício da Democracia, na Era das Telecomunicações, da Informática.

Omundo assiste, hoje, a um crescente nível de manifestações no sentido da reorganização estrutural dos sistemas políticos.

Isto deve-se a várias razões que, entretanto, convergem para a exigência irrefreável de mudanças, face ao fracasso das experiências historicamente recentes de arregimentação sócio-política, em bom número de países. Suas populações resistem à exclusão do processo político e as estruturas político-econômicas envelhecidas e anciolasadas, estalam por não perceberem e não atenderem à aceleração de exigências que está sofrendo a evolução da sociedade humana.

Bem o dizia Julian Huxley, com profundo sentido perceptivo: "Com a escrita, a História tem sido, pelo menos, cem mil vezes mais rápida do que a da evolução pré-humana."

"Inventos e melhorias, registrados por sua envergadura e que levaram cinqüenta mil anos para se concretizar durante a primeira era do paleolítico, foram numericamente percorridos num mero milênio e, com a civilização fixada pela sedentariazação, as unidades contabilizadas comparativamente na transformação da História passaram a ser coisa de uma centúria."

O que então, perguntamos nós, que dizer dos dias atuais, quando sabemos que, das últimas 800 gerações, à média de 50 anos cada, 650 foram vividas nas cavernas, 70 conheceram novos sinais na arte rupestre e a possibilidade de comunicação pela escrita, 6 pela palavra impressa, 4 conheceram a possibilidade de mensuração do tempo, 2 o uso do motor elétrico, 1 a geração da informática e, hoje, no presente, a tremenda expansão

* Economista, Professor e Conferencista, integra o Corpo Permanente da Escola Superior de

Guerra (ESG).

1. Selecionado pelo PADECIME.

da complexidade universalizada do conhecimento pela comunicação.

E o foco central das mudanças foram os ganhos da técnica, da automação na revolução tecnológica, que desvincilharam o ser humano, progressivamente, do trabalho braçal, conotando uma intensa variação na alocação da população economicamente ativa, que se vem desligando dos 100 séculos de agricultura, migrando para 2 séculos de indústria e de serviços e, hoje, penetra, telematicamente ou computronicamente, como querem outros, nesse mundo multimidiático do futuro.

O mundo de hoje é o mundo da aceleração da impermanência, levando a transitoriedade como força social nova e de intenso e fecundo contraponto psicológico. Altera-se a tessitura da própria existência e desprendem-se, por isso, os seres humanos, das velhas maneiras de pensar, de sentir e de se adaptar, ajustando-se, velozmente, à irradiação instantânea dos eventos contemporâneos.

Porém, para o tecido das relações políticas propriamente ditas, é importante apenas uma ilustração marcante: a do retrato populacional que apresentava, em 1850, só 4 cidades no mundo com mais de 1.000.000 habitantes. Em, 1900, já eram 19 e, em 1960, 141. E a prospectiva aponta, para o final do século, mais de 30 cidades, não com 1.000.000 de pessoas, mas com 10.000.000 de habitantes. Não há dúvida de que tal fato é um fator de efervescência social, por diminuição do espaço social e político entre os homens, e pelo aumento de fricções consequentes que estão a exigir mudanças organizacionais da sociedade.

O PODER DA COMUNICAÇÃO

Corrobora, para esse sentido irrepresável de mudanças, a ascensão verdadeiramente revolucionária da comunicação, que modifica padrões de comportamento e instiga a aceleração de mudanças calcadas em efeitos demonstração, alimentados, crescentemente, pelas conquistas científico-tecnológicas da informação à base de satélites e redes que se amalgamam, criando verdadeiramente um novo importante protagonista político: a mídia.

Quando a idéia criadora nas diferentes áreas do conhecimento ganha o patamar de idéia exequível e quando a inovação tecnológica a difunde amplamente pela sociedade na direção de sua aplicação prática, está formada a corrente de força que exige mudanças. Daí porque é necessário compreender que a tecnologia da informação é, inquestionavelmente, uma força da maior importância, atuando por detrás e como impulso acelerativo das mudanças.

Não é por acaso que está, atualmente, na lide política, ao lado da globalização econômica, o nacionalismo cultural ressurgente, como, também, não o é o reconhecimento de um número infinito de questões a mostrar a heterogeneidade de requisições sociais que se espalham por infinitas unidades de diferente colorido cultural que ascendem dos indivíduos, às informações grupais de reivindicações a serem atendidas.

Por outro lado, a veiculação do desapontamento com o charme do sistema estatal socialista, que se afogou num estado desproporcional, agigantado e paralisante, como organismo básico e coordenador do sistema político, acabou com as ilusões de sua superioridade como sistema. E, hoje, burocracias estatais ainda crescentes erigem, teimo-

samente, uma complexidade avidamente abrangente, ineficiente e ineficaz, para o tratamento do espaço social configurado. Mas, por sua incapacidade, fazem resplandecer, testemunhando a existência de uma tendência de sentido neoliberal, a diminuição da estrutura estatal, bem como o refreio de sua expansão tentacular, como nova esperança. Tal fato fornece, na atualidade, os elementos propriamente políticos, para as considerações a serem mobilizadas e discutidas quanto à melhor forma de atender com eficiência e eficácia ao sentido verdadeiramente representativo daquilo que desejam as populações.

Diferentemente dos *status quo* da confrontação ideológica entre os Estados políticos totalitários, ditatoriais, autocráticos, de um lado e de outro a democracia clássica resistente, porém envelhecida e que também promete sem, contanto, concretizar soluções para as aspirações das populações em diferentes países do globo, o que se busca é uma nova forma de engenharia político-social, pragmática e efetiva na concretização de medidas que atendam às demandas populares.

O IDEAL DA MUTAÇÃO

Não há dúvida de que se está num ponto de mutação. E o que cresce como exigência inegável é o processo de uma prática correspondente a um ideal teórico filosófico da democracia, em que não haja incongruência entre a prática e o verdadeiro entendimento do significado efetivo da Democracia.

Não vingou, até o presente, o pensamento de Aristóteles ao definir a democracia para o seu tempo.

"A democracia é um estado onde os homens livres e os pobres, sendo a maioria, são investidos com o poder de Estado".

"A mais pura democracia é aquela que assim pode ser chamada, principalmente por proceder da igualdade, para isto, é que a lei nesse estado se dirige. Isto é, em que os pobres não estarão em maior sujeição à lei do que os ricos e nem a supremacia do poder seja concedida a um ou outro deles, porém, que ambos conjuntamente o desfrutem. Se a liberdade e a igualdade, como algumas pessoas entendem são, sobretudo, os alicerces de uma democracia, esta deve existir em todo departamento governamental e estar disponível para todos e, se o povo é a maioria, o que ele decide torna-se lei. Segue-se, então, que esse estado deve ser a democracia."

E, M.I. Finley, na justificação de Aristóteles, confirma ter sido a democracia ateniense de cidadãos uma democracia direta e não representativa, por dois aspectos.

O comparecimento à Assembléia soberana aberto a todo cidadão e não havia burocracia ou funcionários públicos, exceto uns poucos escriturários, escravos de propriedade do Estado, que faziam os registros necessários e inevitáveis como cópias de tratados e leis, listas de contribuintes inadimplentes e de punibilidade a sentenciados pela Assembléia popular.

A Assembléia detinha a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, na legislação, nas obras públicas, em suma, na totalidade das atividades governamentais. Péricles sempre a consultou, e sua forma era o comício a céu aberto com milhares de cidadãos, acima de 18 anos, que quisessem participar em determinado dia das 40 sessões anuais. Todos os presentes tinham o direito de participar, tomando a palavra no seu direito universal de falar ou a "Isegoria"

empregado pelos escritores gregos com o sinônimo de “Democracia”. E a decisão era tomada por maioria simples, à base de conhecimentos e de perícia técnica e política, onde não havia ouvidos para disparates.

A democracia dos tempos atuais, por seus diferentes aspectos na prática social, não é aquela a que se refere a definição aristotélica. O seu pensamento prendeu-se à democracia direta na qual era inteiramente desconhecida a formação de todo corpo legislativo e do sistema representativo. Esta, ainda, não teve sua prática social realizada, apesar de que a proposição histórica formulada pelos pensadores no passado nela calcavam ser a melhor forma de organização política para atender aos desejos, às aspirações e aos interesses dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Embora um rápido esboço histórico reflita as condições dinâmicas justificadoras de sua implementação, a democracia como veremos a seguir, foi vítima de desfigurações, cedendo ao pensamento elitista em sua conceituação.

Este sustenta que o seu funcionamento e sobrevivência dependem de fato da existência de uma oligarquia de políticos e burocratas profissionais. Isto desfaz a concepção original grega da democracia que, atualmente, por sua degenerescência, como veremos adiante, está cada vez mais comprometida com a drástica redução da participação popular, que deveria ter atuação constante em seu processo, ser mais ativa e mais expressiva na condução do seu próprio destino.

Para os oligarcas políticos que conduzem esse processo adulterado de democracia, a apatia política do povo é um bálsamo, já que podem desfrutar de vantagens escusas, e até considerar, por efeito reverso ao

da participação conturbada da população, que essa espécie de democracia indica um alto índice de saúde política da sociedade.

Para os elitistas, a democracia, quando se extrema e abre concessões, permite a ação dos fracassados, dos intelectualmente carentes, dos economicamente incapazes, dos socialmente desadaptados, dos descontentes contumazes, dos irracionalmente exigentes, dos ignorantes, dos sem instrução, despertando persistente objeção por parte da minoria dominante que advoga, em contraposição, o autoritarismo de poder.

Para Michels existe uma “lei de ferro da oligarquia” e, segundo ele, “*a democracia conduz à oligarquia e necessariamente contém um núcleo oligárquico (...) e a lei, que é uma característica de todas as agregações humanas de constituírem facções ou subfacções, está, como qualquer outra lei sociológica, acima do bem e do mal*”. E, para Joseph Alois Schumpeter, a democracia deve ser definida “*como um método cujo objetivo é produzir um governo forte, autoritário*” e mais, ainda, “*nenhum ideal está ligado à definição de uma democracia em si mesma. Ela não implica, em si, qualquer noção de responsabilidade cívica nem de ampla participação política, nem qualquer idéia dos objetivos do homem (...) A liberdade e a igualdade, que foram parte e parcela de definições anteriores de democracia não são partes essenciais de sua definição por mais meritórias que possam ser como ideais*”. Não há dúvida de que se está diante de um desvirtuamento conceitual de democracia que, por anterioridade de séculos, estava nas cogitações dos encyclopedistas, que percebiam a necessidade de mudanças de regimes absolutistas dos séculos anteriores e de uma saída democrática para o andamento político da sociedade.

E, há mais de dois séculos, Montesquieu, ao declarar-se partidário da república, priorizava, em seu modelo político, a igualdade mais absoluta, a soberania direta e universal do povo e a onipotência da vontade geral, que identificava como sendo a lei, e induzindo constantemente, pela análise da realidade, que a forma de governo devia ser representativa mas vestida, necessariamente, de dignidade e preocupação com a melhoria da sociedade.

Montesquieu, vivendo uma indubitável ascendência da Escola do Direito Natural, da lavra de Locke, admite, como este, panegirista da revolução inglesa de 1688 e apóstolo da liberdade política, a exaltação do indivíduo e sua anuência ao poder social. Ressaltava, porém, que este é o efeito do acordo livre entre os associados, continuado por gerações e expressado pela vontade da maioria. E, categoricamente, afirmava: “*o homem entra na sociedade para viver livremente. O verdadeiro poder reside no povo e é este que resolve o conflito entre o legislador e o encarregado da execução da lei*”.

A lei tinha a tríplice condição para seu respeito. Ela era social, porque constituía a opinião, como tácito consentimento entre as diversas coletividades públicas; era civil, porque impunha a regra do que é justo e do que é injusto e na qual se apóia o direito de premiar ou castigar; era divina, por ser, como lei que é, superior: o supremo critério da moral.

O Estado e o poder social não originam e nem suprimem os direitos individuais. Sua missão é reconhecê-los e ampará-los em seu exercício. Diante da realidade dos des-

mandos feudais, reafirmar que o direito da pessoa é natural.

Já Rousseau, influenciado pelo pensamento de Hobbes, mais radical, admite que a liberdade, considerada em si, parece o maior bem, mas se converte, sem o poder autoritário, na origem de todos os males e misérias humanas.

No Estado natural, o direito do homem não reconhece limitações, o indivíduo é tudo e tem direito a tudo. Por consequência, o melhor direito será o do mais forte, daí que o Estado de direito natural seja o da violência e, por isso, é o estado da violência, da luta

pela existência análoga à vida animal.

Como Hobbes, ao reconhecer os inconvenientes da eterna luta, Rousseau deseja racionalmente a paz. Para ele, a sociedade nasce, não de uma tendência natural, e, sim, pelo instinto de conservação.

A subsistência dos indivíduos estaria em perigo se não houvesse um pacto para pôr fim ao estado natural de luta. Os indivíduos, então, aceitam associar-se, renunciando, cada um, aos seus pretendidos e ilimitados direitos naturais em favor de uma única direção, que tem por dever conservar a paz.

Em decorrência, a fonte do direito passa a ser a lei como expressão da consciência social à qual devem submeter-se as consciências particulares.

O homem, nascendo livre, não renuncia à sua liberdade quando constrói a sociedade e um Estado; a sociedade é unicamente soberana, a vontade comum é a suprema lei e o seu objetivo é a liberdade e a igualdade.

Não se pode admitir uma falsa civilização que torna os homens uns desgraçados,

torna-os selvagens e, possivelmente até, animais.

Tanto Montesquieu, com mais flexibilidade, como Rousseau, com determinação mais ostensiva a respeito da organização social, tornaram-se os arautos dos quatro fundamentos da democracia: soberania popular, separação de poderes, direito da pessoa humana e Constituição escrita. Afinados com a evolução de seu tempo, perceberam a imprevidência real e formal das instituições feudais regedoras do seu sistema político. Este, por seu conservantismo, obstaculizava mudanças imprescindíveis e inadiáveis, ao mesmo tempo em que perdia o poder necessário para a solução das reivindicações, cada vez mais crescentes, nas diferentes áreas da manifestação política, econômica, social e militar. Por isso ruiu, no passado, por obsolescência absoluta, o poder feudalizante.

A sociedade, em verdadeira convulsão, plasmava os sistemas político-econômicos através da profunda transformação de sua estrutura, concretizada num inusitado crescimento populacional e, sobretudo, por reflexos econômicos e políticos, impossíveis de serem contidos no círculo feudal.

Apoiada na Revolução Industrial, crescia, incontida, a liberdade econômica de empreender e comerciar, universalizando processos e comportamentos, que ensejaram a formação de uma burguesia econômica altamente concorrente e exercitante de uma animação política sem precedentes, exigente de voz e de direitos, de democracia política e econômica.

Sua consubstanciação engendrou o Terceiro Estado, com representação na assembleia da revolução francesa, que obrigou a abertura definitiva para a democracia representativa, como instituição superadora da anciãosse feudal e, ao mesmo tempo,

sincrônica e apropriada à complexidade sócio-econômica no arcabouço do Sistema Político.

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Em vez do poder concentrador e abusivo do soberano ou do suserano, firmou-se, como suporte nas idéias de John Locke, apresentadas em seu segundo tratado, *O Governo Civil*, a válida justificativa para a separação de poderes, ou seja, poder executivo e poder legislativo que não podiam estar concentrados na mão de uma única pessoa.

As idéias de Locke, sobre a separação de poderes para a operacionalização do sistema político, foram defendidas e difundidas por Montesquieu que lhes acrescentou o poder judiciário, com existência própria e sem interferência dos demais.

O estudo das instituições da democracia ganhou aprofundamento analítico e densidade teórica com o *Contrato Social* de Jean Jacques Rousseau. Como aspiração, estava a defesa de um comportamento concertante de toda a sociedade — como numa partitura — onde a égide era o Bem Comum.

Dizia Rousseau:

"Nenhum homem pode desfrutar de toda a responsabilidade moral, a não ser que participe da formação do consenso ao qual ele está devidamente ligado. Isto requer sua reunião com seus semelhantes a intervalos periódicos, e pessoalmente deve votar em cada e todo ato de legislação. Ele deve, também, assumir a responsabilidade de votar por um governo que dê curso ao pleno exercício das leis. Um governo assim criado deve estar inteiramente subordinado à vontade geral expressa na assembleia popular."

Em sua condenação aos desavisos cometidos pelos representantes objetiva: “*Nenhuma lei é legítima se não expressa a vontade geral e o consenso de toda a comunidade*”.

Suas observações revelaram a preocupação com os deslizes na operacionalidade do sistema político e, já profundamente descontente com os vícios nas instituições de seu tempo, tomou por aspiração o exemplo da antigüidade clássica da democracia.

Sua preferência voltava-se para um tipo de exercício mais forte de democracia, mais para Esparta e Roma do que para Atenas. Em sua raiz já estavam as dúvidas que expressava a respeito dos representantes e da concretização das decisões da maioria nas assembleias populares pela administração pública.

Embora não tivesse expressado em termos definitivos, sua propensão voltava-se para a aceitação da democracia direta.

E Alexis de Tocqueville traz, em sua observação sobre o governo, como representante do povo, a condição de que “*a democracia implica a noção de que os direitos políticos devem ser desfrutados pelo mais humilde nível dos cidadãos, da mesma maneira que a disseminação da riqueza traz o sentimento de sua propriedade e de seu alcance para todos os homens.*”

Não há dúvida de que o quadro da atualidade está longe de tal efetivação.

DEGENERESCÊNCIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A evolução degenerativa do clássico e atual sistema de democracia política não é dos dias de hoje. Sua estrutura, em seu

progerismo, já foi alvo, mesmo em passado distante, de acerbas críticas de pensadores e líderes políticos que propugnaram por reformas, bandas umas e radicais e revolucionárias outras.

No rastilho do inconformismo social, proliferaram correntes as mais diversas, todas, porém, esgrimindo com a necessidade de mudança do sistema.

Neste século, o estremecimento do sistema democrático, particularmente no correr dos anos entre 1918 e 1923, causou um verdadeiro terremoto político, em consequência dos desavisos da ação representativa anterior à Primeira Guerra Mundial. E, logo em seu apóis, explodiram massivos movimentos de protesto político e social que se agravaram, de maneira assustadora e inconcebível à época, como resultante da escorcha das reparações de guerra exigidas, pelos vitoriosos da entente, às potências derrotadas.

A cegueira político-econômica de Clemenceau, que liderou o processo indenizatório, se sobrepuôs, no concerto das reparações, à Inglaterra de Lloyd George e aos Estados Unidos de Woodrow Wilson, ambos mais prudentes, mas enfraquecidos ante a obstinação das considerações da França, como país que, embora vitorioso, sofreu o maior impacto da guerra.

Logo apóis, porém, por efeito de vasos econômico-políticos comunicantes e interdependentes, genialmente analisados por Lord Keynes — que criticou e condenou, asperamente, o processo das reparações em seu sarcástico “Conseqüências Econômicas da Paz” e, portanto, ironicamente da paz e não da guerra, por seus efeitos destruidores, as potências vitoriosas veriam o inconformismo grassante alastrar-se.

Ameaçadas pelos reflexos da explosão política nos países derrotados e nos vitorio-

sos enfraquecidos, as instituições democráticas ficaram abaladas, particularmente as da Terceira República, na França, com repercuções que se estenderam aos demais países no curso do decênio anterior à crise de 1929/33, que acabou por estremecer os próprios Estados Unidos.

A paisagem política que medrava nos diferentes países participantes do conflito, retratava indisciplina social, contestação do sistema político, desrespeito e condenação aos parlamentos e seus parlamentares, aos poderes constituídos em geral, numa crise de Estado que, em alguns países, acabou por destruir-se e, finalmente, desaparecer como Estado democrático.

E, na linha dessa evolução, o que ressaltou, então, foi a generalizada perda da capacidade de controle, pelo Estado, das infinitas transgressões políticas e irregularidades no comportamento social, originando, em resposta, a formação de correntes políticas com diferentes *backgrounds* ideológicos, defensoras da restauração da ordem, da regularidade ético-social e do reerguimento econômico. Seu escopo político colocou a centralização do poder contra a imagem enfraquecida da democracia pluralizada, cuja atuante, na realidade, era a oclocracia, ou seja, o poder da turba, da baderna, que se expandiu.

A CONTESTAÇÃO À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O testemunho vivo, de um lado, foram as manifestações revolucionárias e extremistas na Alemanha, com a insurreição promo-

vida pela Liga dos Espartaquistas, dirigida por Liebknecht e Rosa Luxemburgo e, na Hungria, com o assalto ao poder e sua conquista pelo extremismo de Bela Kun, que incursionou até na Romênia, onde a agitação revolucionária, contra a casa real, encabeçada por Juliu Maniu e Vaida Voevod, conseguiu empalmar o poder no gabinete Vaida-Voevod, posteriormente liquidado pela reação conservadora dirigida pelo General Averescu, sem, contudo, eliminar a ameaça crescente da organização comunista encabeçada posteriormente por Ana Pauker.

Na Bulgária, a ação contestadora da esquerda socialista revolucionária, sob a liderança comunista de George Dimitrov, acionou a derrubada do governo búlgaro, com o aval político de Lenin, testemunhando que a agitação nesses países ganhara apoio massivo de grandes contingentes da população. Em sua extrema ebuição, assistiu-se ao assalto revolucionário ao poder, na Rússia, com a derrubada do czarismo e banimento da própria democracia, apesar da tentativa estertorante de Kerensky e a implantação da ditadura dos bolcheviques em nome de operários camponeses e soldados, dando surgimento à União Soviética dirigida discricionariamente por Lenin, a princípio, e continuada, tiranicamente, com mão-de-ferro, por Stalin.

Se esse era o panorama no leste europeu, sua repercussão demonstrou-se ameaçadora quanto à derrubada dos regimes políticos no Ocidente.

Já antes da própria guerra, o Ocidente era vítima de agitações desestabilizadoras pelas manifestações antiguerreiras, particularmente na França, sob a liderança de Jean Jaurés, fundador do Partido Socialista Francês e vitima de assassinato político, em julho de 1914.

Nesse país, o desfecho da guerra, resultou, de um modo geral, num ambiente de intensa conturbação, onde correntes políticas, anteriormente estruturadas e enraizadas por Jaurés, Guesde e Vaillant, instigavam o processo revolucionário comandado pela unidade das formações socialistas.

Esse processo agitativo desembocou, após a guerra, na formação do governo do *front populaire*, cujo primeiro presidente foi Leon Blum, mais tarde aprisionado pelo regime de Vichy.

Na Inglaterra, a variante diferenciada do marxismo consolidou-se no socialismo fabiano de Sydney e Beatrice Webb, impulsionando o ascenso político do Partido Trabalhista Inglês, mais tarde sob a liderança de Ramsay Mac Donald, que chegou a primeiro ministro do gabinete inglês.

Nos EUA, o resultado da guerra fez surgir um movimento de oposição e de fortalecimento da atividade sindical, com manifestações de extremismo terrorista, sem, entretanto, afetar a estabilidade democrática do seu sistema político.

Na Itália, no pós-guerra, a agitação também se acentuou, criando uma situação de instabilidade política e de condenação aos governos de Nitti e Giolitti, pelas forças socialistas rodeadas em torno de Pietro Nenni, Antonio Gramsci e Giacomo Matteotti, de um lado, e, de outro, as forças do nacionalismo fascista de Mussolini, egresso do socialismo, cujos adeptos assassinaram Matteotti, em junho de 1924.

E ainda, no Oriente, o Japão, que participou como um dos cinco grandes da Conferência da Paz, também viveu as vicissitudes da situação política interna, que mergulhou em conflitos e protestos, também chefiados por intelectuais e próceres do socialismo e

da rebeldia japonesa como Yoshino Sakuzo e Minobe Tatsukichi, contra o poder imperial.

Com programas revolucionários de derubada dos governos e instalação da ditadura do proletariado, surgiam os Partidos Comunistas na ponta de um radicalismo social extremo, que pressionava as demais correntes da esquerda, moderada ou revolucionária, com manifestações grevistas e intensa efervescência social.

Do outro lado, com matiz ideológico definido pela origem conservadora de suas forças, surgiram, ao mesmo tempo, correntes atuantes de sentido adversário, anti-extremistas, confiantes no processo de superação das dificuldades pela modificação da estrutura do próprio sistema político. Entretanto, diante do incontrolável panorama político, que degeneraria, em seu enfoque, na derrota da democracia, aceitaram uma nova ordenação extremista de sentido oposto. Lideranças radicais surgiram no combate ao estado de desregramento geral, exigindo ordem, e governos fortes que imprimissem o arbítrio como solução ao processo conflitual que, na maioria dos países citados, se apresentavam como sério intimidante à preservação e à continuidade do sistema democrático.

O resultado foi o nascimento de regimes políticos de poder unipessoal totalitário, personalizado em ditadores como Mussolini, com o fascismo italiano, Hitler, com o nazismo alemão, e Lenin, com o comunismo soviético, regimes, esses, todos convergentes para estruturação do “Estado forte”, ditatorial.

Na realidade, como “Estados fortes”, eles eram sinônimo de governos tentaculares absolutos, centralizadores de todas as deci-

sões de sentido político e econômico, projetando a imagem real do Estado máximo e Nação mínima.

O que se assistiu foi a derrota da democracia, que não soube resistir, por falta de projetos, à oclocracia, ao poder da turba, cujo esmagamento foi alcançado por soluções políticas de força que, diferenciadas quanto à complexidade, profundidade e extensão, repetiam processos ocorridos na antiguidade de cujo ciclo, Tirania, Monarquia, Oligarquia, Democracia, Oclocracia, a exemplo da Grécia, entrônizavam, outra vez, a tirania no poder.

Mussolini, Hitler, Lenin, Stalin e seus seguidores, diante de situações semelhantes em todas as latitudes, não foram e não são outra coisa, a não ser tiranos repoltreados em suas ditaduras.

A História, porém, não pára, e é sempre madrasta para quem sonha que as estruturas de poder são inertes, inamovíveis e não sofrem a tensão dos verdadeiros jogos de cabo de guerra. Nestes, correntes de diferentes formação político ideológica, fracionadas ou não em diferentes partidos, aspiram, também, a seu lugar de direitos e regalias e esticam a corda das exigências ao seu esgarçamento e até rompimento, se os Estados, que se julgam fortes, não lhes concederem o direito de se sentirem "Nação". Mas, Nação, em sua inteireza, só existe onde o primado da liberdade é condição que, em sua conscienciosidade, confere efetivo fortalecimento ao Estado. O desafio, então, para o seu fortalecimento é saber governar e, não, aproveitar.

Governar, porém, na democracia convencional, é uma atividade altamente complexa que, tradicionalmente, exige descentralização, distribuição e tripartição de poder, por mínimo que seja, para aprovar pro-

gramas, encaminhar ordens e fazer valer determinações relativas às exigências de realização dos objetivos a que o governo se propõe.

E aí começa a repetição do ciclo vicioso. As pessoas nos diferentes escalões, têm que ser de confiança, nas diferentes esferas do poder governamental e a sociedade, imperceptivelmente, passa a assistir à formação de uma oligarquia que, antes eram cortesãos e, na atualidade, são a gigantesca aparelhagem da burocracia que acarreta, por sua extensão e complexidade, a impossibilidade do controle exercido pelo poder unipessoal.

A verticalização do poder, até a unipessoalidade, como a história o confirma, acaba cedendo porque interesses, aspirações e desejos obstados, vão gerar, pelo contrário, resistências às determinações centralizadas. E isto acontece assim que posições pessoais, relevantes no próprio aparelho do Estado, são atingidas e, por isso, são arduamente defendidas por prescrições de mudanças que garantam esse novo e oligárquico conservantismo, levando ao surgimento de um estatismo corporativista paralisante.

Este, arroga-se um poder que inverte o preceito de servir ao público, pelo de servir-se do público, com a coorte de mazelas degeneradoras de suas funções, como nepotismo, corrupção, paternalismo etc, num processo de poder totalmente destorcido daquele que, por sua descentralização, abria um válido canal de responsabilidade democrática.

Desse modo, o novo poder resvala para a desconfiança, para a sua incredibilidade, perde autoridade e dispara para o processo de sua decomposição, e, em seu crescendo, desemboca no desaparecimento do Estado institucional existente.

DEMOCRACIA ATUAL E FUTURA

É fundamentalmente por ignorância e incompetência que, na atual democracia, residem as raízes da neurose coletiva que explode em violência, em protestos, em movimentos contestatórios massivos, em furtos atemorizantes de massa tipo arrastões, em homenagens, reconhecimento e proteção a bandidos e traficantes que, movendo o medo como instrumento de afirmação, constróem um poder paralelo de alta periculosidade, e perturbador das mentes quanto à aceitação de quem é autoridade na prática do poder no dia-a-dia.

É, também, na pretensão conservadora dessa democracia e de uma época que esvanece e cujo porvir invade o presente aceleradamente e rompe de maneira irreversível com a estética social da atualidade, que residem a insegurança e a incerteza diante do futuro e o temor individualmente generalizado. Estes, geradores de desarcertos pessoais de comportamento com a proliferação de roubos, seqüestros, assaltos, assassinatos, e toda atuação criminosa e anti-ética pessoal, da paternidade irresponsável, corporificam o adensamento da patologia social e individual do presente.

Manter o tipo atual de sistema político é entrar em colisão com o futuro, é voltar-lhe as costas, é permanecer num enfoque doentio, irracionalizado, perigoso e, sobretudo, inepto.

Ou muda-se a forma e a essência do sistema político que quer a permanência de tudo no mesmo lugar, que quer o sonambulismo conservador generalizado, que resiste à aceitação das válidas novidades na aterradora complexidade atual do universo, ou o seu

progerismo inoperante, impedirá o acompanhamento dos instantâneos acontecimentos do progresso e, por consequência, a ordenação e o planejamento da própria vida.

Ganha, por isso, procedência a consideração de Jaime de Altavila sobre “o benefício público” em a origem dos Direitos dos Povos”.

“Todas as vezes que um governo for incapaz de preencher essa finalidade, ou que lhe seja contrário, a maioria da comunidade tem o direito indubitável, inalienável e imprescritível de o reformar, mudar ou abolir da maneira que julgar mais própria a proporcionar o benefício público.”

E a inquestionabilidade da mudança do sistema político prende-se à evolução concomitante de um processo em que o Governo e o Estado clássicos ultrapassados perdem e a Nação ganha, razão por que esse processo tem que ser compreendido e admitido.

O desmoronamento desse Estado presencia, simultaneamente, o crescimento do sentimento de Nação que internaliza a imagem do poder, através das manifestações de seus diferentes segmentos em galvanização e que pressionam, participativamente, pela formação de uma consciência, de uma opinião coletiva e da própria ação dos indivíduos na exigência de mudanças regeneradoras no exercício do poder.

Mas, num testemunho variabilizado e confirmante do processo histórico, o que se presencia, hoje, e de maneira generalizada, é que, no limbo da problemática atual dos sistemas políticos, está a democracia convencional, dita representativa. E aqui, limbo tem, como significado, lugar onde se despejam as coisas inúteis. Se muito forte e aparentemente radical, a imagem feita, não menos

justificativa, é a realidade retratante do desacerto geral do sistema que se julga representativo.

Hoje um novo elemento que desfigura a natureza institucional da democracia é a ação lobista.

Excrescência democrática que é, persegue foros da legitimidade em total contraposição à licitude do significado da democracia. Ela enfraquece a posição lícita e legítima da representação política e condena os poderes da democracia clássica à inocuidade no atendimento às aspirações da população.

Dispondo de um enorme acúmulo de riqueza, os lobistas comandam e influenciam, pela grande soma em dinheiro de que dispõem, governantes e parlamentares, que se entregam, literalmente, à corrupção, e passam a defender interesses específicos, grupais ou individuais e, até mesmo, particulares, em desafio a lídimos interesses da maioria da população.

Além disso, com capacidade considerável de utilizar a explosão tecnológica de informação, como a multimídia e a telefonia celular, montam eventos formadores de opinião, que pressionam e influenciam até os próprios partidos, chegando, hoje mesmo, a deles presidir, por considerá-los organizações obsoletas, e assumindo um papel substituidor e de suplantação influenciadora na formação jurídica da democracia.

Corrobora, nesse sentido, o saber da decadência ideológica, programática e de princípios desprezados pelas organizações partidárias, envolvidas que estão por sua desfiguração, o que enfraquece a fonte e oposi-

ção a uma nova forma de democracia, que passa a prescindir dos partidos, como estrutura materializada do corpo político, por sua capacidade opinativa e influenciadora.

Os lobistas, como piratas do moderno mundo político, estão modificando, pela vigorosa ofensiva em defesa dos seus interesses, às vezes muito bem defendidos, a conformação clássica da democracia. E, os partidos tradicionais, já são, hoje, os maiores perdedores políticos, pelo seu descrédito e, em consequência, pela mudança que será inevitável.

Em face do descalabro da licitude e legitimidade dessa política, cresce, com experiência que se desenvolve atualmente em vários países, a imagem de um novo sistema de real evidência da democracia.

Esta, por certo, correrá também, na visão prospectiva, para o enfraquecimento da importância das eleições e o parlamento, particularmente, perderá muito de sua antiga grandeza.

O eleitor tem tomado conhecimento de toda essa fenomenologia política e demonstra seu desapontamento e, até mesmo, hostilidade ao atual sistema, onde o lobista o desfigura pela influência que tem sobre os representantes, e o eleitor vê-se escamoteado por estes em quem confiava, e não aceita que um intruso, que não foi chamado à decisão no processo democrático, passe a decidir de seu destino.

Não adianta mais o bombasticismo da oratória, a escolha das frases feitas, a mentirosa veemência e a demagogia mistificadora com que pretendem, os políticos, iludir setores mais atrasados da população. Cresce a

"Os lobistas, como piratas do moderno mundo político, estão modificando, pela vigorosa ofensiva em defesa dos seus interesses, a conformação clássica da democracia."

exigência de saída real para a solução dos problemas denunciados pelos meios de comunicação e sentidos na própria vida por segmentos pobres e miseráveis nas diferentes nações.

A atualidade, revelando um turbilhão de transformações nas artes, na ciência, na intercomunicação pessoal e grupal, no comportamento pessoal e coletivo, com uma velocidade jamais assistida no primeiro mundo, gera um incontável efeito demonstração que impõe, por tal ritmo, aceleração das mudanças nos países em desenvolvimento. Hoje, pelo inegável avanço no domínio do conhecimento científico e tecnológico, os países do primeiro mundo começam a ensaiar novas formas de ordenação política para consolidar ganhos materiais de suas conquistas, com plebiscitos e referendos que proliferaram em face de diferentes problemas.

Diante da aparência de um calidoscópio alucinante de transformações, do espanto, da frustração e da desorientação que os atinge, frente a esse novo choque cultural, procuram, os países do primeiro mundo, através da racionalidade e da competência e por novos meios políticos, evitar a interpretação equivocada da realidade, costumeira no passado e incapaz de soluções para o enfrentamento dos problemas presentes.

Não mais se aceita o fato de que permançam impunes. Câmaras altas e baixas ou Congressos, autoridades judiciais e ou executivas, em inúmeros e diferentes países, onde o nosso também se inclui, e que, em seu sentido geral, estejam penetrados pela ruptura de valores morais e éticos, valores estes que lhe davam, além da legitimidade e da legalidade, a licitude como alicerce e suporte de sua sustentação. Isso, porém, tornou-se coisa do passado. As prevaricações se sucedem e densificam, já há bom tempo e, num sem número de casos, exibindo a

impropriedade comportamental dos eleitos, ditos representantes, a exemplo da Itália, Japão, Alemanha, França, Canadá, Estados Unidos e em um bom número, também, de países em desenvolvimento como, agora, no Brasil, revelando, cada vez mais, a montante de escândalos que perpassa toda formação tripartite de poder.

A ilicitude é um sinal de mau agouro e não é preciso ser profeta para afirmá-lo. Sua extrema gravidade tem, no contraponto, demandas sociais, urgentes e não atendidas. E, a falta de soluções para as aflições que se generalizam sinalizam, de maneira altamente indutora, a necessidade de transformação das estruturas do sistema político, colocando em pauta uma nova formação de autêntica e válida democracia.

Isto significa que, a organização sistêmica da democracia representativa com sua distribuição tripartite de poder, está senil. É gerônica, não atende mais às exigências da população.

Sua condenação ganha, cada vez mais, novos adeptos na exigência de uma profunda reforma do Estado, hoje, politicamente esgotado, que permita, para a sua recuperação e fortalecimento, a influência e a participação concreta e direta de meios políticos mais apropriados. Estes, mais avisados, assegurariam as profundas transformações que ocorrem atualmente, varrendo o atual sistema sócio-político e econômico em diferentes nações. Não se pode subestimar, de maneira nenhuma, a preponderância que passam a ganhar, hoje, como papel importantíssimo e essencial, para o fortalecimento da democracia direta, as conquistas na área da ciência e da tecnologia, que se expandem exponencialmente em, praticamente, todas as áreas de sua intervenção e em todas as expressões da manifestação humana seja ela, política, econômica, psicossocial, militar e,

no propriamente dito campo do desenvolvimento científico-tecnológico, cujos efeitos estão assombrando e impactando o mundo, por suas magníficas realizações.

Hoje, tal processo, complexo e gigantesco, tem, como principal coadjuvante, o desempenho dos veículos de comunicação que, na instantaneidade com que transmitem notícias ou acontecimentos, particularmente pela imagem televisiva, induzem posicionamentos que atingem a consciência dos indivíduos e a sociedade como um todo, nas suas mais diferentes áreas de atuação.

E, no contraponto da formação de consciência direcionada pelos ganhos do próprio progresso, coloca-se, também, a imperiosa necessidade de aferir o grau de ofensa, sem prejuízo da liberdade de sentido crítico construtivo, a valores sedimentados na ordem ética e moral e seu desdobramento na atividade política e econômica e no comportamento social em geral.

E, aí, reside o nó górdio a ser desmantelado pela Nação, que tem, na cultura, a questão central. Ou seja, como problema de insuperável importância face à germinação de seus efeitos, e onde o supremo desafio consiste no enfoque do válido papel que, na indústria cultural da informação, em particular da telecomunicação, deve ser assumido pela mídia, hoje, em caminho acelerado para a multimídia na composição da informática, televisão e telefonia.

Isso coloca em primeiro lugar, preservando a liberdade de informação, tanto na imprensa escrita, falada ou televisiva, atender, como premissa, aos mais amplos interesses da Nação. Significa a somação dos esforços de sentido participativo das mais extensas camadas da população, por livre decisão individual das pessoas que, como pessoas, devem ser respeitadas. Isto é, admitir a

sua participação na elaboração de um projeto nacional que oriente, pelo seu desdoblamento nas diferentes esferas e níveis de poder, o processo de consecução dos objetivos de bem estar e de boa convivência de todos os segmentos da comunidade nacional.

Significa, em segundo lugar, enfatizar a necessidade de reforma do Estado, cujo alvo deverá ser a racionalização de toda a burocracia brasileira, que se mostra petrificada, impermeável e desavisada dos perigos de sua inatingibilidade. Sua inquebrantabilidade constitui uma verdadeira tragédia social por conferimento de poder que não lhe foi atribuído e sim, sorrateiramente adquirido, sobrepondo-se ela à Nação, por um processo de transsubstanciação de funcionários que se consideram, eles próprios, o Estado e se colocam acima do respeito ao direito dos carentes e, mesmo, da própria Nação em seu todo.

Implica, em terceiro lugar, enriquecer quantitativa e quantitativamente o campo de programas de explícito cunho temático, bem engendrados e que procurem motivar a população, no processo de conhecimento diversificado, com o objetivo de acioná-la para a solução de problemas, em diferentes níveis de exigências e complexidades.

Requer, em quarto lugar, corrigir competentemente a visão caricatural e deformada que avassala a programação televisiva quanto a sexo e violência, coibindo o enaltecimento dos heróis negativos. E, além disso, coloca-se a questão impactante da apresentação de sonhos vivenciais, ricamente materializados nos *standards* de vida, exibidos no grosso das novelas que estimulam desejos, acicatam vontades e ações irrestritas sem observação de sua legitimidade.

A riqueza exibida introjeta, em boa parte de sua audiência, efeitos miméticos que,

impossíveis de serem alcançados num processo regular de aquisição, apela para a marginalização de procedimentos como furtos, roubos e demais ações que entumescem a patologia social do presente em expansão avassaladora.

Além disso, a vontade de imitação generalizada dos altos níveis de vida exibidos nas telas dos aparelhos, acaba por exercer uma pressão enorme sobre o sistema econômico. E este, à míngua de infra-estrutura apropriada e de recursos de diferentes naturezas para a produção de superfluidade sofisticada, agrava, ainda mais, todo o panorama social e político, originando um efeito repressão por impossibilidade de materializar o efeito demonstração, provocado pelas imagens de riquezas, o que conflui para as ilícitudes para o aumento da efervescência social através de protestos e diferentes manifestações de contestação ao sistema político.

Sua causação, como já admitem sociólogos e cientistas políticos, reside na inadequação do sistema político que, por transformação conveniente, pode atingir ações contestatórias ameaçadoras à paz social. E, para isso, a atualidade política está apresentando uma saída e, hoje, requer, como democracia, uma nova prática, cuja experiência inicia sua formação.

A DEMOCRACIA DIRETA

Sua conformação política é a democracia direta. Certamente com nova roupagem científica e tecnológica, face à extensão e profundidade e à complexidade da fenomenologia política do presente.

O sistema atual de democracia representativa tem seu teste de aferição, somente na manifestação dos eleitores, praticamente num lustro de anos, em alguns países, e em período mais lato em outros.

O fato é que, nos períodos intermediários, a "representação" vê-se livre do controle da sociedade e avolumam-se, por consequência, os desavisos cometidos em função de seus interesses pessoais. E o espaço temporal de renovação congressual e a própria estrutura organizacional da democracia representativa ampara, quando mascarada ou desconhecida, a solércia do representante.

O resultado é que, as demandas efetivas, sumamente importantes do dia-a-dia, e de urgente atendimento, exigidas pela população, ficam postergadas, subestimadas, e, as vezes, criminosamente engavetadas por apriorismos políticos ou ideológicos e, em bom número de casos, por ferirem ilícitos interesses pessoais da própria "representação".

E isto acontece porque a estrutura do sistema político o permite. Seus processos internos de funcionamento, seu regime modorrento de atuação, sua complexidade normativa, engendram burocracias inoperantes que disso usufruem e se consolidam nas diferentes áreas e esferas governamentais como um verdadeiro cancro social.

Daí porque, políticos e sociólogos preocupados com essa situação, cujo estuário é a inadministratividade e a anomia social, admitem existirem, hoje, fundamentadas razões para a construção de uma nova organização estrutural da democracia.

E a projeção é a de uma democracia dinâmica, ágil e veloz, que possa responder, em tempo hábil, aos reclamos da população, atendendo aos seus válidos desejos e aspirações.

Democracia direta é a forma que está sendo proposta. Ensaios exituosos de sua implementação têm sido realizados e a tendência de sua conformação prospectiva em futuro próximo está em crescimento.

A EXPERIÊNCIA DA DEMOCRACIA DIRETA EM VÁRIAS LOCALIDADES E PAÍSES

A experiência, com ensaios já realizados no presente, está crescendo e está desfrutando, com mínimas restrições, aceitação generalizada por parte das populações.

De um modo geral, ela está voltada para solução de questões locais, internamente, em diferentes países, porém, harmoniosamente conduzida, em face de objetivos globais e nacionais formulados pelos respectivos governos. Tem sido um processo de extensa descentralização de poder, através de auscultas, referendos e plebiscitos, previamente trabalhados quanto à forma e à essência dos assuntos em pauta, para um convencimento cultural individualizado.

A Suíça, país que tem praticado a democracia do referendo e cujo número já atinge mais de duas centenas, dos quais mais de cem cantonais, é um exemplo marcante de democracia direta. E lá, com uma coleta de um modesto número de assinaturas, qualquer lei, proposta pelo governo, pode ser submetida à votação de toda população. Do mesmo modo, podem ser colhidas assinaturas para aprovação de uma idéia que a própria população, independentemente de aprovação ou reprovação do Congresso ou do Governo, põe em votação.

A Austrália e certas regiões da parte ocidental dos Estados Unidos usam, atualmente, também, referendos de maneira bastante regular. Um exemplo típico é a localidade de Teluride, nos EUA, que os realiza todas as terças-feiras à noite, via telemática, para aprovação ou negação de propostas que são discutidas com as imagens opinativas e televisionadas dos participantes, em sua residência, sobre medidas locais, pela população.

Referendos têm sido feitos praticamente em toda Europa como na Espanha, França, Dinamarca, Irlanda, Suécia e em seus outros países e, hoje, particuarmente e com muita freqüência, na Itália, sobre assuntos de escolha dos governos, em diferentes esferas de poder, quando estes desejam a palavra final da população. Assim, também, foi feito no Japão, relativamente a pronunciamentos sobre onde localizar usina nuclear e cuja aceitação foi alvo de plebiscito entre duas cidades escolhidas pelo governo central.

Com relação a posicionamentos nacionais de referendos, ressaltam os exemplos claros e típicos de plebiscitos relativos à adesão às resoluções de Maastricht, realizadas na Dinamarca, Inglaterra, Irlanda, França, num exercício marcante de democracia direta.

POR QUE DEMOCRACIA DIRETA?

Isto está ocorrendo, por maior conhecimento de problemas por parte da população que acresce o seu interesse em opinar sobre a administração político-econômica, sobre o gerenciamento governamental quanto à

quantidade e o destino dos gastos públicos, sobre programas de cunho psicossocial, envolvendo educação ou saúde e sobre diferentes questionamentos políticos e até militares, estes vitoriosos que foram, por sua importância e pelo seu papel, reconhecido em plebiscito realizado na Suíça. Ganha intensidade, cada vez maior, a preocupação opiniática da população, indicando a maré crescente de manifestação direta dessa mesma população, que consegue sensibilizar as elites responsáveis pela condução do processo participativo na solução de problemas, nos diferentes países, sejam esses problemas políticos, econômicos, psicossociais, científico-tecnológicos ou militares.

O fato político que impulsiona essa nova forma de organização política é decorrente de várias vertentes. A primeira é que o conhecimento dos diferentes problemas que afetam a sociedade tem tido uma divulgação cada vez mais ostensiva, pelo papel revolucionário desempenhado pela comunicação televisiva que excita opiniões, posicionamentos, exigências e formação de verdadeiras correntes de manifestação massiva quanto à sua solução.

A segunda vertente de sentido filosófico-político e religioso é o fato de que todos se julgam iguais em liberdade e, portanto, com o direito de influir nos destinos que os afeta. O acréscimo de sentido religioso, particularmente na Igreja Protestante, prende-se ao fato de que todos são iguais em seu relacionamento com Deus. A conjunção desses dois aspectos internaliza, de modo crescente, a percepção de maior poder por parte dos indivíduos.

Uma terceira vertente é o fato cultural do presente, particularizado pela educação, como impulsor opinativo sobre a pro-

blemática com que se defrontam os governos em diferentes áreas de sua atuação.

Nesse sentido, a situação atual do mundo é bastante diferente da de um século atrás, quanto ao processo educacional que, raro, feito, premiava, apenas, nos Estados Unidos 2% dos americanos entre 18 e 24 anos com a universidade. Hoje, cerca de 35% dos americanos cursam o ensino superior. Na Grã-Bretanha, a população que permaneceu estudando após os 15 anos de idade aumentou cerca de sete vezes entre 1921 e 1991. Na Alemanha, entre 1955 e 1994, o aumento da população de mais de 15 anos, estudando em curso superior, dobrou.

Esses exemplos de participação em cursos superiores, também variam de maneira significativa em países menos desenvolvidos, onde processos de institucionalização clássica de formação democrática, por sua lenta operosidade em relação ao atendimento das demandas sociais, tem acirrado manifestações populares de protesto em diferentes países, com uma composição elevada de participação de estudantes universitários.

O fato incontestável é que os avanços culturais da população, refletidos por maiores índices de alfabetização e formação formal e informal de nível superior, aguçam discernimentos, trazendo consigo a inevitabilidade dos avanços da manifestação democrática.

Concomitantemente, como uma quarta vertente, sumamente importante, com progressão de grande influência de sentido participativo, é o crescimento da riqueza e do produto *per capita*, por exemplo, nos Estados Unidos, que, entre 1893 e hoje, variou de US\$ 4.000 para US\$ 24.000. Na Alemanha, a renda *per capita* mais do que quadruplicou apenas na última metade deste século.

De um modo geral, nos países desenvolvidos, o percentual de classe média está atingindo a cerca de 90% das populações, com clivagem diferenciada dentro do nível considerado. De um certo modo, também, cresce, nos países em desenvolvimento, a transição de camadas mais baixas para camadas mais altas. E, por isso, também aí as populações sentem-se com mais poder, por terem, correspondentemente, maiores esclarecimentos, maiores conhecimentos e quererem influir decisivamente na política como condição de sua própria segurança econômica que querem manter e fazer crescer.

E uma vez que, antigos extremos e aviltantes níveis de estratificação e diferenças entre indivíduos, vão se tornando, não linearmente, mas histórica e tendencialmente, indistintos na área social, econômica, educacional e política, torna-se, também, cada vez mais difícil persuadir as pessoas de que elas têm apenas, aptidão para marcar em uma cédula — e somente, de cada vez, por um determinado e limitado número de anos, que podem ser cinco, sete ou até mais anos — que um punhado de homens ou de mulheres nela assinalados vão para o parlamento e devem, por elas, tomar decisões que afetam a sua própria vida.

É por esse conjunto de razões anteriormente expostas, que a democracia moderna, direta, ganha eficácia pela proposição de que as pessoas adultas, hoje mais exigentes de informação e conhecimento, podem julgar a condução dos negócios públicos, portem elas, ainda, condições diferenciais de riqueza, de preferências, de intelecto, mas que se igualam no direito de dizer como querem ser governadas.

E isto nega o que se tem de democracia no presente, ou seja, uma democracia controlada de tempos em tempos e em que a pró-

pria representação trabalha como um verdadeiro tampão, impedindo a modernização de um sistema de democracia social que possa responder, com apoio de todo o instrumento esclarecedor da multimídia já existente e, responsávelmente, pela solução de problemas que a atualidade apresenta.

A INSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA DIRETA

Reconhecido o trânsito para a senilidade e ineficiência da democracia representativa, a instituição da democracia direta não se fará pronta e bruscamente, por estalo, em sua totalidade.

Há que reconhecer que a existência de estruturas econômico-sociais resistentes e seus reflexos interativos são elementos que resistem a mudanças.

Estas, porém, por disponibilidade de maior energia no campo de forças, apresentam-se irrefreáveis e portadoras de um sentido de liberdade que contamina toda a sociedade e, aos poucos, vai-se impondo nas diferentes esferas, onde a requisição de pronunciamentos e atuação populares, se tornam indispensáveis.

Com isso, o Estado ganha a aproximação com a integral de Nação politicamente organizada e caminha para a sua reestruturação, visando à eficiência e à eficácia na solução de problemas em diferentes níveis e esferas de ação em que a condição de um Estado concentrante e de coação tentacular torna-se mínimo, em função de um outro Estado participativo, em que a Nação é máxima.

As experiências apresentadas confirmam, por completo, esse retrato e o cami-

nho seguro para a solidez da implementação da democracia direta é, ao reconhecer sua irretrocessível sentença, aplicá-la aos poucos, a princípio, até com concessões de complementaridade aos atuais poderes institucionalmente ainda reconhecidos, até que o avanço cultural e das conquistas da ciência e da tecnologia, em particular, permitam maior racionalização das atividades do sistema político e a custos menores.

Isto significa a criação de canais que se harmonizem com as exigências dessa imagem de Nação máxima, antiburocrática, antigigantista do Estado avassalador e improficiente, e pelo aproveitamento subjacente do maior potencial de recursos humanos inseridos, sinergicamente, na visão moderna da administração das nações.

A instituição da democracia direta guarda concomitância com a introdução e a expansão da telecomputrônica em sua abrangência e, também, de todos os aportes propiciados pela sua ampliação, que facilitam a arquitetura de sistemas e programas de inegável amplitude e transparência para o fortalecimento opinativo e, também, para o controle na solução de problemas que têm a ver com o destino da população.

Assim, projetos de diferentes portes, podem ser apresentados, exaustivamente discutidos e argumentados, nas diferentes esferas da ação de governo.

São de extrema importância política os exemplos já vivenciados, que indicam o acerto e a aceitação das mudanças e transformação do processo decisório com as auscultas que já se fazem via televisiva.

"O que se busca com a democracia direta é a democracia de resultados, básica como fortalecimento implícito do poder nacional."

Em nosso País, já se o está fazendo na exploração de soluções para problemas de ordem pessoal, com preponderância, às vezes de racionalidade, às vezes de emocionalidade, sem se perceber que há, nessa aparente ingenuidade de programação do "você decide" o fermento necessário para a colocação e ampliação temática dos grandes problemas nacionais, local a local, que podem ser entregues à decisão da população que, à base contraposta de opiniões, argumentos e soluções apresentadas, se aculturam para solidez das soluções.

O caminho está aberto. É enxergar a sua importância, é saber que se torna impossível, por densidade informativa, no processo discussório, o resvalar para a demagogia e para as emotionalidades, quando o que se busca com a democracia direta é a democracia de resultados, básica como fortalecimento implícito do poder nacional.

CONCLUSÃO

A mudança de uma forma mais vaga de democracia para uma forma mais desenvolvida, requererá, evidentemente, certo cuidado.

Não se pode subestimar a empolgação religiosa e emocional de diferentes matizes políticos que podem conturbar, por ações caricatas e superficiais de líderes charismáticos, o processo de conhecimento dos reais problemas que afetam a população e, também, o equacionamento de sua solução.

Daí que o requisito importante da passagem de uma democracia convencional para

a democracia direta é que o participante individual chamado à decisão no processo da ausculta plebiscitária, tenha mais conhecimento sobre ampla variedade de assuntos que lhe permitam, por uma compreensão interrelacionada dos fenômenos de diferentes ordens, o uso responsável do seu bom senso, logo, sem banalizar o processo.

Não há dúvida que esse é um processo que levará algum tempo, particularmente, onde o estágio cultural se encontra defasa-

do, como sói acontecer nos países atrasados.

Porém, nos países onde a experiência do desenvolvimento está em andamento e existe uma válida visão prospectiva, abre-se o caminho para acelerá-lo. E este terá solidez, à medida em que a participação direta da população, validamente esclarecida na superação das dificuldades surgentes, abrevie os tempos de obtenção dos resultados programados em seus objetivos nacionais.

Pode ser uma saída para o Brasil. □

BIBLIOGRAFIA

- FINLEY M. I. *Democracia Antiga e Moderna*. Edições Graal Ltda., RJ, 1988.
- DAHL, Robert A. *Um Prefácio à Democracia Econômica*. Jorge Zahar Editor, RJ, 1990.
- KELSEN, Hans. *A Democracia*. Livraria Martins Fontes Editora, SP, 1993.
- GUÉHENO, Jean Marie. *O Fim da Democracia*. Editora Bertrand, RJ, 1994.
- BEEDHAM, Brian. *A Democracia Precisa de uma Mudança Radical*. Gazeta Mercantil, 10 de dezembro de 1993.
- TOFFLER, Alvin. *O Choque do Futuro*. Editora Arte Nova, RJ, 1973. A 3^a Onda Editora Record, RJ, 1980.
Powershift. A Mudança do Poder, Editora Record, RJ, 1991.
- MOUSNIER, R. e LABROUSSE, E. *O Último Século do Antigo Regime. História Geral das Civilizações*. Ed. Difusão Européia do Livro.
- HOBBES, Thomas. *Os Pensadores*. Abril Cultural, SP, 1974. Enciclopédia Universal Ilustrada. Editorial Espasa — Calpe SA. Madrid, 1930.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *Os Pensadores*. Abril Cultural, SP, 1973. Encyclopaedia Britannica, 1955. Enciclopédia Universal Ilustrada. Editorial Espasa — Calpe S.A. Madrid, 1930.
- ROUSSEAU, Jean Jaques. *Os Pensadores*. Abril Cultural, SP, 1973, Encyclopaedia Britannica, 1955. Enciclopédia Universal Ilustrada. Editorial Espasa — Calpe SA Madrid, 1930.
- LOCKE, John. *Os Pensadores*. Abril Cultural, SP, 1973. Encyclopaedia Britannica, 1955. Enciclopédia Universal Ilustrada. Editorial Espasa — Calpe S.A. Madrid, 1930.
- ROTBURG, Mario. *A Problemática da Segurança Econômica*. Escola Superior de Guerra, LS. 20-82.



Rommel *versus* Patton, o Duelo que não Aconteceu

Almir dos Santos*

O artigo apresenta uma síntese biográfica dos dois lendários chefes militares da Segunda Guerra Mundial, na oportunidade em que se comemora o cinquentenário do término do conflito no TO Europeu.

Hoje, 50 anos depois de terminada a guerra, enquanto a maioria dos chefes militares perderam reputação, e muitos mitos desapareceram, dois generais tem seus prestígios cada vez mais aumentando; seus nomes: Erwin Rommel e George Patton. Quem foram esses homens? O que fizeram eles? Por que seus feitos, depois de tantos anos, ainda são importantes para História Militar? Em poucas palavras, o que podemos dizer, é que foram dois gênios militares.

* Professor de Física, no IME e na Escola Naval.

Rommel era alemão, de estatura baixa e nunca foi um aluno brilhante na escola. Na academia militar, teve, inclusive, notas medíocres. Foi, o que chamamos aqui no Brasil, de: "rabada de turma". Entretanto, passou nos exames de 1911 e graduou-se segundo-tenente na Academia Militar de Danzig. Nesse mesmo ano, conheceu Lucie Maria Mollin, com quem casaria. Foi para ela que escreveu um sem número de cartas, contando detalhes importantes, sobre tudo que acontecia na frente de batalha.

Patton, ao contrário de Rommel, tinha 2 metros de altura. Trajava-se sempre de maneira impecável, mudando o uniforme duas

vezes ao dia. Com seu revólver *colt 45*, de cabo de madrepérola na cintura, fazia um tipo muito explorado por Hollywood e adorado pelo público: o mocinho do cinema. Era também em descontrolado. Por isso tornou-se o mais controvertido general da Segunda Guerra Mundial.

Em comum os dois generais tinham: o carisma, a coragem pessoal, a força de vontade, a perícia técnica e a velocidade em ação. Ambos foram muito mais executores do que pensadores teóricos. Os dois eram místicos; Rommel acreditava na sua estrela, Patton na reencarnação. Concluindo, ambos foram, sem dúvida alguma, grandes mestres da guerra moderna, gênios militares, homens que nasceram com o dom do comando da batalha.

Nesse artigo vamos narrar seus feitos para que o leitor imagine um duelo entre eles e depois decida quem venceu.

ERWIN ROMMEL

Foi como segundo-tenente que, em 1914, Rommel partiu para a Primeira Grande Guerra. A partir desse ano passou a ser um colecionador de vitórias e de condecorações. Tinha a coragem e a ousadia de poucos. Tomava decisões rápidas e, como infante, possuía a arte de saber envolver o inimigo com técnicas que criava na hora, e que não estavam nos manuais.

Sua maior façanha nessa guerra foi quando transferido para o Décimo Quarto Exército, que ajudava os autrásicos na guerra contra os italianos. Ao tomar o monte *Matajur*, na retaguarda italiana, obteve a rendição de 9 mil soldados, 150 oficiais e ainda apoderou-se de 81 canhões. A tomada de *Matajur* destruiu o sistema defensivo do inimigo. Os italianos puseram-se em fuga desesperada. As

deserções começaram a ocorrer em massa e a Itália sofreu sua maior derrota na frente austríaca da guerra: 250 mil homens se renderam. Rommel recebeu a condecoração *Pour Le Mérite*, e foi promovido a capitão.

Mas a Alemanha foi derrotada. Com a derrota, veio a proibição de possuir um exército com mais de 100 mil homens; com isso, Rommel, como muitos outros jovens brilhantes oficiais, caiu no esquecimento e permaneceu como capitão, até 1933.

Seu nome só voltou a ser conhecido dentro do exército a partir de 1929. Após ser nomeado para instrutor na Escola de Infantaria de Dresden, escreveu um livro chamados: *Ataques de Infantaria*, onde relatava suas missões e experiências na Primeira Guerra. O livro foi um sucesso dentro do exército até 1944, tornando-se leitura obrigatória em todos os cursos de infantaria.

Seu mais famoso leitor foi Adolfo Hitler. A partir dessa leitura, o ditador passou a ter por ele uma profunda admiração. Esse talvez tenha sido o motivo de ter sido convidado, em novembro de 1938, pelo próprio Hitler, para comandar o Batalhão de Segurança Pessoal do Führer, recém-criado.

Foi na Polônia que Rommel mostrou-se muito interessado nas divisões blindadas e nos seus movimentos. Vendo o seu interesse, Hitler perguntou-lhe se queria alguma coisa. Ele respondeu que gostaria de comandar um destacamento panzer. O ditador concordou e em fevereiro de 1940, Rommel assumiu o comando da Sétima Divisão Panzer, estacionada no Reno.

Nos três meses que antecedeu o ataque à França, estudou tudo que havia sobre os panzer; desde as teorias de Guderian, até os movimentos realizados pelo próprio Guderian e por Kleist durante as batalhas, na invasão da Polônia.

Quando começou a grande ofensiva alemã, em maio de 1940, que destroçou os exércitos ingleses e franceses, Rommel mostrou o que tinha aprendido. Coube a ele capturar *Cambrai* e, logo a seguir, *Arras*. Mas, nessa segunda localidade, aconteceu o inesperado. Os locais teoricamente mais difíceis ficaram para comandantes mais experientes. Mas, por erro do serviço de informação do exército, *Arras* estava poderosamente bem defendida, Rommel foi então obrigado a travar uma batalha que durou três dias. Isolado, sem poder receber ajuda, correu o risco de ter sua divisão dizimada, o que deixou o Marechal Rundstedt, extremamente preocupado. Mas, suas qualidades de grande estrategista começavam a surgir. Venceu a batalha fazendo 10 mil prisioneiros. A imprensa alemã fez dele um herói. Sua foto saiu em todos os jornais e, apesar de baixinho e nada se parecer com os galãs do cinema, tornou-se ídolo nacional.

Depois da vitória, o Führer ordenou que se apresentasse em Berlim. Foi recebido por um Hitler radiante, que lhe disse: "Rommel, ficamos muito preocupados com você durante a batalha."

Com os exércitos italianos sendo destruídos pelos ingleses na Líbia, Mussolini implorou ajuda a Hitler para salvar *Tripoli*, pois a perda da colônia seria uma tragédia para sua política interna. Para evitar que os ingleses dominassem o norte da África, Hitler resolveu ajudar.

A ajuda foi em forma de duas divisões apenas. Era na realidade uma ajuda simbólica, pois estavam em andamento os planos para a invasão da Rússia, também marcada, inicialmente para maio, e ele, Hitler, não queria dividir esforços. De qualquer maneira, ficava assim criado o *Afrika Korps*.

Para comandar as duas divisões, Hitler nomeou o recém-promovido Tenente-Gene-

ral (general-de-divisão) Rommel, com um único objetivo: defender Trípole e impedir que os italianos fossem expulsos da África.

Rommel encontrou na Líbia vários problemas: primeiro o moral dos italianos era péssimo. Para resolver isso, desembarcou suas tropas à noite, colocou os italianos em forma e mandou que os blindados alemães, que eram poucos, contornassem o quarteirão e desfilassem duas vezes para que parecessem mais numerosos. A jogada deu certo. O serviço secreto britânico, informou o fato aos ingleses que acharam tudo muito engraçado e passaram a chamá-lo de: "A Raposa do Deserto".

O segundo problema que Rommel encontrou foi que, o mesmo serviço secreto britânico, informava, com precisão, as datas e os locais dos desembarques de suprimentos, que eram a seguir bombardeados por seus aviões. Isso provocava racionamento de combustível, munição e alimentos ao exército italiano. Resumindo: a situação não podia ser pior. Rommel tomou então uma decisão audaciosa sem informar ao alto comando da *Wehrmacht*. Mandou construir réplicas em madeira dos tanques alemães e, juntamente com a sucata dos blindados italianos, forjou uma missão de reconhecimento em território inimigo. Os ingleses engoliram a isca e atacaram com seus aviões. Quando voltaram para sua base sem combustível, Rommel, possuindo apenas 10% do número de aeronaves que o inimigo possuía na África, destruiu, na pista, toda a aviação inglesa da Líbia, acabando com os ataques aos navios de suprimento. Quando o serviço secreto inglês informou que fora um blefe, o comandante britânico, Sir Wavell disse apenas: "engraçadinho".

Aproveitando-se da situação, que lhe era totalmente favorável naquele momento, com

apenas uma divisão alemã e quatro italianas, Rommel iniciou um ataque na região da *Cirenaica* e tomou o aeroporto que tanto problemas criava para o abastecimento. Quando os ingleses começaram a se preparar para contra-atacar, Rommel atacou primeiro utilizando sua principal arma: a velocidade. Nesse primeiro confronto direto entre os dois exércitos, derrotou os ingleses em *Buerat*, *El Agheila*, *Mersa Brega* e *Benghazi*, fazendo-os recuar 600 km. Em maio de 1941, se não tivesse acabado seu combustível, teria chegado a *Tobruk* e expulso os britânicos da Líbia.

O mundo ficou boquiaberto. Nunca ninguém tinha derrotado os ingleses, tantas vezes seguidas e em tão pouco tempo. Rommel foi manchete em todos os países. Em junho de 1941, ao assumir o comando das tropas britânicas, o General Sir Auchinleck, disse a seus soldados: "nós falamos demais no nosso amigo Rommel; mas ele não é nenhum mago, gênio, ou demônio; é apenas um comum e mortal general alemão". Seria mesmo?

Em junho de 1941, Sir Auchinleck deu início à grande ofensiva chamada: "Operação Cruzador". A tropa de elite inglesa, conhecida como "Ratos do Deserto", encontrou o "Afrika Korps" com pouco combustível e munição. Rommel teve de recuar quase 400 km. Os ingleses comemoraram a operação como sendo uma grande vitória; os alemães tinham perdido 340 tanques e tiveram 34 mil baixas.

No começo de janeiro de 1942, os suprimentos começaram a chegar a Rommel outra vez, e Mussoline entregou a ele o comando de toda a tropa italiana.

Sabedor do poderoso sistema de espionagem britânico, para garantir o sigilo total, Rommel elaborou, em dois dias, sozinho, um plano de ataque.

A 21 de janeiro, começou sua ofensiva. Com a velocidade de sempre, foi derrotando os ingleses a cada batalha. Uma a uma foi recuperando: Agheila, Benghazi, Derma, e se aproximando outra vez de Tobruk.

Auchinleck colocou seu exército atrás da linha Galaza, uma faixa intransponível de campos minados e ficou esperando o próximo movimento de "raposa". Rommel ficou do outro lado da linha esperando ordens do que fazer. Churchill insistia que os ingleses precisavam recuperar, com a máxima urgência, o aeroporto de Cirenaica, Hitler e Mussoline queriam que Rommel avançasse até a fronteira egípcia, expulsando definitivamente os ingleses da Líbia, para que pudessem tomar a ilha de Malta, o "calcanhar de Aquiles" dos alemães na África.

Auchinleck colocou seu estado-maior para trabalhar dia e noite na elaboração de um plano de ataque, já utilizando os modernos tanques *Grant* de fabricação americana, cujos canhões podiam girar de 360 graus, coisa que os tanques alemães ainda não faziam.

Auchinleck marcou o ataque para 4 de junho. Mas, como sempre, Rommel atacou primeiro. A 26 de maio, em meio a uma tempestade de areia, sapadores alemães abriram uma cabeça-de-ponte dentro das minas da linha *Gazala* e os tanques de Rommel surgiram, como por encanto, no meio da poeira, atrás dos ingleses.

Segundo historiadores militares, a travessia da linha *Gazala* marca o clima do seu brilhantismo como inovador e como líder à frente de combate, em contraste ao lento e pesado comando britânico.

Os ingleses reagiram, mas Rommel esmagou todos os contragolpes de Auchinleck, e foi destruindo uma a uma as guarnições de infantaria inglesas, incluindo uma da França livre, culminando com uma espetacular ba-

talha entre tanques. Nessa batalha, Rommel, mostrou ser imbatível no comando de divisões panzer e porque era a "Raposa do Deserto". Com movimentos perfeitos dentro da tempestade de areia, destruiu 260 blindados, tomado a fortaleza de Tobruk, capturado 30 mil prisioneiros e expulso os ingleses da Líbia.

Os alemães chegavam à fronteira do Egito e, de acordo com os planos iniciais, era aí que deviam ficar, para que tropas vindas da Itália ocupassem Malta. Entretanto, envidando com as vitórias de Rommel no deserto, de Manstein na Criméia e de Paulus a caminho do Cáucaso, Hitler resolveu mudar tudo. Ordenou que Rommel invadisse o Egito e ocupasse Alexandria.

Rommel se desesprou e mostrou ao Marechal Kesselring que estava na Itália, que as tropas tinham chegado aos limites de suas forças. Mas de nada adiantou.

Com o exército exausto, desfalcado, com poucos suprimentos, Rommel foi obrigado a invadir o Egito e atacar Alexandria. Nos primeiros dias de julho, em El Alamein, o Afrika Korps foi detido por um poderoso fogo de artilharia dos ingleses. No dia 9 de julho, Auchinleck ordenou um devastador ataque da Nona Divisão australiana contra a Divisão Sabratha, italiana. Daí por diante, os ingleses lançaram repetidos contragolpes, concentrando-se nas unidades italianas. Com o inimigo muito mais bem armado, com o Afrika Korps sofrendo um número assustador de baixas, e com Hitler ordenando para que não recuasse, Rommel escreveu à esposa: "não sei o que fazer. Militarmente esse é o período mais difícil por que já passei".

Em setembro de 1942, o novo comandante do Oitavo Exército inglês, o General

Sir Bernard Montgomery, iniciava o ataque em El Alamein. Conhecendo as qualidades de Rommel no comando panzer, Montgomery, evitou envolver-se numa batalha de tanques. Por isso manteve suas tropas estáticas e executou um poderoso ataque aéreo. Com falta de combustível, munição e, até mesmo, de água e comida, Rommel foi obrigado a recuar, perdendo mais da metade do que, até a três meses atrás, era o espetacular Afrika Korps. "O maior problema", escreveu mais tarde com grande frustração, "foi que a maior parte dos blindados teve que ser aban-

donada no deserto por falta de combustível".

Sofrendo crises constantes de desmaios, provocadas por uma profunda anemia, com problemas circulatórios, estomacais e intestinais, devido às péssimas qualidades da água que utilizavam, Rommel se afastou do comando. Foi internado num hospital em Roma, sendo a seguir levado para Viena para tratamento do fígado.

Hitler o deixou algum tempo sem função. Em novembro, Rommel, foi enviado para França, com a missão de organizar a defesa do canal da Mancha e do Atlântico Norte, contra uma possível invasão aliada. Foi na França que manteve contato com os conspiradores que planejavam o assassinato de Hitler.

Em julho de 1944, o Coronel, Conde Stawffenberg, colocou uma bomba no quartel-general de Hitler. O Führer escapou milagrosamente. Quando as prisões começaram, o nome de Rommel aparecia em vários documentos. Dias depois, dois generais o procuraram com a seguinte proposta: se cometesse suicídio, nada de mal aconteceria com sua mulher e seu filho. Em caso contrário, seria

levado a julgamento público, por alta traição, e sua família seria levada para um campo de concentração. Rommel suicidou-se.

Na arte de guerrear, Rommel foi um gênio e um cavalheiro. Amado por seus soldados e respeitado pelos inimigos. A prova disso foi, quando visitando um campo de prisioneiros ingleses, perguntou se estavam sendo bem tratados e se precisavam de alguma coisa. Por mais incrível que possa parecer, foi aplaudido por 5 mil soldados britânicos.

Esse era Rommel, o guerreiro indomável, capaz de fazer qualquer coisa que o inimigo considerasse impossível, que não conhecia a palavra medo, mas que sempre terminava suas cartas à esposa com a frase: "eu amo você".

O General Pershing, que era um grande admirador do jovem Patton, concordou com os franceses que os blindados só poderiam atuar em conjunto com a infantaria. Mesmo assim, Patton ficou entusiasmado com a nova arma. Depois da guerra, tentou criar uma brigada de tanques, por achar que os blindados seriam o futuro do exército moderno. Entretanto, o Congresso americano cortou drasticamente as verbas militares. Um exército de 2 milhões de homens, em 1918, foi reduzido, em 5 anos, para 127 mil. Não houve produção de tanques e todos os seus planos ficaram na gaveta.

Passou então a viver da fortuna herdada do pai e do sogro. Comprou um iate, um avião e todo o conforto que o dinheiro podia proporcionar.

O luxo em que vivia e os amigos importantes que tinha, causavam um terrível mal-estar nos seus colegas de farda. Seus superiores, que viviam de um mísero soldo, o detestavam, e quase todos se referiam a ele e a Beatrice, sua esposa, como: o barão e a baronesa.

A partir de 1938, sentiu que sua carreira militar estava encerrada. O Departamento de Defesa tinha começado a diminuir o nível etário dos generais. Com isso, um coronel estava chegando a general com 38 a 40 anos e assumindo as principais funções dentro do exército. Ele, com 55, não tinha mais futuro.

Mas, por um capricho do destino, em dezembro de 1941, os Estados Unidos entraram na guerra. Churchill e Roosevelt, reunidos em Washington, decidiram que os americanos ajudariam os ingleses com três tarefas: a primeira atacaria a Argélia, sob comando inglês; a segunda atacaria Oran, sob comando anglo-americano; e a terceira atacaria o Marrocos, sob comando totalmente americano.

Eisenhower, um general 5 anos mais moderno que Patton, que nunca comandara

GEORGE PATTON

Na Primeira Guerra Mundial, o General Pershing, comandante americano, deu ao Capitão Patton, a missão de criar o Corpo de Tanques do Exército. Patton se apaixonou pela nova arma e criou sua própria doutrina de como os tanques deviam atuar numa batalha.

Quando teve de entrar em ação pela primeira vez, verificou que não havia meios de manter contato com todos os blindados. Praticou então a segunda loucura da sua vida. A primeira foi quando, na Academia Militar, para aprender conviver com o medo, correu por entre as balas num exercício de tiro real. Agora em 1917, ficou em pé sobre seu tanque e, mesmo servindo de alvo para as metralhadoras inimigas, ia gritando as ordens para seus oficiais. Por milagre saiu vivo da batalha. À tarde, quando os blindados param por falta de gasolina, tinha conseguido 25 mil prisioneiros. Foi condecorado, tornou-se herói, mas ganhou fama de louco.

nada maior que um batalhão, é nomeado comandante-em-chefe das tropas americanas na frente ocidental. Para surpresa de todo exército, ele sugere o nome do antipatizado, Patton, para comandar a invasão do Marrocos.

A reação foi a pior possível e todos os adjetivos foram usados contra a nomeação: sem espírito de equipe, vaidoso, etc. Mas, em matéria de combate, Patton e MacArtur eram os oficiais americanos mais experientes em atividade. Como o segundo estava cercado pelos japoneses nas Filipinas, só restava o primeiro. Com apoio do General Marshall, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Patton se torna o primeiro comandante de batalha na Frente Ocidental.

A situação em Marrocos era complicadíssima. A França, derrotada em 1940, tinha saído da guerra, mas mantinha, em Marrocos, 60 mil soldados bem treinados, fortificações em toda a costa, uma esquadra e uma Força Aérea. Quando a esquadra americana se aproximou, os navios franceses abriram fogo. Os americanos reagiram e a batalha foi intensa.

Patton ordenou então o desembarque. Os franceses atacaram. Depois de três dias de luta encarniçada, os americanos tiveram mil baixas. Furioso com a resistência francesa, Patton deu um ultimato: ou cessavam o fogo, ou mandaria a esquadra bombardear Casablanca. Os franceses resolveram negociar e a guerra França *versus* Estados Unidos terminou.

Mas na Tunísia os americanos sofreram uma derrota fragorosa frente aos alemães. O Marechal inglês Harold Alexander estava extremamente preocupado. Outra derrota e a opinião pública obrigaria Roosevelt a abandonar a Frente Ocidental e se dedicar somente ao Japão. Alexander começou então a fazer pressão sobre Eisenhower, para que enviasse Patton a Tunísia. Seu pedido foi aceito.

Sabendo que o moral dos americanos na Tunísia não era dos melhores, Patton organizou uma entrada triunfal. Na frente de uma coluna de tanques, ele desfilou diante de todos, em pé sobre um jipe, armado até aos dentes, envolvido pelo barulho ensurdecedor das sirenes e cercado por cinegrafistas. Depois de um discurso "hollywoodiano", que mais parecia cena de um filme de John Ford, iniciou um treinamento pesado, como era seu estilo.

Quando a ordem de ataque chegou, Patton partiu à frente de seus blindados e em Mareth encontrou o exército alemão pela primeira vez. Numa luta de tanques contra tanques, o *Velho Cowboy* mostrou que também era imbatível no comando de blindados. Em dois dias de luta incessante, destruiu 80 blindados inimigos.

Os alemães, derrotados e desmoralizados, foram perseguidos por Montgomery, que cercou o que sobrou do Afrika Korps, ficando com todas as glórias da vitória em Mareth. Patton nunca perdoou os ingleses por isso.

Veio, logo a seguir, a invasão da Sicília. O comando era do Marechal inglês Alexander e, na linha de frente, estavam o oitavo exército inglês, sob comando de Montgomery, e sétimo americano, sob comando de George Patton, já considerado o maior general americano.

Pelo plano de ataque, cabia a Montgomery a glória de conquistar Messina, a capital, e a Patton, a honra de defender seu flanco. Entretanto, depois de 4 dias de luta feroz, Patton tomou a cidade de Palermo com um movimento de blindados que impressionou a todos e levou ao desespero o alto comando alemão.

Montgomery, retido pelos alemães, percebeu que Patton, contrariando ordens superiores, avançava para Messina. Furioso, iniciou uma grande ofensiva, utilizando todas as forças de que dipunha, começando uma

corrida com Patton, para ver quem chegava primeiro à capital siciliana.

O general americano, numa operação perfeita, lança-se para o leste. Lutando em terreno motanhoso e difícil, inicia sua arrançada final e vai assombrando o mundo conquistando Biazza Ridge, San Fratello, Troina, Randazzo. No dia 17 de julho, na frente de sua tropa, com pose de "mocinho de cinema", ele entrava em Messina cercado pela imprensa americana.

Mas seu reinado durou pouco. Ao visitar um hospital, depois de ver um grande número de feridos esperando vaga do lado de fora, encontrou um soldado sem ferimento algum ocupando o leito. Ao saber que se tratava de fadiga de batalha, berrou: "tirem esse F.D.P. daqui". Segurou o soldado pelo colarinho, sacudiu-o e aos berros disse: "covardes como você deveriam ser fuzilados, está me ouvindo seu F.D.P. Você vai voltar para o front". Dizendo isso bateu com as luvas no rosto do soldado, tirou-o da cama e deu-lhe um chute na "bunda".

Eisenhower e Marshall, apesar de serem grandes admiradores de seu talento, chegaram à conclusão de que ele era um desequilibrado. Patton deixou o comando de seu exército e ainda levou uma "carona" do General Bradley na promoção para general quatro estrelas.

Mas a história lhe guardava uma grande surpresa. Alguns dias depois do dia "D", os alemães contra-atacaram e mostraram que seus tanques: o *Tigre* e o *Pantera*, tornar-seiam o terror dos tanques aliados.

A situação se agravou quando os americanos foram derrotados em Cherburgo, os ingleses em Caen e as bombas voadoras começaram a infernizar a vida em Londres.

Mas o pior ainda estava por vir. Depois de derrotas sucessivas, os aviões aliados, por

engano, bombardearam os americanos. Quinhentos feridos, 111 mortos. Por pouco o General Bradly, não morreu também. Pode ter sido coincidência, mas nessa mesma semana, Marshall veio a Londres e, juntamente com Eisenhower, deram o comando do Terceiro Exército ao General George Patton Jr, uma vez que, o General McNair, seu comandante, fora morto pelo "fogo amigo".

Eisenhower e Marshall resolveram por bem nada revelar sobre a presença de Patton na frente de batalha. Primeiro porque não sabiam como reagiria a opinião pública; segundo para não dar aos alemães essa informação.

Montgomery, Comandante Supremo das Forças Terrestres, autor da estratégia de toda operação e que não escondia sua antipatia por Patton, deu-lhe uma pequena missão: deslocar-se pela Bretanha, protegendo o flanco direito dos ingleses.

Mas Patton não deixara de ser o que sempre foi: um indomável. Utilizando sua velha técnica de não dar sossego ao inimigo, dois dias depois já estava a mais de 20 km à frente de Montgomery.

Interpretando à sua maneira as ordens que recebia do General Bradley, comandante do grupo de exércitos americanos, ocupou Rennes 12 horas antes do tempo em que deveria se aproximar da cidade. Em Berlim, todos se perguntavam: "quem está comandando o Terceiro Exército americano"?

No dia 8 de agosto, para alegria dos aliados, o Terceiro Exército ocupava Le Mans. A partir daí, Patton inicia uma arrancada que, segundo ele próprio, foi um recorde mundial. Num curto intervalo de tempo ele conquistou: Vitré, Avranches, Chateaubriand, Redon, Orleans e se aproximou de Paris.

Foi um feito memorável. Se não tivesse sido proibido de penetrar na área de atuação

dos ingleses, teria cercado todo exército alemão e, segundo especialistas, a guerra teria terminado.

Eisenhower cumpria, então, um dever que, para ele, era de muito prazer. Numa reunião com dezenas de jornalistas, anunciou ao mundo que o autor daquela arrancada espetacular através da França, que dera origem à fuga alemã para Bélgica, fora o General George Patton.

Para Patton, mais importante do que ter recebido uma condecoração e sua quarta estrela de general, foi poder esquecer todos os meses de humilhação desde a Sicília.

Mas as vitórias de Patton começaram a incomodar. A maioria dos generais e, principalmente, os políticos ingleses, achavam que todas as glórias estavam indo somente para o *Velho Cowboy*, e que isso era injusto.

Durante um jogo de golfe, Bradley, informalmente, levantou o problema de Paris. Eisenhower, pressionado pelo Alto Comando, foi categórico: a Divisão Blindada francesa, do General Leclerc, seria a primeira a entrar em Paris. Até aí nada demais. Entretanto, dias antes do avanço, a divisão de Leclerc era transferida do Terceiro para o Primeiro Exército. Com isso todos os louros da libertação da cidade iriam para Hodges e o Primeiro Exército.

Mas o General Leclerc era um homem pouco afeito a vaidades. Irritado, por estar servindo de objeto no jogo político dos generais, na sua primeira declaração à imprensa informou que o tempo todo seu grupamento pertencera ao Terceiro Exército americano, que seu comandante fora sempre o General George Patton e que, naquele momento, por

razões desconhecidas, fora transferido para o Primeiro Exército. Assim sendo, numa forma de justiça poética, a tomada de Paris acabou sendo, pelo menos pela imprensa, creditada a Patton. Dias depois, George Smith Patton Jr desfilava em carro aberto na cidade que tanto amava e era saudado por milhares de pessoas.

Depois de queda de Paris, Eisenhower tomou uma decisão drástica: a partir daquela data o Terceiro Exército receberia muito pouca gasolina. Para aumentar ainda mais a ira de Patton, Ike autorizou Montgomery a iniciar uma ofensiva direção à Bélgica. No meio de um sem número de palavrões que gritou, Patton desabafou: “Por que ele ? Monty só venceu uma batalha; a de El Alameim. A de Mareth eu venci para ele.”

Essa decisão tinha duas razões. A primeira eram as bombas voadoras V2 lançadas pelos alemães. Londres vivia um inferno. Eisenhower precisava, de qualquer maneira, alcançar as rampas de lançamentos, e o serviço secreto afirmava que essas bases estavam na Bélgica, que estava no setor de Montgomery. A segunda era que os soviéticos exigiam o direito de entrar em Berlim, e Patton, com gasolina, chegaria até lá primeiro.

Sem que Patton soubesse, a situação estava muito pior do que podia imaginar. Em consequência de seus desenvolvimentos no campo-de-batalha, Hitler o considerava a maior ameaça à Alemanha, por isso ordenara que o avanço do Terceiro Exército fosse contido a qualquer custo. A situação tornou-se, então, parcialmente incrível: tanto Hitler, como Eisenhower, deram a seus co-

“Mas Patton não deixara de ser o que sempre foi: um indomável.”

mandos, praticamente no mesmo tempo, a mesma ordem: "detenham Patton".

Patton sem mobilidade ao se aproximar da cidade de Metz, teve uma surpresa extremamente desagradável: Hitler tinha colocado um poderoso exército à sua espera. Pela primeira vez, teve de ficar na defensiva.

Os generais americanos, então, começaram a pressionar Eisenhower, alegando que ele estava condenando à morte os soldados do Terceiro Exército. Mas os ingleses exigiam toda gasolina possível, uma vez que as bombas V2 estavam arrasando com a Inglaterra.

Antevendo uma grande vitória na Frente Ocidental, Hitler ordenou sua derradeira ofensiva.

Nem Eisenhower, nem Montgomery, esperavam o ataque; para ambos, a Alemanha estava derrotada. Mas se enganaram. O Marechal Model, realizando um esforço sobre-humano, utilizando o que restava em equipamentos, iniciou uma grande ofensiva e dizimou várias divisões inglesas e americanas. O alto comando aliado entrou em pânico.

Ao mesmo tempo, um poderoso exército atacou Patton tentando destruí-lo também. Em comunicados sucessivos, o *cowboy* clamava por gasolina. Mas a resposta era sempre a mesma: "permanecer na defensiva". Na Bélgica, Model ia destruindo tudo à sua frente. O medo de uma nova Dunquerque desesperava o comando aliado. O General Hodges, comandante do Primeiro Exército americano, entrou em depressão. Patton, com seus tanques parados, se defendendo com dificuldade, declarou a um jornal inglês: "Montgomery é um incompetente. Com ele essa guerra, que já podia ter acabado, vai durar até 1946."

Desesperado, Eisenhower trancou-se por meia hora em seu *trailer* e tomou a decisão

que os americanos queriam. Mudando todo os seus planos, forneceu a Patton a gasolina que precisava e ordenou que viesse em socorro dos ingleses e do Primeiro Exército.

Com uma arrancada espetacular, considerada por Bradley como a mais brilhante de toda a campanha, o "velho cowboy", tomou a cidade de Metz, avançou para o norte e interceptou o exército de Model nas Ardennes, acabando com o último sonho de Hitler de ganhar a guerra. A pronta resposta de Patton salvou os exércitos aliados.

O General Patton, impedido de avançar até Berlim, ocupou o sul da Alemanha, invadiu a Áustria e depois a Tcheco-Eslováquia, libertando Pelsen, a 7 de maio. Seus limites tinham chegado onde chegara o Império Romano, de quem acreditava ter sido um legiônário, em outras vidas.

Quando, depois da guerra, resolveu assistir a um filme em Londres, o cinema em que estava foi invadido por jornalistas. Ao ser informado, retrucou brincando: "eles devem estar pensando que sou Montgomery". De repente a luz acendeu e alguém anunciou sua presença. Foi aplaudido de pé. Ao sair verificou que o trânsito tinha parado. Uma multidão o saudava gritando seu nome. Apesar de ser um excêntrico, mal-educado e ter dito coisas horríveis sobre a Inglaterra e seus dirigentes, o povo inglês o perdoou e o reconheceu como um grande guerreiro, um herói que não podia ser esquecido.

A 9 de dezembro de 1945, num passeio em Frankfurt, o carro em que viajava capotou. Ele quebrou a espinha dorsal, morrendo 12 dias depois. Duas coisas, porém, podemos afirmar de George Smith Patton Jr. pode ter sido o mais controvertido general da Segunda Guerra Mundial; mas foi, sem dúvida alguma, um dos maiores gênios militares da História. □



A DEFESA NACIONAL

A Lei de Requisições, a Mobilização e a Segurança Nacionais¹

Roberto Pereira da Silva*

O artigo aprecia o Decreto-lei 4.812, de 8 de outubro de 1942, a chamada "Lei de Requisições", promulgado para atender à conjuntura da Segunda Guerra Mundial e ainda em vigor. Propõe sua modernização, para atender às necessidades de Mobilização Nacional, não só em tempo de guerra, senão também em tempo de paz, "como instrumento forte e justo que permita coibir atitudes atentatórias à segurança nacional, quando ocorridas em área estratégica".

Adoutrina leva-nos sempre ao raciocínio de que a Mobilização Nacional é uma atividade complexa. Expressar essa complexidade é uma tarefa difícil, devido ao volume de recursos redistribuídos, disponíveis pela nação, e ao volume de novos recursos obtidos do potencial nacional, acrescidos dos recursos não-quantificáveis identificados principalmente nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional.

Como organizar, coordenar e fazer funcionar esse vigoroso instrumento que constitui

a Mobilização Nacional tem sido o maior desafio das nações envolvidas nos grandes conflitos mundiais, considerados a globalidade dos problemas, a impossibilidade de soluções compartimentadas e a necessidade de orientação normativa, de supervisão técnica e de fiscalização específica.

A Segunda Guerra Mundial foi um exemplo clássico do quanto a admiração é importante na ocasião em que se tem de mexer efetivamente no arsenal de recursos humanos, materiais e tecnológicos de uma nação. Essa ação pode-se concretizar quando apoiada por

* Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Estudos Estratégicos da

Presidência da República.

1. Selecionado pelo PADECENE.

uma forte e racional legislação que determine o que fazer, como fazer e que, ao mesmo tempo, projeta o patrimônio dos que participam do processo, quando cessadas as razões da sua aplicação.

O Brasil, por paradoxal que possa parecer, apesar da reduzida experiência prática no preparo e na execução da Mobilização Nacional, foi pródigo na promulgação de diplomas legais no período de 1942 a 1945, em que participou da guerra. É o que pretendemos apreciar no presente trabalho, considerando que a legislação de apoio às medidas que favorecem a defesa e a segurança nacionais possa ser aplicada desde o tempo de paz.

A LEI DE REQUISIÇÕES, A MOBILIZAÇÃO E A SEGURANÇA NACIONAIS

Em 31 de agosto de 1942, o Presidente da República declarou, com o Decreto nº 10.385, estado de guerra em todo o território nacional. É importante assinalar a força desse decreto ao determinar, em seu artigo 2º, que, na vigência do estado de guerra, algumas partes da Constituição deixariam de vigorar.

Em 16 de setembro de 1942, pelo Decreto nº 10.451, o Presidente da República decretou a mobilização geral em função do estado de guerra declarado anteriormente. Essa prerrogativa do Presidente permanece vigente na Constituição, em seu artigo 84, inciso XIX, dependendo de autorização do Congresso Nacional ou de ser por ele referenciado.

O decreto de mobilização determinou aos ministérios e aos demais órgãos da administração pública federal, estadual e municipal

que tomassem medidas no domínio econômico, militar, científico, da propaganda, da mão-de-obra e do trabalho, necessárias à defesa do território nacional. Assim, verifica-se que, ao decretar a mobilização, o Presidente da República envolveu toda a Nação nas ações de defesa.

Em 28 de setembro de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.750, o Presidente da República mobilizou os recursos econômicos do Brasil, independentemente de origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação. Previu, também, um Coordenador da Mobilização Econômica como seu delegado para atuar em diversas áreas de execução. As penas para os que se opusessem ao Coordenador variavam entre a reclusão e a multa elevada.

Em 8 de outubro de 1942, o Decreto-Lei nº 4.812 dispôs sobre a requisição de bens imóveis e móveis necessários às Forças Armadas e à defesa passiva da população. É a chamada *Lei de Requisições*, em vigor até hoje no Brasil.

A Lei de Requisições é o mais importante diploma legal de apoio à mobilização promulgado e requer agora plena atualização para dotar o Governo de meios vigorosos e justos na condução administrativa da guerra e poderá liberar o Governo, na paz, do grande óbice de manter, sob seu controle, as atividades empresariais ditas estratégicas.

A Lei de Requisições, em vigor, terá de ser apreciada com cuidado, considerando que foi elaborada para atender a um estado de guerra e sob condições de execução ditadas por uma época em que os recursos de fiscalização e controle eram incipientes, com uma concepção administrativa e organizacional que diferia em muito do que hoje se pratica. Ainda assim, observa-se a preocupação do legislador em recobrir ao máximo o exér-

cio de autoridade e dos atos de justiça na aplicação da Lei.

Alguns exemplos que reproduzem seus artigos poderão ilustrar melhor o que dissemos:

"Art. 3º— No interesse da defesa nacional e da salvaguarda do Estado, é também lícito requisitar a ocupação e utilização de empresas e instituições de fins econômicos ou não, que se tornarem necessárias à mobilização do país."

"Art. 10 — Todos os fornecimentos feitos e serviços prestados em virtude de requisições dão direito à indenização correspondente ao justo valor dos mesmos."

"Art. 14 — O requisitante é obrigado a dar ao requisitado recibo das coisas requisitadas e recebidas ou dos serviços prestados."

"Art. 15 — Estão sujeitas à requisição:

*.....
6 — As instalações industriais de qualquer categoria, as empresas agrícolas, de minas ou jazidas de minérios ou combustíveis, instalações de força hidráulica ou elétrica, empresas de abastecimento de água, luz e gás, todas com seu pessoal, material, instalações complementares e dependências."*

"Art. 31 — Parágrafo 7º— A autoridade militar executará com o emprego da força as requisições indevidamente recusadas sob qualquer pretexto."

"Art. 32 — Com sede na Capital Federal, será constituída uma Comissão Central de Requisições, diretamente subordinada ao Presidente da República, da qual farão parte um General-de-Divisão e um Oficial Superior Intendente do Exército como repre-

sentante do Ministério da Guerra, um Vice-Almirante e um Oficial Superior Intendente Naval como representante do Ministério da Marinha, um Brigadeiro-do-Ar, um Oficial Superior Intendente da Aeronáutica e representantes dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda, da Justiça e dos Negócios Interiores, do Trabalho, da Indústria e do Comércio e da Viação e Obras Públicas."

"Art. 33 — A juízo do Presidente da República, a Comissão Central de Requisições poderá ser integrada também por um jurista e por representantes das classes industriais, agrícolas e trabalhistas."

"Art. 40 — Toda autoridade ou pessoa que, em matéria de requisição, abusar dos poderes que lhe forem conferidos ou recusar entregar recibo dos fornecimentos ou serviços prestados ou requisitados fica sujeita à pena de um a dois anos de prisão e será processada e julgada pela Justiça Militar, por um crime previsto no art. 3º do Código Penal Militar."

"Art. 44 — O processamento e o pagamento das indenizações devidas por requisições efetuadas na forma do presente decreto-lei serão regulados em lei especial."

Os exemplos destacados da Lei de Requisições revelam a busca do equilíbrio entre o ato de força e o ato justo e deixam transparecer tentativas de controle e fiscalização quase artesanais, motivadas pela ausência, à época, da informatização, de meios avançados de comunicações e de processos modernos de administração.

A Lei de Requisições deve ser atualizada para que seja compatível com os recursos oferecidos pela tecnologia atual e com o es-

tágio administrativo e organizacional em que o País se encontra.

Outros diplomas legais foram ainda promulgados após a Lei de Requisições.

Um debate que se tornou obrigatório no Brasil, para citar apenas dois exemplos, é a entrada de capital estrangeiro em certas atividades empresariais e as privatizações de empresas estatais. As correntes pró e contra fazem uso das mais diversas argumentações que, muitas vezes, mascaram o corporativismo e os grandes interesses financeiros. Como argumento preferido, tem-se mencionado a necessidades de preservação das atividades estratégicas, do interesse da segurança nacional. Será sincera e verdadeira essa colocação? A União exerce controle absoluto sobre esses bens a ponto de lhe permitir manter intacta a segurança nacional?

A Constituição Federal de 1988 determinou que as jazidas em lavra ou não e os demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União (art. 176). As pesquisas e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais sómente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei (parágrafo 1º — art. 176).

A Constituição Federal de 1988 determinou, também, que constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos (art. 177).

Isso nos faz pensar que, em tempo de paz, qualquer medida que esteja em choque com a

regra constitucional fatalmente terá de aguardar uma revisão que modifique a ordem vigente. Acreditamos na revisão, ainda que cautelosa e até mesmo parcial, que resulte em uma maior flexibilidade para estimular o investimento seguro de capital estrangeiro em atividades empresariais e que isso venha a proporcionar uma salutar concorrência, como fator desafiante ao melhor desempenho produtivo.

Para esclarecer, vamo-nos valer de alguns trechos de declarações do Dr. Elmer Prata Salomão, geólogo e Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): “O Brasil é hoje considerado um dos dez países mais importantes do mundo em potencial mineral pelas principais empresas em pesquisa mineral especializadas, no ano de 1989. Estamos na pauta de todas as decisões para os investimentos minerais ao longo do mundo.”

“A enorme queda em investimento em pesquisa mineral é um quadro grave.”

“Ou se encontram mecanismos para reinvestir na pesquisa mineral no Brasil ou estaremos condenando o Brasil a depender cada vez mais do solo alheio quando retomar o seu desenvolvimento”.

“A Constituição brasileira restringiu não apenas o capital, mas a gerência das empresas, a participação gerencial do capital estrangeiro na mineração. Isso foi absolutamente desastroso.”

“Em última análise, não temos capital interno disponível para atender à demanda da exploração mineral no Brasil.”

Quanto ao monopólio do petróleo, vejamos algumas partes do que diz o documento “Mudanças no Setor Petróleo — seus

efeitos, sua análise” (PETROBRÁS/SERPLAN — fevereiro de 1994): “A análise estratégica sobre a possibilidade do Brasil vir a ser uma potência nos próximos anos indica que a existência de recursos naturais e estratégicos é fator essencial.”

“Nos próximos 30 anos, o petróleo será matéria estratégica e essencial, como o foi nos últimos 100 anos.”

“As reservas de petróleo do México, da Venezuela e, agora, as do Brasil crescem de importância estratégica não só para buscar grandes acordos comerciais e políticos (México e Venezuela), como para garantir a inserção do Brasil no conjunto das nações ricas.”

“Em todas as guerras, o petróleo esteve presente como um dos determinantes do sucesso ou insucesso dos contendores. Alemanha e Japão, na Segunda Guerra Mundial, buscaram dominar as fontes de petróleo da Rússia; e da Ásia e do Oriente como forma de garantir o sucesso.”

“Assim, é importante que o país não perca sua independência em petróleo, o que ocorrerá gradativamente se passar a admitir uma abertura progressiva do setor.”

O que se constata, enfim, é uma questão complicada, uma luta de opiniões que passam pela defesa dos investimentos estrangeiros na área da mineração, e da defesa do monopólio na área da exploração do petróleo. O que se confirma, no entanto, é que as duas posições enfatizam a importância estratégica dessas atividades para o desenvolvimento e a segurança nacionais.

Nossa intenção é tentar concatenar idéias que acabem nos levando outra vez a abordar a Lei de Requisições como peça perma-

nente de apoio, forte e suficiente, para que possamos decidir com maioridade, sempre que a nossa segurança e soberania estiverem ameaçadas.

O fato de uma empresa considerada estratégica estar totalmente sob controle do Estado não impede que ela seja manipulada por minorias organizadas. A recente greve dos petroleiros comprovou que, rapidamente, refinarias e plataformas podem ser paralisadas em todo o país, proporcionando pesados prejuízos financeiros, reduzindo drasticamente a produção, impondo ao Governo negociações desgastantes e comprometendo a segurança nacional. Uma empresa privada nas mesmas condições estaria também sujeita a esse tipo de problema, embora pudesse encontrar soluções mais ágeis por não se sentir pressionada por injunções políticas.

Assim, voltamos à Lei de Requisições, para afirmar a sua imprescindibilidade no estado de guerra e especular quanto à possibilidade de ser aplicada no tempo de paz. De qualquer forma, a lei em vigor precisa ser urgentemente revisada e atualizada.

No estado de guerra, o uso da Lei de Requisições está fora de discussão, mas, no tempo de paz, haverá um acentuado grau de dificuldade em aceitá-la, porque ocorrerão reações de origem cultural e política.

O importante é que possam ser estabelecidos rigorosos critérios que caracterizem com certeza o que é uma atividade estratégica e quando a alteração violenta da ordem em função do desempenho dessa atividade, comprovadamente, ameace a segurança nacional. Se o bom senso e a seriedade prevalecerem na identificação desses parâmetros, o Governo continuará a acompanhar essas ati-

vidades, mas estará liberado da obrigação de protegê-las e controlá-las diretamente. O respaldo legal proporcionado pela Lei de Requisições permitirá que a situação seja rapidamente revertida e que o Governo retome o controle das ações, sempre que a soberania e a segurança nacionais estejam ameaçadas.

A revisão e a modernização da Lei de Requisições seria da responsabilidade de um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), responsável que é pela coordenação da Mobilização Nacional e pelo planejamento estratégico nacional. O Executivo a submeteria posteriormente à aprovação do Congresso Nacional e a discussão democrática da Lei de Requisições refletiria, ao final, o consenso da nação.

CONCLUSÃO

As atividades selecionadas como estratégicas para a segurança nacional têm sido usadas freqüentemente como argumento para justificar o monopólio estatal, a não-privatização de empresas estatais e a resistência à aceitação dos investimentos de capital estrangeiro.

Afirma-se que o controle estatal inibe o avanço das multinacionais, impedindo-as de desestruturar o planejamento estratégico de determinados empreendimentos, eliminando os consequentes riscos para a segurança nacional e a soberania do país.

Na verdade, o Governo antecipou-se à rigidez desses conceitos quando implantou o plano de privatização e passou a alienar, à

iniciativa privada, empresas anteriormente consideradas intocáveis.

Ao iniciarmos a apreciação da Lei de Requisições, nossa idéia básica era propor sua modernização para atender às necessidades da Mobilização Nacional em tempo de guerra. Contudo, resolvemos ousar e incluir também na proposta a idéia de que a Lei de Requisições, previamente aprovada pelo Congresso Nacional, possa ser aplicada pelo Executivo, em tempo de paz, como um instrumento forte e justo que permita coibir atitudes atentatórias à segurança nacional, quando ocorridas em áreas estratégicas.

A aplicação da Lei de Requisições em tempo de paz libera o Governo, total ou parcialmente, da função de gestor das atividades empresariais identificadas como estratégicas.

É preciso alertar que a requisição de bens está prevista no artigo 139, inciso VII, da Constituição federal, que trata de medidas a serem tomadas quando da vigência do estado de sítio, em caso de “comoção grave de repercussão nacional”. O que estamos sugerindo é a existência de uma Lei de Requisições capaz de respaldar providências fortes e imediatas na defesa da segurança nacional, sem a necessidade de recorrer ao estado de sítio, mas apropriado às situações que se afigurarem como de grau excepcional.

Como complemento a esta conclusão, lembramos a existência da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, que dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. Portanto, não é novidade a legislação apropriada para uso nos momentos difíceis do processo de tomada de decisões. □



A DEFESA NACIONAL

Marechal Floriano Peixoto

Cláudio Moreira Bento*

Resumo biográfico de Floriano Peixoto reverencia o centenário do seu falecimento.

Por dificuldades encontradas na elaboração do copydesk do original recebido, o artigo deixou de ser publicado em 1995, como seria próprio.

O dia 29 de junho de 1995 registrou o centenário de falecimento do segundo presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto. Faleceu na Fazenda Paraíso, junto à estação ferroviária da divisa Resende-Barra Mansa, distrito atual de Floriano, aos 56 anos de idade. Herói nacional, foi consagrado pela História como o “Consolidador da República” e como o “Marechal de Ferro”.

“Consolidador da República”, por haver enfrentado e debelado diversas ameaças à República recém-instituída, entre as quais a

tentativa de proclamação da República Transatlântica de Mato Grosso, vinculada a interesses ingleses¹, a Guerra Civil (1893-1895) na Região Sul do País² e a Revolta na Armaada.³ “Marechal de Ferro” pela energia, calma, determinação, sangue frio e coragem com que as enfrentou.⁴

NASCIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE⁵

Floriano nasceu no modestíssimo engenho paterno do Riacho Fundo, distrito de

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior do Exército. Sócio-benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, IGHMB.

1. LEAL, Joaquim Ponce. O Conflito Campo x Cidade. Rio, Rio Arte, 1988.

2. BENTO, Cláudio Moreira. História da 3ª Região Militar. V.2, cap7.

3. *Idem*. Centenário da Revolta na Esquadra. A Defe-

sa Nacional, nº 726, outubro/dezembro de 1993.

4. Também pela resposta a ele atribuído, ao ser-lhe perguntado como seria recebido o desembarque das guarnições de navios estrangeiros no Rio de Janeiro para protegerem vidas e patrimônios de compatriotas. “A bala!” teria sido a resposta.

5. Pereira, Moacyr. Anais do Congresso Nacional da República, 1989.

Ipioca, próximo a Maceió (AL), em 30 de abril de 1839, quando ia acesa e viva, no Sul, a Revolução Farroupilha (1835-1845). Foi o quinto filho de numerosa prole.

Sua criação foi entregue a seu tio paterno, padrinho e futuro sogro, o Coronel José Vieira de Araujo Peixoto, rico e poderoso proprietário de três engenhos, e não possuía filhos, até então.⁶ Floriano aprendeu, com seu pai adotivo, os segredos da liderança, inclusive a militar. Habil no comando de homens e em se fazer respeitar, Vieira Peixoto detinha expressivo poder político, tendo chefia-dado, em 1844, uma rebelião militar que obrigou o governador da província a fugir.

Floriano cresceu no Engenho Ponte Grande próximo daquele onde nascera, na condição de filho único. Recebeu instrução inicial de um padre parente do pai adotivo, e este, mais tarde, montou casa em Maceió, onde Floriano continuou a estudar. Retornava sempre, porém, ao Ponte Grande, na época da moagem da cana, coincidente com suas férias, e durante toda a vida, sua alma foi a de um menino de engenho.⁷

Em 1855, aos dezesseis anos, foi para o Rio de Janeiro, dentro do clima da vitória brasileira na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Frequentou, por dois anos, o colégio S. Pedro de Alcântara, preparando-se para cursar a Escola Militar da Praia Vermelha, de modo a satisfazer o desejo do pai adotivo.

6. Mais tarde nasceria Josina, com a qual Floriano se casaria, tornando-se herdeiro de parte da fortuna do tio, padrinho, sogro e amigo.

7. Por coincidência ou desejo próprio, terminou sua existência envolto na atmosfera dos canaviais existentes em torno do Engenho Real, de Porto Real, próximo da Fazenda Paraíso.

FLORIANO MILITAR

Floriano ingressou no Exército em 1857, no 1º Batalhão de Artilharia, na Fortaleza de Santa Cruz. Cursou a Escola Militar da Praia Vermelha e a do Largo de São Francisco (1857-1862).

A Guerra contra o Paraguai foi encontrá-lo servindo, como 1º tenente de Artilharia, em Bagé.⁸

Invadido o Rio Grande por São Borja marchavam os paraguaios em duas colunas de cada lado do Rio Uruguai em direção a Uruguaiana, que foi conquistada. O Tenente Floriano, improvisado em comandante naval de uma esquadilha de quatro barcos, recebeu e desincumbiu-se muito bem da missão de impedir o contato das duas colunas⁹ que tentavam reforçar a coluna invasora do Rio Grande.

Por esse feito, em que supriu deficiências com valentia, liderança e arrojo, o Tenente Floriano foi promovido a capitão aos 26 anos, e nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Na Guerra do Paraguai comandou uma Companhia do Batalhão de Engenheiros. Seus chefes ressaltaram-lhe “o entusiasmo, a coragem, a galhardia e a calma em combate”.

Foi promovido a major, por ato de bravura, em dezembro de 1868, aos 29 anos. No final da guerra, comandou o 9º Batalhão

8. 29 anos mais tarde, sitiada durante 46 dias por federalistas, ao comando do General-honorário Joca Tavares, Floriano participaria da libertação dessa cidade (8 de janeiro de 1884).

9. A ligação entre as duas colunas era feita por canoas paraguaias chamadas “bogavantes”.

de Infantaria, quando teve participação destacada em Aquidabã, reconhecida pelo General Câmara. Ali reencontrou-se com o Coronel Joca Tavares que conhecera em Bagé.

Mais tarde, o então Marechal Câmara e o General-honorário, Joca Tavares, seus companheiros em Aquidabã, liderariam o movimento que resultou na Guerra Civil (1893-1895) visando a depô-lo. Não obstante, Floriano conseguiu demover o marechal a dela participar e prestigiou o grande soldado, através de atitudes e atos respeitosos, quando do seu falecimento, no Rio de Janeiro comparecendo pessoalmente ao sepultamento.¹⁰

• De 1870 a 1891

Floriano retornou do Paraguai em setembro de 1870, após nele permanecer durante todo o conflito. Peregrinou por Mato Grosso e Amazonas e diplomou-se em Ciências Físicas e Matemáticas.

Voltara combalido. Não lembrava mais o cadete caboclo de força notável, campeão de esgrima a baioneta e temido adversário nas brigas, do tempo da escola, com valentões do Rio. Pediu licença para tratamento de saúde em Alagoas.

Nos quatro meses de licença, recuperou-se e se casou no posto de tenente-coronel, aos 33 anos com sua irmã adotiva e prima Josina, no engenho Itamaracá, em 11 de maio de 1872.

Nessa licença, lembrava sempre, desfrutou os melhores dias de sua vida. Ao seu término conseguiu ser convocado para desenvolver, em Alagoas, obras militares: reparos no quartel do Batalhão de Infantaria local; construção de Enfermaria e de Depósito de

Material Bélico, cuja planta está no Arquivo Histórico do Exército. Retornou ao Rio.

Em 1874, é coronel, comandante do 3º Regimento de Artilharia a Cavalo. Em 1875, é diretor do Arsenal de Guerra de Pernambuco. Em 1880, nova crise de saúde e problemas econômicos nos engenho de que era sócio levaram-no a pedir reforma do Exército, do que foi demovido pelo governador da província, ancestral do historiador Américo Jacobina Lacombe.¹¹

Em 1883, com 26 anos de serviço, foi promovido a brigadeiro. Comandou, então as Armas do Amazonas e Pernambuco. Em 1884, foi comandante das Armas e Presidente de Mato Grosso, pelo Partido Liberal, onde se revelou hábil político, apoiou o abolicionismo e criou o imposto de exportação de erva mate para o Prata.

Em 1882, estando em Alagoas, foi nomeado para comandar a 2ª Brigada no Amazonas. Pediu mais uma vez reforma do Exército, para dedicar-se à administração de seus engenhos e os da família, em Alagoas. Foi demovido por seus amigos – a essa altura, possuía grande e discreta liderança no Exército, por seu valor militar e sólido conceito.

• O Brilho de sua Estrela

De 31 de janeiro de 1889 a 15 de novembro de 1894, dos 49 anos aos 54 anos, por mais de 5 anos, Floriano teve rápida e brilhante ascensão no cenário nacional: Comandante da 2ª Brigada do Exército, em São Cristóvão, integrada pelos 1º Regimento de Cavalaria (atual Dragões de Brasília), 2º Regimento de Artilharia (atual Regimento Floriano) e Batalhão de Engenheiros, no qual combatera no Paraguai, (atual 1º Batalhão

10. BENTO, Cláudio Moreira. História da 3º Região Militar, nota 2, p.89.

11. PEREIRA, Moacyr. Anais do Congresso Nacional da República, artigo de A. Jacobina Lacombe.

de Engenharia de Combate, em Santa Cruz); Ajudante-General do Exército¹² interino, até 15 de novembro de 1889, e efetivo após.¹³ Marechal-de-Campo (1889); Marechal (1890); Ministro da Guerra, 1º Vice-Chefe do Governo Provisório da República, Conselheiro de Guerra, Vice-presidente da República, eleito na chapa de oposição ao Marechal Deodoro, um e outro por eleição indireta. Finalmente, Vice-Presidente da República no exército da Presidência, de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, mais de 3 longos e agitadíssimos anos dedicados a debelar crises políticas e diversas revoltas.

Seguramente, nenhum dirigente do Brasil, no Império e na República, enfrentou período mais conturbado do que ele, inclusive ameaças externas, na época da "Diplomacia das Canhoneiras", e a Questão de Palmas.¹⁴

Após passar a presidência ao seu substituto, a conselho médico, fez estação de águas, duramente quatro meses em Cambuquira.

Passou os últimos 24 dias de sua vida na Fazenda Paraíso¹⁵. Ali redigiu o seu testamento político, o qual se encontra reproduzido no final deste artigo.

Teve forte crise da enfermidade que o acometia em 28 de junho de 1895. Consciente da morte próxima, lamentou deixar filhos menores para educar. Acariciou seus

dois caçulas Maria Josina e José e exclamou, após acariciar o último quando chorava: – “Que infelicidade!” Manifestou desejo de ser sepultado na Estação da Divisa, atual distrito de Floriano. E faleceu.¹⁶ No bolso de seu casaco foi encontrada, rascunhada, uma mensagem para jovens republicanos que estavam por visitá-lo da qual se transcreve o trecho abaixo:

... A pretendida homenagem dos Srs. me enche a alma de um prazer imenso. Ela é um tributo de vossa gratidão a um velho servidor da Pátria, que lhe consagrhou de coração o melhor de sua vida e, à República, por amor à qual sacrificou o resto da saúde e vigor que lhe deixaram a penosa campanha do Paraguai. Hoje, como vedes, vivo longe do lar a procurar vários climas para a reparação de forças perdidas nas lutas pela Pátria e pelas instituições... ”¹⁷

A primeira autoridade vinda do Rio para seus funerais foi o Dr. Fernando Luiz Osório, filho e biógrafo do General Osório, com quem Floriano mantinha muito boa amizade.¹⁸

Estavam, com Floriano, sua esposa e os filhos: Ana com 21 anos; Floriano com 17 anos; Maria Tereza com 14 anos; José com 10 anos; Maria Anália com 8 anos e Maria Josina com 4 anos. Portanto, cinco filhos menores. A idéia que normalmente nos ocorre seria a de um homem velho, com os filhos independentes e encaminhados na vida.¹⁹

12. Em realidade, comandante do Exército (PEREIRA, Moacyr. Anais do Congresso Nacional da República, artigo de A. Jacobina Lacombe).

13. BENTO, Cláudio Moreira. O Exército na Proclamação da República. Rio, SENAI, 1989.

14. Segundo o Coronel Davis R. de Sena, a solução favorável da Questão de Palmas, com a Argentina, é mérito do seu governo, que teve a feliz iniciativa de chamar o cônsul brasileiro em Liverpool, Inglaterra, Barão do Rio Branco, para defender os interesses do Brasil.

15. Hoje, Hotel Fazenda Paraíso.

16. Causa mortis, constante do atestado de óbito: "esclerose hepática hipertrófica".

17. Vide, em Floriano – Memórias e Documentos, v.1, p. 226-228.

18. No Arquivo do General Osório, no IHGB, encontra-se a correspondência trocada entre Osório e Floriano, comprovando recíproca admiração.

19. Op. cit. nota 16 publica foto da sua família e da Fazenda Paraíso.

TRAÇOS DO PERFIL PSICOLÓGICO DE FLORIANO

A personalidade de Floriano foi definida por Euclides da Cunha como uma “esfinge indecifrável que olhava todos sem se fixar em ninguém, gestos breves, palavras escassas, esquivo, impassível, dono de um sorriso mecânico”.

Sua meteórica ascensão política-militar, de 31 de janeiro de 1891 a 15 de novembro de 1894, em que dominou o cenário político nacional, se deve a sua excepcional capacidade política de avançar contactando com e se impondo às pessoas certas sem alardes, avesso que era à notoriedade das páginas dos jornais. Antes de 15 de novembro de 1889, já fora chamado de “ronha”, sinônimo de esperto, ardiloso, manhoso, matreiro, astuto ou “moiteiro”.²⁰

Como consequência, ultrapassou o 15 de novembro deixando dúvidas sobre a sua real posição como chefe do Exército. Foi eleito Vice-Presidente na chapa que se opôs a Deodoro, e conseguiu impor-se, com astúcia política, à substituição deste, enfrentando e superando, com determinação e invulgar capacidade de trabalho, seriedade e visão de estadista, as tempestades que desabaram sobre seus ombros, mesmo depois de haver restabelecido o Congresso. Sua capacidade política e inteligência foram subestimadas por muitos. A esses estavam reservadas grandes surpresas.

Segundo Osvaldo Aranha “Floriano era uma mistura de elementos físicos que lhe davam aspecto ora de rochedo, ora de penhasco, sempre de montanha distante e inacessível... incluída a capacidade de se ajustar às diversidades do tempo, às variações dos ventos e a de desdenhar as tempestades...”

Para Humberto Peregrino “autoridade, rigor, probidade e espírito público eram as características principais de Floriano como homem público”.²¹

Para Mário Barata²² “a reação de Floriano para fortalecer a República não é um enigma e sim uma reação natural de um líder de caráter, experiência e bravura”.

Essa atitude de Mário Barata é justificada com a resposta de Floriano, em 15 de novembro de 1894, à Comissão que foi à sua casa para entregar-lhe uma espada de ouro. Doente, Floriano não pôde receber a Comissão. E o Tenente Aristides Villas-Boas leu seu agradecimento:

“Como chefe da Nação, em minha volta sucumbiram mártires em nome da lei, que afortunadamente venceu, para a glorificação dos Estados Unidos do Brasil, e em nome da dignidade e da honra da Pátria, para dizermos que continua a ser República toda a América. Julgando-me imensamente feliz por haver co-participado dessa tarefa ingentíssima de preservar de desgraça, de fortificar, de consolidar a República, não obstante ter sido o mais modesto de quantos se empenharam nessa gloriosa campanha.”

“Sua capacidade política e inteligência foram subestimadas por muitos. A esses estavam reservadas grandes surpresas.”

20. Da linguagem castrense.

21. Ministério Exército, Cadernos... Comemorações

Centenários República e Bandeira, 1991 (Artigos).

22. *Idem, op. cit.* nota anterior.

A seguir declarou “*cárecer de repouso a sua saúde, de haver sido tomado pela fadiga, mas contente consigo por não se haver pougado de nenhum sacrifício no cumprimento do que ele julgou seu dever*”.

O General Jonas Correia Filho,²³ estudioso de Floriano o classificou de “homem reservado e determinado”, como fruto de estudos em fontes sérias e até de caráter científico. E o define:

Retraia-se, calava-se quando o silêncio tinha a importância de uma decisão... Homem de natureza resoluta, tomava decisões sensatas e coerentes e praticava atos que considerava de seu dever... Sua vida é um rosário de eleições de moral, de honestidade, de bravura, de bom senso, de experiência e de conhecimento da psicologia dos homens e das multidões.

Estudos recentes no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), feitos longe das paixões da época, com isenção e critérios científicos, confirmam a probidade administrativa, a honestidade, a lisura, o espírito público e, por via de consequência, a popularidade do presidente Floriano, após analisá-lo como nacionalista e republicano sincero, soldado competente, estadista, consolidador e defensor da República. Acredito que elas dêem respostas que ajudem a recuperar informações que Floriano espírito reservadíssimo, em seu mutismo e postura de esfinge carregou para o túmulo.

Até hoje na Região Sul são atribuídas culpas a Floriano das quais ele é inocente. Na luta entre políticos maragatos e pica-paus e seus respectivos excessos, costumam usar Floriano e outros oficiais do Exército como bodes

expiatórios. Pois muitas interpretações pretensamente historiográficas, como refletindo a verdade, instrumento de justiça na voz da História, ainda estão dominadas por palavras enlouquecidas das paixões do momento.

Uma das mais comuns acusações é a de “ditador” ou “exercício ilegítimo do poder”. Ele restaurou o Congresso dissolvido em novembro de 1893. E foi a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça do Senado que, em parecer firmado, decidiu que Floriano podia ser investido na Presidência da República, com apoio no artigo 1º e seu parágrafo 2º e das Disposições Transitórias da Constituição do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, que rezava:

“Disposições transitórias:

Artigo 1º – Promulgada a Constituição pelo Congresso, reunido em Assembléia Geral, elegerá em seguida, por maioria absoluta de votos na primeira votação e, se nenhum candidato a obtiver, por maioria relativa, na segunda, o presidente e o vice-presidente do Brasil.

Parágrafo 2º – O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial.”

E houve grande agitação política, pleiteando alguns, inclusive ilustres juristas que elaboraram a Constituição, que houvesse eleição para substituir o presidente Deodoro, com apoio nos artigos 42 e 47.

Presidente legítimo da República, como esperavam os revoltosos do Sul e na Armaada, de armas na mão, a serem tratados por Floriano, presidente constitucional? Enfrentar revoltas sem o recurso do estado de sítio... É um problema de empatia.

Por ocasião do centenário de nascimento, na presença de Getúlio Vargas e do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, de-

23. *Idem, op. cit.* nota anterior.

fronte o monumento a Floriano, na Avenida Rio Branco, na qual foi orador oficial o então Tenente-Coronel Jonas de Moraes Correia Filho, em Ordem do Dia o Exército assim se manifestou:

“Que Floriano Peixoto hoje e sempre no Exército servirá como exemplo de soldado dedicado a sua classe e como patriota, só preocupado com a grandeza e o futuro do Brasil.”

O dia 29 de junho de 1939, 44º aniversário de sua morte na Fazenda Paraíso, próxima a Resende, foi escolhido, deliberadamente, para marcar o lançamento da pedra fundamental da AMAN, em sua homenagem.²⁴

Floriano fora sempre muito ligado às escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha, que o auxiliaram, inclusive, a combater a Revolta na Armada.

Uma de suas grandes preocupações foi encarregar o Coronel Emile Jourdan²⁵ de escrever sobre as campanhas do Uruguai e do Paraguai, para subsidiar estudos de tática e estratégia dos alunos de nossas escolas militares, baseados nas realidades operacionais sul-americanas.

Por suas demonstrações de coragem, física e moral, lisura, probidade, honestidade na defesa intransigente da coisa pública, e mais, por suas atitudes de simplicidade espartana adquiridas na vida de engenho e na campanha do Paraguai, conseguiu comunicar-se com o povo no seio do qual passou a desfrutar enorme popularidade e devoção por muitos anos depois de sua morte. Tinha

os olhos voltados sinceramente para o povo e para a Pátria, protegendo-os dos crimes de colarinho branco e dos efeitos das lutas que foram travadas entre o Governo e os revoltosos na Armada, na Baía da Guanabara, por mais de 6 meses.

Sua comunicação com o povo valeu-lhe o apelido popular de “O Quera”, que, segundo Umberto Peregrino, era sinônimo de “audaz, desabrido, invencível e destemido”.

A ECEME, em pesquisa histórica, o consagra ao lado de Gomes Carneiro e Gumersindo Saraiva, como a maior figura da Guerra Civil (1893-1895) do ponto de vista militar.²⁶

Floriano jovem forte, atlético e bravo consumiu sua saúde em holocausto à defesa do Brasil durante cinco anos de guerra e em 3 anos no exercício da Presidência do Brasil. Não mediou sacrifícios. Foi fiel a si mesmo e aos seus ideais. Foi um brasileiro providencial para um grave momento da nacionalidade. Justiça histórica se lhe faça hoje e no futuro.

À posteridade, para que encontre subsídios para cultuá-lo e colher ensinamentos de sua vida e obra, indicamos as fontes adiante listadas, que tornarão sempre possível resgatá-lo sob a pátina do tempo, como acabamos agora de fazê-lo, com muita honra, respaldando a citada Ordem do Dia do Exército, em 1939, que o recomendou ao culto eterno pela Força, como exemplo raro: de soldado e cidadão modelar do Brasil, pela comovente dedicação ao Exército e à grandeza e ao futuro do Brasil.

24. BENTO, Cláudio Moreira. Jubileu de Ouro da AMAN, 1994.

25. Bisavô materno dos filhos do atual Ministro do Exército, Zenildo Zoroastro Lucena, parente do Barão de Lucena.

26. BENTO, Cláudio Moreira. A Revolução Federalista e a Arte Militar. Fontes para a Revolução Federalista. Bagé, FUMBA, 1992, *A Defesa Nacional e Noticiário do Exército* de nº 8572, 8574 a 8576, 8579, 8581, 8582 e 8636.

O TESTAMENTO POLÍTICO DO MARECHAL²⁷

"Meus amigos – Recebo com especial agrado a sincera manifestação do vosso apreço.

Ela tem para mim um valor inefável, pois revela a generosidade dos vossos nobres corações.

Ela me enche a alma de um prazer imenso, porque vejo nela um tributo de vossa gratidão a um velho servidor da Pátria, que lhe consagrou de coração o melhor de sua vida, e da República por amor da qual sacrificou o resto de saúde e vigor que lhe deixou a penosa campanha do Paraguai.

Hoje, como vedes, vivo longe do lar a procurar em vários climas a reparação das forças perdidas nas lutas pela Pátria e pela novas instituições.

Nessa peregrinação, alimento a esperança de alcançar do Criador a mercê de viver mais algum tempo para prover a educação dos filhos, órfãos há cinco anos dos cuidados paternos; e também para lograr o prazer de contemplar a jovem República livre dos embaraços que ora lhe estorvam os passos, a marchar desassombrada e feliz ao lado das nações mais adiantadas do Velho e do Novo Mundo.

A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insídiosos dos inimigos.

Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo.

Não vos fiéis nisso, nem vos deixeis apanhitar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda.

Alerta! pois.

A mim me chamais o consolidador da República. Consolidador da obra grandiosa de Benjamim Constant e Deodoro são o Exército nacional e uma parte da Armada, que à Lei e às instituições se conservaram fiéis.

Consolidador da República é a guarda nacional, são os corpos de polícia da Capital e do Estado do Rio, batendo-se com inexcedível heroísmo e selando com seu sangue as instituições proclamadas pela revolução de 15 de novembro.

Consolidador da República é a mocidade das escolas civis e militares, derramando o seu sangue generoso para com ele escrever a página mais brilhante da história das nossas lutas.

Consolidador da República, finalmente, é o grande e glorioso partido republicano, que, tomando a forma de batalhões patrióticos, praticou tais e tantos feitos de bravura, que serão ouvidos sempre com admiração e respeito pelas gerações vindoura.

São esses os heróis para os quais a Pátria deve volver os olhos, agradecida.

À frente de elementos tão valiosos, não duvidei, um momento sequer, do nosso triunfo, e, pedindo conselhos à inspiração e à experiência e procurando amparo no sentimento da grande responsabilidade que trazia sobre os ombros, tive a felicidade de poder guiar os nossos no caminho da vitória.

27. Escrito no atual Hotel Fazenda Paraíso, entre 10 e 27 de junho de 1895. O original encontra-se no gabi-

nete do comandante do Regimento Floriano (1º GAP AP), na Vila Militar, Rio, RJ.

Foi esse o meu papel.

Se mérito existe nele, não almejo outra recompensa, senão a prosperidade da República e a estima dos que sinceramente lhe consagram o seu amor.

Vou terminar: as prescrições médicas não me permitem o mais leve trabalho men-

tal: mas, para corresponder à vossa gentileza, não duvidei infringir os conselhos da ciência e escrever estas linhas, que vos entrego como penhor e testemunho da minha eterna gratidão. – Divisa, junho de 1895 – FLORIANO PEIXOTO.” □

BIBLIOGRAFIA

- Fontes Principais para a elaboração do presente artigo e para resgate, a qualquer tempo, da vida e obra do Marechal Floriano.
- ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA... A REPÚBLICA. Rio, IHGB, 1889 (Artigo de Moacyr Pereira *et alli* sobre Floriano).
- ARQUIVO NACIONAL. Arquivo do Presidente Floriano Peixoto, Rio-RJ.
- BENTO, Cláudio Moreira, Cel. História da 3^a RM 1889-1953. Porto Alegre. Ed. Pallotti, 1995 (Guerra Civil 1893-1895 no RGS) V.2.
- Centenário da Revolta na Armada. *Defesa Nacional*. Nº 762, out/dez 1993.
- Centenário do sítio federalista de Bagé. RIHGB, nº 381, out/dez 93.
- Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas na História Militar do Brasil. Anais do Congresso sobre a Revolução Federalista no Paraná. Curitiba, Assembléia Legislativa, 1995 e *Defesa Nacional* 1995, nº 787. Publica Quadro Comparativo de Cercos.
- A participação de São Paulo no combate a Guerra Civil 1893-1895 e Revolta na Armada. RIHGSP, Defesa Nacional e RIHGB em 1995.
- CADERNOS DA COMISSÃO DO EXÉRCITO COORDENADORA DAS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA REPÚBLICA E DA BANDEIRA. Rio, BIBLIEX-SENAI, 1991 (Artigos do General Jonas Correia Filho, Umberto Peregrino, Mario Barata e Cláudio M. Bento).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Marechal Floriano Peixoto Memórias e Documentos. Rio, Serv. Graf. ME, 1939. 6v (Ressalto o v.1 biografia).
- MIRANDA, Salm de, General. Floriano, BIBLIEX, 1963.

A SUA HISTÓRIA É MUITO IMPORTANTE PARA A HISTÓRIA DA NESTLÉ.



A maior alegria da Nestlé é participar de cada momento de sua vida. Fortalecendo laços de amizade que se renovam a cada novo dia e a cada nova história.

Nestlé
Sua vida, nossa história.



A DEFESA NACIONAL

O Jardim Sem Muros, um Tesouro Rico e Malseguro

Sérgio Paulo Muniz Costa*

O artigo reverencia as lutas de brasileiros e portugueses contra os invasores holandeses na Bahia, episódio marcante da formação da Nacionalidade Brasileira.

A Baía de Todos os Santos, uma das maiores baías naturais do mundo, é internacionalmente famosa pela sua beleza e por abrigar a cidade de Salvador. Ao contemplar panorama tão agradável, o visitante percebe também os sinais da História. Fortes, marcos, muralhas e antigos edifícios se misturam à modernidade e à natureza, lembrando a época na qual a Guerra dos Trinta Anos na Europa escreveu a sangue o endereço do Brasil, como observou o sociólogo Gilberto Freyre.

Desde os primórdios da colonização, a terra descoberta foi alvo de disputa por parte de várias potências marítimas. Antecipando-se às demais, Portugal, a potência naval des-

cobridora, deu início ao processo colonizador, através do sistema das capitâncias hereditárias. Nos meados do século XVI, o Rei de Portugal julgou ser conveniente a implantação de um governo-geral nas novas terras. Em 29 de março de 1549, acompanhado de colonos, soldados, funcionários e religiosos, Tomé de Souza, um dos soldados mais prestigiados de Portugal, aportou na vila do Pereira, sendo recebido por Caramuru e sua gente.

A necessidade de defender a nova terra descoberta transplantou, para o Brasil, uma antiga instituição lusitana, a Nação em Armas, oriunda do permanente enfrentamento do mouro hostil na Península Ibérica. A nação portuguesa era um potencial acampamento militar, pronto a se erguer em armas, para enfrentar qualquer perigo. No Brasil Colô-

* Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior do Exército, sócio-efetivo do IGHMB.

nia, a segurança foi proporcionada pelas ordenanças, milícias e tropas regulares, envolvendo todos os habitantes, independente de raça, credo ou posição social.

Com a evolução da arte da guerra, as fortificações cresceram de importância. Dotadas de canhões, dominavam portos e estradas, tornando-se peças fundamentais na defesa das cidades e das populações. A criação, no final do século XVII, de uma "Aula de Fortificação no Brasil" atribuiu um novo papel às fortificações: o de escola de formação de artilheiros no Brasil, inaugurando o ensino da arte militar nas Américas.

A formação da nacionalidade brasileira teve um impulso decisivo com as lutas contra o invasor holandês, iniciadas na Bahia, em 1624, e encerradas em Pernambuco, trinta anos depois. Razões culturais, políticas e econômicas inspiraram a resistência dos patriotas de todas as raças que se caldeavam na emergente nacionalidade.

No dia 8 de maio de 1624, uma esquadra holandesa composta por 26 navios, armados com 500 canhões, comandada pelo Almirante Jacob Willenkens, surgiu defronte a Salvador. No dia seguinte, enquanto a maioria dos navios duelava com as fortalezas, cinco belonaves inimigas desembarcaram, nas proximidades do Forte de Santo Antônio, uma força de 1.500 homens. As fortificações, apesar de seu pequeno valor defensivo, continuavam a cumprir sua missão, sustentando cerrado fogo contra a esquadra batava, tentando evitar outros desembarques.

Na noite do dia 9 de maio, depois da queda do Forte do Mar, a população e a guarnição abandonaram Salvador. Enquanto o Coronel Van Dorth assumia o governo da cidade, os baianos levantavam o Arraial do Rio Vermelho, nova sede do Governo-Geral do Brasil e pólo de resistência ao invasor.

Para combater o inimigo, os patriotas se utilizaram de uma nova forma de luta, a "guerra brasílica", levada a efeito pelas companhias de emboscadas que, atuando continuamente, acuaram os holandeses dentro do perímetro defensivo cidade, a essa altura aumentado pelo dique do Tororó, construído pelos sitiados. No dia 17 de junho, o próprio Governador holandês, Coronel Van Dorth, ao ir inspecionar o Forte do Monte Serrat, foi morto numa emboscada.

Paralelamente, os luso-brasileiros aperfeiçoavam o cerco à cidade, ocupando pontos fortes em Itapagipe, Praia Grande, Porta de São Bento, Ermida de São Pedro e na Estrada do Rio Vermelho.

O frota de socorro de Portugal e Espanha chegou a 22 de março de 1625. A esquadra, a maior que já viera à América, era composta por cinqüenta e dois navios de guerra, armados com 1.185 canhões, e transportando 12.563 homens. Desembarcaram no Porto da Barra quatro mil homens, que ocuparam os conventos do Carmo e São Bento. O cerco aos holandeses foi fechado pelas Palmas e pelo Carmo, levando o inimigo à rendição, no dia 30 de abril. Três semanas depois, surgiu a esquadra de socorro holandesa que, vendo a poderosa frota luso-espanhola fundeada no porto de Salvador e as fortificações em mãos ibéricas, tomou o rumo da Paraíba e, daí, seguiu para o Caribe.

A guerra trouxe gravíssimos prejuízos à cidade que, durante muitos anos, ainda se ressentiria do enorme saque sofrido. Custou caro a imprudência em relação à defesa da Bahia, vaticinada por Braz Garcia de Mascarenhas, quatro anos antes da invasão, no poema Viriatro Trágico:

*"Desta cidade ilustre em bizarrias,
Da Nova Lusitânia a nova corte,*

*Julguei que era o Brasil jardim
/sem muro,
Tesouro rico, porém malseguro."*

Depois da partida da armada restauradora, ficou, na cidade, um Terço composto de dez companhias de cem homens, a primeira tropa regular na Bahia.

Não tardaria muito o novo chamado às armas. Em 1627, o corsário Pieter Heyen incursiona no Recôncavo Baino. Entre março e junho fez presas na Bahia de todos os Santos, duelando seguidamente com os defensores, tendo sido ferido, num desses encontros, o próprio Heyen. No dia 12 de junho, ao retornar de uma de suas rapinagens, descendo o Rio Pitanga, teve a passagem de seus navios bloqueada por mosqueteiros comandados pessoalmente pelo Governador, D. Diogo Luis de Oliveira. No combate que se seguiu, os holandeses conseguiram escapar com dificuldade, custando, aos defensores, a vida, dentre outros bravos, do Capitão Francisco Padilha, comandante de uma das companhias do Terço da Bahia. Pieter Heyen decidiu se fazer ao mar, não voltando jamais ao Brasil. Salvador não era mais um jardim sem muros.

A guerra prosseguiria com uma nova invasão holandesa, desta vez em Pernambuco. Depois de resistir durante quinze dias ao ataque de mais de três mil homens desembarcados da frota de 50 navios, comandada pelo Almirante Hendrick Loncq, Recife foi ocupada, a 3 de março de 1630. A estratégia holandesa de domínio do Atlântico Sul colimava, dessa vez, uma próspera capitania hereditária, menos defendida do que a Bahia e dotada de excelente porto natural, o de Recife, capaz de abrigar considerável esquadra pronta a incursionar em qualquer ponto do saliente brasileiro.

A resistência dos patriotas pernambucanos foi violenta. Logo de início, a exemplo do que ocorreu na Bahia, organizaram a defesa no interior, fundado o lendário Arraial do Bom Jesus. No entanto, o invasor carreou meios cada vez maiores para a guerra, aumentando paulatinamente seus domínios, até atingir o Rio Grande do Norte e Sergipe. À medida que aumentavam as conquistas holandesas, consolidadas pela habilidade política de Maurício de Nassau, parecia a todos que o invasor era invencível.

No entanto, os holandeses, apesar de triunfarem seguidamente nos encontros com os patriotas, não conseguiam vencê-los decisivamente. A resistência em Pernambuco estava apoiada na Bahia, que estava ligada à região invadida pelo vasto e inóspito sertão e possuía, também, um vasto porto natural capaz de abrigar uma grande esquadra: Salvador.

Maurício de Nassau compreendeu então o erro de concepção estratégica que os holandeses haviam cometido. Não haveria condições de se consolidar a posse de Pernambuco enquanto os holandeses não dominasse Salvador, a capital do Estado do Brasil. A Salvador acorriam os reforços vindos de outros pontos do País e ali também aportavam as esquadras ibéricas vindas da Europa para concertarem suas ações com as forças terrestres regulares e irregulares que operavam contra o invasor.

O cálculo da Companhia das Índias Ocidentais, que estimavam uma guerra colonial rápida pelo domínio de uma região da América Portuguesa dissociada das demais e povoadas por bárbaros e selvagens indiferentes ao colonizador, mostrara-se tremendamente equivocado, quer na concepção geopolítica, quer na percepção psicossocial da América Portuguesa. O Brasil-Colônia do século

XVII, alicerçado numa notável unidade geográfica, já esboçava uma consistente unidade cultural expressa na língua, na região e no caldeamento étnico.

Tropas paulistas embarcavam, em navios portugueses e espanhóis, para desembarcar em território dominado pelo inimigo. Os colonos do Espírito Santo resistiam furiosamente aos ataques holandeses. Negros comandados por Henrique Dias e índios liderados por Felipe Camarão se excediam em bravura e em dedicação à causa da expulsão do invasor. Traidores eram julgados, não pelas autoridades coloniais portuguesas, mas implacavelmente punidos pelos próprios habitantes indignados. Por todo território ocupado latejava a revolta contra a submissão a uma cultura estranha movida por um desígnio espoliador. A guerra era geral e os holandeses compreenderam que teriam que conquistar o coração do Brasil da época: Salvador.

A 16 de abril de 1638 a frota holandesa, composta por 40 navios e transportando 5.000 homens, penetrou na Baía de Todos os Santos, indo fundear na praia de Nossa Senhora de Escada. O local do desembarque indicou que o agressor investiria a Porta do Carmo. A população, que não esquecera o que acontecera à cidade, quando a abandonara ao invasor, em 1624, reagiu indignada à proposta do Conde Bagnolo de deixar o inimigo para encerrá-lo no seu interior. A intervenção do governador, do bispo e de Duarte de Albuquerque, prometendo que a cidade seria defendida, tranquilizou a população. Um grupamento constituído pelos veteranos de Pernambuco, pelo Terço Novo da Bahia e pelos homens de Luís Barbalho se desdobrou para a defesa da trincheira de Santo Antônio Além-do-Carmo. Na noite de 21 de abril, os holandeses atacaram a trincheira, sem obter

sucesso, perdendo duzentos homens. Enquanto os holandeses consolidavam suas posições na Península de Itapagipe e em Água de Meninos, Luís Barbalho construiu sobre a elevação, no flanco direito da trincheira de Santo Antônio Além-do-Carmo, um reduto fortificado que barrava a estrada do contorno que demandava a Quinta dos Padres e de onde enxergava o acampamento das tropas de Nassau. Paralelamente, os patriotas, liderados por chefes experimentados na "guerra brasílica", como Henrique Dias, Francisco Rabello, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Sebastião do Souto e o próprio Luís Barbalho, intensificaram a guerrilha ao inimigo.

Depois de reconhecerem detalhadamente o terreno e de bombardearem, durante vários dias a cidade, os holandeses, ao cair da noite de 18 de maio de 1638, atacaram a trincheira de Santo Antônio do Além-do-Carmo. O inimigo atacou-a pelas escarpas de Água de meninos e pela Ladeira da Água Brusca, empregando três mil homens, ao mesmo tempo em que a esquadra duelava com as fortificações na Vitória e na Barra. Os atacantes, apoiados por intenso fogo de mosquetes e artilharia e empregando granadas e artifícios iluminativos, escalavam os parapeitos da trincheira, para se engalfinharem com os defensores que lutavam com todas as armas de que dispunham. Por volta das vinte horas a luta corpo-a-corpo chegara às Portas do Carmo. Tornado evidente o ponto de esforço do inimigo, os baianos ali concentraram todos os homens disponíveis. É nesse momento que se dá a intervenção decisiva. Luís Barbalho, do alto da colina que dominava o campo-de-batalha, se precipita com seus homens, com enorme alarido, sobre a retaguarda da força atacante holandesa. Surpreendidos por aquele

contra-ataque em sua retaguarda, os holandeses vacilam e perdem a impulsão no seu ataque. Era o fim do sonho batavo de conquistar Salvador. Amargando a perda de quinhentos homens mortos, mais de setecentos feridos e 60 prisioneiros, Maurício de Nassau, sem conseguir se manter por mais tempo na Bahia, a 26 de maio de 1638 embarcou de volta a Recife.

A batalha por Salvador, travada entre abril e maio de 1638, foi o ponto de inflexão na Guerra Holandesa. Quebrou-se o mito da invencibilidade holandesa e criou-se a mística da indomável Salvador, aonde continuariam a se abrigar em segurança as esquadras ibéricas de socorro, e de onde continuariam a fluir homens, armas, ordens e recursos para a inevitável Insurreição Restauradora. Dez anos depois, no dia 19 de abril de 1648, muitos daqueles veteranos que pelejaram nas muralhas de Salvador, acorreriam ao Altar da Pátria, os Campos de Guararapes, para dar o golpe decisivo no invasor. Ainda seriam precisos mais alguns anos, antes que o inimigo, cercado e faminto em Recife, se ren-

desse, assinando a capitulação na Campina do Taborda, em 26 de janeiro de 1654.

Estava finda a Guerra Holandesa que, durante trinta anos, assolou o Brasil. A colônia entraria agora numa das fases mais prósperas de sua recente existência, fortificada, não mais um jardim sem muros, mas, sim, um tesouro rico e seguro.

São de Pedro Calmon as palavras sobre o Brasil restaurado:

"Mas já não era igual ao Brasil de há trinta anos antes."

"Uma profunda modificação moral fora o vestígio deixado pela campanha árdua, a marca dos seus ásperos trabalhos, o seu legado: no ir e vir das marchas, ao calor das refegas, na paixão dos levantes, na dor dos êxodos, na continuidade dos sacrifícios e na exaltação das vitórias se compuzera — em linhas inconfundíveis — um espírito nativista capaz de independência, de reivindicações inesperadas, de afirmações definitivas. Pondo-se fora o holandês, metera-se no Brasil o brasileiro: é a sutil resultante de uma campanha aparentemente concluída." □

Faça a Sua Revista Conosco!

OFERECEMOS AUTOFINANCIAMENTO PARA
SUAS PUBLICAÇÕES: TEMOS EXPERIÊNCIA EM REVISTAS
MILITARES, COM MÉTODOS
MODERNOS DE DIAGRAMAÇÃO.

CONSULTE-NOS SEM COMPROMISSO PELO TELEFONE E FAX

(021) 201-9009 Fax: (021) 581-7869

ENREVISTAS PROD. GRÁF. E PUBL. LTDA.

SANBRA. UMA DAS MAIORES EXPORTADORAS NACIONAIS DO SETOR PRIVADO.

Entre os seus principais produtos de exportação estão fibra de algodão, café, óleo de mamona e derivados, ácidos esteáricos, ácidos graxos, farelo de algodão, óleo de algodão, farelo de soja, óleo de soja, farinha de soja, proteína isolada de soja, proteína concentrada de soja, proteína vegetal texturizada, lecitinas de soja e gorduras hidrogenadas.



SANBRA

SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO S.A.

Avenida Maria Coelho Aguiar, 215
Bloco D - 5º ao 8º andares
CEP 05804 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 545-1122
Telex: 011-37885 - SANB - BR - Brasil



COMENTÁRIOS

OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Nelson do O' de Almeida*

No início era o homem em estado natural: vivia isolado e propiciava, sozinho, a segurança e o abrigo, a alimentação, a sobrevivência própria e a de seu grupo familiar. Habitava cavernas, vivia da caça, não modificava a natureza e seu único recurso, seu Poder, estava na força física. A ameaça de animais maiores e a caça mais rara fê-lo trabalhar em duplas, que logo se transformaram em grupos; surge aí a especialização incipiente — já que um caçava melhor que outro — e o começo de dois problemas que o acompanhariam pelos séculos: os conflitos de interesse (o quê e quando caçar) e os problemas de mando (quem chefiava, decidia). A inteligência criou as armas, desde o tacape às armas de arremesso, hoje “inteligentes”. Enquanto Davi abateu Golias com a funda e os pigmeus (uma das raças mais antigas do globo) já utilizavam o arco-e-flecha, São Luiz e seus cavalarianos, no século XIV, reclamavam contra a ignomínia do *Log Bow* inglês, “que permitia ao covarde matar o valente, sem ver-lhe a cor dos olhos”.

A utilidade da vida em sociedades maiores, em nações, trouxe as miríades de interesses individuais tendo de fundir-se em um número bem menor de interesses grupais, que por sua vez eram reduzidos a uns poucos Objetivos Nacionais Atuais (ou de Governo), que são supostamente fases para a obtenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, estes resumindo-se, afinal, no Bem-*Commum*. O Poder é o político, que faz a priorização e a seleção de objetivos de interesse da maioria e na orientação e proteção da sociedade. Fala-se,

então, dos conflitos políticos, que incidem sobre a priorização de objetivos e sobre o grau de autonomia que deve ter quem governa e que agora responde pela segurança e o abrigo, a alimentação, a sobrevivência de toda a nação, diretamente ou regulando a interação entre seus membros. Os conflitos (políticos, psicossociais, econômicos e militares), de que ordem forem, permanecem sempre atuantes.

O Poder, embora instrumental e relativo, está presente como o elemento utilizável para obter-se os resultados que, sem ele, não aconteceriam normalmente. Ele pode ser exercido sobre coisas (modificando a natureza) ou sobre pessoas (reorientando mentes). Ele é composto de Capacidade para e de Vontade de — embora seja fácil compreender que a segunda é bem mais importante que a primeira. Assim Israel sobreviveu séculos sem capacidade física mas com vontade inquebrantável e a firme vontade ideológica de Giap venceu a maior capacidade militar da época, cujas tropas, desapoiadas pela nação a que serviam, comprovaram a propriedade da *Tríade Notável* de Clausewitz (Rei — General — Povo que quando “pensam” juntos tudo podem, mas que quando conflitando nada obtêm). A Vontade é, portanto, elemento *sine qua non* para obter-se resultados físicos ou humanos, afetivos, que, sem sua atuação, nunca aconteceriam.

Se os sempre existentes Conflitos se mostram tão importantes, uma atenção especial deveria ser dada às Hipóteses de Conflito (definidas como divergências complexas o bastante ou tão radicalizadas que pareçam de solução assaz duvidosa ou difícil), para que possam, afinal, ser resolvidas e não evoluam para Hipóteses de Guerra (entendidas como HC complexas e/ou radicais,

de solução problemática, que poderão escalar para o conflito armado sangrento, como *ultima ratio*). Deve-se, assim, tratar as HC tão cedo quanto identificadas, para obter maiores probabilidades de evitar as HG e a Guerra. Mas as HC exigem outros tipos de arma, que não a violência física, além da Vontade. Está-se seguindo o que propôs Maquiavel e admitiu Lenin, ao dizerem que “a paz é a guerra por outros meios”. A guerra não começa nos conflitos armados sangrentos; ela “escalá” para eles e também não termina neles.

Têm-se, historicamente e a preço bastante alto, começado a nova guerra como se terminou a anterior. Os franceses foram derrotados em Crêcy (1346) pelo *Long Bow* inglês; 10 anos mais tarde perderam em Poitiers, para a mesma arma! A bombarda (um canhonete de mão) levou 86 anos para transformar-se no arcabuz e substituir a lança. Os foguetes chegaram à Europa em 1800, 600 anos depois de utilizados pelos chineses (o Corpo de Fogueteiros sobre-se de glórias em Alma, Streletzka e em Palikao), mas somem da história, para ressurgir no Vietnã e no Golfo, agora “inteligentes”. A marinha inglesa, na Criméia, era toda à vela, décadas depois de estarem navegando navios a vapor! Douhet, em 18, aconselhava mais ou menos o que as forças da coligação fizeram, 75 anos depois, no Golfo (mas não utilizaram na Segunda Guerra Mundial). Napoleão, em 1799, aboliu o Corpo de Aerostação... semanas antes de Waterloo: o grande Marechal de França, Foch, dizia, em 1910, que “...para o exército em campanha, a aviação não tem a menor utilidade”! Portanto, as surpresas técnicas e/ou estratégicas e/ou táticas estão a provar que o pensamento militar também abandona a guerra, durante a paz. Para Liddell-Hart “...os exércitos (as FFAA, em geral) são instituições pesadas, que custam a mudar de rumo”; para Castello Branco “...os piores adversários na guerra são a rotina e o tradicionalismo retardado”.

A guerra moderna deixou de ser Regular (Convencional, BQ, Eletrônica ou Nuclear), para tornar-se Irregular (Subversão, Guerrilha, Terrorismo de Estado), mas a preparação e o treina-

mento ainda são feitos para a guerra Regular! Ainda se estuda e fala em Invasão/Ocupação, Dussusão, Resposta Flexível, etc., quando a guerra tornou-se “de baixa intensidade” para as grandes potências e absolutamente Irregular, com foco especial no Terrorismo de Estado — série de atos terroristas planejados e apoiados por um Estado, com fins políticos — para as pequenas potências (como reconheceu Long). Aron, Liddell-Hart e outros admitiram que “...o uso de armas leves, como o da subversão, não contradizem os direitos dos povos...”; a “baixa intensidade” existe apenas no armamento e não na violência, especialmente a psicológica. Após a “bomba atômica” dos pobres (o Terrorismo de Estado) impõe-se a Guerra Psicológica! Ela começo bem antes do conflito armado sangrento (visa, de fato, evitá-lo), obedecendo ao princípio da Antecipação; é Flexível, adaptando-se à mudanças de situação e à novas técnicas; exige Unidade de Comando, a mesma desejável nas Operações Militares; segue o princípio da Independência, pois como as Operações Aeroestratégicas e os ataques por mísseis de submarinos nucleares, independem de qualquer outra Força, postura, desdobramento, TO etc.; exige Dissimulação, pois é ato de guerra não declarada (subversão clássica, no mínimo). Com tudo isso, é utilizada desde tempos imemoriais: a referência típica fala de Enmerkar e da conquista de Aratta, na mesopotânia de 3.000 a.C. A Bíblica apresenta Gedeão usando de engodo tático para vencer os Midianitas. Temujin, o Gengis-cã, ocupa o mundo conhecido do século XIII, da China à Alemanha, dez vezes maior que o seu território, com cavalarianos sete vezes menos numerosos que os povos dominados, apiando-se no pavor que fazia precedê-lo. A “Bíblia de Guttemberg” fez inaugurar a imprensa escrita, reconhecida logo em seguida como o “4º Poder”! O rádio incipiente de 1936 permitiu ao gênio de Welles apavorar um quarto do território americano que cobria com o célebre “desembarque dos marcianos”. No Vietnam, a mídia — insidiosamente manobrada por Giap — logrou com que o povo americano se pusesse contra o conflito e provocasse a derrota da mais poderosa na-

ção do mundo. Hoje, com as redes realmente mundiais, com os satélites de comunicações, com os telefones celulares, deve-se entender o que McLuhan chamou de "Aldeia Global". Por isso Muccielli dizia que "...travamos falsos combates com fuzis e bombas 'A' enquanto que, na realidade, a arma de hoje é a comunicação de massa". A Propaganda, a Desinformação (com o que enganou todo o mundo a URSS, durante 60 anos ou *A Mãe das Batalhas* de Saddam ou *O Homem que Nunca Existiu*, que convenceu a Inteligência alemã de que o desembarque mediterrâneo seria na Grécia) e os Agentes ativos e passivos demonstraram a eficiência da nova forma de guerra Irregular e, particularmente, da Guerra Psicológica (Operações Psicológicas). É tão necessário persuadir o inimigo e hostis a trocarem de opinião, de maneira de pensar (G Psc), quanto defender a cultura, a forma de pensar, e manter a lealdade de amigos e neutros (Aç Psc).

A Guerra sempre foi, em última análise, um confronto entre Vontades — e deveria, portanto, visar à modificação de sentimentos, de opiniões, de atitudes, de comportamentos e, não, à submissão, à destruição das FFAA ou da nação inimigas. A mais completa vitória, como disse Giddings, é o convencer-se o inimigo do acerto, da propriedade de nossa posição, de nossa própria Vontade, e não o submetê-lo pela força física. Sun Tzu já escrevera que o grande Comandante era aquele capaz de fazer com que, antes da lama tingir-se de sangue, o inimigo se desse por vencido (e convencido!). Outras armas, que não o canhão ou a bomba, agem mais eficientemente sobre a Vontade: o convencimento, pela lógica, e/ou a persuasão, através de apelos ao afetivo, ao emocional, provaram, na história, ser mais eficazes que a simples e completa dominação pela pura força física. As Operações Psicológicas vieram para ficar, como a moderna forma de fazer a guerra e não apenas como auxiliar das operações militares.

* Conferencista do Centro de Estudos de Pessoal do Exército.

BIOMASSA, A OPÇÃO ENERGÉTICA

Jorge Calvário dos Santos*

Na atual conjuntura, o Brasil é um país acossado por numerosos e complexos problemas. Um dos mais relevantes, sem dúvida, é a dependência econômica, que tem como ponto extremamente importante a conta do petróleo importado.

A disponibilidade de energia tem sido, através da história da humanidade, a base principal das civilizações. Essa base evoluiu do braço escravo até o petróleo e energia nuclear. Todo o progresso material do mundo moderno se fundamentou no uso do petróleo. As sociedades modernas e mais industrializadas se baseiam fundamentalmente na energia fóssil que, inicialmente abundante e barata, encontra-se hoje em fase de esgotamento. A quantidade de petróleo existente e inferido, mantendo os atuais níveis de consumo, só é suficiente para cerca de 20 (vinte) anos. Essas sociedades não podem ser mantidas. Elas dependem fundamentalmente do petróleo existente no Oriente Médio, no México, Venezuela, Rússia e outros poucos. Por isso, as reservas de porte serão por elas tuteladas. Esse fato ficou claro na crise do Golfo Pérsico e na participação do México no NAFTA (North American Free Trade Agreement).

Durante décadas, os países mais industrializados acreditaram que a era do petróleo seria sucedida pela era nuclear. Essa era não chegou, e parece cada vez mais improvável que a energia nuclear venha a se firmar como principal fonte energética para manter a estrutura industrial, comercial, de transportes e militar das nações. Assim sendo, o mundo está a beira de uma descontinuidade na produção e no uso de energia. Está a beira também de uma dramática mudança de toda a estrutura produtiva de energia industrial, comercial, militar, econômica e social. Tudo isso acarreta sérias preocupações quanto à segurança das principais nações.

A adequada disponibilidade de energia é fator essencial para que o relacionamento entre as

nações possa se desenvolver em benefício da humanidade e para que os seres humanos possam viver com dignidade. Energia não é apenas um fator de produção e de promoção da qualidade de vida, mas o componente estratégico básico de qualquer modelo de desenvolvimento. Assim, a energia foi e continuará sempre como elemento vital nos assuntos humanos e nacionais. Entretanto, ela assume, cada vez mais, um papel decisivo nas relações internacionais.

A energia é o recurso material mais estratégico para o desenvolvimento e a segurança das nações. A segurança é preocupação fundamental na política internacional de energia. Isso é devido ao seu papel vital desempenhado nas nações, bem como pela localização das fontes de energia fóssil. Uma nação importadora preocupa-se, principalmente, com a segurança de suas fontes de fornecimento de energia. Todos sabemos as consequências de uma interrupção no suprimento de petróleo. Essa interrupção se torna extremamente grave, à medida que os países dependam de sua importação.

As nações mais poderosas do planeta são extremamente carentes do petróleo de que tanto necessitam para sua sobrevivência com esse *status*. Essa carência, aliada a outros fatores, também da maior importância, faz com que a energia seja fator determinante da política externa desses países, principalmente com relação aos que possuem valiosos recursos naturais e energéticos, como é o caso do Brasil. Podemos constatar as manobras políticas e militares em andamento por parte dos países mais ricos e desenvolvidos, que procuram apossar-se das reservas de minerais estratégicos e energéticos situadas em território de nações menos desenvolvidas.

No XIV Congresso da Conferência Mundial de Energia, realizado em Montreal, Canadá, em 1989, a proposição unilateral dos países mais desenvolvidos foi tornada pública. Foi previsto que, na década de 90, ir-se-á investir no Sul, no setor energético, cerca de 100 bilhões de dólares por ano, com o objetivo de resolver os gravíssimos problemas energéticos do Norte. Como o Sul significa, principalmente, as regiões

tropicais úmidas do continente brasileiro, e como esses recursos não estão disponíveis no País, começam a ficar bem mais claras as razões das intensas campanhas de privatização das principais empresas estatais de energia, e de internacionalização ainda maior do que ainda resta de áreas estratégicas em poder do Estado brasileiro. Essa previsão foi confirmada pelo atual presidente norte-americano, Bill Clinton.

A definição de uma estratégia energética nacional tende a orientar o desenvolvimento do modelo econômico por sua influência na expansão de múltiplos setores industriais e na própria organização do espaço e da vida social. O momento histórico em que vivemos, considerando a conjuntura internacional e a nacional, nos impõe responsabilidades de relevante e crucial importância, pois as decisões que a nossa sociedade vier a tomar, definirão, certamente, o futuro do Brasil como nação. Todos os países, brevemente, deverão procurar sua opção energética.

O Brasil, como maior país dos trópicos, é o mais favorecido pela natureza que, graças ao sol, lhe proporciona uma biomassa infinidável. Allen L. Hammond, um dos maiores estudiosos das questões energéticas, autor do livro *O Futuro Energético do Mundo*, previu que o Brasil estava destinado a ser a potência energética mundial, “*se o povo brasileiro assumir a atitude para tanto*”, acrescentou prudentemente. Evidentemente, essa previsão contraria diretamente poderosos interesses externos neocolonialistas.

Fontes renováveis de energia tais como a biomassa, oferecem vantagens substanciais sobre as outras opções existentes. Os processos de biomassa podem ser destinados a produzir sólidos (madeiras e carvão vegetal), líquidos (óleos e álcoois), gases (metano, hidrogênio) ou eletricidade. A biomassa possui a grande vantagem de não ser predadora e de se prestar à produção e ao uso em usinas descentralizadas e autônomas, com suas decorrentes vantagens econômicas, sociais, militares e políticas. Os sistemas de energia biológica estão isentos dos mais terríveis reveses que estão ligados às atuais fontes de energia. Em situação de equilíbrio, as fontes de energia bioló-

gica não contribuirão com mais dióxido de carbono para a atmosfera do que o que retiram através da fotossíntese. A mudança para a conversão da biomassa reduzirá o custo do controle da poluição do ar, uma vez que as matérias-primas contêm menos poluentes do que muitos outros combustíveis. Importante ressaltar que a alcoolquímica é tão ou mais rica, e não requer as grandes estruturas e vultuosos investimentos como os que são necessários à petroquímica. O uso da energia proveniente da biomassa teria impacto ambiental positivo. O Brasil, por ser um país dos trópicos, é a grande nação destinada a ser o maior produtor mundial de energia proveniente da biomassa.

A biomassa, mais que uma simples alternativa energética, pode constituir a base de um adequado modelo de desenvolvimento tecnológico e industrial auto-sustentado, porque é baseado em dados concretos da realidade nacional e na integração do homem a um ambiente econômico em harmonia com seu ambiente natural.

A opção pela biomassa, espacialmente dispersa, levará à reversão do efeito centralizador do atual modelo econômico, e viabilizará uma distribuição mais uniforme da população no território nacional, permitindo, com isso, uma melhor organização econômica, social e política do país.

O Brasil produz, com apenas 12% do seu território, alimentos para mais de 300.000.000 de pessoas. Com apenas 3% do território, teríamos condições de atingir a auto-suficiência em termos de combustíveis líquidos. Nesses 3% poderiam estar incluídas terras pouco produtivas que, contudo, são propícias ao plantio da mandioca, fonte de álcool.

A utilização da biomassa energética insere-se em um contexto de descentralização de poder, de descentralização do desenvolvimento, de ocupação estratégica do território, de aumento da oferta de empregos, de valorização dos recursos disponíveis no espaço geoeconômico do continente brasileiro, de incentivo às iniciativas locais, de abertura de novas perspectivas econômicas para o autodesenvolvimento, de promoção soci-

al, de redução de dependências externas, de democratização e de preservação da soberania nacional. Tudo isso contribuirá, significativamente, para a redução, senão a eliminação da capacidade de domínio dos atuais centros de poder, que só procuram impedir nosso desenvolvimento.

A utilização da biomassa energética pelos países do hemisfério Norte é inviabilizada pela baixa incidência média de energia solar sobre seus territórios e pela carência de grandes extensões territoriais adequadas para esse fim; daí sua dependência de combustível fóssil.

A energia está se tornando rapidamente a variável mais crítica no sistema alimentar do mundo. O uso de energia da biomassa pela agricultura, tornaria o agricultor auto-suficiente na energia necessária às suas atividades, o que traria, como consequência imediata, uma redução dos custos e o aumento da produtividade.

Podemos imaginar quão vantajoso seria se a energia necessária para o transporte pudesse ser produzida pelo próprio município, sem necessidade de dependência de qualquer espécie, e com a grande vantagem de que os investimentos seriam mantidos na própria região.

Inegavelmente, em todos os momentos de crise pelos quais a Nação já passou, as Forças Armadas tiveram papel fundamental em defesa dos interesses nacionais. Daí a necessidade de que elas continuem a participar e, até mesmo, a incentivar a utilização da biomassa como fonte de energia. As Forças Armadas seriam enormemente beneficiadas. Teriam facilidade de combustível em qualquer parte do território nacional. Não dependeriam de logística complexa ou mesmo de importação para que suas viaturas possam estar em condições de operar. Isso proporcionaria condições mais favoráveis para sua operacionalidade, principalmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros e atualmente objeto de interesses estrangeiros.

O professor José Walter Batista Vidal corretamente aponta que a motivação básica para o uso intensivo e extensivo da biomassa energética no Brasil é essencialmente estratégica, inserindo-se em um contexto de dinamização e reorien-

tação da política industrial brasileira, e, através desta, de reformulação, a longo prazo, do próprio modelo nacional de desenvolvimento.

A opção pela biomassa, como fonte de energia, uma solução nacional para as nossas necessidades, deve ter, como alicerces essenciais de mudança, a busca de maior autonomia energética, a redução da dependência tecnológica externa, a ocupação do território nacional pelo povo brasileiro, a descentralização econômica, social e política, a integração nacional pela distribuição regional e social da riqueza e a alteração do modelo de crescimento econômico dependente e perverso para um modelo de desenvolvimento que garanta a autonomia e a soberania nacional.

Uma nação dependente, em seu próprio território, naquilo que lhe é mais estratégico, não tem condições de manter a sua soberania. Tende sim, a ser colonizada ou controlada por nações mais poderosas.

* Coronel Aviador, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra

reito (qualquer que seja), em sua acepção criativa, foi, em última análise, forjado por uma dada classe dominante para propiciar, sobretudo, a manutenção de seus privilégios.

As camadas menos favorecidas, por efeito, não encontrando o necessário e efetivo acesso ao ápice da pirâmide social, por um lado, e desprovidos inúmeros grupos sociais de “desejáveis privilégios” na lei, por outro, é absolutamente lícito concluir, neste diapasão, que expressiva parcela da população, descontente com o Direito vigente, sob o ponto-de-vista sobretudo ideológico, possa almejar, de forma legítima, a construção de um novo Direito que, substituindo-o, outorgue para seus mentores e, especialmente, para o grupo social a que pertencem, os mesmos (ou outros) privilégios que o grupo dominante ostenta com o atual sistema legal.

Por consequência, o problema transcende à restrita órbita jurídica, para encontrar abrigo em considerações no âmbito político, filosófico e até mesmo ideológico, refletindo, em grande medida, a própria utopia que se encontra contida na própria descrição do denominado Direito Alternativo.

Paradoxo Insuperável do Direito Alternativo

Questão interessante sob o tema do chamado Direito Insurgente traduz-se, sobremaneira, pelo insuperável paradoso que ostenta o próprio objetivo do Direito Alternativo, e que pode ser ventilado nos seguintes termos: se, sob determinado prisma,¹ o Direito Insurgente deseja se transformar, em última acepção, no Direito Oficial, encontrando um novo equilíbrio axiológico, com a preponderância de um determinado “justo abstrato” que, direta ou indiretamente, privilegie uma classe social,² quando tal ocorrer, ou seja, tal objetivo finalístico for, por derradeiro, alcançado, simplesmente a mesma sorte de considerações

DIREITO ALTERNATIVO SOB AS ÓTICAS FILOSÓFICAS E JURÍDICA

R. Reis Friede*

E por demais evidente que toda e qualquer crítica ao denominado *Direito Insurgente* (ou Direito Alternativo) limita-se, obrigatoriamente, ao aspecto jurídico da questão, uma vez que, no campo político-filosófico, o Direito Alternativo encontra o seu legítimo espaço de atuação, partindo-se da premissa lógica de que o Di-

1. Que, necessariamente, transcende as fronteiras da ciência jurídica.

2. Porque seria simplesmente impossível prestigiar, de forma equânime, todas as classes sociais.

político-filosóficas, norteadoras da idéia central de se conceber um novo Direito para se contrapor ao existente, novamente se reerguerá, e um novo Direito Insurgente necessariamente surgirá almejando, em última instância, substituir aquele que, rotulado anteriormente como alternativo, passou a ocupar o lugar do Direito Oficial vigente.

Não é por outra razão a efetiva existência, no seio da comunidade jurídica, de veemente repulsa aos ditames básicos do Direito Alternativo, no plano da concepção legislativa, ou mesmo do uso alternativo do Direito, no plano da aplicação normativa), considerando não só a sinérgica utopia da proposta, como, ainda, a próprio e insuperável contradição dialética que a mesma contém em sua inerente estrutura conceitual.

Questões Básicas Relativas à Legitimidade do Magistrado

Outra questão fundamental que deve ser necessariamente incluída na grande discussão a respeito da temática alusiva ao Direito Alternativo cinge-se, especialmente, a considerações basilares sobre a legitimidade do Magistrado.

Nesse sentido, deve ser registrado, de forma categórica, não obstante a opinião de parcela extremamente atuante, ainda que esmagadoramente minoritária, da doutrina, segundo a qual o Julgador deve necessariamente libertar-se das “amarras da lei” para poder, de forma objetiva, alcançar, através de uma abordagem alternativa, o pleno atendimento dos anseios dos jurisdicionados, no sentido de obter a verdadeira justiça na solução de seus conflitos,³ para, em seu lugar, impor uma solução insurgente que resolva a eventual lide de forma subjetivamente “justa”, que o Magistrado não possui, em nenhuma hipó-

tese, a necessária legitimidade política, derivada do voto popular, para respaldar minimamente tal procedimento que, sob essa ótica, não pode deixar de ser reputado como flagrantemente inconstitucional e, inclusive, tipificador de conduta delituosa (art. 319 do CP).

A legitimidade do julgador, é conveniente lembrar, possui feição nitidamente técnica, derivada do particular equilíbrio que foi estabelecido, na maioria das nações ocidentais, com a tripartição funcional dos poderes.

Por outro lado, também deve ser observado que a legitimação do Magistrado, na qualidade de membro do Poder Judiciário, de forma diversa dos demais titulares dos dois outros poderes estatais, se concretiza de maneira complexa, não se completando, em sua inteireza, *a priori*, com a aprovação do candidato ao cargo de juiz, através de concurso público de provas e títulos, ou, excepcionalmente, através do acesso aos tribunais pelos “quintos” ou “terços” constitucionais, necessitando, ao contrário, para a sua plena efetividade, de um processo que se opera reconhecidamente *a posteriori*, com a imprescindível outorga de fundamentação técnico-jurídica baseada no Direito vigente, e não em produção legislativa não autorizada e particular do julgador, a todas as decisões judiciais emanadas pelo mesmo.

Não é por outro motivo, portanto, que não cabe ao Magistrado, em nenhuma hipótese, se contrapor à ordem jurídica vigente, através do reconhecimento de um Direito Insurgente que, simplesmente, desafia o imperativo da ordem jurídica e de seu consequente arcabouço técnico-científico que, em última análise, possui o condão de nortear a sua própria legitimidade técnica.

Por efeito conclusivo, vale consignar que, se, de fato, fosse possível ao juiz negar concreção ao Direito vigente, como desejam os apaixonados pelo tema da alternatividade da ordem jurídica, seria imperativo que o Povo, na qualidade de titular do Poder Constituinte, tivesse, anteriormente, alterado a essência da legitimidade dos juízes, tornando-a inequivocadamente direta e popular, com amplo e sinérgico respaldo político.

3. Devendo, portanto, o juiz, nesse contexto, preferir intencionalmente a lei aplicável ao caso concreto, ou “mandar” às favas as eventuais limitações da lei.

A Descoberta do Justo dentro do Legal

Segundo afirmações freqüentes, o Direito se constitui, em grande parte, no justo objetivo que se contrapõe ao justo subjetivo das partes litigantes.

Assim sendo, não há propriamente nenhuma razão lógica para se buscar o justo fora do âmbito do Direito Oficial, na própria medida em que este fator axiológico sempre se encontra, direta ou indiretamente, contido no espectro maior da ordem jurídica.

Por conseqüência, é exclusivamente através da correta utilização técnica do complexo sistema hermenêutico de interpretação da norma jurídica, e do Direito de modo geral, orientando, por seu turno, uma correta postura do julgador, que se deve buscar a solução justa ao caso concreto, considerando, acima de tudo, que o Direito possui um inegável compromisso com a Justiça, ainda que este não se desenvolva, como desejam alguns, de maneira única e inseparável de outros importantes fatores valorativos que possui toda a sociedade moderna.

"Ouve-se, com freqüência, de alguns aplicadores do direito — magistrados, promotores de justiça, procuradores, advogados — que a solução encontrada para o caso em que fazem atuar o direito pode não ser justa, mas é legal. Justificam, mais, a solução encontrada. Dizem que o direito tem que se preocupar com este último conceito, o da legalidade, e não com aquele primeiro, o da justiça."

"Penso não estar correta, pelo menos em sua integralidade, a posição adotada. Entendo que a razão da existência do Direito é, em grande medida, a obtenção da justiça, ainda que em sua acepção objetiva. Esta é, repito, a sua razão de ser. Direito que não alcança justiça é Direito que não realiza, que vive sem sentido."

"É comum dizerem as pessoas pouco acostumadas aos termos técnicos da Ciência do Direito que 'o Juiz deu razão a este, não dando razão àquele'. Este senso comum do que seja justiça deve ser o indicador do caminho a ser observado quando da aplicação das normas le-

gais, qual seja, o de descobrir-se com quem está a razão abstratamente prevista na lei."

"Ortega e Gasset, ao definir razão, diz que razão, no verdadeiro sentido, é toda ação intelectual que nos põe em contato com a realidade, por meio da qual deparamo-nos com o transcendental."

"A descoberta da realidade, pelo aplicador do Direito, exige o trilhar de caminho certo e seguro, caminho este que passa pela percepção, no meio social em que se insere o julgador, do que seja o justo."

"Recásens Siches estabeleceu a seguinte regra, a ser observada na busca da justiça: 'O juiz deve interpretar sempre a lei de modo e segundo o método que leve à solução mais justa dentre todas as possíveis (e admitidas pelo ordenamento jurídico vigente) inclusive quando o legislador ordene determinado método de interpretação.'

"Evidente que a descoberta do justo não significa, e não pode significar, o abandono das normas legais vigentes, de cumprimento obrigatório. Nada mais democrático do que a existência da dogmática jurídica, garantidora a todos os cidadãos de que seus direitos serão protegidos e assegurados e que os deveres serão exigidos dentro de regras previamente estabelecidas. Claro, então, que a perseguição do justo não é, e nem pode ser, o abandono do legal. A descoberta do justo necessariamente adequado ao legal, tem, até, respaldo constitucional, já que o art. 3º da nossa carta fundamental estabelece que 'constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária'. Dizem Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins que 'a justiça transcende o próprio Direito'. Significa a expressão que o direito tem que estar à disposição da justiça, não a justiça submetida à vontade do Direito."

"Assim, o que se tem é a necessidade do julgador ter sempre em mente o que é justo, e, dentro das normas legais que conhece, buscar, para o caso concreto que tem, a solução legal que seja justa."

"Importante, ainda, na busca da justiça da decisão observar-se a razoabilidade de que deve ser ela portadora. Justa não será a decisão que não seja razoável.

"A razoabilidade tem que ser apurada a partir do sentimento comum de justiça, aquele reinante na sociedade, que necessariamente estará recheado de conceitos éticos, morais, de normas de conduta. Se a decisão judicial escandaliza, causa comoção, não tranquiliza, não harmoniza, é porque falta a ela a razoabilidade.

"Tem José Carlos Barbosa Moreira importante observação, que serve de parâmetro, orientação, para todos aqueles que têm a difícil missão de fazer justiça. Diz ele, ao fixar a atitude do julgador, dentro do processo a ele entregue, que 'o olhar do observador estará voltado,

aí, para os possíveis apartes exteriores, capazes de atuar — de modo benéfico ou maléfico, observe-se de passagem — sobre a realidade processual, que não constitui, nem pode constituir, um recinto isolado, hermético, impermeável no ambiente em que se insere'.

"Entendo, por efeito, que, seguidas essas orientações, estará o julgador adotando postura segura e serena, que o habilitará a descobrir o justo dentro do legal."

(Luciano Vasconcellos in *A Postura do Julgador*, JCB 13.06.1995.)

* Professor da UniRio, mestre e doutor em Direito e Magistrado Federal

RAZÕES COLORIDAS PRA VOCÊ APLICAR NA POUPANÇA-OURO.

O VERDE.

O Banco do Brasil aplica no campo os recursos que capta com a Poupança-Ouro. Investe em projetos agrícolas. Financia o plantio e a irrigação.

Com isso a produção de alimentos aumenta. O País fica mais verde.

E mais laranja, mais abóbora, mais rosa, mais violeta.

O AMARELO.

O seu dinheiro é reajustado monetariamente e rende juros, se valoriza sempre.

E você tem uma garantia que vale ouro. A segurança de 180 anos do Banco do Brasil.

Poupança-Ouro.

Você vai acabar encontrando razões de todas as cores pra aplicar o seu dinheiro.



BANCO DO BRASIL



SUPERPESA

Cia. de Transportes Pesados e Especializados

SUPERPESA

Transportes Marítimos Ltda.

SUPERPESA

Perfurações e Dragagens S.A.

SUPERPESA

Industrial Ltda.

TECNOLOGIA DE PESO.

Não deixe mais que os problemas da sua empresa pesem em seus ombros.

Fique com a maior empresa brasileira de transportes pesados e especializados: o Grupo Superpesa.

Afinal, são 25 anos de trabalho sério e produtivo com cargas inédíveis de grande peso e dimensões, turbinas de grandes hidrelétricas, comportas de barragens, fornos siderúrgicos, equipamentos de refinarias e indústrias pesadas.

Tudo apoiado por uma equipe de peso: mais de 1.200 funcionários, entre técnicos e engenheiros, altamente especializados.

Tecnologia empregada tanto na terra como no mar.

Em terra, uma frota que inclui os maiores cavalos mecânicos do mundo, carretas hidráulicas e o

mais amplo parque de guindastes da América do Sul, com equipamentos para o erguimento de até 600 toneladas.

No mar, o Grupo Superpesa opera com navio próprio "roll-on roll-off" no transporte de cabotagem. Desenvolve ainda um importante trabalho "off shore", com suas balsas guindastes responsáveis pelo lançamento e montagem de mais de 30% dos oleodutos e plataformas de petróleo existentes na costa brasileira.

Além disso, o Grupo Superpesa mantém equipes de mergulhadores para o trabalho em lâminas d'água

de até 300 metros de profundidade, através de sofisticados equipamentos, apoiados por um mini-submarino – o único em uso na América Latina.

Atuação que se estende, hoje, às perfurações petrolíferas e às dragagens.

E, dando apoio às empresas

Superpesa em operação, foi criada a Superpesa Industrial que, com sua caldeiraria pesada e usinagem de precisão, já se faz presente em todo o território brasileiro.

Assim, desenvolvendo tecnologias e aprimorando seu maquinário, dentro de mais de 100.000 m² de área construída, o Grupo Superpesa se constitui num líder em transportes de grandes cargas.

Um nome de peso na solução de grandes problemas.

GRUPO SUPERPESA

Matriz: R. Araújo Porto Alegre, 36/3º e 12º andares.
Rio de Janeiro RJ • CEP 20030 • Tel.: (021) 210-2131.
Telex: (021) 21499 STM.
Filial: São Paulo
Rua Consolação 222 - gr. 503
Tel.: (011) 257-6266



INFORMAÇÕES

A SECA E O PROBLEMA DA ÁGUA NO CEARÁ

O fenômeno de seca não é a falta absoluta de água; é a má distribuição da chuva no tempo e no espaço. Tanto isso é verdade que a Alemanha e a França com índices pluviais de 690mm, não padecem desse fenômeno, apesar de seus quantitativos serem inferiores à média pluvial do Ceará, que é de 750mm.

O Ceará é a única região semi-árida da zona equatorial do planeta, não é como muitos pensam uma região tropical. No estado, existe um conflito violento entre o clima (com má distribuição de chuva) e a meteorologia (com espasmos meteorológicos). Nele, o sertão se despeja no mar, não existindo Zona da Mata e Agreste, e a vegetação da caatinga e siridó, no Polígono da Seca, é semelhante às estepes da África Shaliana do ponto de vista florístico, onde elas são a última forma biofísica antes do deserto.

Existem dois modelos de avaliação de clima e de tempo, que são: o Modelo Estatístico e o Modelo Geofísico. O primeiro busca, à luz da história, projetar o ciclo das secas e das chuvas; o segundo procura, na conjuntura presente e real de cada região, o comportamento integrado do clima com outras ciências, identificando a sua unidade, bem assim o equilíbrio e o desequilíbrio do processo meteorológico, procurando relacionar causas e efeitos, coincidências ou correlações significativas, dentro de uma cosmovisão.

No modelo geofísico integrado para a Zona do Polígono da Seca, é utilizada a interconexão de

vários fenômenos, não só meteorológicos e climáticos, mas também astronômicos, oceanográficos, pedológicos (solo) e botânicos (vegetação). Para tanto, usamos vinte e dois indicadores, dentre os quais destacamos os seguintes: 1) Zona de Convergência Intertropical; 2) As quatro correntes marítimas da América do Sul (Guianas, Rio de Janeiro, Malvinas, El Niño e de Humboldt); 3) Equador Hietal; 4) Equador Térmico; 5) Equador Magnético; 6) Isóteras; 7) Isoquímicas; 8) Centro de Pressão dos Açores; 9) Centro Ciclonal de Santa Helena, Gough e Tristão da Cunha; 10) Passagem do Equinócio, etc. O importante é localizar as coordenadas astronômicas e geográficas desses fatos e fenômenos, identificando, em cada ano, a prioridade de sua hierarquia. Assim, pôde ser estudada a variação e a hierarquia dos fenômenos para cada um dos anos abaixo:

1992 — Seca — Atuação: El Niño e as Convergências da Corrente das Malvinas;

1993 — Grande Seca — Atuação: Zona de Convergência Intertropical e descidas expressivas das Isóteras para o Sul;

1994 — Chuva — Atuação: Destrução do Anticiclone Quente dos Açores, Centro Ciclonal de Santa Helena se deslocando para o Leste e Zona de Convergência Intertropical situando a mais de quatro graus (4°) de latitude Sul;

1995 — Seca e Chuvas Medianas — Atuação: Equador Térmico na latitude do Equador Geográfico, Equador Hietal descendo para o Sul, Zona de Convergência Intertropical a mais de um grau (1°) de latitude Norte e a Corrente do El Niño e das Malvinas com fortes atuações. Teremos chuvas medianas no Vale do Cariri, na Serra Grande e no Litoral, e Seca no resto do Estado,

notadamente, na Macroregião de Irauçuba e regiões adjacentes, Sertão Central e Médio Jaguaribe.

Não se pode, através de uma visão compartmentada, projetar uma quadra estacional. Tanto isso é verdade, que o maior “inverno” do Ceará, em 1924, ocorreu apesar da presença do El Niño no Pacífico, assim, como, nos anos de 1926, 1940 e 1976.

As diferenças entre o semi-árido equatorial e o semi-árido temperado são: no semi-árido equatorial tem-se apenas uma (1) fonte de água, a chuva, visto que apresenta uma alta insolação, onde a evaporação e evapotranspiração absorve 92% das águas caídas (dos 113 bilhões m³ de chuva, só são aproveitados 8%, ou seja, 9 bilhões de m³); no semi-árido temperado, há quatro fontes de água; o granizo, a nevada, a geada e as chuvas, e são aproveitadas de 53% a 60% das águas de seu ciclo hidrológico.

Tanto para previsão como para o combate à seca, não se aplica a visão compartmentada dos fenômenos, mas sim integrada, visto que ela é um fenômeno geofísico integrado, que transcende o clima e a meteorologia, envolvendo pois, fatores astronômicos, oceanográficos, pedológicos, botânicos etc.

As principais medidas geofísicas concorrentes do combate à seca são comentadas, a seguir:

• Solução Florestal (Reflorestamento) — Sabemos que a vegetação retém 30% de nossas chuvas. Por isso mesmo ela é fundamental para minorar as irregularidades de nossas precipitações pluviais. Ela age ainda como um regulador térmico, minorando as temperaturas e aumentando a umidade relativa do ar. Impede ainda o assoreamento, em 20%, dos nossos rios e açudes. Protege também os mananciais de fontes de água. Daí porque devemos incentivar a vegetação galeria ao longo dos nossos rios e açudes.

• Solução Hidráulica — Através de

açudagem, irrigação, poços e utilização das águas do subsolo. Há necessidade de se transformar o Ceará numa Finlândia Brasileira (país dos mil lagos), buscando reter a água em pequenos e médios açudes, com distribuição esparsa, a fim de evitar a grande demanda para o Mar. Por outro lado, há necessidade imperiosa de se aplicar a Irrigação por gotejamento, tendo em vista a natureza de nossa história geológica e geomorfológica (grande transgressões e regressões marinhas), evitando, portanto, a salinização de nossos solos. A irrigação clássica utilizada em certos países não pode em absoluto ser utilizada no Ceará. Tanto isso é verdade, que, no Egito, depois da Represa de Assuã, por não se respeitar um planejamento integrado para o seu substrato físico, elevou aquele país a salinização de seus solos, a baixa fertilização de suas vazantes agrícolas e a redução da produção de seus peixes. Por outro lado, torna-se necessário o levantamento, não só por sensoriamento remoto, mas também com fotografias pancromáticas, melhor conhecimento de nossa tectônica, para identificação das falhas e fissuras do nosso solo, e um aproveitamento mais nacional das águas de nossos poços e de nosso subsolo.

• Transposição de Bacias Hidrográficas — O Brasil é um país privilegiado, no que tange à interligação de bacias hidrográficas por acidentes naturais. A Bacia do Amazonas se interliga com a Bacia do Orenoco através do Canal de Cassiquiare. Por outro lado, a Bacia do São Francisco se liga naturalmente com a de Tocantins através do Rio Grande, Rio Preto e Rio Sapão, cujos afluentes franciscanos abrem caminhos para a Bacia de Tocantins, através da Lagoa do Varedão, Rio Sono, Lagoa do Jalapão e Rio Preto, tributários da Bacia do Tocantins. Donde se conclui que o interfluxo da Bacia do Tocantins como o São Francisco, uma simples obra de aprofundamento das duas citadas lagoas, vão permitir um aumento de fluxo de água para o São Francisco não prejudicando o bom funcionamento das hidrelétricas de Paulo Afonso e Xingó. Quan-

to a interligação das baixas do São Francisco e do Jaguaribe poderá ser feita através de dois (2) subsistemas. Um é o Riacho Jardim, Riacho dos Porcos e Rio Salgado, derivando para os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Essa alternativa, embora de maior abrangência geopolítica (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), não atinge o Açude Orós, visto que o Rio Salgado, tributário do Jaguaribe, só vai encontrar esse rio depois de Orós. Outro é o do Riacho Cariús-Bastiões. Esse segundo subsistema percorre a região mais seca do Estado do Ceará, e leva suas águas para alimentar o Aúde Orós.

• **Nucleação Artificial** — Devemos incentivar o programa de nucleação artificial, em nuvens quentes do equador, com cloreto de sódio, técnica utilizada pelo cientista Dr. João Ramos, que, pesquisando nossas nuvens quentes, substituiu a nucleação de iodeto de prata e gelo seco, utilizado nas zonas temperadas e subtropicais, com um *know-how* específico de nossa geofísica.

• **Solução Conservadorista** — Consiste em um aproveitamento racional e disciplinado das águas e do solo. No Brasil se perde, a cada ano 600 milhões de toneladas de solo agrícola, isto é, cerca de 300.000 hectares. No Ceará perdem-se aproximadamente 0,5% das áreas cultivadas, pelo uso inadequado da agricultura.

• **Solução Ecológica** — Há necessidade imperiosa do cultivo de Plantas Xenófilas, com o fim de preservar os ecossistemas semi-áridos, tendo em vista o papel que eles têm na interface ativa em relação ao meio x atmosfera, para a regularização do ciclo hidrológico e a proteção dos mananciais.

Como conclusão destaca-se que, embora a seca seja de origem geofísica, sua solução é de natureza geopolítica, visto que depende do arbítrio político da autoridade, sobretudo federal. Tanto isso é verdade, que desde a criação do antigo IFOCS até hoje, o Governo federal investiu

no semi-árido cearense quantitativos 800 vezes menor do que em obras, sulistas, como a Ponte Rio—Niterói, o metrô do Rio de Janeiro ou mesmo o de São Paulo. Como vemos, o combate à seca depende exclusivamente de uma decisão política.

Caio Lóssio Botelho, Engenheiro Geógrafo,
Presidente da Academia Cearense de Ciências

A GUERRILHA RURAL MARXISTA-LENINISTA NO BRASIL — UMA SÍNTSESE (1965-1974)

Nos auros anos da subversão comunista no Brasil, quando as Forças Armadas tiveram que se estruturar e adaptar para impedir que os adeptos do marxismo-leninismo conseguissem alcançar seu objetivo de implantar no Brasil um regime dessa natureza ideológica, vários fatos caracterizaram as ações dos militares da esquerda. Dentre tais fatos destacam-se as tentativas de desencadeamento de guerrilha rural.

Elas têm início em 1965, quando o Coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, que se encontrava asilado na República Oriental do Uruguai, decide tomar a iniciativa. Contando com 500 a 800 dólares, recebidos do ex-presidente João Goulart, convoca alguns aliados e penetra no Rio Grande do Sul, atingindo Três Passos, onde domina um pequeno destacamento da Brigada Militar e se dirige para o norte. A rápida resposta das forças legais e a fraqueza do efetivo do mencionado militar eliminam prontamente a ameaça. (Veja-se a entrevista do jornalista Flávio Távares concedida a Marcos Faerman).

Em minuciosas reportagens publicadas nas edições dos dias 5, 6, 7, 8 e 9 de fevereiro de 1980, o jornal *O Estado de São Paulo* analisa em profundidade o episódio conhecido como a "Guerrilha de Caparaó". A mesma teve início em 26 de novembro de 1966, no alto da Serra de Caparaó, com 14 homens armados que se definiam "revolucionários e marxistas-leministas". Em 31 de março de 1967, o 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) prendeu oito "guerrilheiros", sendo sete ex-militares com os direitos cassados e um civil. No dia 7 de abril de 1967, tem início a participação das Forças Armadas e durante quinze dias, militares do Exército, da Força Aérea Brasileira e da PMMG desenvolveram ações que resultaram no completo desbaratamento da tentativa guerrilheira, com a prisão de um total de dezesseis "guerrilheiros".

Mas tais fracassos não foram suficientes para desestimular as tentativas de implantação de uma guerrilha rural.

No Estado do Rio de Janeiro, por mais de uma vez, procuraram os subversivos criar condições para o início desse tipo de guerrilha. Os fatos mais significativos foram os relatados a seguir.

Em 24 de maio de 1963, teve-se conhecimento da criação de um "aparelho rural" em Papucaia, área rural de Magé. Estava em estado embrionário e uma rápida ação das forças de segurança permitiu sua eliminação.

Em 25 de março de 1970, tem-se o primeiro conhecimento da existência de um aparelho rural na região limitada por Cava, Tinguá, Taboleiro, Chapéu de Sol, FNM, REDUC e, ao sul, pelo canal do Sarapuí. A localização desse "aparelho rural" exigiu bastante empenho, inclusive o reconhecimento aéreo efetuado com aeronave civil, para não levantar suspeitas. Entre 10 e 11 de abril, o "aparelho" foi localizado e a operação para sua eliminação foi um completo êxito, graças ao planejamento meticoloso e rapidez com que foi realizada. Esse "aparelho rural" satisfazia às seguintes condições para sua criação: a área

era de difícil acesso, com tradição de lutas reivindicatórias e problemas sociais latentes, com ou em litígio; era próxima de aglomerados humanos, não obstante ser de difícil acesso, para permitir o apoio à guerrilha urbana, o que havia sido imposto, para servir de área de homizô, apoio logístico, contatos e recrutamento; tinha sido adquirida por "mascaramento" de compra legal ou título de posse; e permitia a instalação de militantes com suas famílias para mascarar a ação, através da prática da lavoura, ao mesmo tempo em que eram implementadas as medidas de um sistema de segurança, estocados material, equipamento e armamento, e era adquirida a confiança dos posseiros e lavradores da região.

Pela primeira vez, verificou-se que o sistema de segurança apresentava três níveis ou limites bem definidos: **segurança afastada** por agentes e componentes dos "aparelhos urbanos" na área circundante; **segurança aproximada**, feita por homens da região, militantes ou não, mas ligados ao local pelos mais diversos interesses; e **segurança imediata**, feita por militantes destinados a evitar a aproximação de estranhos, incluindo o uso de equipamentos eletrônicos de alerta.

Em outubro de 1969, tem início mais uma ação ligada ao movimento de guerrilha rural e que irá se prolongar até o dia 31 de maio do mesmo ano. Tratou-se da organização de uma área de treinamento de guerrilhas, no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. Não é objetivo do presente trabalho realizar um estudo pormenorizado dos fatos ocorridos, mesmo porque o assunto já tem sido amplamente explorado pela imprensa. Para aqueles que, desde agora, desejem melhor conhecer os acontecimentos são indicadas as seguintes publicações: revista *Veja*, edição de 6 de setembro de 1978; jornais *Folha de São Paulo*, edição de 27 de agosto de 1979; e *Coojornal*, Ano V, nº 50, de fevereiro de 1980, o qual analisa o problema em profundidade.

Documentos oficiais das Forças Armadas, por razões óbvias, não serão utilizados no pre-

sente trabalho. Valemo-nos, então, do que disse o ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário Jacob Gorender em seu livro *Combate nos Traves — A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. No capítulo intitulado “Imersão geral na luta armada” diz Gorender: “A virada geral no sentido da luta armada deu urgência ao compromisso de deslanche da guerrilha rural. Essa era a tarefa estratégica, ao passo que as ações urbanas não tinham mais do que função tática. A ALN (Aliança Nacional Libertadora) saiu na frente e anunciou que 1969 ia ser o ano da guerrilha rural.”

A VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) sob a direção do ex-Capitão do Exército Carlos Lamarca tomou a decisão de organizar uma área de treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira. Nessa área, seria realizado o trabalho político e de treinamento militar, pois, como diz Jacob Gorender, “considerava-se que o treinamento no próprio País tornaria mais fácil a adaptação do combatente ao meio social e geográfico em que ia atuar e, demais disso, evitava-se a dependência de compromissos externos. Uma vez treinados na escola do Vale do Ribeira, os guerrilheiros seriam deslocados para fazendas já compradas, no Maranhão e no Rio Grande do Sul, destinadas à preparação de futuras bases de irradiação da luta armada no campo”.

Outro livro que aborda o episódio em questão sob a ótica das esquerdas de então é *A Esquerda Armada no Brasil 1967/1971*, de Antônio Caso, Prêmio Testemunho 1973 da Casa de Las Américas, Havana, Cuba. Em sua parte 3 — “O Segundo Degrau — A Guerrilha Rural” quatro militante da esquerda, participantes dos acontecimentos, entre eles o próprio Carlos Lamarca, dão seus testemunhos. Na área encontravam-se, segundo diz Lamarca, dezessete elementos, dos quais quatro foram feitos prisioneiros, tendo os demais escapado ao cerco das forças legais. Como é do conhecimento geral, pouco mais de um ano

após das ações no Vale do Ribeira, foi detetada a presença de Carlos Lamarca no interior da Bahia, sendo realizada uma operação que culminou na sua morte e de seu acompanhante, no dia 17 de setembro de 1971, operação essameticulosamente descrita no número do *Coojornal* mencionado anteriormente e nas edições de 15, 16, 17 e 18 de setembro de 1981, de *O Estado de São Paulo*, em reportagens de Ayrton Baffa com fotos de Iarli Goulart.

Foi, entretanto, a tentativa de implantar uma guerrilha rural no Vale do Araguaia e que é geralmente referida como a guerrilha do Araguaia a que mais tempo e esforços exigiu para ser debelada. Sua origem remonta ao dia de Natal de 1967, quando os futuros guerrilheiros, em número de dez, pelos Rios Tocantins e Araguaia e pela rodovia Belém—Brasília, chegam ao local e passam a criar as condições para a vinda de outros elementos, em 1970 e 1971. Os militantes, cujo número máximo chegou a sessenta e nove, eram elementos do Partido Comunista do Brasil, vários dos quais haviam recebido treinamento militar na República Popular da China.

A guerrilha chegou a ter uma organização que pode ser assim sumarizada: Bureau Político; Comissão Militar; Destacamentos A - B - C e Grupos.

Para aqueles que não têm acesso aos documentos oficiais das Forças Armadas e que desejem maior aprofundamento no assunto, indique-se, com as reservas naturais, as seguintes publicações: revista *Isto É*, de 6 de setembro de 1978; revista *Veja*, a mesma data; revista *Isto É*, de 4 de setembro de 1985; e *História Imediata*, de 1º de agosto de 1978.

Vale ressaltar que a reportagem da revista *Veja* parece ter sido fundamentada, em grande parte, em um livreto editado em Portugal sobre a Guerrilha do Araguaia, o qual, por sua vez, estaria calcado em um documento de autocritica do Partido Comunista do Brasil (PC do B) denominado “Gloriosa Jornada de Luta”, de setembro de 1976. Mesmo assim, o PC do B não quis de-

clarar que o movimento havia sido aniquilado, e sim que havia uma dispersão temporária dos combatentes (ver Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, página 212).

Reitera-se, aqui, a intenção de não confrontar dados de documentos oficiais com os dados colhidos em publicações, jornais e revistas, muito embora se tenham indicado aspectos de notória veracidade. De igual forma, procurou-se limitar, ao máximo, a citação de nomes de participantes, sendo feitas as menções estritamente necessárias.

A experiência adquirida pelas Forças Armadas brasileiras, particularmente pelo Exército e pela Força Aérea, no combate às tentativas de realização de guerrilha rural no Brasil proporciona valiosos ensinamentos que devem ser preservados.

Não podemos esquecer, jamais, os aspectos que favorecem as tentativas de implantação de uma guerrilha rural, que a seguir ressaltamos:

- **De ordem fisiográfica:** a existência de mata densa que proporcione caça fácil, refúgios seguros, água abundante e que seja tenuamente humanizada nas cercanias, se possível isenta de doenças endêmicas, localizada em região de difícil acesso, deficiente em comunicações com os centros administrativos a que estiver subordinada, e situada, se possível, nos limites de jurisdição política e militar; a existência de atividades agrícolas em sua periferia e de uma rarefeita rede de estradas ou caminhos; e que seja afastada dos centros do poder.

- **De ordem política:** a existência de um clima político no país que facilite a criação de um clima favorável às reações contrárias ao governo. São fatores da área política favoráveis às tentativas de implantação de guerrilhas; a infiltração de elementos em cargos de direção; a corrupção sob todas as formas; a falta de autoridade; a liberalidade por parte do governo no trato de assuntos de segurança interna e, em particular, das forças militares; e a inéquação das

leis destinadas à preservação do regime democrático.

- **De ordem econômica:** a existência de área em que a atividade econômica principal seja de natureza agrícola primária e que dependa de incentivos, transportes e assistência técnica — restringindo-se, a atividade agrícola, à lavoura de subsistência — e onde existam problemas de grilagem de terras, exploração do trabalho humano e latifúndios inexplorados, tudo isso provocando intranqüilidade e insatisfação contra as autoridades governamentais.

- **De ordem psicossocial:** a existência de área caracterizada pela falta, ou deficiência acentuada, de condições sanitárias adequadas, de assistência médico-hospitalar, de escolas, de transporte e de assistência previdencial.

Em resumo, em nosso País existem numerosas áreas cujas características fisiográficas facilitam as tentativas de implantação de guerrilhas rurais. Mas, se as autoridades governamentais eliminarem os aspectos de ordem política, econômica e psicossocial, criando um clima de ordem, de segurança e de paz social jamais teremos que enfrentar novos surtos guerrilheiros.

General-de-Exército Reformado Sebastião José
Ramos de Castro

NA TERCEIRA ONDA

O Brasil tem um verdadeiro tesouro nas areias das praias do norte dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Pouco se fala, mas o País detém a segunda reserva mundial de terras raras (depois da China), que não são exatamente terras, mas metais estratégicos indispensáveis à produção de uma vasta gama de produtos microeletrônicos e produtos de alta

tecnologia, que vão dos catalizadores, aos tubos de imagem de televisão, passando pelos magnetos dos carros experimentais, fibras óticas, telefones celulares e supercondutores.

Nas areias ricas em monazita, retiradas da praia de Buena, no litoral norte do Rio de Janeiro, existem metais com nomes estranhos, como érbio, európio, óxido de neomídio, cério e outros mais, que permitem a conexão do Brasil com os países que vivem a chamada terceira onda tecnológica. O fato merece atenção.

A riqueza bruta das areias não é o suficiente: as terras raras só adquirem valor quando as dezenas de elementos que as compõem são separadas e transformadas. A tecnologia desse processo é mantida em segredo por um número reduzido de países desenvolvidos.

A boa nova é que a estatal Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) se prepara para produzir óxidos de terras raras dentro de dois anos. O Instituto de Energia Nuclear (IEN), que funciona no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, já separa em laboratório as chamadas terras raras pesadas, as que têm maior número de partículas atômicas em seu núcleo.

A significação econômica desses metais é extraordinária. Tomemos, por exemplo, o samário de alta pureza: ele compõe os minúsculos superímãs, mais leves e potentes do que os convencionais, com largo uso na miniaturização dos equipamentos eletrônicos — da indústria aerospacial aos componentes de computadores.

Significa dizer: os países tecnologicamente mais sofisticados, mas desprovidos dessas matérias-primas, como o Japão, serão parceiros inevitáveis no próximo milênio. Agregar valor a essas terras raras é trabalhar para a inserção do Brasil na vanguarda do processo de globalização da economia.

A pedido da INB, técnicos da Universidade do Norte Fluminense (Uenf) conseguiram separar os diversos elementos que compõem as terras raras e trabalham agora para tornar a proeza viável em escala industrial. Como disse o assessor de Segurança, Qualidade e Meio Ambiente da

INB, "existe uma demanda gigantesca desses produtos e quem produzi-los estará anos-luz à frente".

O desafio está lançado.

Editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 09.11.1995.

ÍNDIOS PRÉ-COLOMBIANOS DESTRUÍAM MEIO AMBIENTE

Estudo derruba mito de integração harmônica com a natureza

Quando Francisco Pizarro conquistou o Peru em 1533, acabando com uma das três grandes civilizações pré-colombianas, não só a pólvora e o cavalo foram decisivos para a derrocada do Império Inca. Um estudo de botânicos ingleses revela que mais de 3 mil de anos de devastação nas encostas da Cordilheira dos Andes contribuíram para a decadência dos índios que domesticaram a batata e, mesmo sem escrita, desenvolveram um sofisticado sistema estatístico para controlar o seu vasto império, que se estendia do Sul da Colômbia até onde hoje fica a cidade de Concepción, no Centro do Chile.

O projeto dirigido pelo professor Alex Chepstow-Lacy, do Departamento de Botânica da Universidade de Cambridge, está mostrando que a destruição da natureza, a extinção de espécies animais e vegetais e a poluição são marcas de uma trilha de devastação deixada pelo *homo sapiens* desde que saiu da África 100 mil anos atrás. Ajuda assim a destruir a imagem idílica do bom selvagem e do homem primitivo como um ser perfeitamente integrado, vivendo em harmonia com a natureza. Talvez apenas não tivesse o poderio tecnológico do homem moderno.

A pesquisa está examinando o pólen no solo da cidade de Marcacocha, próxima à fortaleza

de Ollantaytambo, último foco da resistência inca, só dominado no século XVII, e a geleira de Quelccaya. "O homem chegou à América do Sul há mais de 10 mil anos", disse o professor Chepstow-Lacy ao jornal inglês *The Observer*. "Quatro mil anos atrás os camponeses tinham desmatado totalmente as encostas das montanhas para plantar tubérculos como batatas e cereais como a quinua, usada para fazer pão."

Há 2 mil anos uma onda de frio arrasou as plantações, causando uma erosão do solo que provocou um êxodo em massa do Andes. Por volta do ano 1200 o clima melhorou e os índios voltaram, criando sociedades agrárias unificadas pelo Império Inca. Por volta de 1500, o clima voltou a esfriar, causando novas quebras de safras. Quando Pizarro chegou com seu bando de menos de 200 aventureiros, os incas estavam abalados pela crise de alimentos. Isto dificultou sua resistência. Os espanhóis derrubaram então as árvores que os incas haviam replantado, destruindo de vez o meio ambiente andino.

Não é o único exemplo sequer na América. Os maias, outra grande civilização pré-colombiana que floresceu na América Central e no Sul

do México, atingindo o apogeu entre os anos 400 e 900, também entraram em decadência sem que nenhum inimigo os atacasse. Dominando a matemática e a astronomia, eles construíram pirâmides e produziram uma requintada arte ornamental nas montanhas centro-americanas e numa planície coberta por uma luxuriante floresta tropical úmida semelhante à amazônica. Mas sua agricultura era primitiva e tudo indica que a queda na produção de alimentos levou à desintegração social.

Da mesma forma, na América do Norte, as pradarias onde vivem manadas de búfalos seriam uma área de florestas derrubadas pelos índios. O povo clóvis, formado por valentes caçadores descendentes dos primeiros seres humanos que cruzaram o Estreito de Bering, erradicaram 75 espécies de grandes mamíferos, inclusive mamutes e mastodontes.

Matéria assinada por Nelson Franco Jobim, correspondente do *Jornal do Brasil*, publicada na edição de 20.11.1995 desse veículo da imprensa.



**Seja assinante das
revistas militares da
Biblioteca do Exército
(021) 253-4627**



LIVROS

MEDEIROS, Laudelino T. *A Pacificação da Revolução de 93* (P. Alegre, Gráf. La Salle, 1993)

Sob o título acima, o autor, em oportuna e meticulosa pesquisa em fontes primárias, a maioria inéditas, estuda a "Paz de Pelotas", de 23 de agosto de 1895, que pôs fim à Guerra Civil (1893-1895) na Região Sul. O autor faz justiça a Floriano Peixoto, ao historiar as três tentativas sinceras por ele feitas, dentro da Constituição, para evitar que a Guerra Civil estourasse: a primeira com o Dr. Gaspar Silveira Martins e com republicanos dissidentes gaúchos; a segunda através de emissários ao Rio Grande, o então Major José Caetano de Farias, futuro e brilhante Ministro da Guerra durante a Primeira Guerra Mundial e, a terceira, através do General João Telles, com vivência na guarnição de Bagé, e com o General Honorário Joca Tavares.

A última delas foi marcada, ao seu final, por uma grande tragédia para os negociadores, envolvendo as famílias Silva Telles e Silva Tavares, em decorrência da descoberta da trama revolucionária em curso. A prisão, em Porto Alegre, do Coronel GN Facundo Silva Tavares, um dos envolvidos na trama pelo Major Pantaleão Teles, sobrinho do General João Telles, resultou na morte de dois filhos do prisioneiro, e na perda da razão de sua esposa, além de ferimentos no Major Pantaleão, que acabava de assumir o comando da Brigada Militar do RGS, recém-criada. O General João Telles que, três meses mais tarde estaria no comando das forças que combatiam a Guerra Civil, teria passado, de Bagé, um telegrama ao Marechal Floriano, cuja autenticidade é discutível. Sua fidedignidade não resiste a heurística e a integridade é inexistente, por possuir mensagem cifrada ao final, cujo teor tem resistido a tentativas de especialistas brasileiros, aos quais tem sido submetida. De tudo, a impressão que se tem é que o General João Teles, constran-

gido em Bagé, utilizou um texto claro que agrada os federalistas e, na cifra, transmitiu a realidade a Floriano.

De igual forma como procedemos em *A História da 3ª RM* (POA, 1995, 2v) ao colocarmos dúvidas justificadas na fidedignidade do documento citado, o autor de *A Pacificação da Revolução de 93* estranha também e rebate certos pontos do citado telegrama que têm sido muito usados por escritores federalistas como verdade incontestável. O documento lembra, de certa forma, outro forjado e tido como ofício do Barão de Caxias ao Coronel Chico Pedro, ou Moringue, que atribui a derrota de Canabarro, sofrida em Porongas, como uma traição deste à causa farroupilha. Tal injustiça só agora foi rebatida pelo historiador santanense Ivo Caggiani, em livro que foi objeto de análise nossa, no artigo: 'Canabarro filho adotivo de Santana.' (*A Platéia*, Santana, 24 de agosto de 1995).

No telegrama do General João Telles teria sido proposto a Floriano uma violação da Constituição e do princípio federativo nela consagrado, qual seja intervir no Rio Grande. Igual proposta lhe foi feita também por seu ministro Almirante Custódio de Mello, líder pivô da renúncia do Marechal Deodoro à presidência. O pretexto de haver este dado um golpe em 3 de novembro de 1891, foi a causa de toda a tragédia grega que envolveu a Região Sul, na Guerra Civil 1893-1895. Tal proposta, recusada pelo presidente Marechal Floriano, seguida de renúncia do seu ministro foi feita nos seguintes termos: "*O Poder Executivo deve lançar mão de meios extraordinários, mesmo fora da lei para, a todo o transe, conseguir a paz.*"

No Congresso, a quem caberia resolver o impasse, a questão da paz permaneceu engessada em duas posições conflitantes, sem que se chegassem a consenso. A primeira posição defendia trabalhar pela paz até o ponto de invadir a auto-

nomia dos estados, ferindo a Constituição do Rio Grande do Sul e atentando contra os direitos do Poder Público desse estado; a segunda, trabalhar por uma paz honrosa para o povo brasileiro que respeitasse e prestigiasse a autoridade e os princípios da Federação.

As vésperas da Paz, os revolucionários apresentaram três condições para cumpri-la, sendo que a segunda consistia na "reconstituição do Estado do Rio Grande do Sul em acordo com a Constituição Federal". Essa condição foi recusada pelo presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, nos seguintes termos:

"Não pode ser aceita esta condição. O Governo federal não assume e nem pode assumir o compromisso de intervir na reconstituição do Estado do Rio Grande do Sul. Pois o único poder para reconstituir um Estado reformando a sua Constituição é o Poder Constituinte, sem intervenção de autoridade estranha. O Rio Grande do Sul é um estado constituído. Se a Constituição do Rio Grande do Sul incide nas disposições dos artigos 6º parágrafos 2 e 63 da Constituição Federal, só ao Congresso Nacional compete resolver. Porém este só poderá ocupar-se deste assunto e resolvê-lo como entender em sua Sabedoria, ou por iniciativa de um de seus membros ou por meio de petição ou representação de interessados, mas não por exigência de rebeldes, que indicam o sentido em que deve ser tomada a deliberação, como condição para deporem as armas e submeterem-se ao domínio da lei" (Transcrito pelo autor p. 57).

A missão de pacificação, dificílima e delicada, foi confiada ao General-de-Divisão Inocêncio Galvão de Queiroz, cumulativamente com o comando das forças do Exército e outras combatendo a Guerra Civil, no que hoje se constitui a 3ª Região Militar.

Para fugir a tentativas de monitoração pelo governo do estado estabeleceu seu quartel-general em Pelotas. Agiu plenipotenciariamente, descumprindo instruções alheias à realidade. E cumpriu muito bem sua difícil missão a nível estratégico, como conclui o autor, em análise isenta. E sua bem-sucedida atuação pouparou muitas vidas, concluiu.

É mais um brilhante serviço à História do Brasil que presta o Professor Laudelino Medeiros,

autor do excelente livro *A Escola Militar de Porto Alegre — 1853-1911*. Seu trabalho é isento, calcado em fontes primárias a nível nacional. Cumpriu muito bem sua função social de historiador de, com a verdade, iluminar com segurança a caminhada da posteridade da Região Sul. Não se ocupou ele de enredar rastros e alimentar discussões estéreis sobre um passado irremediável, do qual só se pode extrair lições, na forma de erros cometidos nessa cruel Guerra Civil, a mais cruel de todas. Nela, os excessos foram réciprocos. Por isso, foi apodada de Revolução de Bárbaros, Maldita, da Degola, dos Fuzilamentos e, agora, da Mentira. Seus excessos foram extremados nos massacres do Cadeado, Rio Negro e Boi Preto e nos fuzilamentos sumários no Paraná e em Santa Catarina.

O passado não tem remédio. Resta, no caso, tirar-se dele as lições que sugere, particularmente dentro das novas dimensões da História Militar, que procura isolar os fatores desencadeadores de conflitos bélicos, para que, colocados à disposição de estadistas, permita evitar que outros conflitos bélicos ocorram. E, nesse ponto, fracassaram as lideranças da época.

Está de parabéns o historiador Laudelino Medeiros, pelo precioso legado à posteridade que constituiu sua obra. Resta aos historiadores, como exercício de crítica interna e externa de documentos, submeterem à Heurística, quanto à autenticidade, fidedignidade e integridade, o telegrama urgentíssimo-reservado, s/nº, expedido da Estação de Bagé, em 2 de novembro de 1892, pelo General João Telles ao Marechal Floriano Peixoto, contendo, ao final, uma mensagem cifrada, cujo texto em claro é desconhecido, e sua cifra tem resistido à criptografia. Só assim ele poderá ser usado como documento confiável, bem como os textos dos escritores que dele se têm valido como reflexo da verdade. E, se amantes da verdade, reformularem as conclusões que ele tenha sugerido.

Coronel Claudio Moreira Bento, presidente
do Instituto de História e Tradições
do Rio Grande do Sul



DESTAQUES DA IMPRENSA

PIOR SEM ELA

O presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou ontem na ONU a tese brasileira de ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança, do qual, 50 anos redondos depois de sua fundação, apenas cinco (EUA, Rússia, França, Inglaterra e China) têm assento com direito de voto. O Brasil deseja que a organização mundial seja "mais forte e mais ativa", mas o presidente brasileiro lembrou que no início ela era integrada por apenas 51 países e atualmente este número se ampliou para 185, da mesma forma que a configuração mundial mudou também de aspecto, propondo novos desafios.

Já o presidente Clinton, domingo, propôs outro tipo de mudança: que a ONU ajude contra o terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas e contrabando nuclear, ameaças que, segundo ele, "prejudicam a tendência global de paz e liberdade" no mundo pós-Guerra Fria. Aparentemente, os dois discursos caminham em sentidos opostos, mas ambos na verdade fazem parte de contexto ainda não devidamente claro: saber qual é a nova ordem mundial, preconizada pelo presidente Bush, em 1991, quando a ONU (leia-se EUA) derrotou o Iraque na Guerra do Golfo.

Naquele ano, havia recursos para a cruzada contra Saddam Hussein. Hoje, a ONU enfrenta dificuldades financeiras que tolhem seus movimentos. O Brasil de fato vive a situação incômoda de ser o 10º maior contribuinte para a manutenção da ONU, mas não tem influência política em suas decisões. Por isto almeja ser o representante permanente do Terceiro Mundo no Conse-

lho de Segurança, aspiração para a qual tem já o apoio de 113 países.

"Ou ficamos com a ONU ou então é a lei da selva", disse ano passado o representante inglês, vocalizando a sensação de que, se a ONU é ruim, pior sem ela. A ONU vem fracassando em sua mais importante tarefa depois da Guerra Fria: manter a paz, num mundo que ficou sem o equilíbrio de duas superpotências. No entanto, nenhuma outra organização seria capaz de executar tal tarefa. Este é o paradoxo.

Antes da queda do Muro de Berlim, em 1989, cada um dos dois impérios fazia reinar a ordem em suas províncias, mesmo permitindo algumas guerras menores na periferia. A ONU percebeu que apagar o fogo nos quatro cantos do planeta está acima de suas forças. Lançada em conflitos violentos, encarregada de apartar inimigos armados, sentiu-se desarmada. Na prática, os *capacetes azuis* não têm direito de usar seus fuzis, e ainda menos de se engajar em luta contra uma das facções.

Os fracassos na Somália, Ruanda e Bósnia abalaram a autoconfiança da ONU. Na Bósnia particularmente os *capacetes azuis* foram ridicularizados pelos sérvios, até que os EUA resolvem interferir com todo o seu peso diplomático. Nos conflitos em que fracassou ficou claro que não conseguia a paz por chegar sempre atrasada. Além de não dispor de forças próprias, como previam seus fundadores em 1945, a ONU ficou sempre amarrada pelo poder de voto exercido à vontade pelos EUA e pela então URSS e aliados.

No mundo moderno, ao invés de guerras entre países, a natureza dos conflitos mudou. São na maioria guerras civis em que o direito de in-

tervenção se justifica por motivos humanitários. Na guerra pós-moderna (Bósnia, Somália, Argélia, Ruanda, Haiti) é difícil determinar a causa. São em geral explosões sociais resultantes de conflitos latentes, de injustiças históricas. Religião serve de base política ao radicalismo que não permite concessões ao inimigo. Genocídio, como em Ruanda, ou *purificação racial*, como na Bósnia, são a norma em conflitos onde o objetivo é destruir o inimigo, não conquistá-lo.

Por outro lado, houve operações bem-sucedidas, como na Namíbia, El Salvador, Camboja — mas com despesas enormes. Há no mundo mais de 20 conflitos que merecem a atenção da ONU, sublinhando fenômeno que se agrava a cada dia. Guerras étnicas e subdesenvolvimento jogaram na estrada 23 milhões de refugiados no exterior. Calcula-se que outros 23 milhões vivem no exílio interno.

Por tudo isto não há como ignorar a necessidade de reformulação da ONU, em consequência das transformações mundiais em meio século. A ONU de agora, aos 50 anos, é diferente em tamanho, propósitos e projetos daquilo que era sonhado pelos países reunidos em São Francisco nas últimas semanas da Segunda Guerra Mundial para assinar a carta de fundação. A pergunta que está no ar, no entanto, é a seguinte: depois de ter sido paralisada pela bipolaridade EUA-URSS durante a Guerra Fria, hoje, na nova ordem mundial, a ONU corre o risco de irrelevância?

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 24.10.1995.)

de maneira unilateral e parcial episódios do passado, inclusive que já deveriam estar plenamente sepultados pela Lei da Anistia, sempre rotulados e mascarados com a falácia do “humanismo dos direitos humanos”!

Cumpre ressaltar que, na dita “guerra suja” de triste memória, jamais poderá deixar de ser apreciada a espúria filosofia marxista-leninista que serviu de base para toda a ação, seja dos ideólogos da “inteligência marxista” — hoje ilustres figuras do cenário brasileiro —, seja da facção armada dos sectários fanáticos que tinham como lema a famigerada doutrina, alicerçada na luta de classes marxista, de que “não assassinavam, faziam justiça”, de que “não roubavam, expropriavam”!

Assim, roubando e matando, pretendiam inverter e subverter o regime no campo e na cidade, no fanatismo terrorista dos anos 60/70. As ALN, VPR e outras tantas siglas desses sectários ensanguentaram de maneira fanática, nos moldes do terrorismo da pior espécie que o mundo conhece, inclusive executado dentro de suas próprias fileiras!

Os episódios, em particular de assassinato, nos moldes mais sanguinolentos e espúrios do capitão Chandler, do tenente Mendes Júnior, do delegado Otávio Mendes, do soldado Mário Kozel Filho, são apenas alguns exemplos de como “faziam justiça”!

E hoje, remanescentes saudosistas e revanchistas, em particular o Grupo Tortura Nunca Mais, arvorando-se no supremo poder julgador da sociedade, invertem e subvertem os tristes episódios do famigerado terrorismo, pretendendo glorificar os réus assassinos e inculpar aqueles que cumpriram seu dever legal de fazer frente àquele estado de coisas pela tão discutida dialética marxista!

É o caso, dentre outros, de médicos legistas da polícia de São Paulo que têm sido apontados como réus, indiciados em processos disciplinares por terem participado de autópsias realizadas dentro da processualística penal que regeu a apuração da autoria dos fatos do conhecimento de

REVANCHISMO

Asociedade brasileira, particularmente por alguns de seus segmentos de notória posição filosófico-ideológica estreitamente ligada ao malfadado marxismo, tenta reviver

toda a população, inclusive já apreciados pelo Poder Judiciário e mesmo amplamente anistiados pela Lei de Anistia.

O direito da família dos participantes da dita "guerra suja" de reivindicar o que entendem como justo deve ser respeitado. O que não tem cabimento são "terceiros", seja quem for, em particular saudosistas e revanchistas político-ideólogos, tentarem impor à sociedade sua visão unilateral, distorcida e, em particular, de fundo dialético-marxista de triste memória!

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 03.08.1995, e assinada por Erasmo Dias, deputado estadual e líder do PPR na Assembléia Legislativa de S. Paulo. Foi secretário de Segurança Pública desse estado nos governos Laudo Natel e Egydio Martins.)

ESCOLHA ESTRATÉGICA

Não se pode avaliar o pleito do Ministério da Marinha de retomar a construção do submarino atômico, atribuindo novamente prioridade ao aperfeiçoamento do motor de propulsão nuclear desenvolvido no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, sem antes responder a uma pergunta: o Brasil quer ter uma Marinha de Guerra, ou contenta-se com uma guarda-costeira?

O México fez a segunda opção, delegando aos Estados Unidos, em operações conjuntas, a defesa militar do seu território. O Brasil deve evitar o exemplo. Um país com nosso estágio tecnológico, 8 mil quilômetros de costa, 70% de sua população concentrada na faixa litorânea de 200 quilômetros de extensão e praticamente todas as suas reservas de petróleo na plataforma continental, tem que garantir sua própria defesa militar.

Não será pela aquisição de fragatas obsoletas de segunda mão que asseguraremos esse objetivo. A Marinha moderna é submersa. A Inglaterra na guerra das Falklands deu a demonstração definitiva do poder de apenas um submarino nuclear, ainda que com armamento convencional, mantendo a frota argentina nos portos, pelo estabelecimento de uma zona de exclusão por longo período.

Uma pendenga burocrática, opondo bizarramente "fragatistas" a "submarinistas" (como no mundo civil se opõem "borrageiros" a "nuclearistas"), levou ao absurdo rebaixamento do submarino nuclear à 18ª previsão de gastos da Marinha para 1995. Pressões com objetivos menos claros afastaram o vice-almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva da presidência da Coordenação de Projetos Especiais (Copesp) da Marinha, então o órgão responsável pelo enriquecimento de urânio.

Com salvaguardas internacionais asseguradas e inspeção exercida pela Agência Internacional de Energia Atômica, mantido o nível máximo de enriquecimento isotópico de 20%, habitualmente aceito para aplicações em reatores de pesquisa científica e também em sistemas de propulsão de submarinos, é uma total sandice desenterrar o fantasma da bomba.

Façamos as contas. Entre 1979 e 1986, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) garantiu a sobrevivência do projeto autônomo da Marinha de enriquecimento isotópico por ultracentrifugação, em cooperação com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da USP, que desde 1976 vinha avançando na fabricação e na produção do gás de urânio (hexafluoreto). A extinção do CSN, em 1991, secou uma fonte de verbas vital para o programa.

A Marinha quer ver aprovada uma emenda ao Orçamento do deputado Paulo Heslander (PTB-MG), remanejando R\$ 30 milhões das verbas do Ministério da Ciência e Tecnologia para o projeto Aramar. Essa quantia, somada aos R\$ 20 milhões que estão sendo investidos no submarino, anualmente, daria um novo fôlego ao programa autônomo.

O Brasil só teria a lucrar com uma decisão nesse sentido.

(Reprodução de editorial publicado no Jornal do Brasil, edição de 13.11.1995.)

A HORA E A VEZ DOS SUBDESENVOLVIDOS — 3

O que é que de fato está mudando no panorama do desenvolvimento nestes anos 90?

Muita gente dirá que tem sido o fim do comunismo "real", o triunfo da economia de mercado, a desarticulação da velha aliança dos países do Terceiro Mundo, a globalização da economia.

Tudo isso é verdade, mas constitui o fundo do quadro. Em termos específicos, estão ocorrendo duas mudanças fundamentais.

Pela primeira vez na história, os três países mais pobres e populosos — China, Índia e Indonésia, com população combinada perto de 2,3 bilhões de pessoas — crescem aceleradamente a uma taxa média de 6% ao ano.

Durante a maior parte do após-guerra, as visões pessimistas da economia mundial invocavam um argumento forte: desde a ascensão do Japão, não existia nenhum caso concreto, no campo capitalista, de país que demonstrara, na prática, a capacidade de fazer o salto para a classe dos desenvolvidos, o estágio da decolagem ou *take off* de Rostow.

Os partidários da primazia da revolução apontavam para a "construção do socialismo num só país", na URSS, a brutal acumulação de capital sob Stalin ou o *sputnik* de Kruschev como

prova de que era preciso romper primeiro a camisa-de-força do capitalismo a fim de conseguir crescer.

Mesmo antes da queda do muro de Berlim, a tese era pouco atrativa, não só devido ao custo humano dos métodos, mas também em razão do caráter duvidoso dos resultados.

A situação começa a mudar com o sucesso dos quatro dragões asiáticos (Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan), seguidos pelo igual êxito dos países da "Segunda Onda" (Malásia e Tailândia, principalmente).

O exemplo não parecia, porém, convencer de todo, ou por se tratar em alguns casos de cidades-Estados, ou, em outros, de nações de dimensões limitadas que, por motivos em parte político-estratégicos, haviam sido beneficiadas por investimentos maciços.

As reformas na China a partir do fim dos anos 70 e, pouco depois, na Índia e na Indonésia dissiparam algumas dúvidas. Como afirmou a OCDE, a organização dos países industrializados, "o fato de que uma parte importante da população mundial tenha começado a romper com o subdesenvolvimento crônico deve ser considerado um passo de gigante".

Em recente estudo sobre a interdependência mundial, a OCDE assinala a segunda mudança fundamental que se processa sob nossos olhos. Dentro de apenas 15 anos, a produção somada dos 25 países mais ricos terá descido a 44% do total mundial, em lugar dos atuais 54%.

Esse espaço perdido será em grande parte ocupado pela expansão dos países em desenvolvimento. Se os três grandes asiáticos forem capazes de manter, ao longo desse período, uma taxa de crescimento de 6% ao ano, sua produção será multiplicada por dois e corresponderá a 60% da OCDE.

Desde que o Ocidente afirmou sua supremacia e, sobretudo, desde a Revolução Industrial, será a primeira vez que o conjunto das nações industrializadas ocidentais deixará de responder por mais da metade da produção da riqueza global.

Em termos relativos, é algo comparável, até certo ponto, ao momento em que a Inglaterra (e a Europa) passou o cetro aos Estados Unidos ou quando estes viram sua posição declinar com a recuperação do Japão e da Alemanha do após-guerra.

É claro que isso não altera, a curto prazo, nem a imensa concentração de poder estratégico-militar em mãos dos EUA e da OTAN, nem muito menos, e por longo tempo, a incomensurável superioridade dos industrializados em termos *per capita*.

Cedo ou tarde, porém, uma mudança desse porte não deixará de fazer sentir seu efeito no que os marxistas-leninistas gostavam de chamar a "correlação mundial de forças", quando mais não seja no domínio econômico.

Aquilo que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) pensou ter conseguido nos anos 70 mas se revelou efêmero, teria afinal ocorrido.

Ainda que as condições atuais se mantenham e tudo dê certo, isso não quer dizer nem que as reformas internas sejam suficientes para o desenvolvimento — pois muitos fatores externos têm contribuído no mesmo sentido —, nem que exista uma fórmula simplista aplicável a todos os casos.

O que esta tendência demonstra é apenas que, neste momento, alguns — e não dos menores — estão conseguindo crescer. Que, não obstante tanta coisa injusta e desfavorável, os subdesenvolvidos parecem que terão finalmente sua hora e sua vez. Conseguir que não haja marginalizados nesse processo e que todos se beneficiem, já é outra história.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 09.09.1995, e assinada pelo embaixador do Brasil em Roma, Rubens Ricupero.)

NA PALMA DA MÃO

A estratégia da energia no Brasil formula-se hoje como um silogismo: (1) a retomada do crescimento exige vigoroso desenvolvimento energético; (2) esgotado o sistema hidrelétrico sul-sudeste, a transmissão da hidreletricidade amazônica para os grandes centros consumidores é praticamente inviável a médio prazo, por razões ambientais, tecnológicas e econômicas. Logo, (3) as grandes reservas de urânio e minerais estratégicos do Brasil oferecem ao país a melhor solução para o problema.

Lembre-se que o urânio, através da energia nuclear, é hoje a terceira maior fonte de produção de energia elétrica do mundo. E que, até o ano 2000, a nucleoelectricidade deverá se converter na segunda fonte de geração elétrica mundial, superada apenas pelo carvão. Se o Brasil não é auto-suficiente em combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural), o país possui a quarta maior reserva de urânio do mundo (atrás apenas da Austrália, Nigéria e Canadá): cerca de 300 mil toneladas de óxido de urânio, que equivalem a 11% das reservas conhecidas. É a saída.

No momento mesmo em que a primeira jazida de urânio explorada comercialmente no Brasil — a de Poços de Caldas — se encontra exaurida, em função da diminuição do teor do urânio, a retomada de Angra II exige imperiosamente novo empreendimento de mineração. Isto porque o mercado internacional anda instável e com uma tendência de subida dos preços nos próximos dez anos.

A assinatura, dentro de algumas semanas, dos contratos entre Furnas e os consórcios vencedores das licitações públicas para a montagem eletro-mecânica de Angra II, foi o sinal verde para a decisão da estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), sucessora da Nuclebrás, de explorar uma jazida muito mais rica e economicamente mais viável que a de Poços de Caldas: a de Lagoa Real, no município de Caetité, no sudoeste da Bahia, com uma reserva de 15 mil toneladas

de urânio e necessitando de um investimento, relativamente modesto, de cerca de US\$ 23 milhões (a de Itataia, no Ceará, exige investimento de US\$ 120 milhões).

Em compensação, os benefícios serão especiais: uma tonelada escavada em Poços de Caldas fornece 800 gramas de concentrado de urânio, a mesma tonelada em Lagoa Real fornecerá três quilos. A nova mina deve ser implantada em dois anos e terá capacidade para produzir 300 toneladas de urânio por ano. No sertão da Bahia, o urânio que aflora garantirá o combustível para Angra II a um preço competitivo no mercado internacional.

Há outra novidade auspiciosa: o Brasil passará a dominar mais duas etapas importantes no ciclo do combustível nuclear. O conselho de administração da INB aprovou recentemente o projeto de instalação das unidades de reconversão em pó e de fabricação de pastilhas de urânio no município de Resende, processos até agora realizados no exterior. Estima-se um investimento da ordem de US\$ 20 milhões, com tecnologia repassada pela Siemens, da Alemanha.

Façamos as contas. As duas fases hoje asseguradas industrialmente do ciclo do combustível nuclear — a primeira delas, a mineração e produção do concentrado de urânio ou *yellow cake* e a última, a fabricação de elemento combustível — representam, somadas, 49% do custo total do combustível. Com as fases de reconversão em pó e de fabricação de pastilhas — que, somadas, representam 12% do custo total — o Brasil chegará a 61% de valor agregado.

Sobram as etapas intermediárias de conversão do concentrado em gás hexafluoreto de urânio (a segunda) e de enriquecimento isotópico (a terceira) que já foram desenvolvidos no Brasil em protótipos, respectivamente pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e pelo Centro Experimental de Aramar, da Marinha, em Iperó (SP).

Dependendo de decisão política, o Brasil continuará enviando para a Inglaterra e França durante algum tempo ainda, o concentrado de

urânio para ser convertido em, hexafluoreto e em seguida enriquecido isotopicamente. Importante assinalar que se a primeira conversão em gás UF6 representa 6% de valor agregado, o enriquecimento isotópico representa 26%, sendo assim o processo mais importante na cadeia do ciclo de seis etapas.

Não é segredo que poucos países no mundo, entre eles Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Rússia, detêm esta tecnologia, procurando dificultar ao máximo sua transferência. Esta a importância de Aramar: o desenvolvimento autônomo do processo de ultracentrifugação, depois que ficou patente que o processo de enriquecimento do urânio por jato centrífugo (*jet nozzle*), acertado com a Alemanha, não funcionava.

Retomemos a questão estratégica. Todo o problema do Brasil resume-se hoje em conciliar desenvolvimento econômico e estabilidade. As reformas em curso têm o objetivo de dar sustentabilidade a um novo ciclo longo de crescimento pelo enxugamento do Estado, pelas parcerias e privatizações a fim de viabilizar as tarefas que lhe competem especificamente, e que são incontornáveis e inadiáveis: saúde, educação, segurança, agricultura e emprego.

Estas cinco áreas, figuradas na campanha de Fernando Henrique Cardoso pelos cinco dedos, ficariam incompletas sem a palma que as sustenta: a infra-estrutura — energia, transportes e telecomunicações. Esses suportes viabilizam a reforma agrária, o Mercosul, os novos investimentos industriais.

Não é por acaso que a Volkswagen e outras empresas escolheram Resende para se instalar. Os alemães contam com o compromisso tácito do fornecimento da energia de Angra II. Basta ver que o aumento da demanda de energia do Estado do Rio de Janeiro em 1995, previsto para 3%, será de 8%. É o início da decolagem.

(Reprodução editorial do Jornal do Brasil, edição de 01.11.1995.)

ÁLCOOL COMBUSTÍVEL E MEIO AMBIENTE

Uma delegação de congressistas americanos esteve estes dias, no Brasil, visitando várias áreas de produção de álcool combustível. Andaram por plantações e usinas, conversaram com trabalhadores. Viram tudo funcionando. Ficaram encantados.

Mas, como americanos interessados, desandaram a fazer perguntas. Quantas safras por ano? Quantas toneladas de cana por hectare? Quantos barris por tonelada? Qual o consumo diário de álcool combustível no país? Quantos motores a álcool? Por que só motores leves? Por que não caminhões e ônibus? Quem distribui o álcool? Os preços são determinados pelo mercado?

Foi de lascar! Como explicar que o Brasil optou pelo diesel? Que mais de 85% de sua carga pesada e 100% de seus ônibus, urbanos, interurbanos e interestaduais, andam movidos a diesel e são responsáveis pelos maiores índices de poluição ambiental? Como fazê-los entender que, num território como o nosso, com verão o ano inteiro, com fartura de água e com folga de mão-de-obra intensiva, o país tivesse deixado escapar a oportunidade de reduzir a utilização do diesel?

Foi tecnicamente impossível explicar a eles por que o álcool teve um tratamento de combustível fóssil e ficou atrelado a uma estatal de petróleo.

Já pensaram o que é convencer americano de que o preço do litro de álcool não decorre de custos rigorosamente apurados? Que o preço é definido pelo poder público, por conta de sua função social?

Eles saíram tontos da visita. Principalmente depois que souberam que estamos importando álcool a preços proibitivos e que a produção de carros a álcool já está quase parando.

Depois da visita dos americanos, foi a vez dos hindus. Ou indianos, como queiram, de turbanito e tudo. Afinal, são o segundo maior produtor de açúcar no mercado mundial e andam desesperados atrás de trabalho para a população.

Para eles deve ter sido mais fácil entender a nossa filosofia. Um país que tem o maior rebanho bovino do mundo, mas onde as pessoas morrem de fome sem poder fazer um churrasquinho que seja daquelas vacas sagradas, para eles é bastante razoável que a gente aqui importe 600 mil barris de petróleo, por dia, só para ter o gostinho de andar movido a diesel.

Espantados, apesar disso, fizeram as mesmas perguntas dos americanos, e obtiveram, como respostas, as mesmas explicações insensatas.

- “Não temos motores pesados, ciclo Otto, V-8, capazes de enfrentar toneladas de carga porque gostamos mais de diesel.”

- “Não, não é porque seja mais econômico, não. Até que é bastante gastador.”

- “Não, não é porque seja tecnologia nacional. Pelo contrário, é motor pelo qual pagamos royalties até hoje.”

- “Sim, até que temos um motor a álcool, próprio para caminhões e ônibus. Mas não saiu do cavalete.”

- “Pois o preço, vejam só, quem decide é o governo. E quem redistribui é a estatal de petróleo.”

- “É claro, não tem nada a ver, mas foi assim que o governo achou melhor.”

Fiquei um pouco cismada com estas visitas, assim, sem mais nem menos. Por que estariam tão interessados no álcool brasileiro e na nossa tecnologia? Isso tem cara de projetos ambiciosos, patrocinados pelos chamados protocolos verdes das agências internacionais.

Tenho seguras informações de que a próxima delegação vem da Coréia. Querem conhecer a tecnologia nacional para produzir álcool anidro de cana-de-açúcar. Provavelmente já estão montando um “supermotor coreano”, pesado, para cargas e passageiros.

Sinto que alguma coisa está para acontecer.

Quando o Brasil já tiver posto, definitivamente de lado, qualquer forma de uso de álcool combustível, principalmente na substituição do diesel, sei que vou ler nos nossos jornais um anúncio mais ou menos assim: “Fuja da poluição. Aju-

de o país a respirar melhor. Troque o seu caminhão a diesel, a sua carreta ou o seu ônibus por uma "besta de carga", de 300 HP, movida a álcool de cana-de-açúcar com um motor ecológico, produzido na Coréia!"

Neste ano, o "inventor coreano" do motor pesado a álcool vai receber o Prêmio Nobel da luta contra a poluição ambiental.

O mundo tem dessas coisas: cavalgaduras nacionais a diesel, bestas coreanas a álcool...

É viver e esperar.

(Reprodução de matéria extraída do Jornal do Brasil, edição de 12.10.1995, e assinada por Sandra Cavalcanti, Secretária Municipal Extraordinária de Projetos Especiais do Rio de Janeiro.)

GUERRA COMERCIAL

O Brasil arrisca-se a virar importador de café solúvel de países do Mercosul que não produzem café, considerando-se as vantagens do planejamento fiscal de uma viagem da matéria-prima. Arrisca-se, também, a ver aumentar a taxação do café verde na União Européia porque perdeu prazos para negociar acordos internacionais visando a estabilizar e reduzir subsídios no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

De uma forma ou de outra tudo se relaciona com a guerra surda que se trava neste fim de século em torno dos espaços para as exportações entre blocos e países. Não é segredo que as exportações de inúmeras matérias-primas e manufaturados somente são possíveis graças aos subsídios embutidos nos preços.

Algumas regiões superprotegem os produtores domésticos para manter a renda e o emprego.

Nada há de mais aberrante, a título de exemplo, que a proteção dos japoneses aos seus arrozeiros, da União Européia aos produtores de açúcar, em torno de 60%, ou dos Estados Unidos aos laranjais da Flórida. O produto brasileiro foi alijado do mercado de álcool norte-americano por pressão de *lobbies* concorrentes que geraram barreiras tributárias intransponíveis.

Até setembro deste ano a balança comercial acumulou um resultado negativo de US\$ 3,4 bilhões. Resultados mais recentes permitiram ao país recuperar o fôlego, graças, principalmente aos semimanufaturados e ao freio brusco nas compras de automóveis. De janeiro a julho a taxa de crescimento dos semimanufaturados foi de 30%. No mesmo período os manufaturados cresceram 0,03%. Quase nada.

Parte da performance do comércio exterior deve-se às taxas de juros, pois através dos adiantamentos para contratos de câmbio (ACCs) os exportadores compensam a rigidez cambial. Muitas empresas estão fazendo esforços heróicos para aumentar a produtividade, reconhecendo que não é apenas o câmbio que explica o bom desempenho dos seus concorrentes. Enquanto o Brasil aumentava as exportações na base de 7% ao ano, outros países emergentes cresceram a uma taxa de 15%. Vale lembrar que o Japão lidera o comércio mundial com uma moeda em valorização constante, o iene. Como explicar as diferenças?

O comércio exterior de há muito deixou de ser um terreno simples, capaz de obedecer apenas a uma regência centralizada e burocrática dos bancos centrais. Conquanto o câmbio e a taxação sejam fatores relevantes, o comércio responde a custos de transportes e serviços, requer tecnologias de produção, *marketing* e acompanhamento legislativo. Essa complexa malha de interesses interligados supera a capacidade dos governos e de sua máquina diplomática e burocrática. Por melhor que seja a burocacia, ela está sujeita à descontinuidade administrativa e política.

Isso pode explicar por que o Brasil claudicou seriamente, perdendo prazos e deixando de usar os instrumentos de defesa à sua disposição, como fizeram outros governos que fixaram níveis altos de subsídios para início de conversa com a OMC.

É preciso que o setor privado brasileiro se reorganize de forma independente para enfrentar as batalhas do comércio exterior, com o apoio e a compreensão do governo. O caminho para isso é valer-se de estruturas e organizações de mercado capazes de assegurar continuidade na discussão dos seus interesses, bem como uma visão estratégica de longo prazo. Essa não é uma tarefa que deve caber apenas aos exportadores e suas associações. Deve reunir produtores, bolsas e intermediários.

No Mercosul, em particular, muitos dos erros cometidos correm por conta do monopólio estatal das discussões em âmbito burocrático, por força dos acordos firmados e de sua natureza preliminar. Comércio exterior não é paz. É guerra por espaços e empregos. Quando uma camisa asiática chega ao Brasil por 4 centavos de dólar, não estamos diante de comércio, estamos diante de *dumping* e deslocamento violento do concorrente local. Essa guerra somente será equilibrada ou vencida se houver uma infantaria de interesses privados capaz de manter uma logística adequada, por prazos longos e com objetivos definidos.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 04.11.1995.)

Na história da humanidade, o comunismo constituiu uma devastação diferente: a pobreza e a miséria são diferentes das dos países capitalistas. Nestes, tais situações revoltam pelo contraste com a riqueza injustamente distribuída, mas existente para alguns. O que, de certa forma, mantém a esperança de acesso dos mais pobres à condição de menos pobres por meio das conquistas sociais mínimas nos sistemas econômicos que as permitem, sob pena de perecerem como sistemas.

Na Rússia nem isso acontece, porque a pobreza é absoluta, socializada, sem confronto com minoria rica, que não existe, a não ser a que já se formou por meios mafiosos, primeiro estágio do capitalismo nascente naquele país, mas que está sendo investida no exterior, em bancos suíços e imóveis na Côte d'Azur.

No regime comunista, tudo era tarefa do Estado, que, preocupado com o "bem-estar" do povo, dedicou-se à construção de satélites e armas nucleares, estudos de radioatividade e outras tecnologias não aplicadas a material de consumo público. Não fabricou nem permitiu que se fabricassem escova de dentes, pasta dental, papel higiênico, coisas supérfluas, próprias da sociedade de consumo. Mas o povo precisa mais dessas chamadas bugigangas para sua vida do dia-a-dia do que saber que seu país domina a energia atômica.

Se o Estado fabricava sapatos iguais para todos, não podia impedir as unhas encravadas, os defeitos nas solas dos pés, ou dos próprios pés, que demandavam calçados especiais, ou simplesmente mais macios, que somente a concorrência industrial pode diversificar.

Não houve, por exemplo, interesse na industrialização de materiais de construção, que o Estado padronizou para os prédios, todos estatais. Hoje, as pessoas tentam abrir um pequeno restaurante, ou de preferência bares, mas não há material para banheiro, pia, torneira. Não há nem sequer o tradicional W.C., coisa da iniciativa privada, trocadilho que somente vale para a língua portuguesa.

ASSASSINATO DA ALMA RUSSA

E preciso ir e ver. Meninos, eu fui e vi. A Rússia não existe mais, isto é, existe, mas não há possibilidade de se definir o que está existindo naquele doloroso vazio de vontades e destinos.

Em algumas cidades do interior, quando o freguês de um bar precisa de um W.C., o proprietário lhe oferece gentilmente um jornal ou um papel qualquer, que deve ser devidamente usado para embrulhar e jogado em local reservado a esse tipo de dejeto.

Nos portos, os velhos navios enferrujados jamais tiveram a tradicional mãozinha de tinta, pois não há tinta, nem pincel, nem mãozinha. Nas cidades, os bondes caídos aos pedaços ainda funcionam por milagre, emendados literalmente com arames, blocos de ferrugem ambulante. O motorneiro, nos desvios, desce com a alavanca de ferro para mudar as guias dos trilhos, tal como faziam nossos motorneiros no começo do século. Com uma diferença: nossos trilhos (ou da Light) tinham graxa. E pensar que os russos usam controle remoto para os satélites! Que se danem o povo e o motorneiro.

Comoveu-me ver um operário que trabalhava na reparação de uma parede de museu, completamente maltrapilho, sapato furado, usando um martelo de cabo de madeira lascada e um formão enferrujado, trepado numa escada mambembe, sem segurança para ele e sem seguro para o tombo. Durante muito tempo o trabalhador soviético foi propagado como exemplo da felicidade completa e da perfeição do operariado. Era para ter sido, mas não foi.

Em São Petersburgo, antiga Leningrado, que, por sua vez, era a antiga Petersburgo, senhora idosas vendem nas portas dos museus cartões postais horríveis, mal impressos, em geral poloneses. Minha filha simpatizou-se com uma delas e desceu do ônibus com uma nota de US\$ 1 na mão. Parecia um miolo de pão num tanque de lambaris.

Todas as velhinhos correram ao seu encontro. Mas ela deu o *money* àquela que lhe pareceu mais sofrida e voltou correndo para o ônibus. A senhora, andando com dificuldade, foi até o nosso coletivo, chamou minha filha e deu-lhe todos os cartões postais que tinha para vender. Não era mendiga, era comerciante. Fez questão de agir com dignidade. E, na sua avaliação, todo seu estoque de mercadorias valia US\$ 1.

É muito triste ver que a Rússia voltou a viver uma época anterior à de Tolstoi. O Estado comunista realmente acabou com a mentalidade de consumo, deixando de fabricar e produzir as inutilidades burguesas como manteiga e margarina, biscoitos, agulhas, ferros de passar, aspirina, diversidade de queijos e, na vodca, perdeu em qualidade para a Polônia e para a Finlândia.

No novo regime, dito de abertura, ninguém se atreve a fabricar coisa alguma, pois não tem certeza de que haverá consumidores, primeiro porque o povo não está acostumado a consumir, segundo porque não tem dinheiro para nada, uma vez que não há emprego em lugar algum. Para ser instalada naquele país, a economia de mercado levará mais de cem anos.

Como aconteceu com o resto da humanidade, a liberdade econômica tonteou os inocentes e, num primeiro momento, estimulou os ladrões, bandidos, traficantes e contrabandistas, atividades matriciais do sistema capitalista, isto é, a busca de riqueza pelos meios ilícitos mais rápidos e rendosos.

O capitalismo inglês começou com as piratarias nos mares, os bucaneiros. O americano começou com os assaltos aos trens e aos rebanhos dos criadores de gado. E progrediu com os gângsteres de Chicago. O europeu, com as máfias.

Depois vieram as prevalências das leis, mas a ordem jurídica demandou muitos anos, muito sangue e vontade social para ser implantada. Até hoje vive em luta contra o crime, cujo maior incentivo está no regime democrático de direito das liberdades individuais, preço caro, mas que pagamos às prestações durante os últimos séculos de capitalismo. E continuaremos a pagá-lo, pois é preferível viver em combate contra o crime a perder o bem fundamental da vida humana: a liberdade.

A Rússia de hoje tem dificuldade mercadológica até para propiciar o desenvolvimento do crime, pois não há consumidor com poder aquisitivo para os produtos traficados.

Se fossem para lá deportados, os seqüestreadores cariocas morreriam de fome, pois não há ninguém com recursos para pagar resgate, não

há empresário. Essa fase inicial e pior do sistema capitalista, a da delinqüência, ali se dá de dentro para fora, com o roubo e venda de bens do velho Estado, tecnologia nuclear, minérios atômicos enriquecidos e quinquilharias como ouro e petróleo.

Está-se tentando algo no turismo. Uma pequena indústria fabrica e o incipiente comércio vende, além das "matriochas" e ícones, japonas, capas e gorros dos antigos oficiais militares soviéticos, com as plaquinhas temíveis — estrela vermelha, foice e martelo. Tal como os alemães fazem hoje com as insígnias nazistas. Comprei um gorro. Espero proteger a cabeça no inverno de Serra Negra, sem assustar ninguém.

Outra atividade turística rendosa, plena de ironia, é a exploração de visitas de estrangeiros aos museus russos, todos em palácios dos antigos czares, e que exibem obras de arte de propriedade da velha nobreza, em grande parte responsável pela Revolução de Outubro. Do Estado soviético nada ficou para ser visitado materialmente, isto é, visto, apalpado, fotografado, a não ser o navio *Aurora*, no porto de São Petersburgo, e que, aliás, pertencia à marinha do último czar.

Mas, para os que conseguem falar e entender russo, o Estado soviético deixou um povo sem nada na alma, nos desejos, nas ambições, na luta pelo próprio destino. Segundo os fiéis intérpretes com quem conversei, o assassinato mais grave deu-se, nos 80 anos de comunismo, na mentalidade e sentimento dos russos.

O que antes de 1917 era poesia, música, balé, vontade e alegria de viver, mesmo diante das atrocidades do regime czarista, hoje ainda é medo da polícia, desinteresse pelas coisas da vida, um vago esforço limitado à comida de cada dia ou à extravagância de um refrigerante estrangeiro. O resto é afogar-se em vodca, povo e chefões e vender todo o pobre estoque de bens por US\$ 1.

Nero, Átila, Hitler assassinaram pessoas, roubaram a vida de milhões de seres humanos, mas os sobreviventes reconstruíram os bens e as terras devastadas. O comunismo, por ter durado

muito tempo, além dessas mesmas e macabras proezas, assassinou a alma dos que sobreviveram, roubando-lhes, depois de várias gerações, a vontade de reconstruir o que não conheciam.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 03.08.1995, e assinada por José Saulo Ferreira Ramos, advogado, ex-Consultor-geral da República e Ministro da Justiça do Governo José Sarney.)

O SÉCULO 21 SERÁ AMERICANO

“**O**século 21 será americano porque somente os Estados Unidos possuem os três atributos do poder: militar, econômico, cultural.” Com estas palavras, Alfredo G. A. Valladão inicia o seu fascinante livro publicado há dois anos em Paris, cujo título é o deste artigo, e já contemplado com prêmios de instituições europeias.

Para o autor, a derrocada da União Soviética deixou os Estados Unidos sem concorrentes para a organização da segurança mundial. Tornou-se Washington o único árbitro com poder de decidir quando, onde, em que condições intervir com operações de polícia internacional, como na Somália, no Golfo Pérsico, ou na Bósnia.

Lá se encontra o maior, o mais rico e o mais aberto mercado do mundo, casado com o pioneirismo científico e tecnológico das suas universidades que os prêmios Nobel anuais registraram em vagas sucessivas. Essa aliança da riqueza com o conhecimento está cimentada pelo controle dos principais fluxos que irrigam a prosperidade das nações: financeiros, petrolíferos, audiovisuais... Acrescente-se a vocação universal da cultura americana que, além de absorver as manifestações de outros povos, vai sendo ela

própria compartilhada pelo resto do planeta. Essa integração universal em mão dupla decorre naturalmente da nova composição étnica (por conseguinte cultural) que vai moldando o povo americano: até 1960 mais de 80% dos seus imigrantes provinham do continente europeu, enquanto atualmente mais de 90% são originários das Américas e da Ásia.

Assim se vai consolidando o maior denominador comum de todas as correntes culturais: da comida à música, da literatura às religiões, das artes plásticas aos idiomas, lá, e somente lá, se encontrará esse microcosmo que vai abarcando todo o planeta.

À confluência desses três fatores — militar, econômico, cultural — agregue-se o salto à frente sobre qualquer outro rival no campo decisivo do século 21 que é a pesquisa. Alemães e japoneses dedicam como os americanos cerca de 3% do produto nacional bruto para novas descobertas. Mas o produto americano é tão superior ao dos concorrentes que os quase 200 bilhões de dólares que anualmente gasta em pesquisas são muito mais do que japoneses, alemães e franceses reunidos conseguem investir nessa mesma atividade.

O resultado é a sua predominância absoluta na maior de todas as riquezas atualmente conhecidas: a informação. Como disse o presidente Clinton há três anos, ao definir o lugar que a informática e as telecomunicações ocuparão no futuro: "Antes, a riqueza se media em terras, em ouro, em petróleo ou em máquinas. Hoje, ela se mede essencialmente pela informação — sua qualidade, sua quantidade, e a rapidez com que a obtemos e a ela nos adaptamos."

O autor não esquece as cassandras que ainda insistem nas teses do declínio americano, so-

bretudo nos prosaicos debates ideológicos dos meios acadêmicos. Frustrados com o desaparecimento do império que prometia um milênio de felicidade, cultivam um antiamericanismo ressentido com a ultrapassada retórica nacionalista. Valem-se de comparações históricas para lembrar o declínio e a queda do império romano, mas esquecem que o paralelo poderia estar no século de Augusto, na virada da era cristã, quando Roma tornou-se capital universal.

Com profusão de dados e ilustração de fatos vai o leitor acompanhando essa marcha que parece inexorável da integração mundial sob a propulsão americana: o emprego da força dos antigos impérios coloniais é substituído pela persuasão das transformações consentidas ou pelas imposições das represálias comerciais.

"A partilha da prosperidade" é o capítulo onde se explicitam os passos dessa caminhada: a abertura de fronteiras ao movimento de capitais, sem protecionismos, inclusive nos Estados Unidos, a privatização, as desregulamentações... quando então se chegará ao império democrático do que o autor denomina de América-mundo.

Para tanto, Washington obterá um mandato legítimo da comunidade internacional (o atual Conselho de Segurança da ONU já é ilustrativo) cujos membros mais interessados darão suas contribuições financeiras, militares, para a manutenção dessa federação planetária de nações livres em que o *primus inter pares* reservará para si a gerência do poder central.

Quem viver verá.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 26.10.1995, e assinada pelo jornalista Celso de Souza e Silva, ex-diretor desse veículo de comunicação.)



PROGRAMA EDITORIAL

1996

(PREVISÃO)

A BIBLIEC apresenta o seu programa editorial para 1996, esperando satisfazer os seus leitores, em resposta às preferências manifestadas na pesquisa dirigida aos assinantes. Um editorial de custo de aquisição baixíssimo e de obras entregues a domicílio.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

A Prática da História — Barbara W. Tuchman

Numa coleção de escritos publicados anteriormente em fontes variadas, Barbara W. Tuchman, já tão conhecida do público brasileiro, expõe o que seria a sua visão do conhecimento histórico. Seria ele de enquadramento impossível em sistematizações, escolas ou esquemas. História é, pois, comportamento. É o "aqui e agora". Por outro lado, é impossível, também, o conhecimento histórico despojado das projeções do estudioso. Seria até nociva a isenção histórica, caso fosse ela alcançável. Isso é discutido pela autora não como insípida matéria teórica mas no bojo de casos reais e documentados.

Crônicas da Guerra na Itália — Rubem Braga

Tantas sejam as edições desta obra, tantas logo estarão esgotadas. Cronista insuperável, qualquer tema aborde, o então correspondente de guerra Rubem Braga deixou-nos, de sua presença junto à Força Expedicionária Brasileira, páginas que são retratos vivos da nossa gente, da força emergente que nela reside em face da pior crise com que se pode defrontar uma nação — a guerra. É uma leitura que comove!

Diálogos sobre o Comando — André Maurois

Tema editorial de interesse permanente, a reflexão sobre as responsabilidades da ação de comandar incorpora um novo título às coleções da BIBLIEC. Agora, em tradução primorosa, é a vez de André Maurois com o seu *Diálogos sobre o Comando*. O autor trouxe das trincheiras da Guerra Mundial de 1914/1918 impressões pessoais que o marcam profundamente e refletir-se-iam em sua carreira de homem de letras e historiador. *Diálogos sobre o Comando* acrescenta novas cores e novos matizes ao estudo e à interpretação dessa nobre reciprocidade em que está mergulhada a vida militar — comando e obediência.

O Soldado e o Estado — Samuel P. Huntington

Do notável cientista social que é Huntington, a BIBLIEC faz agora traduzir um de seus mais importantes trabalhos. A relação Soldado/Estado é um tema de permanente interesse e discussão sempre aberta, em especial nas sociedades que, como a nossa, estagiaram em situações políticas e econômicas emergentes. Leitura importantíssima, com a redução sociológica necessária, acrescentará fundamentos ao debate do assunto entre nós.

Os Mercenários do Imperador — Juvêncio Saldanha Lemos

Estudo abrangente, excelentemente fundamentado, incorporador de revelações inéditas, não é mais uma obra sobre os mercenários e o seu papel na origem do nosso Exército Nacional. É, sim, uma das mais importantes contribuições que se tem dado ao conhecimento das correntes migratórias germânicas no Brasil, dos usos e costumes de uma época, tudo num estilo onde o conteúdo histórico não elimina a graça de uma narrativa quase jornalística. É um livro para gosto de historiadores tanto quanto para gosto geral, mérito de um autor que traz aos leitores, dessa forma, o produto de quinze anos de pesquisa no assunto.

Os Marechais de Napoleão — Hugo Jorge de Brito Chaves

É impossível o estudo das campanhas napoleônicas e a concepção dos ensinamentos delas decorrentes sem o conhecimento da personalidade dos marechais do grande cabo de guerra. Em obra abrangente e de leitura agradabilíssima, dá-nos o autor esse conhecimento que não é apenas biográfico mas crítico e muito apropriado seja ao público civil, seja ao militar.

O Brasil e a Nova Geopolítica Europeia — Francisco de Assis Grieco

A nova realidade mundial, a perspectiva de uma geopolítica também renovada pela marcha da História, é o tema deste trabalho. O confronto soviético com o Ocidente e a aposta na hegemonia nuclear levaram a URSS à derrota em face do sistema de alianças políticas e econômicas promovido pelos Estados Unidos. Nessa direção, abordando a Comunidade Europeia, as transformações do Leste Europeu e uma possível integração continental, o autor — renomado especialista que é, aprecia o papel que estará reservado ao Brasil numa economia global e que lhe reserve a atualização das suas inesgotáveis potencialidades.

Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai — Sir Richard Francis Burton

Raridade bibliográfica, pois editada originalmente em 1870, *Letters from the Battlefields of Paraguay* torna-se agora, graças à iniciativa da BIBLIEC, acessível ao nosso público em tradução de muita fidelidade. Viajante, explorador de espaços geográficos (inclusive brasileiros), poliglota, literato e diplomata, Burton era cônsul britânico em Santos de onde seguiu para o teatro-de-operações da Guerra da Tríplice Aliança na condição de observador e correspondente. Dessa permanência resultaram os registros e as observações que constituem a essência do seu livro, fonte indispensável ao estudo daquele citado conflito.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias, 3º andar
Ala Marcião Dias
Cep 20221-260 — Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 253-4637 e Telefax: (021) 253-7535.

ASSINATURAS ANUAIS:

Coleção General Benício — R\$ 120,00

Revistas — (Brasil) ADN R\$ 15,00 — REB R\$ 15,00 — RMCT R\$ 15,00

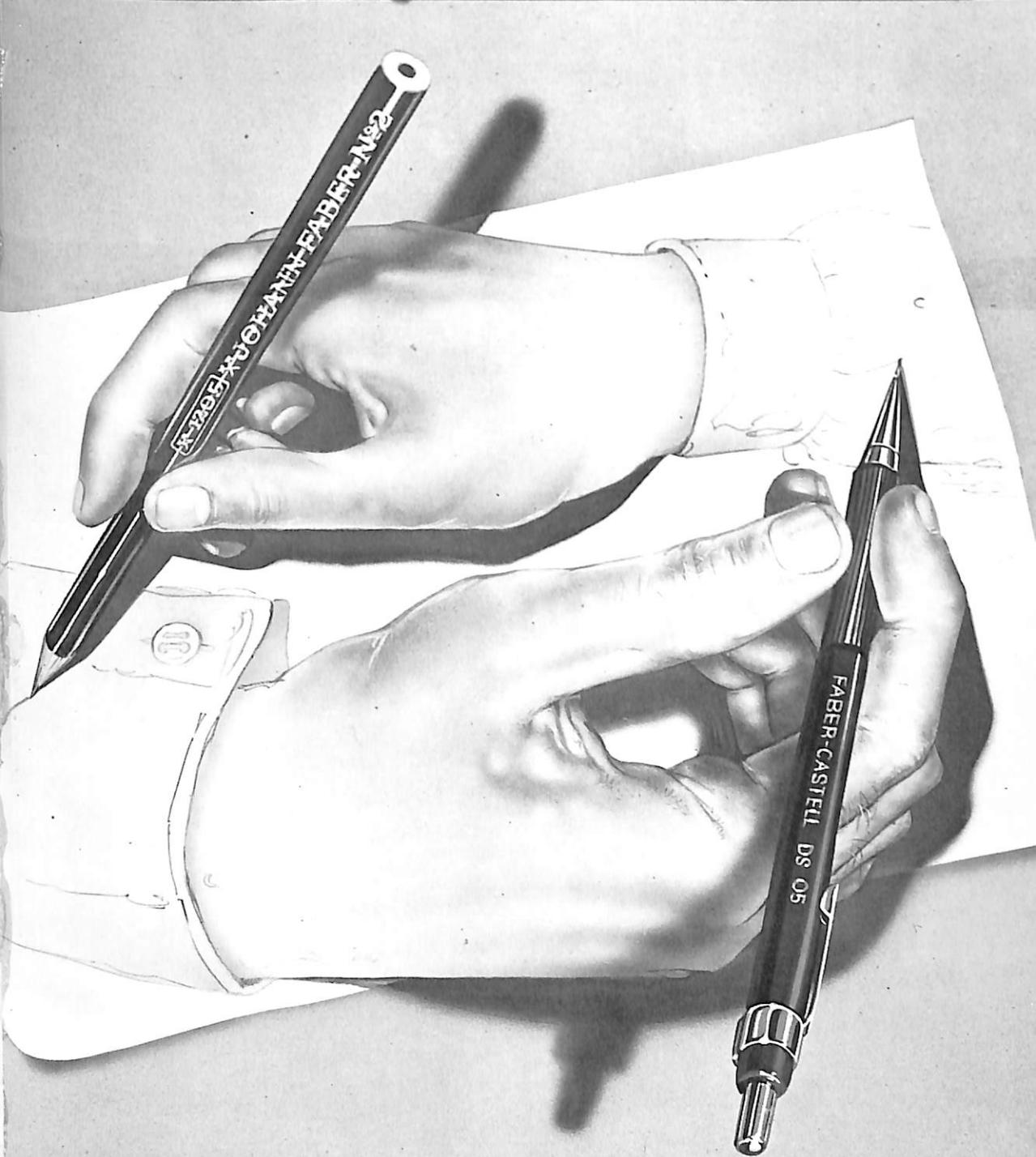
(Exterior) ADN US\$ 30,00 — REB US\$ 30,00 — RMCT US\$ 30,00



EM REVISTAS

ENREVISTAS Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua Cachambi, 467 - Conj. 8 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20771-630
Tel.: (021) 201-9009 / 581-3317 / 241-0088 - Fax: (021) 581-7869



De geração em geração.

Faber-Castell

Sua companhia para escrever, desenhar e pintar.

O orgulho de ser do Exército



O Banco do Brasil e a Fundação Habitacional do Exército estão lançando um cartão de crédito internacional feito especialmente para os militares e funcionários civis ligados ao Ministério do Exército.

Com o Cartão Afinidade Exército Banco do Brasil, você passa a contar com serviços que irão facilitar ainda mais o seu dia-a-dia e suas viagens.

Você merece esta insignia.
Retire a proposta de adesão na sua Organização Militar.

 FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

**Cartão Afinidade Exército BB.
A identidade de quem defende
o País.**



BANCO DO BRASIL